
As dinâmicas da uberização na reconfiguração das relações sociais e espaciais: uma análise das trajetórias dos estafetas brasileiros na Área Metropolitana de Lisboa

Daniela Neves Borges

Doutoramento em Estudos Urbanos
(Iscte-IUL e UNL-FCSH)

Orientadoras:

Professora Doutora Graça Índias Cordeiro
Professora Associada com Agregação
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa
Investigadora Integrada no CIES

Professora Doutora Patrícia Pereira
Investigadora Auxiliar
Instituto Politécnico de Leiria
Investigadora Integrada no CICS.NOVA

Dezembro 2024

As dinâmicas da uberização na reconfiguração das relações sociais e espaciais: uma análise das trajetórias dos estafetas brasileiros na Área Metropolitana de Lisboa

Daniela Neves Borges

Doutoramento em Estudos Urbanos
(Iscte-IUL e UNL-FCSH)

Orientadoras:

Professora Doutora Graça Índias Cordeiro
Professora Associada com Agregação
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa
Investigadora Integrada no CIES

Professora Doutora Patrícia Pereira
Investigadora Auxiliar
Instituto Politécnico de Leiria
Investigadora Integrada no CICS.NOVA

Dezembro, 2024

As dinâmicas da uberização na reconfiguração das relações sociais e espaciais: uma análise das trajetórias dos estafetas brasileiros na Área Metropolitana de Lisboa

Daniela Neves Borges

Doutoramento em Estudos Urbanos
(Iscte-IUL e UNL-FCSH)

Júri:

Professor Doutor Paulo Peixoto

Professor Associado com Agregação Universidade de Coimbra

Professora Doutora Luciana Teixeira de Andrade

Professora Titular Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professor Doutor Ricardo Campos

Investigador Integrado no CICS.NOVA

Professora Doutora Rita Ávila Cachado

Investigadora Integrada no CIES

Professor Doutor Nuno Rodrigues

Investigador Associado no DINÂMIA'CET-IUL

Professora Doutora Patrícia Pereira

Investigadora Auxiliar Instituto Politécnico de Leiria

Investigadora Integrada no CICS.NOVA

Em memória à professora Dra. Dulce Portilho Maciel

Agradecimentos

Meu profundo agradecimento às professoras Graça Índias Cordeiro e Patrícia Pereira, pelas relevantes contribuições, pela paciência e pelo encorajamento transmitido durante o processo. Obrigada pelo carinhoso acolhimento!

Aos colegas de turma, em especial à Ana Abrantes, Ana Cravinho, Christian e Simone, que compartilharam as experiências e os desafios enfrentados e trouxeram uma dose de motivação a cada reencontro.

Às amigadas feitas nesse caminho, nos espaços da restauração, que se tornaram uma importante rede de afetos e de motivação adicional. Dentre tantos amigos, agradeço à Evelyn, Pâmela, Charles e Ezaul pelo incentivo, pelos momentos de descontração e pelo apoio nas difíceis decisões que resultaram no progresso da pesquisa.

Às amigadas de longa data, Amanda, Patrícia e Kélgia, que estiveram presentes nessa jornada.

Aos meus familiares, meu agradecimento especial. Aos meus pais, minha admiração e gratidão. Às mulheres da família, minha avó, mãe e tias, mulheres de força e coragem! O cuidado, o acolhimento e o amor fartamente distribuídos me trouxeram o aconchego necessário para seguir até aqui.

Obrigada, meu irmão Gabriel, pela parceria! Sinto muito orgulho da sua coragem e de sua sensibilidade, seu cuidado e carinho me fez mais forte. Meu agradecimento se estende ao Danilo, um irmão que sempre transmitiu muito carinho e alegria, mesmo à distância. E que, com orgulho, está trilhando sua história na mesma universidade em que comecei a minha.

Um agradecimento especial aos estafetas, brasileiros e brasileiras, que compartilharam suas histórias de vida. Minha admiração e respeito pela resiliência e bravura vivenciada diante de tantos obstáculos. Trabalhadores que, em situação precarizada, atuaram no período pandêmico e foram responsáveis por transportar o alimento à mesa de milhares de famílias confinadas.

Resumo

Esta tese examina as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais vivenciadas por estafetas imigrantes brasileiros em Portugal no contexto da economia de plataformas e da uberização do trabalho. Partindo de uma abordagem interdisciplinar que combina sociologia, antropologia e geografia urbana, o estudo investiga como esses trabalhadores, inseridos em condições laborais precarizadas, constroem sociabilidades, identidades e práticas de resistência nos espaços públicos e privados. Com base em observação participante, entrevistas e análise documental, a pesquisa centra-se no centro comercial UBBO como um microcosmo das dinâmicas de trabalho, lazer e mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.

A tese discute como a precarização do trabalho, mediada por algoritmos e plataformas digitais, transforma a relação dos estafetas com o espaço urbano, enfatizando a tensão entre autonomia aparente e controle efetivo. Além disso, analisa as implicações da informalidade e da falta de regulamentação laboral para a vida cotidiana dos trabalhadores imigrantes, destacando as estratégias de adaptação e os desafios enfrentados por esses indivíduos em seu processo de inserção social e econômica.

Os resultados revelam que, apesar das condições de trabalho adversas, os estafetas criam redes de apoio e pertencimento que ressignificam os espaços urbanos e questionam as dinâmicas excludentes do capitalismo de plataforma. Este estudo contribui para os debates sobre a *gig economy*, imigração e urbanismo, propondo reflexões sobre a necessidade de regulamentação justa e inclusão social no contexto da uberização.

Palavras-chave: Imigração; Uberização; Sociabilidade; Precarização

Abstract

This thesis examines the social, economic, and spatial dynamics experienced by Brazilian immigrant couriers in Portugal in the context of the platform economy and the uberization of work. Starting from an interdisciplinary approach that combines sociology, anthropology, and urban geography, the study investigates how these workers, placed in precarious labor conditions, construct social relationships, identities, and practices of resistance in public and private spaces. Based on participant observation, interviews, and document analysis, the research focuses on the UBBO shopping center as a microcosm of work, leisure, and mobility dynamics in the Lisbon Metropolitan Area.

The thesis discusses how the precarization of work, mediated by algorithms and digital platforms, transforms the relationship of couriers with urban space, emphasizing the tension between apparent autonomy and effective control. Furthermore, it analyzes the implications of informality and the lack of labor regulation for the daily lives of immigrant workers, highlighting the adaptation strategies and the challenges faced by these individuals in their process of social and economic integration.

The results reveal that, despite adverse working conditions, the couriers create networks of support and belonging that re-signify urban spaces and question the exclusionary dynamics of platform capitalism. This study contributes to the debates on the gig economy, immigration, and urbanism, proposing reflections on the need for fair regulation and social inclusion in the context of uberization.

Keywords: Immigration; Uberization; Sociability; Precarization

Índice

RESUMO	V
ABSTRACT	VII
ÍNDICE	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - PRÁTICAS ESPACIAIS E SOCIABILIDADES DOS TRABALHADORES DE PLATAFORMAS EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA	7
1.1. DA PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO À PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	8
1.2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	12
1.3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
1.3.1. <i>Definição de um tema: do processo interdisciplinar à vivência em campo</i>	16
CAPÍTULO 2 - NOTAS SOBRE A GIG ECONOMY: UMA ANÁLISE DA PRECARIEDADE LABORAL NA ERA DIGITAL	21
2.1. A ECONOMIA DE PLATAFORMA E SUAS MANIFESTAÇÕES EM PORTUGAL.....	21
2.2.1. <i>Processos de flexibilização do trabalho</i>	24
2.1.2. <i>Regulamentação e Precariedade: o Papel do Estado na economia de plataforma</i>	29
2.2. COTIDIANOS DE TRABALHADORES DE PLATAFORMA: ENTRE AUTONOMIA E CONTROLE.....	34
CAPÍTULO 3 - CARTOGRAFIA DA FRONTEIRA: MIGRAÇÃO, HABITAÇÃO E GÊNERO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA.....	41
3.1. BRASIL – PORTUGAL: TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	41
3.2. FRONTEIRAS DA HABITAÇÃO E TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	51
3.3. DO CLANDESTINO AO COMERCIAL: AS MÚLTIPLAS FACES DE UM TERRITÓRIO	54
3.4. O CENTRO COMERCIAL COMO FRONTEIRA: CONSUMO, EXCLUSÃO E SOCIABILIDADE	62
CAPÍTULO 4 - CHEGUEI! E AGORA?: TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS.....	65
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ESTAFETAS BRASILEIROS	67
4.2. REDES E CONEXÕES: PRIMEIROS PASSOS DO IMIGRANTE	70
4.3. A CASA: ENTRE O PRIVADO OU PARTILHADO	76
4.4. O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DOS BRASILEIROS COMO INTERSECÇÃO DA PRECARIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO	80
CAPÍTULO 5 - O “PEDAÇO” DOS ESTAFETAS IMIGRANTES: O CENTRO COMERCIAL COMO TERRITÓRIO DE SOCIABILIDADE	87

5.1. DO “BAIRRO ARTÍSTICO” A “PEDAÇO” DOS ESTAFETAS IMIGRANTES: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA	89
5.1.1. <i>Sociabilidade em Rede: A Formação do Grupo de Estafetas Brasileiros</i>	98
5.1.2. <i>Práticas e rituais: o Cotidiano dos Estafetas no Pedaço</i>	102
5.2. RUPTURAS E CONTINUIDADES: O “PEDAÇO” EM TEMPOS DE PANDEMIA	115
5.3. FIM DO PEDAÇO: DINÂMICAS TERRITORIAIS PÓS-PANDEMIA	121
5.4. UM FRAGMENTO DO “PEDAÇO”? PARA OS MAIS CHEGADOS: A TOCA DA SHAKIRA	138
CAPÍTULO 6 - COTIDIANOS EM MOVIMENTO: INVISIBILIDADE, CONFLITO E RESISTÊNCIA	141
6.2. PRECARIEDADE E PERRENGUES COTIDIANOS	144
6.4. TEMPOS DE LAZER COMO ESTRATÉGIAS PARA PERTENCER?	157
6.5. A RUA E O DIGITAL	163
CAPÍTULO 7 - A VIDA EM DUAS RODAS: UMA REFLEXÃO SOBRE UBERIZAÇÃO E FORMAS DE	
PERTENCIMENTO	175
7.1. A VIDA EM DUAS RODAS	177
7.2. A VIDA DO BRASILEIRO É DIFERENTE	181
7.3. O FIM DO “PEDAÇO” E A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ESTAFETA IMIGRANTE	187
CONCLUSÃO	193
FONTES	203

Índice de Figuras

Figura 1: População estrangeira residente em Portugal, por gênero (2019 a 2022)	49
Figura 2: População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 habitantes, por município da AML	52
Figura 3: Residentes estrangeiros no Distrito de Lisboa, por gênero	53
Figura 4: Bairros clandestinos e degradados em Amadora (Concelho da Amadora, 1983)	55
Figura 5: Empreendimentos, a habitação social em Amadora	56
Figura 6: Bairro Casal da Mira e UBBO entre rotundas (2022)	57
Figura 7: Empreendimentos: o habitacional e o comercial (Google Maps, 2024)	59
Figura 8: Horta urbana no canteiro próximo ao centro comercial	60
Figura 9: Caracterização dos estafetas no “pedaço”	68
Figura 10: Caracterização dos estafetas após a reestruturação do “pedaço”	69
Figura 11: Requisitos para o cadastro de estafetas nas plataformas	83
Figura 12: The Hood: as lojas em contentores e as esplanadas (2023 e 2024)	91
Figura 13: The Hood: instalações artísticas (2020)	93
Figura 14: Diferentes interações no The Hood (2024)	96
Figura 15: Grupo de estafetas que frequentam o pedaço The Hood (2019 a 2021)	99
Figura 16: Municípios pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (INE, 2022)	100
Figura 17: O “pedaço” do grupo de estafetas brasileiros (2019 a 2021)	103
Figura 18: The Hood: acesso aos veículos, sentido Leroy Merlin	105
Figura 19: Pausas para as refeições no The Hood (2020)	106
Figura 20: Entre contentores, os espaços discretos (2024)	108
Figura 21: Estafetas à espera de entregas, locais estratégicos (2020)	110
Figura 22: Estafetas “aguardam” nas esplanadas (2020)	111
Figura 23: Do lado oposto: os estafetas “da rua”	117
Figura 24: Uma partida de ping-pong no The Hood, em tempos de pandemia (2020)	121
Figura 25: Transmissão de uma partida de futebol e as atividades de lazer	123
Figura 26: Estafeta aguarda o pedido no The Hood (2024)	124
Figura 27: Transformações no pedaço, pós pandemia	127
Figura 28: Acessos ao cais de carga e descarga, portão dos estafetas (2023)	128
Figura 29: Do cais ao The Hood, o novo trajeto dos estafetas (2023)	129
Figura 30: O The Hood, por caminhos proibidos (2023)	132
Figura 31: O The Hood para clientes, sem clientes e estafetas isolados (2023 a 2024)	134
Figura 32: A lanchonete, um “pedaço” para os (ex)estafetas brasileiros (2024)	138

Figura 33: Estafetas com contas arrendadas e próprias	145
Figura 34: Proibição de entrada com mochilas (2023)	153
Figura 35: Os usos das mochilas térmicas no shopping (2023)	154
Figura 36: Mochilas térmicas “aguardam” (2022 e 2023).....	155
Figura 37: Estafeta com mochila térmica em loja (2023).....	156
Figura 40: Posicionamento contra condições precárias (Instagram).....	165
Figura 41: Mobilizações nas redes sociais (Instagram)	166
Figura 42: Publicações e interações nas redes sociais (Instagram)	168
Figura 44: A bandeira do time de futebol, a moto e o UBBO (Instagram, 2024).....	170
Figura 45: As publicações de um estafeta imigrante (Instagram, 2023 a 2024)	172
Figura 46: Prática do esporte BMX (Instagram, 2016)	177

Introdução

Nos últimos anos, as transformações impulsionadas pela economia de plataformas e pela digitalização dos mercados de trabalho têm redefinido as relações laborais e sociais em contextos urbanos. Esse fenômeno, frequentemente referido como "uberização", representa não apenas uma reorganização das dinâmicas econômicas, mas também o surgimento de novas formas de precarização laboral, especialmente entre trabalhadores migrantes. No centro desse processo, os estafetas – trabalhadores de plataformas de entrega – assumem um papel emblemático, transitando entre espaços públicos e privados em busca de sustento, enquanto enfrentam desafios que vão desde a falta de regulamentação laboral até as tensões inerentes ao status de imigrantes.

A presente tese investiga como esses trabalhadores, majoritariamente brasileiros, vivenciam o cotidiano na Área Metropolitana de Lisboa, destacando o impacto das plataformas digitais em suas trajetórias pessoais, profissionais e sociais. A análise foca-se na intersecção entre trabalho precarizado, imigração e espaço urbano, explorando como a ausência de contratos formais, o controle algorítmico e a informalidade se refletem em práticas de mobilidade, sociabilidade e identidade.

Neste contexto, o centro comercial UBBO emerge como um cenário privilegiado de observação, configurando-se como local de trabalho, lazer e convivência para esses atores sociais. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que combina métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa propõe compreender como os estafetas ressignificam os espaços urbanos em meio às contradições de uma economia digital que, ao mesmo tempo, promete autonomia, mas frequentemente entrega precariedade.

As primeiras observações nos espaços do centro comercial, ocorreram em dezembro de 2019, quando comecei a trabalhar em um restaurante. A atuação laboral nos mesmos espaços que os estafetas frequentam possibilitou questionamentos sobre a precariedade laboral entre os atores imigrantes, os usos dos espaços urbanos e as relações de sociabilidade. Dessa forma, minha trajetória pessoal enquanto imigrante que trabalha nos espaços da restauração contribuiu para uma ativa observação enquanto participante, o que contribuiu para as reflexões no decorrer do processo.

Assim, este estudo busca responder às seguintes questões: Como as plataformas digitais influenciam a experiência laboral e social dos estafetas imigrantes? De que maneira esses

trabalhadores constroem redes de apoio e pertencimento em meio às adversidades? Quais são as implicações dessa forma de trabalho para o direito à cidade e para as dinâmicas urbanas contemporâneas?

Para abordar essas questões, a tese está estruturada em sete capítulos. O primeiro apresenta uma revisão teórica sobre urbanismo, precarização do trabalho e sociabilidade em tempos de plataformas digitais. O segundo e o terceiro capítulos discutem o contexto histórico e socioeconômico da imigração brasileira em Portugal, com destaque para as condições laborais dos trabalhadores uberizados. O quarto capítulo analisa o impacto da chegada desses imigrantes e sua inserção em mercados de trabalho precarizados. O quinto foca no UBBO como um microcosmo das dinâmicas de trabalho e convivência dos estafetas, enquanto o sexto explora as expressões cotidianas de resistência, desgaste e pertencimento. O sétimo capítulo apresenta reflexões sobre pertencimento, a partir da história de vida e as percepções de um estafeta. Por fim, as considerações finais destacam as contribuições do estudo e propõem reflexões sobre a necessidade de regulamentação e inclusão social.

O primeiro capítulo, “Práticas Espaciais e Sociabilidades dos Trabalhadores de Plataformas em Contexto Imigratório: construção de uma problemática”, propõe uma contextualização geral da investigação, com uma breve reflexão sobre as questões teóricas e metodológicas. Enfatiza, portanto, a produção do espaço urbano e dos espaços de sociabilidade a partir do contexto das plataformas urbanas.

No segundo capítulo, “Notas sobre a Gig economy: uma Análise da Precaridade Laboral na Era Digital”, observa-se o contexto de consolidação do mercado gig e das atividades uberizadas que estimulam a informalidade e a precarização laboral. Em Portugal, as transgressões nos direitos trabalhistas ocorreram em decorrência de interesses dos privilegiados econômicos e aproveitadas pelas empresas plataformizadas (Soeiro, 2015; Dias, Kovács e Cerdeira, 2020). O discurso do empreendedorismo contrasta com a pouca autonomia do trabalhador, em um ambiente de precariedade e instabilidade que remete aos grupos historicamente precarizados. A regulamentação do trabalho uberizado reflete um processo desigual que valoriza os interesses de setores econômicos em detrimento dos trabalhadores. Destaca-se que a precarização do trabalho atinge níveis elevados quando se considera a situação dos imigrantes que não são regularizados no país.

O terceiro capítulo, “Cartografia da Fronteira: Migração, Habitação e Gênero na Área Metropolitana de Lisboa”, ressalta o contexto da tendência imigratória do Brasil para Portugal, nas últimas décadas. As situações políticas e econômicas tiveram impacto nas correntes migratórias que tiveram crescente popularização a partir da década de 1990 (Góis, et al., 2009;

Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021; França e Padilha, 2020). Nesse período, houve a inserção de grupos com baixa qualificação profissional e a crescente participação das mulheres que os levaram aos trabalhos flexíveis e precários. No Brasil, a crise política e econômica trouxe maiores índices de desemprego, flexibilização laboral e polarização política na última década. Para além dos incentivos à imigração, a situação aponta um reforço da corrente migratória instalada (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021). O acréscimo de imigrantes ao longo dos anos, inclusive da imigração feminina, consolidou para que os atores imigrantes permanecessem no mercado de trabalho precarizado.

A dimensão metropolitana confere aos estrangeiros um amplo mercado laboral informal. Resultado da falta de fiscalização, os “falsos” recibos verdes e as atividades laborais uberizadas contribuem para esse contexto. Ao passo que o mercado imobiliário é responsável por assentar os atores vulnerabilizados nos bairros afastados do centro. Assim, confere as rendas acessíveis em bairros de origem clandestina, como nas fronteiras dos municípios de Amadora, Sintra e Odivelas.

O quarto capítulo, “Cheguei!” E agora?: Trajetórias de Inserção dos Imigrantes Brasileiros busca compreender os processos vivenciados por esses trabalhadores, como a mobilidade dimensionada em diferentes escalas (internacional e local). No primeiro momento procura caracterizar o perfil dos atores. Verifica-se que os estafetas vivenciam cotidianamente uma situação de fronteira, do desconhecido, e que, ao mesmo tempo, possibilita a criação de intimidade com os espaços urbanos (bairros, ruas, casas, horário de pico, tempo de trajetos, entre outras situações). Para tanto, constata-se a importância das conexões dos imigrantes com os familiares e amigos no que se refere às instalações iniciais, nos quesitos burocráticos, referentes à documentação, e com as indicações de vagas de emprego.

O quinto capítulo, “O “pedaço” dos estafetas imigrantes: o centro comercial como território de sociabilidade”, ressalta as transformações nos usos do espaço The Hood, desde a inauguração. O novo espaço, apresentado como “bairro artístico”, faz alusão aos interesses comerciais que se utilizam dos espaços interativos e lúdicos para atender à demanda de um mercado. No primeiro ano, os estafetas eram os principais atores a utilizar o espaço enquanto trabalhavam e nos momentos de lazer. Identifica-se um grupo de estafetas que interagiam entre si em momentos de confraternização e trabalho. A utilização de determinados objetos, como as

mochilas, pelos estafetas e os interesses compartilhados decorrentes da experiência da imigração contribuíram para a criação de um "pedaço"¹.

Com o decorrer da pandemia, novos estafetas passam a utilizar o espaço. A presença de estafetas que circulam por outros pontos da cidade, considerados os “da rua”, interfere nas dinâmicas laborais estabelecidas pelos antigos estafetas, como o uso de “robozinhos”, uma prática que interfere na distribuição de corridas a partir do GPS. Para além disso, a presença de inúmeros estafetas pelo espaço altera as dinâmicas locais. A administração central cria um espaço exclusivo, nos fundos do centro comercial, para os estafetas permanecerem nos tempos de trabalho. A estratégia de realojamento trouxe significativo impacto nos usos dos equipamentos dispostos no The Hood, os encontros dos estafetas nas esplanadas deixavam de ser frequentes. Em complemento, a transformação do “pedaço” alude a outros fatores, como os interesses individuais dos estafetas, com a imigração para outros países e a mudança de emprego.

A partir das estratégias utilizadas pelos estafetas “da rua”, as relações entre os trabalhadores apresentam-se com desconfiança e expressam a “perda do sentimento coletivo” (Han, 2020). Portanto, os “trajetos” realizados no centro comercial são realizados com o objetivo de evitar a presença do “outro”. O espaço The Hood se ressignifica, de meados de 2022 a 2024, os estafetas utilizam o espaço como um local de isolamento social. Tais questões são expressões do capitalismo de consumo que suprimem as emoções e a liberdade dos trabalhadores e que apresentam o desgaste cotidiano e a falta de reconhecimento de si. Por fim, identifica-se uma extensão do antigo “pedaço” configurado pelos estafetas brasileiros(as), que se apresenta como refúgio para ER1 e os amigos ex-estafetas. Nesse espaço, os atores se reúnem para tomar o café e manter as conversas cotidianas, de modo a promover uma conexão com as origens nos encontros com os amigos e com o resgaste culinário.

O sexto capítulo, “Cotidianos em movimento: invisibilidade, conflito e resistência”, demonstra as limitações nos direitos dos trabalhadores à cidade. A invisibilidade e o desgaste se apresentam como características cotidianas e delimitam o contexto de precarização. O impacto dessas relações assume proporções de níveis mentais e físicos do trabalhador, o que dificulta a consciência e o próprio controle acerca das práticas cotidianas vivenciadas. Para tanto, observa-se que a práxis dos trabalhadores se determina com o “mover-se” nos espaços físicos, do imaginário e da vivência, os quais dão sentido, como Martins (2005, p. 12) descreve,

¹ Adiante, será apresentada uma definição mais detalhada do termo "pedaço", conforme estabelecido por Magnani (1992).

“a um viver sem sentido”. Para além da precariedade laboral exposta pelas plataformas, as redes sociais são as que conectam os imigrantes aos familiares e amigos que ficaram no Brasil. A memória do que foi deixado e os laços com os entes, muitas vezes, representam os momentos de consciência do vivido pelos estafetas. Para além da conexão com os familiares, diante da precarização e solidão, as redes sociais fornecem conteúdos que estimulam a comparação das experiências vivenciadas.

Em “A Vida em Duas Rodas: uma reflexão sobre trabalho e formas de pertencimento”, a partir da história de vida de um estafeta imigrante, propõe uma reflexão sobre os interesses pessoais do ator e as angústias que surgem na trajetória enquanto imigrante e trabalhador em situação de precariedade.

Por fim, a conclusão apresenta as reflexões acerca do impacto da uberização nas trajetórias individuais e coletivas dos trabalhadores. A partir de uma análise entre trabalho precarizado, imigração e dinâmicas urbanas revela-se as transformações no espaço e nas dinâmicas de sociabilidade dos estafetas.

Verifica-se que o olhar direcionado para as trajetórias e experiências dos atores, em suas especificidades, apresenta-se como um elemento de importância para a construção de um debate justo. Este trabalho não apenas busca dar visibilidade aos desafios enfrentados pelos estafetas imigrantes, mas também contribuir para os debates acadêmicos e políticos sobre imigração, trabalho precarizado e urbanismo em contextos de plataformas digitais.

Capítulo 1 - Práticas Espaciais e Sociabilidades dos Trabalhadores de Plataformas em Contexto Migratório: construção de uma problemática

O estudo proposto contempla a interseção entre imigração, plataformização do trabalho e as práticas de sociabilidade, a partir do cotidiano dos estafetas brasileiros. Diante o contexto da plataformização urbana, a pesquisa busca perceber as influências e os impactos das plataformas nas dinâmicas laborais e na construção social dos trabalhadores inseridos nesta dinâmica. Para isso, observa-se a produção de um espaço urbano repleto de conflitos e incoerências, que presume a disputa de interesses em que os atores sociais são colocados em detrimento dos interesses econômicos vigentes.

Embora o contexto da uberização assuma as interações econômicas no campo digital, o espaço urbano se torna palco de atuação para os estafetas imigrantes. Em condições laborais periféricas e conflituosas, os espaços de atuação laboral são constituídos por interações que refletem a construção de redes de apoio e pertencimento, como formas de resistir as dificuldades vivenciadas. Assim, a conjuntura econômica e de imigração que reflete na Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresenta tais dinâmicas urbanas contemporâneas. O centro comercial UBBO, nesse sentido, foi escolhido a partir do seu relevante papel econômico, como concentrador de serviços/comércio local, e de sua localização urbana, entre os bairros de habitação acessível.

O centro comercial apresenta-se como um espaço de atuação laboral e social para os estafetas brasileiros. A partir da divisão do centro comercial por “setores” é possível investigar as interações dos trabalhadores e as transformações nos espaços de atuação – piso 1, lojas e praça de alimentação (FUUBO); piso 0, lojas, supermercado e hospital; a área externa (The Hood), lojas e atividades de lazer; piso -1, -2 e -3, estacionamento; acessos exclusivos, terminais de carga e descarga. Assim, a pesquisa parte da observação de campo, participante, que busca detalhar as características do grupo que concentra as interações cotidianas, laborais e de sociabilidade. O The Hood apresenta-se, portanto, como um “pedaço” de atuação que caracteriza especificidades do grupo, uberizado e imigrante, no centro comercial. A partir das “experiências locais”, das práticas laborais e sociais observadas em campo, se propõe uma reflexão sobre o “direito à cidade” reservado aos estafetas brasileiros.

1.1. Da Plataformização do Trabalho à Produção do Espaço Urbano

As dinâmicas sociais, refletidas no cotidiano, concebem diferentes espaços e territorialidades e são capazes de reproduzir, ressignificar e/ou romper com relações historicamente concebidas. As relações estabelecidas cotidianamente são compostas por diferentes intensidades no que se refere aos conflitos de interesses e às ambiguidades sociais que representam grupos econômicos, culturais e sociais, setores governamentais e os próprios atores em suas individualidades. Assim, os usos do espaço e do tempo correspondem ao conjunto de necessidades que são concebidas socialmente, ou seja, as relações sociais implicadas cotidianamente são expressões de interações no tempo e espaço. Ao enfatizar essas relações, propõe-se um estudo que discorra acerca da sociabilização dos atores imigrantes, os quais vivenciam uma situação de fronteira a partir das dinâmicas espaciais (nas relações dos espaços públicos e do privado, dos trajetos no cotidiano e da fronteira) e temporais (das relações sociais presentes no tempo histórico, da história da vida privada, dos usos do tempo no cotidiano - o tempo livre e trabalhado).

Na situação de fronteira, a mobilidade entre espaços que, em geral, os imigrantes vivenciam é intensificada na realidade dos trabalhadores que atuam como entregadores para as plataformas digitais. Nesse sentido, verifica-se que as plataformas atendem os interesses de setores econômicos voltados ao mercado digital – o *gig economy* – enquanto afirmam novas dinâmicas sociais, com ênfase no intenso uso de plataformas em atividades habituais, são capazes de realizar uma manutenção do trabalho terceirizado e precarizado. A incoerência é perceptível nos espaços onde transitam os trabalhadores imigrantes, a praticidade de acesso à plataforma digital para atender os pedidos de entregas não dá ao trabalhador a garantia de que o trabalho será realizado. O tempo de espera desses trabalhadores é indeterminado, a espera nos espaços públicos é uma condição, bem como os percursos por outros espaços, como trabalhadores imigrantes, uma rede de sociabilidade é criada. Os estafetas, como são reconhecidos, vivenciam dinâmicas que são capazes de (re)definirem a compreensão da identidade e das territorialidades.

Em termos gerais, a realidade vivenciada pelos estafetas expressa o tempo desvalorizado na sociedade que privilegia e apropria o tempo e o espaço como mercadorias, as horas trabalhadas não representam valor no mercado, o trabalhador ganha por entrega. Na era da tecnologia, o mercado, que valoriza cada segundo do consumidor, reflete e reproduz uma nova dimensão/territorialidades no espaço urbano. Faz-se necessário enfatizar, por sua vez, o impacto das plataformas no âmbito do urbano, que se apresentam como conjunto de relações e

interações, a partir do domínio digital e interesses do capital, nas dinâmicas sociais. Nesse sentido, verifica-se que a percepção do espaço urbano, moldado a partir das interações sociais e seus interesses, expressa a predominância de privilégios constituídos a partir do sistema econômico excludente. Esse argumento é apresentado por Harvey (2009) como um fato que ocorre mundialmente, com o crescente número de favelas e a histórica negligência ao direito à cidade, acrescentando a questão do “capital excedente” como um processo particularmente “macro”. Nesse âmbito, a partir das discussões de Robert Park e de Henri Lefebvre, considera-se que as cidades são produtos dos desejos humanos, que “ao fazer a cidade, faz-se a si mesmo”. O direito à cidade, nesse sentido, vai além do acesso ao que já existe e apresenta-se, como a possibilidade de transformá-la de acordo com os desejos.

No entanto, tais transformações são consolidadas a partir da premissa capitalista, os interesses que consolidam as transformações da/na cidade são voltados para a obtenção de maior excedente, com o escoamento do capital excedente em atividades ou fins lucrativos. A urbanização, a partir dessa perspectiva, possibilitou respostas em contrapartida à crise do capital excedente, em diferentes momentos históricos e países. No entanto, quaisquer ações de políticas neoliberais, instituídas com tais fins, privilegiam a elite político-econômica em detrimento da população, de modo que destaca as “cidades globais” que são formatadas a partir de uma divisão “entre elites financeiras e as grandes faixas de trabalhadores mal remunerados dos serviços mesclados aos marginalizados e desempregados” (Harvey, 2009, p. 16). Ou seja, o acesso à cidade neoliberal é restrito e objetiva reestabelecer/manter o sistema que sempre cria excedentes.

Dado esse processo, a literatura nos permite verificar que as dinâmicas sociais nas cidades são e estão dispostas para a competitividade diante dos interesses econômicos. Frente a esta afirmação, nos cabe levantar a seguinte questão: Os espaços urbanos, a partir das recentes inserções tecnológicas que transformaram as dinâmicas sociais e econômicas, manifestam que tipo de integração quando se trata dos atores que estiveram à margem historicamente? Para compreender as questões inerentes à inserção destes atores no espaço urbano em tempos de plataformização, propomos reconhecer a discussão de Santos (2007) a partir do contexto brasileiro, que enfatiza o termo “cidadania incompleta” para definir a situação dos cidadãos que não detêm o direito à cidade, que ocorre a partir do modelo de gestão e organização do espaço, a partir da perspectiva econômica capitalista. Para o autor, a participação social do indivíduo como cidadão, nessa dinâmica, é substituída pelo consumidor insatisfeito. As dimensões sociais que constituem os espaços urbanos, por mais específicas que sejam as dinâmicas territoriais estabelecidas, são passíveis de interações conflituosas e de uma cidadania subalternizada.

Observa-se, ainda, que a submissão dos indivíduos e de suas relações cotidianas foram possíveis a partir dos interesses de mercado e dos meios de comunicação já na constituição do Estado moderno, o que limita a formação de opinião e o exercício da liberdade do cidadão a partir dos meios burocráticos (Habermas, 1987). Desse modo, é possível apontar o precário acesso à cidadania, que limita o acesso e os usos dos equipamentos urbanos, à moradia, à privacidade, à mobilidade. Essa precariedade reflete um modelo/projeto definido entre Estado e mercado para agregar valores ao mercado, estabelecido por meios de modernização em que não são dispostas à parte dos atores sociais (Santos, 2007; Harvey, 2009; Maricato, 2002).

Com as transformações tecnológicas e a ênfase ao crescimento econômico de grupos favorecidos, a colocação do geógrafo brasileiro se mantém pertinente no que se refere à inserção dos atores no espaço como usuários, “em lugar do cidadão, formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (Santos, 2007, p. 21). O contexto que originou a discussão de Santos (2007) está relacionado ao processo de migração interna decorrente da desruralização no Brasil em meados do século passado. Nota-se que os processos de modernização são, em diferentes escalas, responsáveis por uma constante mercantilização dos espaços e dos próprios atores, inserindo novas dinâmicas no cotidiano vivenciado, como apresentado no caso dos estafetas imigrantes. O termo usuário, por sua vez, nos remete ao caráter de apropriação (que parte dos interesses de mercado e de setores privilegiados do capitalismo) acerca das práticas cotidianas vivenciadas pelos atores sociais. Nas últimas décadas, tais práticas concebem estes atores como produtos e produtores de um mercado digital em expansão, mesmo em países de divergentes situações socioeconômicas. Essa relação, que não estabelece vínculos de socialização e identificação dos indivíduos e que são caracterizados como clientes, passageiros, utentes, entre outros, exemplifica a relação criada a partir do espaço da sobremodernidade, apresentada por Augé (2005) como os “não-lugares”.

A partir da expansão das tecnologias digitais, percebe-se que as ferramentas digitais, apesar de abrangentes, não foram suficientes ou não possibilitaram maior participação aos cidadãos nas decisões referentes à vida/gestão urbana. Barns (2020) enfatiza que o cidadão inteligente, capacitado através da tecnologia para apoiar a esfera pública mais fluída, é marcado por um movimento de baixo para cima e é colocado contra a cidade inteligente, responsável por cooptar o espaço urbano a partir da união entre governo e empresas e que apresenta um movimento de cima para baixo, o qual concretizou a relação entre tecnologia da informação e gestão urbana. Nota-se que a sociedade de plataforma é resultado das disputas políticas e de seus diferentes atores, como sugerem van Dijck, Poell e de Waal, “The ideal platform society, which governance builds on homogeneous generic public values, obviously does not exist. Public

values need to be articulated in each sector and in each context because they are both stakes and outcomes in political and ideological contests” (2018, p. 139). Apontam, ainda, que no modelo de governança ideal os cidadãos teriam o poder de controlar seus dados pessoais e exercer o controle democrático sobre o fluxo e repositórios de dados coletivos. Nota-se que tais dados são geridos pelas empresas/plataformas sem a devida transparência.

As cidades inteligentes, conhecidas como *smart cities*, são concebidas a partir de iniciativas tecnológicas/digitais, de modo que a iniciativa das empresas de mapeamento, de condução e informação conduzem um modelo de infraestrutura urbana. Esse modelo é apresentado por Mattern (2017) como uma quarta revolução da infraestrutura urbana e sua principal crítica a esse movimento situa-se a partir do paradigma que enquadra a cidade como computador e a vida urbana como programável e sujeita a uma ordem racional. Assim, a cidade, enquanto modelo informático, condiciona o desenho urbano, o planejamento, a política e a administração. Enfatiza, ainda, a fragilidade dos efeitos da cidade inteligente na experiência quotidiana dos residentes, de modo que não concebem as dimensões cotidianas da vida urbana, dos diferentes atores, das especificidades culturais, experiências cotidianas locais, as quais não podem apenas ser processadas.

O termo plataforma, a partir do contexto digital, é denominado por Barns (2020) como uma estrutura capaz de estabelecer conexão entre software e hardware através de padrões designados. Nos anos 2000, com a ascensão das mídias digitais (da criação de conteúdos gerados pelo utilizador), as plataformas são enquadradas como o nível de comunicação que estabeleciam, deixando de lado a noção de programabilidade. De modo que as plataformas passam a ser compreendidas para além de uma ferramenta computacional, elas passam a moldar as condições de interação e sociabilidade em rede. As táticas do Google e Facebook remodelaram a arquitetura da Internet aberta, enquanto foram consistentes com as gerações anteriores de inovação de software (Barns, 2020; van Dijck, Poell, de Waal, 2018). Nesse sentido, van Dijck, Poell, de Waal (2018) definem a plataforma como uma arquitetura programável projetada para organizar interações entre usuários. Os autores apontam que as plataformas são constituídas por alguns elementos: “a platform is fueled by data, automated and organized through algorithms and interfaces, formalized through ownership relations driven by business models, and governed through user agreements” (2018, p. 9). A consolidação de um urbanismo de plataforma, a partir da intensificação dos usos das plataformas digitais e da gestão algorítmica, permitiu transformações nas dinâmicas dos territórios, nas práticas de mobilidade, do trabalho e na própria compreensão e inserção dos atores na sociedade, ou seja, em seus “processos de singularização” e “subjetivação”. As plataformas urbanas são parte de

um processo relacional entre instituições urbanas, interesses de atores (principalmente os que detêm os meios econômicos) e estratégias de governo que delimitam os projetos urbanos.

Nesse sentido, ao considerar o conjunto de relações que estruturam as questões sociais, destaca-se que as experiências dos atores em situações de vulnerabilidade favorecem a rede que estrutura as atividades laborais propostas pelas plataformas. Ao perceber tais interações, Rodrigues e Costa (2020) apontam para as dinâmicas geográficas vivenciadas por esses atores marginalizados que são essenciais para a concepção das chamadas “Práticas Espaciais Digitalmente Mediadas”. Tais práticas, segundo os autores, representam os conflitos que trabalhadores das plataformas vivenciam ao resolver as complexidades cotidianas apresentadas no espaço urbano e que as plataformas não dimensionam ao direcionar determinadas atividades ao trabalhador. Ou seja, a inserção dos atores sociais é determinante para a consolidação das plataformas, mesmo que isso não represente a emancipação de todos os cidadãos.

Para tanto, a inserção da economia das plataformas parte dos discursos e políticas associadas aos usos e gestão das plataformas nos espaços urbanos e, ao mesmo tempo, das práticas espaciais vivenciadas pelos atores. Em Portugal, em específico na Área Metropolitana de Lisboa e as plataformas digitais obtiveram apoio municipal e amplo espaço de atuação (Rodrigues e Costa, 2020). Nesse âmbito, houve um acréscimo das atividades laborais voltadas à prestação de serviços ao mercado digital e, ao mesmo tempo, a permanência de conflitos relacionados à dinâmica do trabalho, da mobilidade, da moradia, entre outras esferas cotidianas. Os conflitos sociais se mantêm com a dinâmica das plataformas urbanas, enfatizando os contrastes de interesses, dos diferentes atores, apresentados em diferentes territorialidades. Tais questões remontam a uma frágil inteligência urbana, como salienta Mattern (2017), uma vez que deveria compreender as experiências locais, a partir de uma observação participante e do envolvimento sensorial.

1.2. A Construção Social dos Espaços de Sociabilidade

É importante salientar que os interesses dos atores, as experiências locais (as práticas sociais e suas subjetividades), aliadas aos processos históricos e às dinâmicas com a natureza, são as que constituem um determinado território. Há, dessa forma, a constituição de diferentes territórios que se apresentam e proporcionam uma constante desterritorialização e reterritorialização no cotidiano vivenciado pelos atores (Deleuze e Guattari, 2010). Diante de tais questões, a pesquisa tem como objetivo compreender o imigrante brasileiro como um ator social que trabalha como estafeta para as plataformas de entrega, inserido no território do “outro” e que, portanto, busca

uma (re)inserção social. Nota-se que os imigrantes de nacionalidade brasileira em Portugal representam as maiores porcentagens em relação às outras nacionalidades. De 2019 a 2022, representaram respectivamente cerca de 25% a 30% do total de imigrantes que ingressaram no país (SEF, 2023). Na atual onda migratória, brasileiros buscam estabelecer-se pelo trabalho e, em menor intensidade, porém crescente, estão os que migram no intuito acadêmico e para realizar investimentos.

Parte considerável dos imigrantes recém-chegados assume a precariedade laboral como meio de sobrevivência, sem a possibilidade de contratos laborais, por falta de oferta, qualificação e/ou de documentos. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (1996) salientam acerca da mediação dos “ritmos e planos impostos” sobre as relações com o espaço e com o tempo. Os interesses do capital e o impacto das plataformas urbanas, para além de fatores como a vulnerabilidade vivenciada no processo migratório, promovem relações sociais específicas que são vivenciadas pelos estafetas imigrantes. Busca-se evidenciar, dessa forma, o impacto das plataformas urbanas na construção da identidade dos trabalhadores brasileiros imigrantes, os estafetas, e da subjetividade desses atores.

Para tanto, ressaltam-se as dinâmicas sociais, a partir do contexto de trabalho do estafeta, que são verificadas nas dimensões do espaço público, das práticas de mobilidade e da vida privada/nos espaços íntimos. As três dimensões apontadas apresentam, por sua vez, um complexo campo de relações, complementares nas práticas cotidianas e na construção de uma identificação. Essas dimensões estabelecem práticas de sociabilidade em diferentes espaços e tempos. Como enfatiza Agier (2011), há uma relação entre os espaços domésticos e a mobilidade na construção de múltiplas sociabilidades a partir de uma “cidade familiar”.

Observa-se que a realidade vivenciada entre os espaços define as percepções dos atores. De forma que se determina o “modo de estar-no-mundo”, como destaca Agier (2011, p. 116): “essa tensão entre os mundos e os espaços familiares, por um lado, e os que continuam a ser remotos e desconhecidos, por outro, determina a nossa maneira de estar-na-cidade”. Nesse sentido, destacam-se as transições entre os espaços, as quais são determinantes nas primeiras percepções dos atores, os quais são identificados como imigrantes e estafetas. Definidos a partir dos trajetos realizados na escala (inter)nacional, do Brasil a Portugal, e entre bairros, na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Essas dinâmicas configuram novos ritmos e percepções aos atores que, no primeiro momento, buscam estabelecer-se no local e, depois, na criação de laços de vizinhança e familiarização nos “trajetos” percorridos.

A atenção voltada aos espaços da vida privada/nos espaços íntimos da casa é essencial, uma vez que se configura como parte importante e complementar para compreender o cotidiano

dos/as estafetas. Sob a perspectiva de Agier (2011), observa-se que a sociabilização e a própria individualização são manifestas, no primeiro momento, no contexto da casa. A partir dessa compreensão, são nos espaços privados – na casa – que surgem as primeiras dinâmicas de sociabilização dos imigrantes recém-chegados. A escolha do bairro, a casa compartilhada ou individual, a privacidade da família, as relações entre moradores e de vizinhança são as primeiras redes e ligações sociais realizadas. Tais ligações, ainda, condicionam as relações que ocorrem nos espaços públicos – na própria rua, no acesso aos equipamentos urbanos, no trabalho e, até mesmo, nos lares.

Os espaços públicos dão suporte, até mesmo representam um espaço de fuga, diante da falta de recursos nas condições do habitar. O espaço público possibilita e intensifica a integração e as relações cotidianas (em questões de âmbito cultural, linguístico, estratificação social e no próprio “estigma” de ser um estafeta) - tanto dos estafetas no que se refere aos “outros”, quanto dos “outros” em relação a estes. Ao mesmo tempo que caracterizam um perfil identitário, nota-se que as formas identitárias são vistas como processos que se transformam dinamicamente e são resultados de integração e acolhimento, como se observa nos casos dos imigrantes (Cordeiro, 2012).

No centro comercial, chamado UBBO, devido à proximidade de suas casas e à concentração de restaurantes e sua consequente demanda por trabalhadores de entregas, vivenciam-se relações de trabalho, de lazer e de encontros dos estafetas imigrantes. Esse apresenta-se como um *shopping resort*, inaugurado em 2009 e reformulado em 2019, a partir de um empreendimento internacional. Localizado no concelho da Amadora, a própria vizinhança representa os conflitos de moradia e de suas irregularidades. Os principais bairros clandestinos (Brandoa, Alto dos Moinhos, Casal da Mira, Casal de Cambra, A da Beja e Pontinha – este último classificado pelo concelho da Amadora, em 1981, como bairro degradado), com origem por volta de 1970, surgiram com a construção de moradias irregulares. Para além das moradias construídas irregularmente, há recentes construções de prédios de habitação popular. Outro aspecto de relevância são as estradas (A16 com a A9 e A36) que fazem conexões aos concelhos de Odivelas, Amadora e Sintra, que pertencem à Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Ao perceber o papel dos bairros “informais” próximos ao UBBO, em especial a Brandoa, em atender à demanda por habitações em meados do século XX, enfatiza-se aqui que tais bairros continuam a cumprir com a função diante da crise habitacional dos últimos anos. Pessoas em situações de vulnerabilidade financeira, jovens universitários e que estão iniciando a vida profissional e imigrantes encontram casas e/ou quartos com valores mais acessíveis fora de

Lisboa, destacando-se os elevados preços nas localidades centrais. Apesar de valores mais acessíveis, a privacidade e as condições estruturais da casa nem sempre são as ideais. Nesse sentido, o espaço público representa refúgio para quem vivencia o ambiente doméstico com poucas condições de privacidade e de relações precárias no espaço da casa. Uma relação percebida em outros momentos, os quais evidenciaram a precariedade dos espaços domésticos e das condições de habitação. Historicamente, as relações de convívio de grupos marginalizados, nas ocupações destes espaços, assumem um perfil de resistência. Representam, portanto, uma forma de impor reconhecimento, como um “agir político”, de fazer valer o seu direito à cidade (Agier, 2015). Busca-se evidenciar o cotidiano, as contradições e as formas de resistência vivenciadas pelos estafetas imigrantes nos espaços públicos, para além da mobilidade e dos espaços íntimos, na configuração de uma sociabilidade e identidade.

1.3. Percurso Metodológico

O estudo propõe compreender como o contexto laboral precarizado, a partir do recorte da atuação de trabalhadores que atuam no modelo uberizado, interfere nas práticas cotidianas de um grupo de estafetas brasileiros nos espaços urbanos. Como já foi referido anteriormente, tem-se como principal quadro de análise as interações dos estafetas brasileiros no centro comercial UBBO. Antes de enfatizar as experiências e individualidades observadas em campo, os primeiros capítulos nos direcionam a uma abordagem teórica que nos revela o contexto em que se inserem os trabalhadores uberizados e imigrantes. Remete-se ao ponto de partida que permite adentrar as problemáticas evidenciadas em campo. Em complemento à abordagem teórica, o estudo resgata fontes diversas, como registros jornalísticos e oficiais, relatórios, imagens e cartografia, que complementam as percepções da atual conjuntura que se inserem os estafetas brasileiros. Os dados e os relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Emigração e Fronteira (SEF) contribuem para uma análise acerca da habitação e da imigração nas últimas décadas.

Em complemento aos dados oficiais, recolheu-se informações a partir da observação *online* nas páginas pessoais dos estafetas imigrantes e nos grupos, os quais os estafetas interagem. As publicações de imagens nas redes sociais, com o compartilhamento das localidades corroboram para o mapeamento digital dos trajetos cotidianos realizados (Hjorth e Pink, 2014). As interações nas redes sociais representam, ainda, uma extensão do vivido nos espaços urbanos, um exemplo foi a seleção de *memes* sobre a rotina de trabalho e as interações conflituosas apresentadas nos comentários do Instagram. Nota-se que a Internet se apresenta como

“indutores de atitudes e comportamentos” e é capaz de apresentar novos repertórios de socialização (Gonçalves e Baquero, 2018). As conexões em redes sociais se apresentam como uma referência cotidiana, conforme exposto pelo estafeta em entrevista.

Ao evidenciar os métodos que ressaltam as experiências individualizadas dos estafetas através de inquéritos informais, entrevistas e observação em campo pode-se revelar as trajetórias pessoais e os desdobramentos vivenciados no domínio laboral e nas redes de sociabilidade. Os inquéritos informais possibilitaram a coleta de dados gerais que caracterizam o perfil dos estafetas integrantes do grupo e participantes da pesquisa. A partir da disponibilidade do estafeta, que vivenciou toda as transformações observadas, foi realizada uma entrevista (aberta) gravada. Narrada por ER1, a entrevista complementou a pesquisa através do método autobiográfico. O método referenciado em Lewis (1970), possibilitou compreender as subjetividades ao conceder clareza à narrativa da sua própria história de vida. Outras entrevistas, informais, complementaram as discussões apresentadas no decorrer da pesquisa.

A pesquisa etnográfica parte da observação enquanto participante, vivenciada nos territórios de disputas, possibilita a escolha do tema que opulentemente se desdobra nos espaços urbanos. Com a experiência no “mundo do outro” (Mendes, 2003), ao trabalhar nos espaços da restauração, constituiu-se as primeiras interações em campo. Assim, para uma etnografia do contexto urbano se recorre a dois fatores descritos por Magnani (2009): a paisagem, como conjunto de espaços e equipamentos, e os atores sociais. Com a vivência interage-se com o grupo de trabalhadores. A partir da observação cotidiana, com a perspectiva “de perto e de dentro” (Magnani, 2009), as conversas e registros da rotina apontam para os elementos previsíveis e situações pontuais. Ao mesmo tempo, permite assinalar os elementos adversos, com as transformações decorrentes de fatores externos, como a pandemia, e das disputas “silenciosas” que resultam dos conflitos de interesses dos atores no espaço, tendo em vista a rede de trocas se estabelecem.

1.3.1. Definição de um tema: do processo interdisciplinar à vivência em campo

Os estudos interdisciplinares possibilitaram, desde o mestrado, novas perspectivas teóricas e metodológicas. As disciplinas e as relevantes discussões acadêmicas, propostas pelo curso de doutorado, trouxeram as principais questões discutidas no âmbito dos estudos urbanos. Para além das discussões oferecidas no âmbito acadêmico que trouxeram à luz as problemáticas que inserem o contexto português, destaca-se a experiência da imigração que se consolidou a partir do curso de doutorado e com o trabalho no setor da restauração, que se apresentou como principal recurso de financiamento desse projeto. Desse modo, a partir da experiência cotidiana

vivenciada nos espaços urbanos que empregam os trabalhos precarizados, foi possível evidenciar algumas das problemáticas em que se inserem os trabalhadores imigrantes. Nesse sentido, a escolha do tema da pesquisa foi resultado de um processo de observação enquanto participante.

Em setembro de 2019, ao trabalhar em um restaurante nas proximidades de Saldanha, em Lisboa, foram realizadas as primeiras observações acerca dos estafetas. Após o horário de almoço, entre as quinze horas e dezesseis horas, chegavam grupos de trabalhadores uberizados para a refeição. Apesar de visualizar os estafetas na rotina de trabalho, naquele momento não estabeleci, de imediato, a problemática que se inserem estes trabalhadores. Nesta época, recém-chegada, estava impressionada com o tipo de trabalho proposto pelo restaurante que, sem contrato de trabalho, empregavam imigrantes ou descendentes de imigrantes. O trabalhador imigrante atuava por cerca de doze horas no estabelecimento, contando com as duas horas de pausa para a refeição. O horário bipartido, como é conhecido popularmente, permite que o empregador aplique uma pausa entre os turnos de atuação. O que condiciona o trabalhador a permanecer no estabelecimento ou nas áreas próximas, uma vez que não é tempo suficiente para ir à casa ter o descanso do trabalho. Esse contexto provocou a primeira indignação e questionamento sobre os direitos dos trabalhadores em situações laborais precarizadas no país, principalmente nos campos de atuação dos imigrantes.

Em novembro do mesmo ano, optei por trabalhar em um bairro próximo à casa. Precisava otimizar o tempo para estudar, agora em regime de contrato laboral, em escala bipartida e com uma folga semanal. Ingressei como atendente de mesa num restaurante no centro comercial UBBO, em um restaurante no recém-inaugurado The Hood. Assim, foi possível presenciar outras realidades de precariedade, vivenciadas por trabalhadores imigrantes. A situação dos estafetas imigrantes me chamou a atenção. A minha rotina de trabalho integrou-se aos questionamentos que se materializaram, ao longo dos dias, no projeto de pesquisa. Tal conceção detalha uma espécie de “teoria vivida”, nos moldes que referenciam a abordagem que Gilberto Velho fez, que parte do “nós” e não apenas dos “outros” (Vianna, et al., 2013). Ao conhecer os estafetas e suas dinâmicas, foi possível identificar que havia uma precariedade laboral próxima do que outros imigrantes sem contrato vivenciam (como salários baixos, carga horária elevada e folgas indeterminadas). A liberdade e autonomia do trabalhador não são evidenciadas, como os discursos que representam o modelo econômico apontam.

Nota-se que parte considerável da vida desses trabalhadores se passa no espaço público. O centro comercial UBBO representa o local de trabalho como uma “mancha”, ao referenciar o conjunto de categorias estabelecidos por Magnani (2009), nota-se que a “mancha” se apresenta

como uma área do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam uma atividade ou prática predominante. Ao mesmo tempo, o centro comercial, em específico o The Hood, constitui um espaço de sociabilidade em uma dinâmica entre o privado e o público. Tais interações constituem o “pedaço”.

Pedaço designa aquele domínio intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que relações formais ou individualizadas que se estabelecem no espaço público (Magnani, 2009, p. 110).

Dessa forma, para além do trabalho, outras dinâmicas ocorrem nesse espaço e expressam seus interesses pessoais (ao nível de relacionamentos amorosos, de grupos de “apoio” financeiro, trocas de informações relacionadas às casas para arrendamento, entre outras). Os “trajetos” se apresentam como “os fluxos recorrentes no espaço da cidade e no interior das manchas urbanas” (Magnani, 2009, p. 110). Os deslocamentos entre os espaços é uma prática evidente no cotidiano laboral dos estafetas que transitam por vários pontos no decorrer do dia. No entanto, remetem uma possibilidade de fugir de determinados “pedaços” e “manchas”, das interações e dos conflitos entre um grupo ou outro. Apesar de (re)significar o espaço, trazendo momentos de diversão e descontração, os estafetas vivenciam o conflito, a hostilidade e a invisibilidade. A pesquisa busca visibilizar os/as estafetas imigrantes enquanto atores sociais que têm seus interesses e que sociabilizam em espaços múltiplos cotidianos.

1.3.2. A escolha do UBBO, um território de disputas

O UBBO se apresenta como um relevante palco que conflui as dinâmicas de estafetas brasileiros que vivenciam o contexto laboral nos espaços públicos, esse fato contribuiu para uma ativa observação. Destaca-se que a pesquisa parte da observação das interações e das narrativas vivenciadas pelos trabalhadores nos espaços urbanos e que se complementa no âmbito da vida privada. A observação aproximada revela, portanto, as especificidades e complexidades das relações vivenciadas no centro comercial, que se apresenta como um território de disputa.

A recolha de informações, no decorrer da pesquisa, pautou-se na observação cotidiana enquanto participante. Como já referi, nesse primeiro momento, em dezembro de 2019, ingressei como empregada de mesa em um restaurante no espaço The Hood, localizado no centro comercial UBBO. A constante presença no espaço de atuação dos estafetas brasileiros permitiu a aproximação dos atores que ali frequentavam, houve receptividade dos estafetas para colaborar com a pesquisa, principalmente do grupo masculino. A constante atuação em

campo permitiu uma lenta aproximação das mulheres, que não estavam tão abertas às perguntas. Assim, respeitando o interesse e a disponibilidade dos estafetas, foi possível caracterizar os laços de amizade constituídos, bem como definir os limites de atuação destes atores no espaço The Hood.

A recolha de informações ocorria nos “tempos livres”, entre uma pausa e outra, a partir de conversas informais e da escuta ativa das interações entre os estafetas. Apesar do privilégio que a localidade oferecia, esse contexto não me permitia ter um caderno de anotações, os registros foram realizados nos blocos de notas que utilizava para retirar os pedidos dos clientes. Essa estratégia permitiu que determinados acontecimentos não se perdessem na memória. Em complemento às anotações cotidianas, foram realizados registros fotográficos.

O período de observação coincidiu com o início da pandemia Covid-19. A observação foi interrompida por cerca de três meses. Dois fatores contribuíram para o afastamento: o meu desligamento da empresa e as medidas restritivas que reduziram a mobilidade dos atores nos espaços públicos. Ressalta-se que o novo contrato laboral oferecido pelo restaurante, a partir da grande demanda por *takeaway*, contribuiu para o meu rápido retorno ao espaço The Hood e, assim, foi possível verificar as interações a partir de um espaço “exclusivo” para o grupo de estafetas brasileiros. No decorrer do ano de 2020, percebeu-se a inserção de novos estafetas, de distintas origens, que aguardavam os pedidos nos espaços do centro comercial. Foi aplicado um breve questionário, de modo informal, na intenção de perceber o perfil destes atores. No geral, foi possível identificar que a pandemia contribuiu para a inserção de atores de outras nacionalidades, uma vez que iniciaram as atividades em decorrência do desemprego e/ou da necessidade de complementar a renda familiar neste período. Com o intenso fluxo de chegada e saída dos estafetas, a localidade onde os mesmos aguardavam (do lado contrário ao restaurante onde trabalhava) e meu escasso tempo livre, não me permitiram recolher dados suficientes para uma análise quantitativa acerca dos novos estafetas que passaram a atuar no centro comercial.

O final do ano de 2020 foi marcado por mudanças drásticas no espaço The Hood, o centro comercial criou um acesso exclusivo aos estafetas. Este acesso evitava que os estafetas circulassem, do mesmo modo que anteriormente, nos espaços do The Hood. Ao mesmo tempo, dificultou o ritmo das observações de campo. Nesse mesmo período, passei a trabalhar em outro restaurante, na parte central do The Hood. Com as restrições, no decorrer do ano de 2021, o grupo de estafetas brasileiros deixou de frequentar os antigos restaurantes, aquele “pedaço” concebido como, praticamente, “exclusivo” do grupo. Os encontros, cada vez menos habituais, passaram para a esplanada do restaurante no canteiro central. Nesse sentido, foram observadas as transformações do espaço e suas recorrentes disputas e conflitos.

As histórias pessoais foram contadas no decorrer desse período, em conversas cotidianas no restaurante. Destaca-se que, a partir da dinâmica do restaurante, meu tempo em conversas cotidianas reduziu drasticamente. Em alternativa a isso, com meu acesso “liberado” nos corredores internos do centro comercial, de modo a não chamar a atenção da equipe de segurança, passei algumas tardes com os estafetas no cais de carga e descarga. Esses acessos, que ocorreram no ano de 2022, me permitiram adentrar nos relatos cotidianos e nas histórias pessoais dos estafetas que passaram a trabalhar no decorrer da pandemia. Por outro lado, com os estafetas remanescentes do “pedaço” foi possível identificar as trajetórias dos demais colegas que já não atuavam no centro comercial.

Em setembro de 2023, deixei de atuar no restaurante. Para além da carga física, houve o desgaste mental, o ritmo de trabalho imposto (as horas extras e as escalas divididas em três turnos distribuídos irregularmente) não proporcionou o tempo “livre” necessário para uma análise de campo eficiente. A decisão de sair do emprego foi importante no que tange ao processo de revisão bibliográfica e uma análise mais profunda do contexto vivenciado em campo, estipulando as contribuições teóricas ao empírico. Ainda assim, com a limitação de ser apenas uma “usuária” dos serviços oferecidos, continuei a frequentar os espaços do UBBO. Nesta última fase, no decorrer do ano de 2024, meus acessos ao cais foram limitados. Apesar disto, foi possível acompanhar o estafeta ER1 e o casal EE1 e EF1 nos seus espaços de atuação, profissional e da vida privada. Foram realizadas entrevistas abertas, no intuito de estabelecer as conexões entre a vida privada, a sociabilidade e o contexto laboral vivenciado nos espaços urbanos, enquanto imigrantes e uberizados.

Por fim, ao considerar as questões éticas, foram suprimidos os nomes dos estafetas participantes. Optou-se por manter o centro comercial UBBO, por duas razões: a primeira refere-se ao posicionamento geográfico, considerou-se a importância de compreender as dinâmicas do espaço urbano em que se insere o “pedaço” em questão. Destacam-se as discussões sobre a influência que o centro comercial apresenta, com a concentração de serviços, nos bairros vizinhos, os quais abrigam parte dos trabalhadores. A segunda razão relaciona-se às interações e às dinâmicas “locais” que ocorreram nos espaços do centro comercial. Ao suprimir as fotografias e mapas, perder-se-ia um conjunto de elementos na caracterização dos espaços observados.

Capítulo 2 - Notas sobre a Gig economy: uma Análise da Precariedade Laboral na Era Digital

O discurso que promove o modelo de uberização para a classe trabalhadora aponta para a facilidade de acesso a uma renda extra, sem vínculos burocráticos, e que oferece liberdade e autonomia aos trabalhadores. Apresenta-se como uma oportunidade de empreender em tarefas diárias simples, de forma que os trabalhadores possam complementar suas rendas em aplicativos, compartilhando serviços (como entregadores, motoristas e até como anfitriões em suas casas). No entanto, essa modalidade de trabalho apresenta contradições referentes ao empreendedorismo de seus trabalhadores, ao mesmo tempo, propicia condições precárias de trabalho.

Para além da abordagem realizada acerca do contexto do mercado de trabalho, a partir do modelo *gig economy*, do seu processo de regularização e dos dilemas apresentados, propomos compreender o estafeta, o trabalhador que presta serviços às plataformas, como um ator social. Busca-se abarcar as práticas cotidianas que constroem a identidade do estafeta, dentro de suas especificidades (de seus trajetos pessoais, seus desejos e suas experiências na vida privada) e de suas expressões que se manifestam nos momentos que vivenciam as práticas laborais.

2.1. A Economia de Plataforma e suas Manifestações em Portugal

Ao levantar as discussões que abordam o cotidiano de trabalhadores imigrantes, no âmbito da plataformização urbana, faz-se necessário pontuar o contexto econômico, numa escala global, em que se aplica o termo *gig economy*. A partir de então, define-se uma mudança nas relações de trabalho, em que os trabalhadores que atuam a partir das plataformas são transitórios, temporários e não estão vinculados aos modelos tradicionais de trabalho. Abílio (2019) denomina esses trabalhadores como “*just-in-time*”. O *gig economy*, para Garcia-Parpet e Bevilaqua (2020, p. 125), “veio a ser usado no sentido de um trabalho pontual, pequeno serviço, contratado de maneira independente. No contexto do conceito de *gig economy*, refere-se a trabalhos temporários ou *freelancer*”.

Propõe-se aqui, a partir de uma análise breve, observar as principais transformações sociais e econômicas direcionadas ao mercado de trabalho e a integração desses trabalhadores. Para

tanto, é possível ressaltar que os recursos tecnológicos utilizados para a concepção das plataformas digitais são essenciais para a atual dinâmica econômica (Garcia-Parpet e Bevilaqua, 2020). Nesse sentido, os fluxos financeiros e de informação aquecem o mercado econômico, de modo que “as plataformas se apropriam das lógicas de conexão e as potencializam como parte de uma estratégia – comercial sobretudo – que visa incentivar usuários a deixar rastros de suas relações, preferências etc.” (D’Andréa, 2020, p. 18). Os autores enfatizam, ainda, a multidimensionalidade que caracteriza as plataformas digitais. Tais características apontam as dinâmicas materiais, econômicas e políticas, as quais envolvem a conectividade *online* e, portanto, as plataformas.

As “técnicas”, os chamados recursos tecnológicos, como os softwares, os recursos de mapeamento (geolocalização) e o armazenamento de dados (nos espaços virtuais, nos bancos de dados), impulsionaram a adesão e o constante uso das plataformas. Os recursos tecnológicos, aplicados, em um processo global, em dispositivos utilitários aos usuários comuns (que, ao mesmo tempo, são potenciais consumidores de tais tecnologias), como nos smartphones e computadores portáteis, ampliaram a escala e o acesso às plataformas digitais. Atividades econômicas simples, como pagamentos de faturas, reserva em hotéis, compras em restaurantes, entre outras, passaram a ser realizadas a partir dos serviços disponibilizados pelas plataformas digitais. Essa adesão levou as empresas associadas ao mercado digital a se expandirem, da mesma forma que a demanda por mão de obra.

As plataformas digitais foram concebidas no contexto da economia compartilhada, as práticas associadas a esse tipo econômico são de acesso a bens e serviços. Dessa forma, as empresas que atuam a partir desta estrutura econômica oferecem um serviço de conexão entre dois tipos de usuários, os que oferecem determinado produto ou serviço e os interessados em consumi-los, os clientes. O eixo que define a economia compartilhada ou colaborativa, portanto, está estabelecido a partir do compartilhamento entre usuários (Botsman e Rogers, 2010). Contudo, enfatiza-se que, apesar da teoria do compartilhamento, as empresas não são compartilhadas (Belleflamme, 2017), os lucros das empresas se mantêm com referência ao tradicional modelo econômico estabelecido.

No que se refere ao recrutamento dos trabalhadores, as plataformas partiram da conjectura do empreendedorismo. Nessa dinâmica, o trabalho uberizado assume a característica do autônomo como principal atrativo proposto pelos defensores do sistema econômico vigente. Nota-se que a proposta laboral se baseia no complemento de renda e/ou em fazer uma renda extra para o trabalhador, um contexto que se aproxima das práticas existentes como o trabalho terceirizado, o “*freelancer*”. A partir dessa relação estabelecida, a plataforma não assume

responsabilidades patronais, assim, verifica-se que o trabalhador adquire os custos relacionados à prática laboral e o consumidor final avalia o serviço prestado (Sell, 2019). Na prática, o domínio do tempo de trabalho e do salário não são pautáveis para o trabalhador. A gestão do tempo trabalhado, da quantidade de entregas, dos valores estabelecidos por quilômetros, dos turnos trabalhados e, até mesmo, da definição dos dias das folgas não se inserem nos domínios do trabalhador uberizado.

Destaca-se, portanto, que a ausência do empregador, estabelecida tradicionalmente na figura do patrão, do chefe e do gerente, não garante a autonomia dos trabalhadores uberizados quando se observa a prática laboral. Desse modo, verifica-se que o trabalho não é gerido pela figura humana do “patrão”. Há uma inserção dos recursos tecnológicos como um padrão de controle laboral, que afeta o salário, o tempo e a localização dos uberizados. Como aponta Wolf (2022), a atuação dos recursos tecnológicos não é respectivamente neutra.

Employment fissuring does not just happen because companies enact it, but also because governments let it happen. Technology, algorithms, and the gig economy are human and social creations of corporations, not value-neutral computer programs. Whether called the fissured workplace, algorithmic management, or preemption, they are all business strategies to avoid not only workers' demands, but also the regulatory authority of cities to provide consumer protections and to engage in redistributive politics (Wolf, 2022, p. 310).

As demandas, como a disponibilidade de entregas, os valores das corridas e as promoções, são determinadas pelos algoritmos. Verifica-se que os recursos tecnológicos usados nas plataformas digitais atendem a determinados interesses econômicos, de grupos/setores específicos da sociedade, os quais não envolvem sanar a questão da precarização do trabalho. Nesse contexto, nota-se que a uberização do trabalho, por sua vez, pode ser compreendida como a reorganização do trabalho, aplicada por um “novo design de organização do trabalho” a partir de “aplicativos conectados à internet” (Areosa, 2020). Para além de um novo modelo de trabalho associado aos recursos digitais, Abilio (2020) sugere a uberização como uma informalização do trabalho. Aponta, por sua vez, uma redefinição das relações de trabalho que conduz à flexibilização. A uberização do trabalho pode ser compreendida no âmbito da expansão e expressão dos “modos de ser do trabalho” nas plataformas digitais. O trabalhador assume o trabalho aparente de um prestador de serviços, de modo que se refere a relações “individualizadas” e “inviabilizadas” (Filgueiras e Antunes, 2020). Os autores apontam, ainda, “a flexibilidade, a informalidade e a intermitência” como importantes recursos associados às corporações globais no mercado digital.

2.2.1. Processos de flexibilização do trabalho

É importante evidenciar o contexto socioeconômico em que propiciaram o mercado da flexibilização do trabalho e, por consequente, da uberização. Nessa égide os estudos de Harvey (2008), Castel (2000) e Antunes (2013) nos orienta para o contexto de transformação e precarização do trabalho, o qual foi intensificado a partir da consolidação do mercado neoliberal e global. No conjunto em que houve a implantação de novas tecnologias produtivas e formas organizacionais de trabalho, se assume a relevância do contexto sociopolítico, o qual legitimou condições de trabalho no campo da flexibilidade. As políticas de austeridade fiscal, reestruturação do mercado de trabalho e o crescente domínio do capital financeiro proporcionaram amplas reduções previdenciárias e articulou o discurso positivo da “flexibilidade”² do mercado de trabalho (Harvey, 2008), (Van Doorn, 2017). A partir disso as condições para a cristalização de vulnerabilidades sociais na classe trabalhadora foram apresentadas de modo mais abrangente. De acordo com o contexto apresentado, Castel (2000) aponta a consequente “desestabilização dos [trabalhadores] estáveis”, a “instalação na precariedade” atingindo jovens com o trabalho temporário e desemprego e, por fim, pelos “sobrantes” os quais são trabalhadores que não estão integrados socialmente.

A partir dos anos de 1990 é possível verificar a sistematização da questão do trabalho da seguinte forma, “modificações das funções do trabalho, dimensão social do trabalho, identidades no trabalho, direitos sociais e trabalho, novas formas de trabalho, relação entre o trabalho e o ciclo de vida, trabalho migrante, emprego e desemprego, crise dos mecanismos de proteção social, exclusão social, modelo social europeu” (Ferreira, 2002, p. 268). Associa-se essa tendência à desconstrução das tradicionais relações laborais. Do mesmo modo que houve as transformações nas formas tradicionais de trabalho, verifica-se transformações no que tange a precariedade laboral, com a vigência da terceirização. Segundo Antunes (2018), ao observar a realidade brasileira, a terceirização apresenta impacto significativo na precarização do trabalho, seja na gestão e organização que discrimina e é flexível, sem proteção trabalhista; no risco de saúde e vida, na fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores; na desvalorização do trabalho; na pulverização da organização sindical e, ainda, atua como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista.

² Ao comparar a modernidade fordista à flexibilidade pós-moderna, no contexto norte-americano, a partir das condições dadas no governo de Reagan, observa-se uma reversão da ordem dominante existente. Em que destaca, portanto, a flexibilidade pós-modernista como “dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo” (Harvey, 2008, p. 303).

Os impactos da modernidade nas relações de trabalho evidenciam as contradições existentes (de diferentes âmbitos, como econômicas e sociais) nos processos históricos. No Brasil agrário, por exemplo, há um processo que remete à exploração da mão-de-obra (desde a escravidão) e que, ao mesmo tempo, apresenta um processo de modernização extremamente insalubre aos trabalhadores (Xavier, 2013). Diante o processo de modernização dos territórios o trabalhador vê-se diante a exploração³. Seja o Brasil urbano ou o rural as contradições permitem a (contínua) precarização do trabalhador que atua na linha de frente, a partir da inserção de novos meios tecnológicos e/ou de novas dinâmicas territoriais.

Tal tendência configura-se de modo global. No caso de Portugal, averiguou-se que a flexibilização foi inserida nos moldes trabalhistas de maneira gradual. Não obstante da instituição da democracia e, por conseguinte, da regulamentação dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho foi gradualmente concretizada.

O primeiro período (de 1974 a 1976) é o da instituição do direito do trabalho como componente indispensável da democracia, na sequência da Revolução do 25 de abril. No segundo período (1976-1986), inicia-se o reconhecimento legal de modalidades precárias de emprego, nomeadamente com os contratos a termo (certo ou incerto). O terceiro período (1986-1995) é o da desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora. No quarto (1995-2002), a precarização de facto é paralela a um reforço da proteção social, numa conjuntura de construção neoliberal da Europa. O quinto período (2002-2011) é o da consolidação de uma sociedade precária –e é também nele que se assiste a novas respostas no âmbito da ação coletiva por parte do precariado. O sexto período é aquele que vivemos: uma verdadeira transição paradigmática sob o signo da austeridade” (Soeiro, 2015, p.108).

Ao considerar as categorias de insegurança e ilegalidades que historicamente marcaram as condições de trabalho, o processo de precarização, no contexto português, é atribuído a constante transgressão dos direitos trabalhistas, nos contratos a prazo, no trabalho temporário e pelos “falsos recibos verdes” (Soeiro, 2015). Esse conjunto de fatores intensificou as formas de precarização do trabalho, desde as transformações do modelo fordista-taylorista para o modelo da flexibilização, que foram mais abrangentes após a recessão econômica de 2007-2011. O desemprego em massa, as políticas de austeridade fiscal e de desigualdade fizeram parte de um palco ideal à informalidade, enfatizando um contexto econômico desigual e precário (Van

³ Ao analisar a complexa relação dos “assalariados rurais urbanizados”, no setor canavieiro (goiano), o autor aponta a influência da economia global em meio às práticas laborais cotidianas, como prerrogativa dessa dinâmica está o trabalho análogo a escravidão (Xavier, 2013).

Doorn, 2017). O *just-in-time*, nessas condições, se normalizou num processo gradual a partir das agências de contratação temporária. Na base dos empregos em Portugal, Dias, Kovács e Cerdeira (2020) apresentam uma tendência à polarização, em que os contratos mais vulneráveis são os temporários, com mais riscos de mobilidade entre empregos, desemprego, postos de trabalho periféricos e menores chances de evoluir na carreira profissional. Até que, numa escala mundial e nas condições atuais, foram bastante aproveitadas pelas empresas digitais. Nesse âmbito, verifica-se a intensa participação de novos agentes inseridos nessas práticas econômicas, os quais atuam como produtores e consumidores dos serviços virtuais (Cardon, Casilli, 2015). De modo que essa relação entre produção e consumo cria um espaço não remunerado de trabalho. Os autores apontam, portanto, que parte importante dos custos materiais e cognitivos da produção de valor é transferida ao consumidor. A *gig* propõe “novos significados” de modo a agregar valores econômicos aos usos digitais cotidianos e rotineiros.

Dentre os significados agregados a partir do modelo econômico *gig*, é possível enfatizar o discurso do empreendedorismo e o da autonomia, ambos são apresentados como vantagens ao trabalhador que presta serviço à plataforma. A valorização do empreendedor enquanto um trabalhador independente e dinâmico é um dos atrativos apresentados para os prestadores de serviço das plataformas digitais. Apresenta-se, nas palavras de Campos, Ricardo e Soeiro (2021), como “um discurso de legitimação moral” em que o simbólico impacta na construção da identidade e, portanto, no que destacam o “modo de ser”.

As narrativas desempenham a função de normalizar tais questões impostas na sociedade, mesmo que tais discursos apresentem contradições. Tais contradições são evidenciadas nas práticas laborais, ao mesmo tempo que tais narrativas pautam a liberdade financeira e de mobilidade do trabalhador, isso enquanto exerce o trabalho. Ele não detém o direito de escolha de questões básicas de um empreendedor, como a determinação do valor/preço do trabalho realizado, escolha dos locais a serem frequentados e da quantidade de entregas que deseja realizar durante o dia. Dessa forma, o discurso do empreendedorismo no *gig economy* corrobora com a precariedade laboral, apresenta um modelo que propõe elevadas jornadas de trabalho diariamente, sem direitos básicos, como contrato de trabalho e “folgas” remuneradas. O trabalhador, diante das limitadas opções no mercado de trabalho vê-se atraído pelo discurso que abrange a possibilidade de ser um “profissional autônomo”, “um empreendedor em seu tempo livre” (Sundararajan, 2016), e acaba por experimentar o lado laboral conflituoso.

Dentre as discussões acadêmicas, é possível verificar grande ênfase no que se refere à pouca autonomia do trabalhador diante das condições de trabalho oferecidas pelo modelo da economia compartilhada e à informalidade social associada ao modelo laboral. Como enfatiza Abilio

(2019, p. 04), “opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade”, ou seja, o modelo laboral pautado nas plataformas se apresenta precário, flexível e temporário. A esse respeito, Van Doorn (2017) aponta para a responsabilidade e os riscos da reprodução social, que o trabalhador assumiu a partir da uberização.

Like conventional temporary staffing agencies, platform labor intermediaries are active ‘infrastructural’ agents in the reconstitution of labor relations and the nature of work, further institutionalizing the tenuous post-Fordist social contract that forces workers to shoulder the risks and responsibilities of social reproduction (Van Doorn, 2017, p. 902).

Para o autor, tal reprodução evoca a história racializada e de gênero que o trabalhador explorado assumiu em outros momentos. Dessa forma, a uberização assume as raízes do contexto capitalista de exploração de trabalhadores. De modo a enfatizar que “in the world of platform labor, inequality is a feature rather than a bug” (Van Doorn, 2017, p. 907). Na mesma concepção, outros autores (Kalleberg, 2009) destacam que a *gig economy* não é uma nova tendência nos Estados Unidos, uma vez que o modelo fordista deu lugar ao modelo de trabalho flexível. Ao mesmo tempo que apontam, a evolução desse modelo econômico se direciona para a falta de direitos trabalhistas e uma consequente terceirização de empresas.

Embora Schor et al. (2020) apontem para as alterações trabalhistas que direcionam à precarização, destacam para o risco em focar apenas nesse tópico para analisar a questão. De modo que as plataformas são distinguidas numa combinação de emprego aberto, autoridade dos assalariados para autoprogramar e organizar o trabalho dentro do considerável poder centralizado da empresa, a partir dos softwares. Ao recorrer aos estudos que abordam o trabalho em plataformas, consideram que essa conjuntura de análises resulta em um trabalho subteorizado, assim como são as análises dos trabalhos precários. Defendem uma abordagem da “*multiplatform*” na tentativa de recorrer ao estudo mais geral do trabalho em plataformas. Os autores apresentam aversão no que se refere aos estudos já existentes, como se vê a seguir.

Our approach, emphasizing analytic features of multiple platforms, yields different conclusions. In contrast to precarity scholars, we show that the openness of the employment relation yields a heterogeneous workforce with high variation in conditions of work and by extension, levels of precarity. Heterogeneity results because the firm “retreats” from controlling hours, scheduling, and the labor process, a ceding of management direction made possible by technology. However, in contrast

to efficiency scholars, we find that firms do have power over workers in ways that competitive market theory cannot account for. And in contrast to algorithmic control theorists, we argue that control is mediated by workers' market situations, and that levels of control vary across platforms (Schor [et al.], 2020, p. 834).

Critica o pessimismo dos estudos que levam em conta a precariedade, apesar de considerar os pontos fortes desses estudos, pois correm o risco de minimizar o papel da tecnologia digital e ser impedimento de um controle direto dos trabalhadores. De modo que os estudos podem ver o risco e a mobilidade descendente como “apenas” uma continuidade com práticas passadas. Dentro do que se refere à flexibilidade de horários, os autores destacam a possibilidade de escolha de horário diferente do que ocorre em outros trabalhos de baixa remuneração. Destaca-se, aqui, que os autores apontam para a situação geral dos trabalhadores de plataformas (como os anfitriões, do Airbnb; os condutores, do Uber Drive e Uber Eats; empregados de serviços gerais, do TaskRabbit). Dentre todas as atividades observadas pelos autores, notou-se que os condutores são os que detêm os menores ganhos, para além do tempo de espera não remunerado. Há uma correlação de dependência dos trabalhadores e as empresas de plataformas. Quanto maior a liberdade e flexibilidade de horários, maiores os ganhos para os trabalhadores que têm as plataformas como economia suplementar, esses são os que detêm a maior satisfação dentro desse mercado. Quanto maior a dependência dos trabalhadores diante das poucas condições de flexibilidade oferecidas pela plataforma, a insatisfação será crescente, bem como a precariedade se apresentará de modo mais intenso.

Em resumo, podemos considerar que a precariedade estabelece-se a partir do controle da força de trabalho e da ampliada concorrência entre trabalhadores que se utilizam da uberização como principal meio de subsistência. Nessa dinâmica, aponta-se para a importância das ferramentas tecnológicas no controle do trabalhador, aqui os algoritmos determinam a oferta de trabalho aos uberizados. Em contrapartida, da suposta liberdade oferecida e ausência da figura do “patrão”, a precarização atinge outros níveis, como a ausência de um teto salarial e o acréscimo dos custos referentes ao trabalho (combustível, arrendamento da motocicleta, pacote dados de Internet, entre outros), os quais são associados ao trabalhador. Por outro lado, como se identifica no estudo de campo, parte dos estafetas recorre a estratégias de lograr o sistema algoritmo com aplicações que os mantêm ativos durante maior parte do tempo. A ferramenta, chamada pelos estafetas de “robozinho”, é irregular e, se identificada pela plataforma, o trabalhador é penalizado com a suspensão da conta.

Pode ser considerada uma das estratégias de enfrentamento do sistema de distribuição e que surge a partir da concorrência entre os trabalhadores disponíveis. No entanto, a ferramenta

é uma tática polêmica entre os estafetas, principalmente entre os que não querem estar associados à irregularidade. Nesses casos, outras estratégias são evidenciadas, embora ampliem as dificuldades adivinhas do cotidiano laboral, como ficar maior tempo *online*, permanecer em lugares da cidade que concentram trabalho e/ou “estar” em constante circulação entre os espaços públicos. As práticas laborais são adquiridas no cotidiano laboral a partir das trocas de experiências entre os trabalhadores. Conforme observado em campo, o uso dessas estratégias é eficiente à medida que os estafetas não arriscam perder a conta devido ao uso do “robozinho”. No entanto, o uso de recursos adquiridos com a experiência profissional não torna a concorrência laboral mais justa, o “robozinho” acrescenta maior concorrência e individualização entre trabalhadores que vivenciam uma limitada autonomia perante a distribuição de trabalho ofertada pelas plataformas. Nesse âmbito, se concretiza parte do contexto de trabalho precarizado em que se inserem os trabalhadores uberizados.

2.1.2. Regulamentação e Precariedade: o Papel do Estado na economia de plataforma

As empresas associadas ao contexto digital se utilizam dos algoritmos para determinar questões como as ofertas de trabalho, as metas para cada trabalhador, os trajetos a serem realizados e os preços/valores atribuídos a cada viagem. Os algoritmos são conjuntos de instruções automatizadas para transformar dados de entrada em uma saída desejada (van Dijck, Poell, de Waal, 2018), portanto, sua interferência se configura a partir da interpretação de uma série de dados disponibilizados. D’Andréa (2020, p. 32) aponta que “os algoritmos agem instituindo novas lógicas de seleção, hierarquização, recomendação e de controle de fluxos informacionais”, são capazes de identificar padrões e tendências, além de fazer previsões.

Estudos mostram que os usos de algoritmos permitem que os aplicativos tenham maior controle sobre o trabalho exercido, com objetivo de deter maior produtividade e lucro. Tais recursos tecnológicos, concomitantes aos usos dos algoritmos, são capazes de manipular e precarizar o trabalho uberizado. Nota-se que o uso dos algoritmos a favor da precarização do trabalho pode ser apresentado como um dado que contribui para a histórica tendência de um mercado de trabalho pautado na flexibilização/terceirização. Ao destacar a precariedade laboral, no contexto da uberização, como uma função do algoritmo, Figueredo (2019) salienta que eles são resultados do trabalho de profissionais que objetivam obter maior lucratividade,

[...] é, em primeiro lugar, fruto de trabalho vivo de profissionais de Tecnologia da Informação para a construção de softwares que ampliam a subsunção e a precarização do trabalho e/ou aprofundam a colonização do cotidiano. Logo, à primeira vista, possuem a função de expelir trabalho vivo em maior ou menor quantidade da esfera

produtiva, aumentando a lucratividade das corporações que comprem os direitos de uso para aplicá-los nas mais diversas atividades. Como o custo de reprodução de softwares tende a zero, uma segunda forma de acumulação de capital a partir de algoritmos são as rendas obtidas originárias de direitos autorais relativos ao código algoritmo, no caso de softwares (p. 165).

Em um contexto que potencializa os lucros e precariza trabalhos, mesmo os que já existiam, a partir de plataformas digitais, os algoritmos servem para corroborar com a pouca autonomia dos trabalhadores uberizados. Dessa forma, possibilita o intenso controle das plataformas sobre o trabalhador. Ao caminhar por essa direção, Abilio (2019) enfatiza o controle e a pouca autonomia do trabalhador à medida que o uso algorítmico faz da empresa-aplicativo mais do que uma mera mediadora.

i) é a empresa que define para o consumidor o valor do serviço que o trabalhador oferece, assim como quanto o trabalhador recebe e, não menos importante, ii) a empresa detém total controle sobre a distribuição do trabalho, assim como sobre a determinação e utilização das regras que definem essa distribuição. A uberização traz um tipo de utilização da força de trabalho que conta com a disponibilidade do trabalhador, mas o utiliza apenas quando necessário, de forma automatizada e controlada (p. 03).

Os trabalhadores não conseguem negociar os valores atribuídos ao trabalho, do mesmo modo que não podem definir quais trabalhos serão realizados. Ao negar uma corrida, o trabalhador pode enfrentar uma represália do aplicativo – como bloqueios temporários. Observa-se a frágil relação entre empresa/trabalhador no que se refere ao poder de negociação de interesses e redução de disparidades, pois as empresas plataformizadas detêm o controle sobre o trabalhador, de modo a mapear e gerenciar as ofertas de trabalho. Tais prejuízos associados aos trabalhadores uberizados são ampliados tendo em consideração a incapacidade dos aparatos sociais no que se refere à regulamentação de profissões ligadas ao domínio digital e, ainda, da atuação e domínio econômico das empresas digitais.

No âmbito governamental, pode-se enfatizar que a pauta tem se apresentado mais comum em discussões que apresentam o trabalho e suas vulnerabilidades. No geral, as discussões para a regulamentação do trabalho, no contexto das plataformas digitais, propõem a seguridade de direitos básicos dos trabalhadores. Em 2017, por exemplo, o Ministério Federal de Trabalho e Assuntos Sociais da Alemanha apontava para a necessidade de negociações coletivas que visassem à questão assistencial. No entanto, apesar do reconhecimento pautado nas discussões governamentais acerca das necessidades dos trabalhadores, pouco foi concretizado.

No caso português, Soeiro (2015) enfatiza o fato do Estado articular o processo de precarização, de modo que utiliza a regulação para atender os interesses das empresas e dos empregadores, fato que contribui efetivamente para a flexibilização do trabalho e baixo custo da mão-de-obra. Aponta, ainda, para o papel atuante do Estado em “não garantir uma fiscalização efetiva”. Esses fatores, articulados, contribuíram para a expansão da precarização no país, efetivando, segundo o autor, “zonas em que o Direito do trabalho não é aplicado (2015, p. 130). De fato, tanto em atividades de “falsos recibos verdes”, contratos a termo e em atividades uberizadas, há um acréscimo de vínculos laborais com pouco ou nenhum direito trabalhista aplicado, como observa-se:

Esta terça-feira, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, revelou que cerca de metade dos estafetas e motoristas que foram alvo, na semana passada, de uma fiscalização pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) estão em situação "completamente irregular", mas não revelou números. Em declarações à TSF, o representante do movimento "Estafetas em Luta", Marcel Borges, deu conta de que esta questão nasce da "demora do SEF em agilizar as autorizações de residência" e adiantou que este tipo de processos está a levar "em média um ano e meio" (Valente e Teles, *Noticiário*, 2023).

Verifica-se que, diante de uma fiscalização, cerca de metade dos trabalhadores se encontra em situação irregular. E, nesse contexto, aplica-se o fato de trabalhadores imigrantes estarem na ponta dessas atividades precarizadas. A participação do Estado enquanto responsável pela articulação dos interesses econômicos não se enquadra, do mesmo modo, quando se trata da falta de estrutura administrativa para a regularização de trabalhadores imigrantes no país. Para além da irregularidade em termos de documentação dos trabalhadores imigrantes, observa-se pouca iniciativa em termos de legislação direcionada às atividades uberizadas - “the main policy for dealing with platform economy in Portugal has been that of not having a policy” (Allegretti, Holz e Rodrigues, 2021, p. 124). Os autores apontam para a prática de políticas setoriais e fragmentadas. Desse modo, a pouca atuação do Estado se deu como um pretexto para a recuperação econômica, assim, a livre iniciativa das empresas plataformizadas foi planejada, com iniciativas jurídicas e políticas, no intuito de mantê-las no país, com o objetivo de contribuir para a recuperação financeira do país.

O Projeto de Lei Nº 992/XIV/3.^a, de 2021, que regula as relações de trabalho em plataformas digitais, expõe o modo como as plataformas atuam e enfatiza seu “mecanismo de invisibilização jurídica do trabalho e dos sujeitos das relações de produção, que legitima a ausência de responsabilidades empregatícias por parte das empresas e a criação de uma força

de trabalho permanentemente disponível” (p. 3). O projeto aponta para a necessidade de assegurar os direitos sociais dos trabalhadores das plataformas, de modo a reconhecer a diversidade de situações, consagrar direitos, regular a utilização de algoritmos e responsabilizar o Estado no que se refere à fiscalização.

Apesar das tentativas de regularização do trabalho em plataformas digitais, foi o contexto de precariedade, pouca informação acerca dos algoritmos e nenhuma responsabilidade das plataformas sobre o trabalhador autônomo que prevaleceu. Para atuar como estafeta em Portugal, é preciso que o trabalhador tenha os documentos “básicos”, isso ao levar em consideração os documentos de um residente regularizado no país. A partir de então, poderá realizar seu registro nas Finanças e abrir atividade como profissional independente. Alguns dos sites, como podemos verificar abaixo, das plataformas de entrega, dão direcionamento aos trabalhadores que desejam ingressar na plataforma:

Os interessados em utilizar a Glovo devem abrir atividade nas Finanças com os códigos 1519 ou 53200. A abertura pode ser feita diretamente na repartição de Finanças mais próxima ou com ajuda de um contabilista, por meio do Portal das Finanças. Documentos como NIB (do banco), Cartão Cidadão (ou título de residência, ou passaporte) e NIF são necessários na hora da abertura de atividade. Ao trabalhar por conta própria, o profissional independente pode escolher, dentro dos limites legais, o método de apuramento dos seus impostos (contabilidade organizada ou regime simplificado) (GLOVO, Trabalhadores independentes e tributação de ganhos, 2023).

Nessa modalidade, o trabalhador não tem qualquer vínculo com a plataforma para a qual presta seus serviços, mesmo quando se dedica, profissionalmente, em tempo integral à plataforma. Entretanto, as exigências que se referem aos documentos colocados pelas plataformas condicionam outro contexto que “permite” que um possível trabalhador autônomo se vincule como “intermediário” entre plataforma e estafeta. Parte dos estafetas que não detêm as documentações necessárias para o cadastro recorre aos “estafetas intermediários”, assim pagam rendas semanais para a utilização de suas contas. Muitos precisam pagar, ainda, a renda do transporte utilizado. Verifica-se a precariedade alargada dos trabalhadores que não detêm todos os documentos para a regularização imediata no país e, por consequente, para a inscrição como estafetas nas plataformas.

Ao considerar as irregularidades das empresas e a extensão da precariedade, foram propostas alterações nas leis trabalhistas. A Lei N.º 13/2023, de 03 de abril, reforça dois importantes pontos para os direitos laborais referentes aos trabalhadores das plataformas

digitais. Os trabalhadores, a partir de então, serão determinados como trabalhadores por conta de outrem, fim da concepção do trabalhador independente. Outra mudança referida é em relação à transparência e informação das plataformas quanto ao uso dos algoritmos e dos recursos tecnológicos para as chamadas e dispensas dos trabalhadores. Tais mudanças anunciadas marcaram o intuito de minimizar o impacto da precariedade direcionada aos usuários que prestam serviços ao sistema de plataformas, uma vez que o empreendedorismo regulamentado a partir dos recibos verdes não se concretizou na prática.

No entanto, em meados do mesmo ano, diante das falhas na fiscalização e no contexto de pouca autonomia do trabalhador, a Autoridade para Condições do Trabalho (2023) averiguou que cerca de metade dos trabalhadores em plataformas de entrega estão em situação irregular. Vale enfatizar que, no contexto da pandemia (Covid-19), que surgiu em 2019, houve grande adesão de trabalhadores às atividades em plataformas. Principalmente por trabalhadores mais vulneráveis, que ficaram desempregados, que não tiveram acesso às medidas assistencialistas (por serem imigrantes e não terem registos na segurança social e/ou por estarem, anteriormente, vinculados a empregos informais) e/ou, ainda, de profissionais que representavam a única renda familiar.

Observamos que o contexto de irregularidade no trabalho surge como parte de um processo histórico, presente desde a instituição dos empregos flexíveis e em atividades tradicionalmente dirigidas às classes mais vulneráveis; que, ora associada à falta de oportunidades, de um *home office* ou do benefício do *layoff*⁴, durante a pandemia, ainda se consolidou no contexto do pós-pandemia. Pode-se apontar que a frágil atuação do Estado frente ao impacto das plataformas na vida dos trabalhadores está amparada pelo discurso do mercado do emprego a qualquer custo, como enfatiza Soeiro (2015), o qual evita o estigma da dependência estimulada pelas possíveis ações governamentais.

Estabelecendo uma ligação entre as transformações da vida quotidiana que estão em curso – aumento da reflexividade, desejo de maior autonomia, hipervalorização do indivíduo, apologia da expressividade e da criatividade – e as orientações políticas de cariz neoliberal, a retórica do empreendedorismo tem penetrado as políticas de emprego, [...] como um antídoto à “cultura de dependência” que supostamente o Estado ou as políticas públicas correriam o risco de estimular. O crescimento do desemprego e do subemprego, a apresentação do trabalho como um imperativo moral

⁴ O *Layoff* consiste na redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas, durante um determinado tempo, devido a: Motivos de mercado; Motivos estruturais ou tecnológicos; Catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa. Desde que tais medidas se mostrem indispensáveis para assegurar a viabilidade económica da empresa e a manutenção dos postos de trabalho (Segurança Social, 2023).

e a estigmatização dos que não têm trabalho como “ociosos”, “maus pobres” ou “preguiçosos”, têm contribuído para uma exaltação da iniciativa individual que é paralela ao retraimento dos compromissos coletivos no domínio do emprego e ao abandono, por parte das políticas públicas, desse “empreendimento coletivo” que toma a forma de Estado Social ou de política de pleno emprego” (Soeiro, 2015, p. 150).

Foi observado por Campos, Ricardo e Soeiro (2021) que, durante a pandemia, parte considerável dos trabalhadores independentes utilizou-se dos baixos valores das medidas assistencialistas disponibilizadas. Essa observação nos permite considerar a precariedade de trabalhadores sem contrato (por conta de outrem) instituída nos moldes do empreendedorismo/do trabalhador independente. Os trabalhadores que prestam seus serviços para empresas físicas e plataformas estão sob o controle e manutenção de uma mão de obra desvalorizada. Os autores destacam, portanto, que o risco de pobreza é superior aos trabalhadores por conta própria, enquanto os rendimentos são mais elevados entre os trabalhadores por conta de outrem (Campos; Ricardo; Soeiro, 2021).

Por outro lado, Costa, Santos e Guerra (2022) expõem um panorama de frágeis políticas voltadas ao mercado de trabalho português, o qual é pautado no contexto de uma sociedade semiperiférica. Nesse âmbito, trabalhadores que se apresentam nas mais diferentes áreas, como os estafetas e empregadas domésticas, “incorporam um enorme cortejo de trabalhadores sem contrato e com salários esmagados, sem uma fiscalização laboral eficaz e sem medidas promotoras da sua passagem para um mercado de trabalho formal, justo e digno” (Costa; Santos; Guerra, 2022, p. 95). Nesse contexto, é possível verificar que a atuação estatal se apresenta pouco efetiva no que se refere às atividades laborais de baixa qualificação.

2.2. Cotidianos de trabalhadores de plataforma: entre Autonomia e Controle

Considera-se o significativo impacto do trabalho na construção social das classes trabalhadoras na sociedade moderna, capaz de definir o reconhecimento social das carreiras e sua consequente posição de autoridade ao representar determinado grupo. Diante disto, temos uma sociedade salarial que valoriza seus atores a partir das atividades laborais que desempenham, de seu status e, até mesmo, define sua identidade (Castel, 2000). Apresenta, portanto, o que Carmo e Matias (2019) definem como uma “dimensão invisível”, ou seja, a identidade do trabalhador surge como resultado de uma junção da dimensão da vida privada e da vida profissional. Essa dimensão apresentada é capaz de projetar e validar o ator enquanto membro participativo da

sociedade. Nesse caso, ao abordar acerca da inserção de jovens no mercado de trabalho, em Portugal, o estudo demonstra que a preocupação acerca do futuro profissional e, respectivamente, da inserção e integração no mercado de trabalho afeta a própria estabilidade emocional desses atores.

Ao elucidar a importância do trabalho enquanto objeto de inserção social, faz-se necessário pontuar o estafeta enquanto integrante da classe trabalhadora, ou seja, são atores que dependem da venda de sua mão de obra para sobreviver. Para além da questão salarial, nota-se que a classe trabalhadora é complexa e agrega muitas camadas. Antunes (2018, p. 90) define que “a classe trabalhadora é uma condição de particularidade, um modo de ser com claros, intrínsecos e inelimináveis elementos relacionais de objetividade e subjetividade”. O autor enfatiza, ainda, a necessidade de compreender a classe trabalhadora enquanto um conjunto fragmentado, complexo e heterogêneo. De modo resumido, destacamos que a classe trabalhadora, nessa perspectiva, é relacionada à compreensão clássica marxista de um conjunto de pessoas que vendem a força de trabalho em troca do salário e, portanto, não detém acesso aos meios de produção. Apesar de não terem acesso aos meios de produção e seus lucros, os trabalhadores vivenciam as possibilidades sociais que o trabalho oferece. Esse argumento, que também é apresentado por Martins (2008), adverte para a importância de se considerar, principalmente em estudos sobre trabalhadores, os elementos da produção e reprodução social e que são e estão para além do salário, como o interesse para as questões culturais, educacionais, políticas.

Em paralelo a essa importância social atribuída ao trabalho e na busca por abranger as subjetividades que compreendem o universo da classe trabalhadora em seu cotidiano, adverte-se que nas últimas décadas houve uma valorização na sociedade nos usos do tempo, com ênfase no tempo livre. Nota-se que o aproveitamento do tempo passa a ter maior visibilidade à medida que o capitalismo se desenvolve, formando um tempo irreversível e unificado mundialmente, relacionado à produção e à mercadoria. Essa dinâmica é definida por Debord (2003) como o “tempo pseudocíclico”. O define, portanto, como o tempo “do consumo da sobrevivência econômica moderna, a sobrevivência aumentada, em que o vivido cotidiano continua privado de decisão e submetido, não à ordem natural, mas à pseudonatureza desenvolvida no trabalho alienado” (2003, p. 122). O tempo pseudocíclico e suas diretrizes apresentam-se como um tempo transformado pelo capital, com as combinações entre dia e noite, trabalho e repouso. O tempo, constituído a partir da lógica do capital, torna-se mercadoria e o tempo livre (do lazer, do ócio), para o trabalhador salariado, apresenta-se como mercadoria de difícil acesso. O autor salienta que a imagem social do consumo do tempo apresenta-se como mercadoria espetacular.

Para além da mercantilização do tempo e seus usos, os espaços são apropriados do mesmo modo. Lefebvre (2008) aponta a relação “tempo-mercadoria”, como o tempo destinado à compra/venda ou o tempo comprado/vendido, e a rua configura-se, portanto, como uma “rede organizada pelo/para o consumo”. De modo que “a rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo” (Lefebvre, 2008, p. 28-29). Para além do uso das ruas e parques urbanos como tradicionais lugares de consumo, há uma intensificação das práticas de lazer, associadas aos espaços de entretenimento, direcionadas a partir do poder/privilégio do consumo. Essas formas de consumo diferenciadas – muitas vezes apresentadas por novas e criativas formas – que, segundo Bryman (2004), se associam a diferentes esferas institucionais, são representações do chamado “consumo híbrido”. No entanto, o autor destaca que o consumo híbrido não é uma atividade nova, mas sim as relações sistemáticas, em que diferentes formas de consumo são unidas com o objetivo de transformar lugares em destinos em que as pessoas passem mais tempo.

Ao realizar uma discussão acerca do tempo nas cidades, Santos (2001) sublinha que o tempo e espaço são justapostos historicamente e que se tornam superpostos com o avanço do capitalismo. O tempo é social e o espaço é formado pela materialidade (através das suas formas e objetos, as técnicas são apresentadas como uma adição do passado e do presente) e pelas relações sociais. A associação do tempo e espaço é refletida nos usos do tempo, por diferentes atores, nas cidades. São, nesse sentido, aproveitados de formas particulares, a partir da lógica “do tempo dentro do tempo”. Assim, compreende-se que os objetos impõem diferentes ritmos à sociedade, tais ritmos foram definidos por Santos (2001) como tempos rápidos, dos atores hegemônicos, e tempos lentos, dos atores hegemonzados. Os pobres vivenciam o tempo lento dentro das cidades, esse tempo é imposto pela materialidade.

A partir da perspectiva de Santos (2001), podemos destacar que usos do tempo nas cidades são transformados à medida que as plataformas (como técnicas) inserem-se socialmente. Por exemplo, diante do “tempo lento” do trânsito que é imposto às populações que vivem distantes do trabalho, nas metrópoles, está o uso das plataformas digitais enquanto promotora de conteúdos, de serviços e de sociabilização, apresentada como recurso para o consumo, ou seja, para não perder tempo. A materialidade impõe um novo ritmo à sociedade, o do tempo virtual.

As relações sociais instituídas nos trajetos cotidianos, entre trabalho/casa, casa/escola, igreja/prça, ganharam uma nova dimensão. Apesar da rua e dos espaços públicos serem espaços que promovem o desejo de consumo, estes já não o promovem da mesma forma. O

interesse pelo consumo não tem o mesmo impacto quando associado ao “olhar” para a vitrine da loja enquanto caminha, mas ele se faz quando o “olhar” está direcionado às telas dos dispositivos digitais, como os smartphones. Nessa dinâmica, o tempo é valorizado cada vez mais pelo mercado, inúmeras sugestões para o consumo, de vestuário/restaurantes/viagens (de interesses ajustados para cada consumidor a partir dos algoritmos), são compartilhadas em qualquer rede social. O desejo de consumo pautado na valorização do tempo livre condiciona as relações sociais, o mercado e o trabalho no âmbito do digital. Para além do consumo, as atividades laborais relacionadas às plataformas são apresentadas à sociedade como uma possibilidade de liberdade e autonomia ao trabalhador.

A mercantilização dos espaços públicos e do próprio tempo, com ênfase no tempo livre, interfere, e até mesmo legitima, as novas formas de trabalho precário. Estudos recentes apontam que jovens preferem empregos não formais que oferecem a ideia de independência e controle do tempo, mesmo que isso represente menor estabilidade e maior carga horária: “Chama atenção o fato de que muitos dos entrevistados autônomos relatam ter longas jornadas de trabalho, mais longas do que teriam como empregados às vezes, inclusive em horários incomuns” (Garcia-Parpet e Bevilaqua, 2020, p. 144). A realidade, cada vez mais comum aos trabalhadores, está associada aos discursos que partem do contexto do mercado, do *gig economy*, que oferecem a oportunidade da flexibilização do tempo. Apesar de uma mudança no discurso que oferece a troca do trabalho formal para o informal, essa mudança não representa o fim da precariedade, não excluem as vulnerabilidades existentes no cotidiano de trabalhadores e vivenciadas em diferentes épocas e contextos. Pelo contrário, como observam Antunes e Alves (2004), a precarização e a exclusão do trabalho atingem, assim, o estranhamento de modo intensificado em níveis desumanizadores.

O trabalho proposto a partir das plataformas não assume, portanto, a estabilidade dos modelos tradicionais de emprego. Sob a pauta *gig economy*, os trabalhadores não concebem a ideia de uma identidade profissional para toda a vida, que caracteriza o profissional e o mantém por décadas na mesma empresa, como ocorreu no último século. Os trabalhadores em regime da uberização/os plataformizados, especificamente dos estafetas, dependem diariamente dos algoritmos e não estão vinculados formalmente à profissão, apenas atendem às demandas pontuais que o modelo econômico de plataformas necessita. Nesse âmbito, o controle do trabalhador é mínimo, o modo de vida passa a ser controlado, racionalizado e monopolizado pelas empresas-aplicativos, ao mesmo tempo que concentra atores que estão à margem social: “A figura dos ciclistas negros e periféricos carregando nas costas os baús das empresas-aplicativo de entrega deixa evidente que um modo de vida sempre precário, arriscado,

desprotegido, explorado” (Abilio, 2020, p. 122). A autora apresenta a realidade de estafetas brasileiros, no entanto, essa tendência é global.

A flexibilidade proposta a trabalhadores “autônomos”, por empresas-aplicativos, condiciona a precarização do trabalho. Para além da precarização e dos estigmas vivenciados pelos estafetas, a autora enfatiza a criação de uma identidade profissional ligada aos estafetas, uma vez que é criada com a rotina da atividade desempenhada. De tal modo, conforme salienta Abilio (2020), a identidade de um estafeta se cria a partir do espaço da rua e nas relações entre si nas atividades cotidianas vivenciadas. Desempenhar tal atividade laboral requer conhecimento sobre a cidade (trajetos mais curtos, horário e locais com o trânsito intenso, distinção de bairros habitacionais e comerciais, entre outros), táticas de organização das metas diárias, enfrentamento de discriminação por ser usuário de motocicleta, essas questões são apresentadas como formadoras de uma identidade profissional.

No geral, os estudos apontam a fragilidade dos trabalhadores plataformizados. Para além das longas jornadas trabalhadas, adiciona-se a falta de vínculo empregatício, a frágil legislação que não condiciona melhores meios de trabalho, a concorrência e o próprio preconceito e estigma de “ser” um estafeta (Areosa, 2020), (Abilio, 2020), (Carmo, et. al., 2021). Todos esses fatores abordados foram intensificados quando aliados ao contexto da crise pandêmica (Covid-19) que eclodiu no final de 2019. Em Portugal, por exemplo, a pandemia acentuou os seguintes aspectos de vulnerabilidade inerentes à classe trabalhadora:

- 1) a exclusão gradual dos mais pobres da maioria dos mercados a que tradicionalmente tiveram acesso (devido à crise fiscal, reorganizações urbanas, iniciativas fiscais, etc.);
- 2) a crescente desregulação das condições de trabalho e de salários;
- 3) o aumento do trabalho na economia informal;
- e 4) a maior sensibilidade de determinados perfis a estes fenómenos: as mulheres, as pessoas mais velhas, os imigrantes, as minorias étnicas, entre outros (Observatório, 2022, p. 18).

A situação pandêmica apresenta um contexto de crise e coloca em exposição os trabalhadores mais pobres à vulnerabilidade dos mercados laborais precarizados. Pouco é oferecido ao trabalhador, as oportunidades laborais são restritas, a escolha por determinada função laboral restringe-se à necessidade do salário para manter as despesas básicas. Nos casos de crise, como da recente pandemia, o trabalhador vivencia o estranhamento de modo intensificado. No momento de restrição de circulação nos espaços públicos e das pausas nos regimes de trabalho presenciais, muitos trabalhadores perderam os empregos que não eram estáveis e outros, no regime de plataformização, se mantiveram a trabalhar (sem a opção de

escolha do regime *layoff* ou *home office*). O acesso dos usuários de plataformas à procura dos serviços prestados, com a restrição da circulação nas ruas e demais espaços públicos no período de crise, acendeu o mercado das empresas-aplicativo que mantiveram a oferta de trabalho presencial, com os entregadores. Esse contexto, inclusive, gerou a adesão de novos trabalhadores que estavam em situação de vulnerabilidade, principalmente os que ficaram em situação de desemprego.

O contexto da pandemia corroborou para que a dura realidade dos trabalhadores plataformizados fosse extraída ao máximo. Como são considerados trabalhadores autônomos, nesse contexto excepcional, não tiveram apoio assistencial e, tão pouco, das plataformas. Com a exposição ao vírus, a responsabilidade em adquirir os equipamentos de segurança para evitar o contágio da doença (como luvas, máscaras e desinfetantes) era dos próprios trabalhadores. Em tempos de pandemia, o “ser” estafeta possibilitou aos atores/usuários, que estavam em confinamento, o acesso aos mercados plataformizados (em setores além da restauração, como supermercados e farmácias). Um fato que representou o aumento do trabalho diário e, ao mesmo tempo, a livre circulação pelos espaços da cidade, mesmo em contexto de restrição. Houve uma relação contraditória nos usos dos espaços no que se refere ao habitual cotidiano dos estafetas. Mesmo no contexto de trabalho, notou-se a “livre” circulação em espaços utilizados para o entretenimento (mesmo com as atividades encerradas) que, geralmente, são restritos a esses trabalhadores. Essa liberdade em tempos de pandemia expõe, mais uma vez, um pacto que assume medidas restritivas no que tange aos usos dos espaços públicos de acordo com os interesses de mercado e agência, a constante precarização do “ser” estafeta.

Nessa perspectiva, a informalidade nos usos dos espaços públicos dispostos aos estafetas é apresentada no cotidiano laboral e ressaltada nas situações de crise. Apresenta, portanto, uma árdua questão que dificulta a autonomia do trabalhador acerca da realidade vivenciada. A pouca autonomia reflete práticas de desumanização, de trabalhadores que são utilizados como ferramentas, num processo de alienação (Santos, 2007). Observa-se a dificuldade desses trabalhadores ao determinarem e consolidarem um planejamento do próprio percurso a ser vivenciado. Interfere, destarte, na percepção do indivíduo acerca da realidade vivenciada, como salienta Lefebvre, que denomina a “síntese percebida”.

À luz dessa discussão, estudos que investigam as recentes relações laborais indicam que trabalhadores precários tendem a distrair-se do próprio sentido de tempo (Han, 2020; Carmo, 2020; Carmo, et. al., 2021). E, assim, em momentos de crise, trabalhadores deixam-se levar pela situação: “a metamorfose do mundo decorrente de forças externas e imprevisíveis, como a crescente crise pandêmica, radicaliza ainda mais essa sensação de que não se controla o curso

do próprio tempo e que, desse modo, mais vale desistirmos dele e deixá-lo por sua conta” (Carmo, et. al., 2021, p. 31). Os autores sugerem, de tal modo, que a distração passe a existir como um recurso utilizado pelo trabalhador na tentativa de se proteger quando se trata da difícil realidade vivenciada. Apesar de a estrutura laboral condicionar a permanência dos trabalhadores em situação de precarização, notam-se ações de interação e sociabilização entre os estafetas, as quais são capazes de promover, mesmo de modo incipiente, percepções acerca da rotina vivenciada. A identificação dos trabalhadores enquanto estafetas promove situações de resistência aos condicionamentos impostos (com movimentos organizados, com formação de greves, e de movimentos espontâneos, com atores que surgem para representar o grupo em momentos de conflitos) e, ainda, propõe formas de colaboração entre si (grupos que se apoiam financeiramente, dispõem de entregas para os colegas, entre outras atividades que requerem empatia).

Capítulo 3 - Cartografia da Fronteira: Migração, Habitação e Gênero na Área Metropolitana de Lisboa

O impacto nas relações cotidianas com a inserção das plataformas trouxe significativas transformações sociais. O mercado digital, as interações em redes sociais, os trajetos definidos pelos aplicativos de GPS, as viagens programadas, a rotina monitorada por aplicativos, entre outras ações, são pautadas pelos usos dos aparelhos digitais. A reconfiguração das tradicionais dinâmicas sociais foi, também, aplicada nos discursos que pautam o mercado de trabalho. Apesar de uma reconfiguração, pautada por uma dinâmica virtual, nos usos do tempo (livre/trabalhado) e da lógica que impulsiona o “empreendedorismo” como atividade laboral ideal, vemos que o estafeta está inserido no mercado enquanto um trabalhador⁵ periférico moderno, controlado pelos algoritmos e o domínio do próprio cotidiano manifestam situações conflituosas e de resistência.

O trabalhador inserido na dinâmica da uberização apresenta, por sua vez, condições sociais de vulnerabilidade. Não obstante é possível evidenciar na literatura a predominância da mão de obra feminina e imigrante em casos de trabalho estigmatizado (Carmo, et. al., 2021; Antunes, 2018; Ianni, 1996). Nesse sentido, o próximo capítulo busca compreender as fronteiras vivenciadas pelos estafetas imigrantes. Evidenciadas nas questões migratórias, grifando a tendência Sul-Norte representada pelos imigrantes brasileiros que adentram Portugal nas últimas décadas. E, ainda, as questões inerentes as habitações que consolidam novas fronteiras apresentadas no contexto metropolitano de Lisboa. Por fim, verifica-se a confluência dessas camadas, compostas por atores imigrantes que estão inseridos na uberização e que habitam os bairros próximos ao centro comercial, UBBO.

3.1. Brasil – Portugal: Tendências Migratórias nas Últimas Décadas

Verifica-se uma tendência crescente de migrantes intercontinentais com destino à Europa após o fechamento das fronteiras dos Estados Unidos em setembro de 2001. Esse fato consolidou a diversificação das origens dos migrantes em solo europeu, com ênfase nos que originam da

⁵ Nota-se que tal categoria envolve novos meios de produção, enquanto permanecem os conflitos existentes no cotidiano dos trabalhadores. Dessa forma, Antunes (2018, p. 91) aponta que “compreender a classe trabalhadora hoje, de modo abrangente, implica entender esse conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção”.

América Latina (Padilla, 2009; De Haas, et. al., 2019). Apesar da diversificação das origens dos migrantes, destaca-se uma forte tendência migratória de países da América Latina para a Europa. Nesse sentido, Padilla (2009) apresenta quatro teses que justificam a crescente emigração entre os países iberos (dos latino-americanos para os europeus), para além das restrições de fronteiras apresentadas pelos Estados Unidos. A primeira relaciona-se aos laços coloniais entre os países, a proximidade das ligações culturais caracteriza conforto e pode ser um fator decisivo na escolha do país pelo emigrante. O segundo ponto apresentado refere-se aos europeus e descendentes que voltam à Europa após a corrente migratória do século XX direcionada à América Latina.

Esse movimento também é apresentado por De Haas, et. al. (2019), em que aponta os países Brasil e Venezuela, como exemplos de uma transição migratória inversa, que nos primeiros anos do século XX atraíram maior número de migrantes da Europa e que, com a estagnação econômica e turbulência política, teve acréscimo da emigração para países da Europa, os Estados Unidos e Canadá. Outro ponto destacado é o exílio de intelectuais e demais opositores das ditaduras entre as décadas de 1960-1980. E, por fim, a globalização é apresentada como um fenômeno de relevância no impacto da atual tendência migratória. O ato de emigrar parte do interesse em inserir-se no mercado de trabalho que apresenta maiores vencimentos e um câmbio favorável (em comparação ao país de origem). Padilla (2009) destaca, ainda, o impacto das relações sociais como fator que impulsiona as tendências migratórias. Os laços de familiaridade assumem importância na adaptabilidade do recém-chegado. Em termos financeiros, nota-se a redução dos custos de moradia e a indicação de trabalho.

Embora a autora justifique os movimentos dos imigrantes que partem da América Latina para a Europa a partir dos interesses relacionados ao mercado de trabalho, faz-se necessário ressaltar que as migrações motivadas pelo trabalho não são um fenômeno restrito ao Sul-Norte. Embora em menor escala, outros movimentos como Sul-Sul e Norte-Sul são realizados por atores que buscam no exterior inserção ou maior dinamização econômica no mercado de trabalho. No caso do Brasil, como aponta o relatório anual OBMigra (2023), aspectos relacionados a acordos governamentais, crescimento econômico e crises humanitárias, que ocorreram entre os anos de 2009 e 2019, foram decisivos para a entrada de migrantes de distintas origens, com ênfase no contexto laboral. Apresentam, portanto, os acordos firmados entre países do Mercosul que dinamizaram a inclusão laboral como um direito dos imigrantes; o dinamismo econômico do país durante e nos primeiros anos após a crise financeira de 2008 e a crise humanitária que eclodiu nos países, Haiti e Venezuela. Entretanto, aponta a relação entre a crise financeira, instaurada em 2015, e a redução dos imigrantes com qualificação profissional

e de origem do Norte Global. Essas projeções apresentadas no relatório destacam a importância dos movimentos do mercado e da consequente atuação econômica do país como categóricos nas definições e tendências migratórias. No entanto, vale destacar que a influência econômica pouco afeta a migração nos casos de crise humanitária, que se manteve estável (na dinâmica Sul-Sul) no período pós 2015.

Ao apontar a importância do mercado nas configurações migratórias, observa-se que os movimentos migratórios são desiguais em diferentes escalas e domínios, de modo a definir os movimentos Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Cândido e Pires (2022) apresentam uma série de questões que interferem em diferentes processos migratórios, como: as questões territoriais, que apresentam a desigualdade entre os países, em níveis econômicos e sociais, a diversidade de origens e destinos, com a predominância do movimento Sul-Norte. A capacidade migratória, a posição social do indivíduo e os recursos financeiros dispostos são capazes de interferir no processo migratório. A adaptação considera a heterogeneidade sociocultural entre nações, a relação entre maior qualificação e estabilidade dos atores. O papel do Estado, determinante na configuração dos processos migratórios, na seleção e exclusão dos atores. As políticas migratórias favorecem os países desenvolvidos com maior número de imigrantes qualificados. Ajuda humanitária, os países desenvolvidos têm menor comprometimento com grupos de refugiados, há desigualdade entre os países, configurando uma migração Sul-Sul. Integração, os migrantes mais pobres são os que detêm maiores dificuldades em integrar-se ao país de destino, geralmente afetados pela limitação de direitos.

Os processos migratórios são constituídos por muitas camadas, que envolvem os interesses pessoais dos atores e as influências externas, que não são, necessariamente, providas da necessidade financeira. Ao tratar do movimento Sul-Norte, De Haas et. al. (2019) destacam que o movimento migratório não representa, por conseguinte, maior pobreza de quem emigra. Aponta, portanto, que países com maior rendimento médio tendem a ter maior população migrante, ao passo que os migrantes internacionais provêm, predominantemente, de famílias que possuem de algum recurso para imigrar. Esse movimento decorre, segundo os autores, do processo de desenvolvimento econômico desses países. Um processo que possibilitou a migração interna, com o movimento rural ao urbano e, posteriormente, no movimento internacional que decorre do crescimento interno com o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa tendência à emigração é caracterizada a partir de uma concepção micro comportamental, em que os processos de modernização e o acesso aos recursos (educação, renda, entre outros) alteraram as preferências e aspirações pessoais, que

são determinadas a partir do estilo de vida desejado e das oportunidades locais que se apresentam ou não de acordo com os desejos.

Nesse âmbito, De Haas, et. al. (2019) ressaltam que a migração internacional não é definida pela desigualdade econômica, uma vez que são necessários recursos financeiros prévios (oriundos de um trabalho, da família, de redes de apoio) para que os migrantes se desloquem de um país a outro. Apontam, ainda, que o sentimento de privação é relativo, emerge dentro dos grupos sociais e não entre eles, e apresenta um fenômeno contraditório: “paradoxical phenomenon of development-driven emigration hikes” (p. 897). As políticas públicas de incentivo à educação, trabalho, saúde e proteção social são ambíguas para a migração, uma vez que diminuem as aspirações migratórias das pessoas e, ao mesmo tempo, são capazes de dotá-las com recursos que aumentem as suas capacidades migratórias. Nota-se que as políticas de migração têm permeado uma lógica utilitarista e baseada em certas categorias para determinar a quais migrantes é concedido acesso preferencial a oportunidades legais de migração e fixação. É nesse contexto, que os autores apresentam uma crítica às políticas de migração que são eficazes na consecução dos seus objetivos, como controle das fronteiras, e que são contra os determinantes estruturais da migração, como as políticas sociais, econômicas e as transformações políticas.

No que tange aos recentes movimentos migratórios em Portugal, verifica-se que o ano de 2022 apresentou um acréscimo generalizado na distribuição geográfica dos cidadãos estrangeiros, com a América do Sul (+ 17,0%), potenciada pelo Brasil, como as subidas acentuadas da América do Norte e Centro (+ 34,4%) e Oceania (+ 25,8%) (SEF, 2022). Apesar do acréscimo de imigrantes oriundos da América do Norte e Central, os imigrantes de origem brasileira representam cerca de 30,7% do total, seguido do Reino Unido com 5,8%, Cabo Verde com 4,7%, e Índia, que subiu uma posição no último ano, atingindo 4,5% da população de imigrantes residentes. Nesse sentido, as recentes ondas migratórias direcionadas a Portugal apontam para uma globalização, com fluxos mais diversificados, ao mesmo tempo que manifestam a continuidade das ondas migratórias oriundas do Brasil. O caso da crescente onda migratória do Brasil a Portugal exemplifica a dinâmica que reúne os incentivos governamentais de imigração, a valorização do câmbio (na conversão do euro ao real), os interesses pessoais que levam a migrar, os facilitadores socioculturais com a proximidade das tradições, o idioma e pelo incentivo das redes de sociabilização criadas pelos imigrantes brasileiros (familiares, amigos e conhecidos).

A literatura acerca do processo de migração do Brasil para Portugal estabelece alguns períodos de maior intensidade, as chamadas vagas ou ondas migratórias. O primeiro, entre os

anos de 1970-1990, a partir da redemocratização de Portugal, houve maior fluxo migratório masculino, caracterizado por grupos de exilados da ditadura no Brasil e de profissionais qualificados – esses ocuparam postos correspondentes à formação. Nos finais da década de 1990 houve uma “popularização” no perfil dos migrantes oriundos do Brasil (Góis, et. al., 2009; Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021; França e Padilla, 2020). Essa popularização configurou-se na segunda vaga, a qual foi caracterizada pela falta de mão de obra menos especializada em Portugal, a partir da demanda promovida pelos investimentos arranjados após a entrada na União Europeia. A presença feminina, nesse contexto, intensificou-se em comparação ao primeiro momento (França e Padilla, 2020). Observa-se que os estudos sobre a segunda vaga de imigração são categóricos no que se refere ao aumento dos imigrantes menos qualificados, na maior participação de mulheres referente ao primeiro momento e na inserção desses imigrantes no mercado de trabalho flexibilizado e precário.

Com a restrição das fronteiras norte-americanas, após os atentados de 2001, e com a promoção de iniciativas de regularização de imigrantes em Portugal, divulgadas com a ascensão das redes sociais, houve aumento significativo de imigrantes brasileiros (Padilla, 2009; França e Padilla, 2020). Esse crescimento no número de imigrantes que adentravam o país trouxe, em 2009, indagações acadêmicas em relação à possibilidade de uma terceira vaga ou apenas um aumento no fluxo da segunda (Góis, et. al., 2009). No entanto, estudos mais recentes apontam a terceira onda de migração, caracterizada pela inserção de um acréscimo de imigrantes, não apenas em nível quantitativo, com nível de qualificação mais elevado e de aposentados, em busca de investimentos e de qualificação acadêmica (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021; França e Padilla, 2020).

Outro fator de relevância para o crescimento migratório na última década está relacionado à crise política e econômica que o Brasil enfrentou, de 2014 para 2017 (Assis, 2017, p. 218). Os anos posteriores incluíram, a partir das narrativas de crescimento econômico, projetos de terceirização e flexibilização laboral, que trouxeram ao país maior precariedade laboral e o enfraquecimento da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), estabelecidas no governo transitório, e, ainda, um contexto político de crise, em que a polarização afetou diversos setores sociais. A reforma trabalhista, instituída pela Lei 13.467, de 2017, alterou as regras com o objetivo de flexibilizar o mercado de trabalho. Ao partir da lógica de vertente liberal e no contexto de crise econômica, os defensores da medida argumentaram que, a partir da simplificação das relações entre empregadores e empregados, haveria mais empregos. Foi observado que a reforma trouxe perdas dos direitos trabalhistas, causou flexibilização em contratações, desmonte de instituições públicas e organizações sindicais e a individualização

dos riscos, de forma que cristalizou “a vulnerabilidade de homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho por valores cada vez mais baixos e sem garantias de proteção social, exemplo concreto é o aumento de trabalho informal entre as mulheres” (Cerqueira, 2020, p. 58). Dado o baixíssimo crescimento econômico apresentado no ano em que a medida foi aprovada, de cerca de 1%, a autora expõe, ainda, o aumento do desemprego no cenário de pandemia e as reduções dos salários por conta das atividades em home office.

De 2019 até 2022, no decorrer de duas eleições presidenciais, manteve-se a polarização política (diante de uma guerra midiática), enquanto poucos avanços em questões sociais e econômicas foram concretizados.

Pela primeira vez desde 2010, a proporção de brasileiros entre o total de estrangeiros voltou a aumentar a partir de 2017, passando de 20,3% nesse ano para 25,6% em 2019 (o máximo havia sido atingido em 2010, com 26,9%). Os brasileiros voltaram a reforçar assim a sua condição habitual em Portugal, a de principal grupo de estrangeiros no país (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021, p. 40).

Para além do contexto sociopolítico brasileiro, enfatiza-se um novo ciclo econômico e político em Portugal. Essas questões direcionam para a formação de uma quarta onda de migração, identificada por Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021). Os autores destacam, no entanto, que, em decorrência do período de restrições de fronteira, com a pandemia (Covid-19), houve uma ruptura desse ciclo. Apesar da pandemia, em termos gerais, brasileiros e brasileiras representam a maior população residente estrangeira em Portugal. Esse acréscimo foi de 25% do total de imigrantes no país, em 2019, para 30% do total de imigrantes no país, em 2022. Nesse contexto, vale apontar para o contexto laboral informal em atividades de plataformas digitais que cresceu no período da pandemia e trouxe maior adesão de migrantes ao tipo de trabalho.

3.1.1. Caminhos da informalidade: imigração e trabalho

Dentre as questões apontadas a partir dos estudos sobre a imigração brasileira, a partir dos anos 2000 em Portugal, duas questões chamam a atenção. A primeira está relacionada à irregularidade de parte dos imigrantes, a prática mais comum é o ingresso legal no país como turista e, após o término do visto, os imigrantes permanecem no país à procura de trabalho. Há, ainda, os que estavam sob domínio dos esquemas de tráfico de seres humanos. Em decorrência desse contexto, França e Padilla (2020) destacam que o governo português pautou medidas de regularização dos imigrantes, especificamente os de origem brasileira. A permanência no país

de modo irregular, independente da qualificação profissional/acadêmica, mesmo com a regularização com o decorrer dos anos, condiciona os imigrantes ao mercado de trabalho precário, com baixíssimas expectativas de inserção em atividades bem remuneradas e com direitos trabalhistas assegurados.

No contexto geral, em um ambiente que propaga pouca expectativa em torno do mercado de trabalho formal, os imigrantes participam do imaginário enquanto atores fundamentais no que tange a participação para o crescimento econômico do país e, ainda, dos que desempenham funções laborais que os portugueses evitam. Do mesmo modo, há compreensão acerca do desperdício das habilitações acadêmicas e profissionais dos imigrantes, os quais não conseguem transferir as suas qualificações e conhecimentos para o mercado de trabalho português (Marques, 2011).

Há, por outro lado, estudos que enfatizam o despreparo dos imigrantes no projeto de migração, sem experiências (influenciados, muitas vezes, com bases em informações de mídias digitais). Parte dos que propuseram mudar para Portugal se deparam com os baixos salários, despesas elevadas de moradia, entre outros gastos não planejados. Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021) apontam que a tendência mais comum entre os imigrantes é a inserção em trabalhos precários ou, ainda, o retorno para o país de origem (seja com auxílio dos familiares ou em busca de programas governamentais de retorno). Esse fato se dá diante do pouco conhecimento acerca das práticas da migração, que se aplica, inclusive, em grupos que buscam investir no próprio negócio e que encontraram dificuldades na aplicação da atividade comercial diante da falta de planejamento.

Enquanto duravam os recursos, investiam na busca de uma ocupação ou na abertura de empresas, muitas vezes voltadas para atender as demandas dos brasileiros residentes. No entanto, o planejamento do percurso e da estada nem sempre era feito com base em informações fidedignas, obtidas em órgãos oficiais, mas tinha como fonte principal as redes sociais e páginas na internet, quase sempre com informações ingênuas e ilusórias em relação ao projeto migratório Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021, p. 49).

A realidade apresentada pelos autores reflete, portanto, que a estabilidade dos atores migrantes não depende apenas dos fatores financeiros (apesar de sua relevância), mas de um conjunto de práticas que incluem, por exemplo, o conhecimento prévio e adequação das relações sociais, culturais e econômicas do país, ter redes de apoio (familiares e amigos) e formação profissional e acadêmica equivalente ao país de destino. Das questões associadas à imigração, impulsionadas pelo mercado, há uma movimentação que consolida questões de

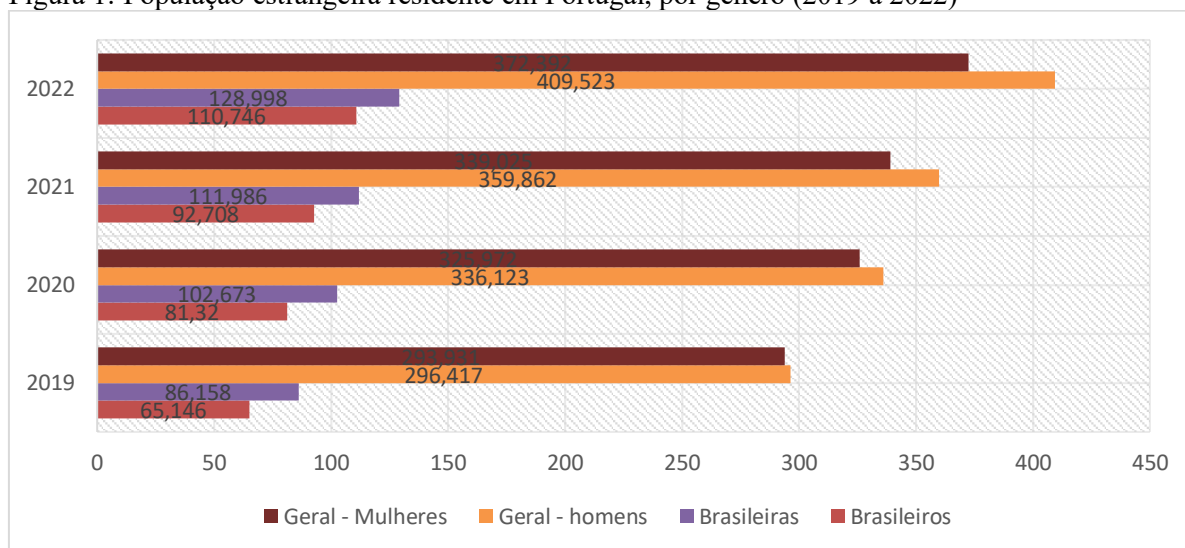
níveis culturais, linguísticos, raciais e, também, socioeconômicos. Antunes (2018) exemplifica, por sua vez, que os imigrantes em escala global tendem a incorporar o perfil do “novo proletário informal”. É, nesse sentido, ao considerar a dimensão das forças produtivas nas movimentações dos atores, que Ianni (1996, p. 08) aponta para as relações que emergem dos processos de violência e radicalismos contra os atores imigrantes, os quais são marginalizados. Ao passo que dimensiona, ainda, as “possibilidades de consciência” desses atores no processo de perceber as dimensões globais de sua existência.

3.1.3. A Feminização dos Fluxos Migratórios: Vulnerabilidades e Resistências

Outra relevante questão, nos últimos anos, se refere ao crescimento e à democratização da participação feminina nas vagas migratórias. Desde a segunda onda migratória, houve acréscimo no número relacionado às mulheres que, em 2019, totalizavam cerca de 52% dos fluxos (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021). Nos últimos quatro anos, de 2019 a 2022, foram seguidos de um acréscimo significativo da população feminina de origem brasileira (Figura 1). Apesar das restrições de fronteira com a pandemia (do vírus Covid-19), houve um acréscimo de população estrangeira total. Em termos gerais, o crescimento de mulheres residentes foi tímido em comparação aos residentes homens. Essa realidade não foi a mesma no que se refere aos imigrantes residentes de origem brasileira. Nesse caso, as mulheres estiveram à frente dos homens durante todos os quatro anos apontados.

No contexto geral, a crescente imigração feminina está associada ao fato de esta não estar apenas vinculada ao percurso e projeto familiar (Observatório das Migrações, 2019). Entre 2008 e 2018, verificou-se uma diminuição do número de mulheres titulares de AR para o reagrupamento familiar em -55% (quando se verificou um aumento geral no número de mulheres estrangeiras residentes de +15,8%). Em contrapartida, verificam-se substantivos nas mulheres estrangeiras residentes titulares de AR para atividades altamente qualificadas (taxa de variação de +584%), de AR para estudantes do ensino superior e investigadores (+186,7%) e de AR para trabalho independente (taxa de variação de +29,5%) (Observatório das migrações, 2019, p. 61).

Figura 1: População estrangeira residente em Portugal, por gênero (2019 a 2022)



Fonte: RIFA, SEF (2019 – 2022).

A imigração representa autonomia nas escolhas e decisões das mulheres. Diante da crescente feminização nos últimos anos, percebe-se maior participação de imigrantes mulheres nas práticas do cotidiano, tanto nos espaços da vida privada (nos relacionamentos familiares, da casa/dos quartos, dos ciclos de amizade), quanto nos espaços públicos (no trabalho, dos usos da rua, dos trajetos rotineiros). Tendo em vista essas questões, estudos mais recentes apontam, dentre outras abordagens, a importância de reconhecer as questões de gênero e para a inserção no mercado de trabalho (Góis; et al., 2009; Policarpo e Pereira da Costa, 2011). Apresenta-se, portanto, como espaços de enfrentamento, com intensas interações em diferentes camadas que envolvem as trajetórias pessoais dos imigrantes, a chegada e adaptação no país, as representações e percepções dessas mulheres para os “terceiros”, a inserção no mercado de trabalho informal e precário, o domínio das plataformas digitais, entre outras esferas que complementam a complexidade cotidiana vivenciada pelos imigrantes, especialmente pelas mulheres.

Ao debater a temática, observaram que as brasileiras vivenciam, para além da irregularidade e práticas laborais precárias, o estigma da (hiper)sexualização. Nessa perspectiva, outros estudos acadêmicos apontam para o cotidiano dessas mulheres. França e Padilla (2020) indagam acerca das experiências das mulheres brasileiras nos espaços acadêmico e do mercado de trabalho precário, no intuito de perceber qual o imaginário social existe em Portugal. Assim, as autoras destacam que o cotidiano dessas mulheres é pautado em dilemas e enfrentamento, tanto por mulheres que migram em busca de estudos (nos espaços acadêmicos), quanto pelas que migram em busca de trabalho, em condições precárias.

As percepções iniciais dos portugueses em relação à imigração de grupos femininos para o país foram evidenciadas a partir de narrativas coloniais. Ao compreender as mulheres como dóceis e sexualizadas, emitem-se as narrativas comuns utilizadas para descrever as mulheres das colônias como “exóticas, subalternas, incivilizadas, sexualizadas e dotadas de uma corporalidade específica” (França e Padilla, 2020, p. 32). O fenômeno implica diretamente nas relações cotidianas das imigrantes, que lidam com humilhações verbais, assédio, trabalhos precários, dificuldade em alugar casas e, até mesmo, ao acesso à saúde e outros benefícios sociais. Nesse âmbito, diante de tais narrativas, é possível notar um processo transversal de subalternização e inferiorização das mulheres brasileiras, indiferentemente se suas trajetórias estão associadas a percursos de migração laboral ou dentro de esquemas de mobilidade acadêmica (França e Padilla, 2020, p. 50). Esse enfrentamento vivenciado pelas brasileiras residentes em Portugal ocorre diante de discursos atrelados às mídias e ao pouco conhecimento e convívio nas atividades cotidianas.

Ao analisar as percepções dos portugueses acerca das mulheres imigrantes, as brasileiras, Policarpo e Pereira da Costa (2011) observam as questões da vida cotidiana das mulheres imigrantes. No estudo, foi possível identificar que a percepção dos portugueses, em relação às imigrantes brasileiras, é formada pela imagem representada nas mídias digitais e na opinião de figuras públicas (e influentes), uma vez que há pouco contato entre portugueses e brasileiras nas práticas cotidianas, seja nos espaços da vida privada ou nos espaços públicos. O maior grupo de contato está entre jovens e pessoas com maiores níveis de instrução, os quais têm as melhores percepções sobre as mulheres imigrantes. Ou seja, nota-se que as imigrantes são mais bem vistas quando trocam vivências com os atores locais.

Quanto maior é a frequência do seu contacto com estas mulheres, mais favorável é a imagem que sobre elas constroem. Assim, a frequência do contacto revela-se o segundo factor mais importante para explicar a presença de estereótipos positivos por parte dos inquiridos, a seguir à percepção dos seus contributos (Policarpo, Pereira da Costa, 2011, p. 153)

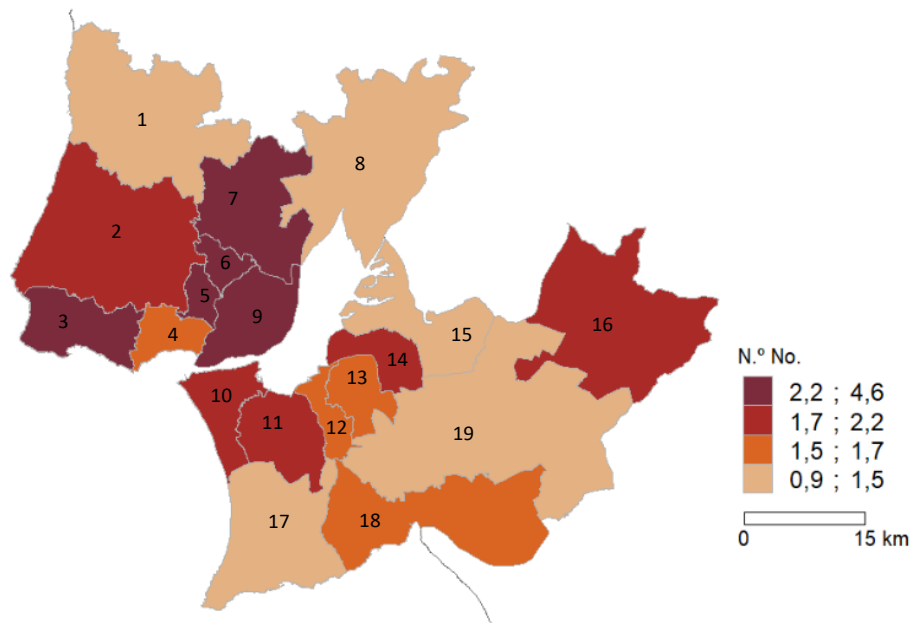
O estudo demonstra que a opinião dos portugueses acerca da temática determina que “a condição migrante se sobrepõe à de gênero.” Ou seja: para os portugueses, homens e mulheres migrantes são mais parecidos entre si do que mulheres migrantes e portuguesas” (Policarpo e Pereira da Costa, 2011). Há maior vulnerabilidade das mulheres imigrantes que tendem a estar inseridas na economia informal. Constatou-se, ainda, uma maior associação destas mulheres à

diversificação cultural, como responsáveis pelo crescimento demográfico e, por fim, como cuidadoras (referindo-se aos serviços prestados aos cuidados dos idosos).

3.2. Fronteiras da Habitação e Trabalho na Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é um território constituído por dezoito municípios, sendo assim: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, com duas sub-regiões, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal. Foi constituída pela Lei Nº 44/91, em 02 de agosto de 1991, uma medida tomada a partir do interesse público e que tem o intuito de promover um “desenvolvimento integrado” entre os municípios (AML, 2024). O território que constituiu a AML concentra uma população residente de 2.899.670 habitantes (INE, 2022), sendo a maior do país. De acordo com os dados censitários, Lisboa (544.851) é o concelho com maior número de habitantes, seguido por Sintra (385.954) e Cascais (214.134), (AML, 2023). A concentração da população imigrante no território está dividida entre Cascais, Lisboa, Amadora, Odivelas e Loures, são os municípios que abrigam a maior parte da população estrangeira. O município de Sintra, embora em menor intensidade, segue a tendência dos demais (Figura 2).

Figura 2: População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 habitantes, por município da AML



Fonte: (INE, 2022)

1. Mafra	6. Odivelas	11. Seixal	16. Montijo
2. Sintra	7. Loures	12. Barreiro	17. Sesimbra
3. Cascais	8. Vila Franca de Xira	13. Moita	18. Setúbal
4. Oeiras	9. Lisboa	14. Montijo	19. Palmela
5. Amadora	10. Almada	15. Alcochete	

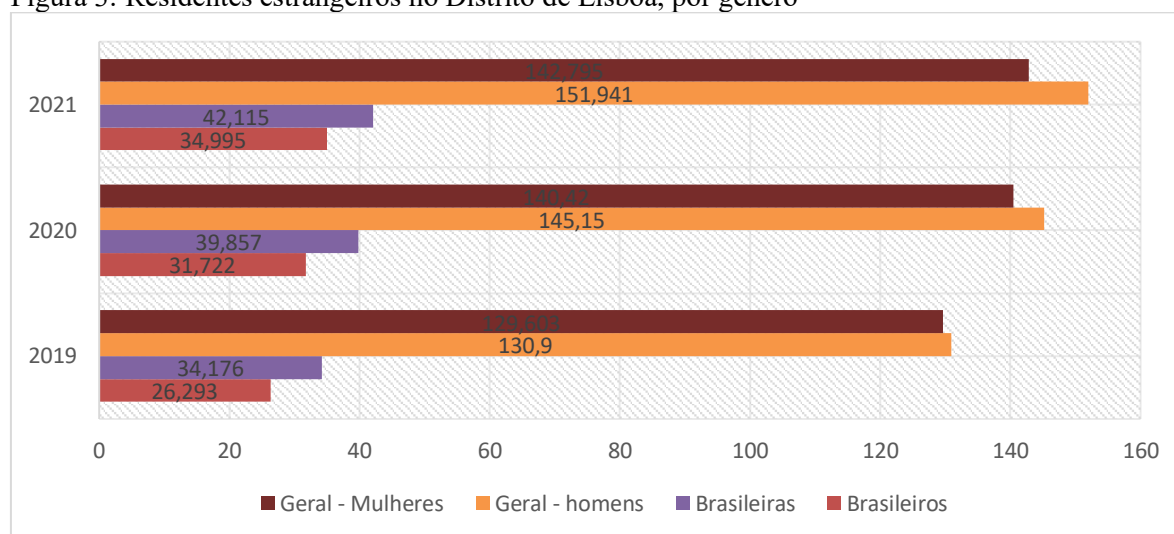
Diante da concentração de população residente imigrante na AML, para além de Lisboa (108 894), em 2021, verifica-se a preponderância de brasileiros residentes em Sintra (11 994), Cascais (34 097), Amadora (5 851), Loures (21 579) e Odivelas (5 541). No geral, os dados mais recentes apontam para 77 110 residentes de nacionalidade brasileira, dos quais são 34 995 homens e 42 115 mulheres (SEF, 2021). Os dados acompanham, portanto, uma tendência crescente de estrangeiros residentes no Distrito de Lisboa⁶, conforme os dados dos anos de 2019, 2020 e 2021 (Figura 3). Apesar dos números significativos que indicam a crescente total de imigrantes, a quantidade de brasileiras é superior à quantidade de brasileiros residentes, o que representa uma tendência contrária se analisarmos o total de estrangeiras mulheres residentes em relação ao total de homens estrangeiros.

Nesse sentido, Di Spirito (2021) aponta que a forte presença de imigrantes na AML deve-se ao fator económico. Associa, ainda, as motivações que levam os brasileiros a Portugal, como

⁶ Os dados recolhidos se referem aos municípios do Distrito de Lisboa que, segundo o SEF (2019/2021), compreende Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

a busca por melhores condições de vida, fuga da violência e insegurança política-econômica, em detrimento das condições oferecidas, como as ofertas de emprego e a estabilidade política e econômica, em Portugal. Por outro lado, nota-se que as concentrações de imigrantes nos municípios pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa refletem questões latentes que, historicamente e em outros territórios, envolvem os interesses e a exclusão dos atores sociais, a partir da lógica de mercado e a atuação do Estado (Harvey, 2009). A habitação se apresenta como um fator que determina as práticas sociais informais na AML.

Figura 3: Residentes estrangeiros no Distrito de Lisboa, por gênero



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2019, 2020 e 2021

De tal modo, diferentes escalas de informalidade se apresentam como parte de um processo de permanência de grupos vulneráveis em determinados territórios. Perante a tendência de uma alta nos valores das rendas, o mercado imobiliário em determinados municípios apresenta preços acessíveis se comparado ao centro da AML, um fato que favorece a concentração de trabalhadores imigrantes na área. Dentre outros anos, em 2019 e 2023, Lisboa registrou os valores mais elevados, com 11,71€/m² e 15,22 €/m², respectivamente. E, seguindo a tendência de Lisboa, houve o aumento das rendas de 2019 para 2023 em outros municípios da AML: Cascais, de 10,23€/m² para 14,22€/m²; Oeiras, de 9,75€/m² para 13,00€/m²; Porto, de 8,33€/m² para 11,72 €/m²; Amadora, de 7,69€/m² para 10,72 €/m²; Almada, de 7,32€/m² para 10,67 €/m²; Odivelas, de 7,33€/m² para 10,02 €/m² e Matosinhos, de 7,25€/m² para 10,00 €/m²” (Instituto Nacional de Estatística, 2019 e 2023). A questão habitacional se apresenta de forma relevante para trabalhadores imigrantes, uma vez que os valores das rendas nos municípios da Grande Lisboa e na Península de Setúbal ficaram acima da média nos últimos

anos. Ainda assim, na Grande Lisboa, verifica-se que Odivelas e Amadora são mais acessíveis que Oeiras e Lisboa.

3.3. Do Clandestino ao Comercial: As Múltiplas Faces de um Território

Para além dos bairros clandestinos emergentes em Lisboa, observa-se a crescente de loteamentos clandestinos, também denominados como bairro das “barracas” ou de “lata”, que se proliferaram nos concelhos da AML, nomeadamente, nos anos finais de 1970. Os fatores que levaram à construção irregular remetem à falta de oferta legal da habitação que completasse as necessidades da população, principalmente, da parcela da população de origem rural à procura de emprego no centro urbano de Lisboa (Pereira, 2011; Cachado, 2013; Tarsi, 2020). Como se pode notar, os fluxos de migrantes locais e estrangeiros impactaram nas dinâmicas que resultaram nos bairros clandestinos. A formação dos bairros clandestinos deve-se, portanto, à crise financeira e à presença de imigrantes após a independência das ex-colônias africanas. Os anos que se seguiram trouxeram um crescimento de habitações clandestinas, que partiram de áreas periféricas para as áreas mais centrais da AML (Cachado, 2013; Taviani, 2019).

Destacaremos, portanto, o município da Amadora que, no ano 1981, havia um total de 11 742 fogos, dispostos em dez bairros clandestinos. Para além destes, havia vinte e seis bairros degradados, com aproximadamente 4 559 fogos, em 1981, e 5 044 fogos, em 1983. Conforme verifica-se no documento elaborado em 1983, pelo Concelho de Amadora, os bairros de origem clandestina são: Brandoa, Moinhos da Funcheira, Serra da Mira, Alto dos Moinhos, Casal da Mira, Casal de Cambra, Casal Vicente, Calçada da Glória, Cova da Moura e A da Beja (Figura 4).

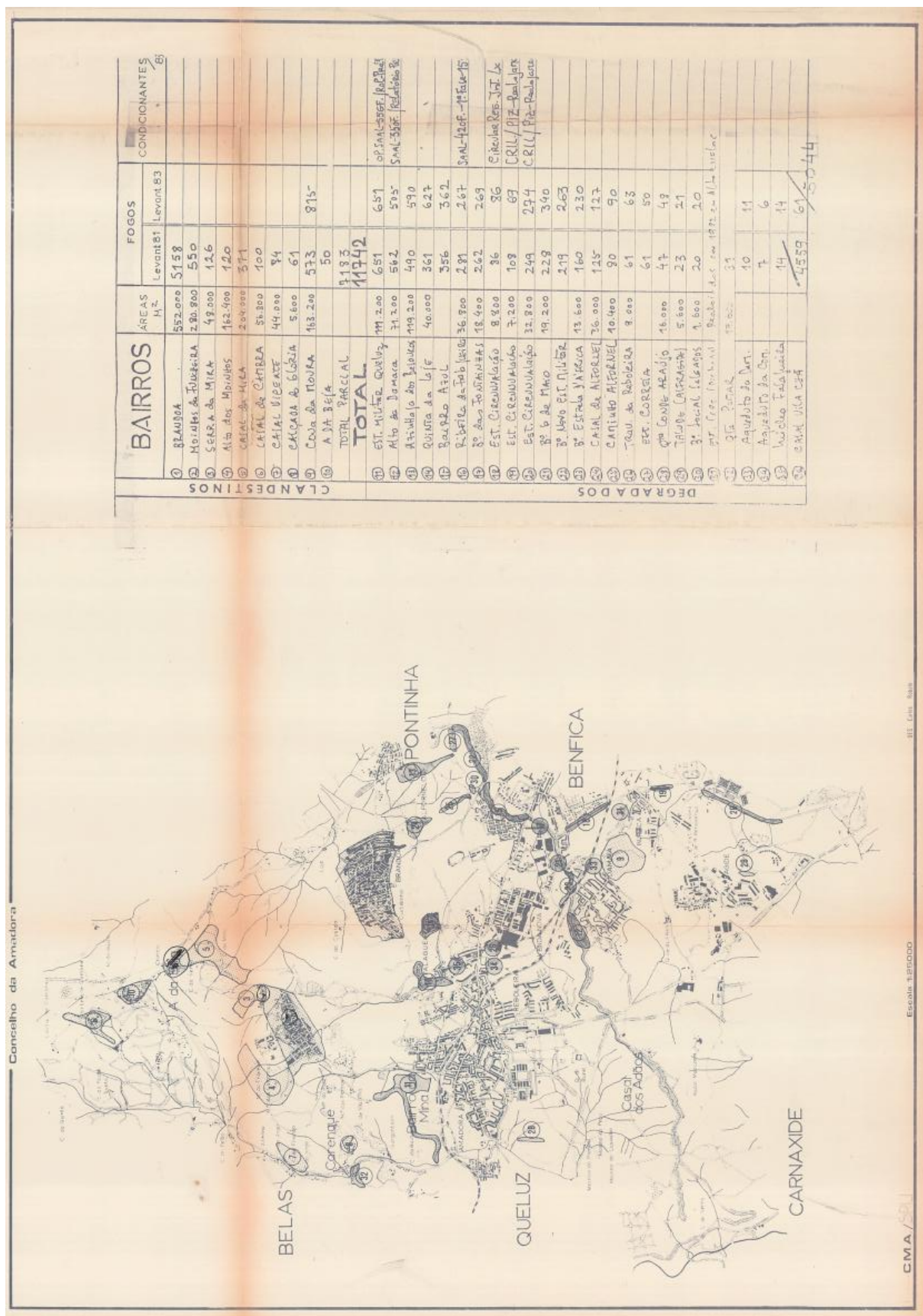


Figura 4: Bairros clandestinos e degradados em Amadora (Concelho da Amadora, 1983)

Através do Parque Habitacional Municipal (PHM), uma proposta da Câmara Municipal da Amadora, para atender à Lei N. 81/2014, de 19 de dezembro, com o objetivo de gerir os agregados familiares realojados, há 2 100 fogos, distribuídos por 213 edifícios (Figura 5).

Figura 5: Empreendimentos, a habitação social em Amadora

Empreendimento	Freguesia	Fogos	Acolhimento/Famílias
Casal da Boba	Mina de Água	700	Oriundas de bairros inscritos no PER
Casal da Mira	Encosta do Sol	760	Oriundas de bairros inscritos no PER
Casal do Silva	Falagueira-Venda Nova	284	Oriundas de bairros inscritos no PER
Realojamentos Dispersos	Município da Amadora	554	Oriundas de bairros inscritos no PER

Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2014.

O empreendimento de habitação social Casal da Mira, com 760 fogos, foi inaugurado em 2003, é o maior do município. Localiza-se entre os bairros de origem clandestina (o próprio Casal da Mira; Brandoa; A da Beja; Casal de Cambra – Sintra; Pontinha – Odivelas), às estradas que interligam os municípios de Sintra, Odivelas e Amadora. O posicionamento do empreendimento atende, portanto, o contexto de inserção dos projetos habitacionais em áreas da periferia urbana. Conforme Taviani (2019, p. 69), “as habitações situam-se em terrenos desvalorizados da periferia urbana.” Estão isolados das rotas de acesso a centros comerciais e de serviços e perto de áreas indesejáveis, como cemitérios, áreas industriais e antigas lixeiras.

A dificuldade de acesso aos transportes públicos e equipamentos urbanos estiveram, nesse contexto, associados ao bairro Casal da Mira. Atualmente, o bairro apresenta condições de degradação e manifesta a precariedade habitacional, mesmo em ações que partem da iniciativa pública, como revela um morador em entrevista ao Diário de Notícias (18/02/2024): “O bairro tem 21 anos e foi construído com material que não está preparado para aguentar tantos anos sem manutenção”. Segundo a matéria, os moradores realizaram um abaixo-assinado denunciando a situação precária das habitações, alegando falta de manutenção.

Por outro lado, na reportagem é evidente a comparação da precariedade vivenciada pelos moradores em relação ao empreendimento privado vizinho, o centro comercial UBBO, que oferece aos consumidores uma experiência de lazer e consumo: “Paredes meias com um dos maiores centros comerciais da região metropolitana de Lisboa, fica o bairro do Casal da Mira. Se de um lado da estrada as pessoas fazem compras, em lojas mais ou menos luxuosas, do outro há pobreza, desalento e degradação” (Diário de Notícias, 18/02/2024). Esse contexto urbano evidencia um palco de interesses e disputas no espaço (Baptista, 2020), em que os atores vulneráveis são colocados em empreendimentos sem as devidas perspectivas do habitar, como

o acesso aos equipamentos urbanos e a falta de manutenção dos prédios construídos. Em contraposição ao abandono do setor público no que tange à habitação social, na vizinhança verifica-se a presença da iniciativa privada que assume para si a revitalização das redes de esgoto e a criação de um parque urbano, ambos com o intuito de elevar o empreendimento comercial.

A Figura 6 apresenta duas fotografias. A primeira imagem mostra o empreendimento de habitação social Casal da Mira à esquerda, enquanto ao fundo estão os bairros A-da-Beja e Casal da Mira, ambos de origem irregular. À direita, vê-se o acesso ao centro comercial. Na segunda fotografia, os terrenos vazios e as estradas se destacam, mostrando a localização do centro comercial UBBO. No plano de fundo, é possível ver os bairros da Brandoa e da Pontinha.



Figura 6: Bairro Casal da Mira e UBBO entre rotundas (2022)

Entre o condomínio habitacional e o empreendimento comercial é possível identificar um loteamento vazio, ocupado pelas hortas urbanas cuidadas por moradores locais⁷. Para além das hortas, o terreno apresenta trilhas que foram marcadas pelos moradores que acessam, de modo mais rápido, as hortas, a estrada e, ainda, o centro comercial.

⁷ As hortas urbanas são cultivadas predominantemente por famílias de imigrantes, principalmente de origem caboverdiana e seus descendentes (Cabannes e Raposo, 2013).



Figura 7: Empreendimentos: o habitacional e o comercial (Google Maps, 2024)

Desse modo, a Freguesia Encosta do Sol, antiga Freguesia de Brandoa, é composta por um conjunto de bairros oriundos de habitações clandestinas e que abriga habitações sociais (3.4), destaque em vermelho, enquanto abriga um empreendimento comercial, destaque em amarelo. O conjunto de diferentes atores e seus interesses propõe dinâmicas específicas, ora conflituosas, que confluem nos espaços públicos. Como já referido, as áreas mais próximas são constituídas por estradas, rotundas e por terrenos vazios, alguns ocupados por algumas hortas urbanas remanescentes (Figura 8).



Figura 8: Horta urbana no canteiro próximo ao centro comercial

Os conflitos de interesses diante os usos dos espaços vazios são manifestados à medida que o bairro de habitação social e o centro comercial compartilham o espaço. Conforme Cabanne e Raposo (2013, p. 241), “In Casal da Mira, the non-regulated gardens of residents from the social housing neighbourhood next to a highway were partially demolished in order to expand the sewerage network”, na disputa pelos espaços públicos os interesses do centro comercial prevaleceram diante os jardins não regulamentados. Verifica-se que a vizinhança que circunda o *shopping* se localiza às margens do Rio Costa. A área, considerada de risco de inundações devido a passagem do rio, precisou de revitalização e reestruturação do sistema de esgotos para a então construção do empreendimento comercial.

O futuro Centro Comercial Dolce Vita Tejo, que vai ser construído a Norte do concelho da Amadora, fica localizado em leito de cheia. Esta é uma das revelações da Carta de Zonas Inundáveis (CZI), elaborada pelos Serviços de Informação Geográfica (SIG) da autarquia, para minimizar os efeitos das chuvas e reduzir o perigo de

ocorrência de cheias. Nas áreas identificadas como mais críticas existem parques urbanos para facilitar o escoamento de águas (Jornal de Notícias, 2005).

Dessa forma, o centro comercial em parceria com a Companhia Portuguesa de Hipermercados, planejou a construção do parque urbano Rio da Costa⁸. Nota-se um espaço público localizado em uma zona residencial periférica, entre o bairro social e de bairros com origem clandestina. Dentre as especificidades do “bairro” destaca-se o contraste de uma vizinhança periférica, ao mesmo tempo que adquire uma posição estratégica. Localizado na fronteira da freguesia da Amadora e próximo à IC16, uma estrada que dá acesso aos distritos de Amadora, Sintra, Loures e Odivelas, o que determina o acesso dos moradores/consumidores motorizados. Dentre os aspectos ressaltados na apresentação divulgada pelo empreendimento comercial está “a conveniência de 9 mil lugares de estacionamento”⁹. Esse elemento contrasta com a realidade da comunidade que reside na proximidade e que acessa o centro comercial por caminhos de terra feitos nos terrenos vazios e entre rotundas.

De fato, o contraste evidenciado corresponde à integração dos que acessam o centro comercial por meio das estradas e rotundas, embora não exclua a possibilidade de acesso dos pedestres. Percebe-se o porquê de um empreendimento comercial proporcionar aos consumidores um amplo espaço de estacionamento. Esse fator contribui para uma dinâmica comercial que atende os usuários de outros bairros e conselhos. O principal acesso ao *shopping* se dá por meio de veículos particulares, táxis, veículos plataformizados e/ou, ainda, pelo transporte coletivo¹⁰ – as principais conexões, durante os anos de 2019/2022, foram Pontinha/UBBO/Caneças, Amadora-Este/UBBO e Casal da Mira/Colégio Militar. A linha

⁸ “O Parque Urbano do Rio da Costa, construído pela CPH - Companhia Portuguesa de Hipermercados, junto ao Centro Comercial Dolce Vita Tejo, tem uma área de cerca de 5,6 hectares e inclui um parque infantil com 1.300 m² de área, equipado com uma torre de escalada e escorrega para crianças até aos 12 anos de idade. principal objetivo da implementação deste parque foi a regularização hidráulica do Rio da Costa, através da construção do açude de amortecimento a jusante do parque que permite a redução dos caudais, a proteção contra riscos de cheias, assim como a integração paisagística através da instalação de vegetação ripícola com funções de estabilização das margens e fixação da avifauna, como contributo para uma maior biodiversidade do local” (Câmara Municipal da Amadora, 2024).

⁹ “O UBBO Shopping Resort foi inaugurado em maio de 2009 e disponibiliza mais de 280 lojas distribuídas por 2 pisos e mais de 127 000 m². É aqui que se localiza a maior praça coberta da Europa – um deslumbrante espaço que recria o ar livre, com um ecrã de 130m², suspenso no meio do jardim. Entre as marcas e lojas de referência, está também a Kidzania, única em Portugal. No Shopping Resort encontra ainda um hipermercado Auchan, espaços como o Outlet El Corte Inglés, um ginásio Holmes Place e 11 salas de cinema UCI. Tudo isto com a conveniência de 9 mil lugares de estacionamento coberto e gratuito” (UBBO, 2023).

¹⁰ Atualmente apenas a empresa Carris Metropolitana é responsável pelas linhas dos autocarros que passam pelo UBBO: (1005) Amadora-Estação Norte/UBBO; (1006) Amadora-Estação Norte/UBBO (noturna); (1706) Colégio Militar(Metro)/Casal da Mira, UBBO (via Brandoa); (1707) Colégio Militar (Metro)/Casal da Mira, via Amadora Este (Metro); (1708) Casal da Mira, UBBO/via Colégio Militar (Metro) [Circular]; (1710) Caneças (Qt^a São Carlos)/Pontinha (Metro); (2702) Lisboa (Campo Grande)/Pontinha (Metro) [Fim de Semana apenas]; (2610) Odivelas (Metro)/UBBO e (2611) Ramada/UBBO (UBBO, 2024).

Odivelas (Metro)/UBBO foi uma importante conexão adicionada, que integrou, de modo funcional, os moradores da freguesia ao *shopping* (até então os moradores faziam a baldeação em Pontinha). A localização periférica e a conexão por meio dos automóveis com os demais distritos atribuem ao *shopping* uma dinâmica peculiar.

3.4. O Centro Comercial como Fronteira: Consumo, Exclusão e Sociabilidade

As formas de consumo se reinventam à medida que as necessidades que surgem a partir das transformações sociais. Diante de uma série de produtos e propagandas, as novidades comerciais têm como objetivo provocar e estimular o consumidor. Nota-se que “não existem limites para as necessidades do homem enquanto ser social” (Baudrillard, 1995, p. 64). Comercializa-se o tempo e espaço do consumidor, uma vez que esses se tornam “objetos” e adquirem grande valor comercial. De meros espectadores e consumidores, esses atores são convidados a adquirir experiências¹¹ nos locais de consumo. Valida-se ou qualifica-se o uso do tempo livre desses atores nos espaços que oferecem tais experiências. Quando não associados aos espaços físicos, os usos do tempo livre são dispensados na constante conexão digital oferecida pelas plataformas digitais. Não obstante dessa realidade, insere-se o *shopping center*/centro comercial, o qual foi possível frequentar e observar. Apresenta-se, portanto, uma confluência dessas formas comerciais.

O centro comercial Dolce Vita Tejo é transformado em UBBO, no período de 2015 a 2019. A revitalização trouxe o conceito resort¹² e proporcionou um novo espaço na área exterior, o espaço The Hood. Nota-se aqui um espaço para além do consumo de objetos, sendo um centro urbano de serviços, alimentação e lazer (Graça, 2013). Assume, assim, características de um *shopping center* híbrido, definido por Padilha (2008, p. 106) como “uma cidade artificial, que pretende substituir a cidade real e seus problemas”. Desse modo, pode-se perceber que a nova proposta comercial promove a ampliação dos espaços de lazer. Nota-se um novo espaço com estética arborizada e que conta com seis mil metros quadrados, composto por restaurantes e lojas, áreas de descanso e exposições artísticas. O espaço The Hood oferece ao consumidor a imersão em atividades de lazer (diferentes atividades abertas ao público e de lojas que oferecem

¹¹ B. Joseph Pine II e James H. Gilmore (1998) apresentam o processo econômico que se desenrola em quatro estágios, com a economia agrária, a economia industrial, a consolidação da economia de serviços e, por fim, a economia da experiência.

¹² “Situated entre Loures e a Amadora, nos arredores de Lisboa, vai mudar de nome e transformar-se no primeiro shopping resort de Portugal” (Idealista News, 2023)

atividades voltadas à diversão, como os jogos digitais e karaokê) e de conexões digitais, proporcionando um espaço “instagramável”. Ou seja, o *shopping* apresenta-se como uma extensão da cidade, no âmbito físico e digital, que atende às demandas do sistema econômico vigente.

Para além da forma artificial e que valoriza os serviços e lazeres, num movimento que aproxima o ator na configuração de consumidor, o centro comercial ou *shopping center* se promove como própria “extensão do bairro”, ou seja, se concebe como parte da cidade. Cria, portanto, uma configuração simbólica que parte do contexto familiar, da vizinhança e do pertencimento.

Somos o bairro sem muros, onde a comunidade se junta para desfrutar de algo mais do que apenas compras. Aqui, comida, retalho, lazer e cultura reúnem-se para te oferecer uma experiência local à qual tu certamente pertences. Por isso, vem conhecer os teus novos vizinhos (UBBO, *The Hood*, 2023).

O apelo à familiaridade e vizinhança traz aos atores/usuários uma concepção do pertencimento que logo é associada ao consumo. Percebe-se um apelo publicitário que busca abranger a demanda de uma área que é caracterizada, essencialmente, por bairros residenciais. Aplica-se ao consumidor um sentido simbólico, implícito na idealização do ser social, ou seja, que agrega sentido ao consumo (Illouz, 2018). A publicidade atua como parte estratégica. Como enfatiza Baudrillard (1995, p. 64), “de modo espetacular, isto é, convoca sempre os vizinhos, o grupo, a sociedade inteiramente hierarquizada para o processo de leitura e de encarecimento que ela instaura”. Essa dinâmica publicitária, como bem apresentada pelo autor, corresponde à sociedade que evidencia o consumo e, ao mesmo tempo, promove tanto a função de integração e de controle social. Nesse aspecto, Padilha (2008) articula a “cultura do consumo” que está explanada na imagem do *shopping* como “seus templos”, para além do trabalho assalariado e da propriedade privada, como parte impeditiva da emancipação dos atores (Padilha, 2008). O UBBO, por sua vez, não foge das dinâmicas que concebem os lazeres a partir das práticas de consumo. O tempo e o espaço desses atores/consumidores são apresentados numa ativa alienação, pois estão subordinados às interações comerciais advindas dessa relação.

As dinâmicas e interações sociais estabelecidas nesses espaços de consumo são reflexos das ambiguidades e incoerências de um sistema que segrega os atores, como evidenciadas em estudos de Padilha (2008 e 2014), Santos (2009), Graça (2013) e Carlos (2017). O espaço direcionado às atividades de lazer oferecidas à sociedade e anunciadas à vizinhança, a partir da diligência publicitária, são contrapostos com a presença de atores não consumidores. De atores

que utilizam o *shopping* a partir de outras dinâmicas, como as laborais, e que estão e são socialmente invisibilizados, inserem-se no contexto de estranhamento proporcionado pelo ambiente direcionado ao consumo e lazer. O estranhamento que se impõe a partir dos usos dos espaços da cidade e redimensiona as referências da vida, das relações espaço-tempo.

No que tange essas transformações, vê-se que o espaço e o tempo de mercadoria substituem as referências urbanas, no que Carlos (2017, p. 286) aponta como “referências da vida, e, com isso, as bases de sustentação da memória, pela fragmentação da identidade”. O estranhamento, nessa concepção que resgata o *flâneur* de Baudelaire, é pautado como a percepção de uma situação de conflito da sociedade moderna, que se apresenta “como produto do desencontro entre sujeito-objeto”. Assim, nesse movimento da modernidade, as ruas tornam-se rápidas e os espaços comerciais as substituem e o estranhamento substitui a prática do *flâneur* (Carlos, 2017). Nesse ponto, a segregação é evidenciada. Dessa forma, ao atentar-se para as questões que envolvem o UBBO, nota-se que há uma sobreposição de elementos que exaltam a segregação dos atores que não estão inseridos como potenciais consumidores na dinâmica econômica, comercial, oferecida pelo espaço.

Ao verificar os usos dos espaços do *shopping center* por trabalhadores uberizados, enfatizam-se os estafetas e drivers, que são atores que utilizam o espaço comercial para atender/portar às necessidades de consumo de terceiros. Nesse contexto, o privilégio de acesso ao transporte individual motorizado não se aplica ao trabalhador que assume em seu cotidiano as práticas de constante mobilidade, nos trajetos feitos pela cidade, entre os bairros, reproduzidos em espaços vazios de circulação, adota para si um modo de vida característico da modernidade e, ao mesmo tempo, encontra contradições inseridas nessa dinâmica.

Embora esses atores vivenciem contradições e conflitos nos espaços das ruas e de suas casas, na dinâmica privada, as contradições que insurgem no espaço do *shopping center* realçam a caracterização desses atores como não consumidores. Apesar de pertencerem à vizinhança e adentrarem o centro comercial por meio dos veículos “próprios”, com suas motocicletas ou carros, esses atores não representam o consumidor idealizado. Contudo, esses atores assumem grande importância nas dinâmicas de mercado que privilegiam o consumo no domínio digital. O trabalhador uberizado, o estafeta, está inserido no contexto que expande a sociedade do consumo para além dos espaços físicos da cidade. Assim, permite à sociedade do consumo atingir uma nova configuração, das vitrines às telas/visores dos *smartphones*.

Capítulo 4 - Cheguei! E agora?: Trajetórias de Inserção dos Imigrantes Brasileiros

Desde a chegada, os imigrantes se deparam com a urgência em deliberar algumas questões que podem influenciar e conduzir as experiências nos meses e anos subsequentes, como encontrar uma casa para viver, emitir documentação válida no país e inserir-se no mercado de trabalho. Apesar da demanda vigente por mão de obra, seguindo a tendência na Europa, principalmente por trabalhadores qualificados, o contexto em que se insere o país apresenta uma série de limitações que abrangem as questões habitacionais, de regularização e fiscalização do trabalho e dos serviços de fronteiras, com as emissões e regularização de documentos para novos residentes. Em todos esses casos, que demandam uma atuação mais eficiente do Estado, o ator imigrante depara-se com a necessidade de recorrer ao conjunto da informalidade.

No caso da questão habitacional, o modelo de casas compartilhadas surge com certa imposição social. Diante da evidente demanda por habitações em toda a região metropolitana, a divisão de casas para diferentes pessoas se justifica e, ao mesmo tempo, assola os residentes da Área Metropolitana de Lisboa. Como se verifica na reportagem a seguir.

Ainda segundo o Expresso, a população estrangeira manteve-se como aquela que vive em piores condições, com a taxa de sobrelotação neste grupo demográfico a fixar-se em 22,7% em 2023. Essa percentagem é, ainda assim, praticamente igual à de 2022, quando a proporção de população estrangeira a viver em casas sobrelotadas era de 22,6%. Assim, foi sobretudo entre as famílias portuguesas que se registou o maior agravamento: a taxa de sobrelotação neste grupo passou de 9,1% em 2022 para 12,6% em 2023 (Público, 2024).

As redes pré-estabelecidas de familiares e amigos facilitam a disponibilidade provisória de um quarto para o recém-chegado. Nota-se que o espaço é oferecido por familiares e amigos que dispõem a compartilhar seus próprios quartos e/ou salas, camas e/ou sofás, em uma dinâmica de mínima ou nenhuma privacidade, até que tenha condições efetivas de efetivar a procura de uma casa/quarto. À medida que o imigrante se estabelece no país, as relações face a face são imprescindíveis para sua estabilização. As indicações de casas são estabelecidas nos contatos diários com colegas de profissão e em conversas com outros atores imigrantes em situações de encontros eventuais, como nas paragens de ônibus, na mercearia, na vizinhança, entre outros.

Essas ligações refletem vínculos iniciais entre os atores e, ao mesmo tempo, consolidam as futuras relações vivenciadas a partir das indicações de casas em determinados bairros.

As relações de sociabilidade se acentuam no lugar – na casa, no bairro – escolhido para morar e assumem importância no cotidiano vivenciado. O lugar faz-se parte significativa da vida, a partir dos laços estabelecidos e símbolos de reconhecimento que se verifica o “referencial da vida”, vê-se que “a casa é o elemento de identificação primeira com o lugar da realização da vida humana, marca um uso privado, é o elemento do conforto e da segurança do corpo; construindo a identidade do indivíduo marcada pela permanência” (Carlos, 2017, p.199). Embora as relações face a face ofereçam uma dinâmica que fortalece os vínculos em determinados bairros, as redes digitais (comerciais e sociais) se apresentam como uma ferramenta que efetiva a escolha de uma casa/quarto para tais atores, principalmente dos que não detêm redes de sociabilização pré-estabelecidas.

A partir de então, em outros bairros ou em conselhos, novos vínculos que se aproximam de relações impessoais e mais comerciais são estabelecidos, para além daqueles iniciais com seus familiares e amigos. A casa, o quarto, a rua e a vizinhança fazem parte de algo novo. Embora haja a coexistência de diferentes atores na mesma casa, as dinâmicas cotidianas são individualizadas e atendem aos interesses da comercialização. Esse contexto de mercantilização, conforme expressa Carlos (2017) no que se refere às mudanças da metrópole, expõe um processo de desenraizamento que fragiliza a vida em grupo diante da expansão industrial.

No que se tange à convivência dos grupos de imigrantes nos espaços da Área Metropolitana de Lisboa, percebe-se a dificuldade de estabelecer laços de sociabilização. De modo que, na rotina, em que prevalece a dinâmica do trabalho, os atores utilizam a casa como espaços dormitórios. As ruas, do mesmo modo, atendem uma dinâmica direcionada à mobilidade cotidiana, enfatizada ao trabalho. Na vizinhança, ainda que se reconheça os rostos, os vínculos são efêmeros e, em parte, conflituosos. Assim, os bairros que emergiram das necessidades de moradia de famílias portuguesas, de origem agrária, que migravam para a capital em busca de novas oportunidades e que, depois, abrigam os imigrantes oriundos das ex-colônias, se ressignificam e ganham novos moradores nas configurações atuais. De acordo com Pinto (2020), as dinâmicas imobiliárias e financeiras apresentam segregação territorial dos grupos mais vulneráveis e evidenciam, nesse caso, a desigualdade entre os atores que têm acesso ao mercado habitacional em relação aos que dependem dos contratos de arrendamento. Tais bairros são constituídos por moradores que, nos últimos anos, chegaram de outros países e se estabeleceram nas áreas que oferecem casas/quartos com preços acessíveis em comparação às

áreas centrais. Essa vertente condiciona, por sua vez, outras situações em que esses moradores acolhem de forma inicial os imigrantes recém-chegados. São bairros que, desde sua criação, adotam diferentes perfis de migrantes, de origens e contextos distintos.

Ao mesmo tempo que busca inserção nos espaços da cidade, principalmente na escolha da casa, o ator prioriza o seu reconhecimento por meios institucionais. A regularização documental representa para este ator uma ferramenta de inserção na sociedade, de modo mais efetivo. Verifica-se que, no caso dos estafetas imigrantes, as questões referentes à informalidade laboral são ampliadas. As questões alusivas à documentação pessoal (necessária para a autorização de residência) e à inexperiência ou à falta de qualificação profissional (principalmente em setores da restauração, hotelaria e construção civil, atualmente são os setores que mais empregam) levam os trabalhadores a vínculos laborais que não atendem aos direitos trabalhistas vigentes no país, como a ACT constatou nos casos dos “falsos recibos verdes”. No âmbito do trabalho uberizado, existem situações precarizadas que levam os trabalhadores imigrantes a situações de vulnerabilidade acentuada, como foi possível observar na situação dos recém-chegados.

Desse modo, a inserção e o reconhecimento nos espaços da cidade (na casa, na rua, no bairro) e a atuação laboral vulnerável são fatores que dependem de determinados vínculos estabelecidos no país. Sem esses vínculos, tais atores vivenciam um cotidiano de vulnerabilidade proeminente. Por outro lado, os vínculos estabelecidos no país podem remeter ao contexto do mercado digital que – com a impessoalidade nas plataformas de emprego, compra e venda – evidencia a elevada concorrência no que tange o acesso à casa e ao emprego. Desta forma, mesmo sem contatos de sociabilização prévios, o recém-chegado se insere no modelo de uberização de trabalho.

Apesar de apresentar o discurso de autonomia, as formas de trabalho uberizadas são concebidas a partir de um processo econômico desigual que atende os interesses de setores privilegiados, da falta de legislação que atenda os interesses dos trabalhadores uberizados (regulamentação da profissão), dos baixos salários e da demanda desproporcional (quantidade de trabalhadores por oferta de trabalho/entregas). Para além das questões que são apresentadas em diferentes países e, não obstante, na Área Metropolitana de Lisboa, temos o agravamento da situação no contexto da informalidade vivenciada pelos trabalhadores imigrantes.

4.1. Caracterização dos estafetas brasileiros

Na primeira fase de observação, entre dezembro de 2019 e 2020, foram identificados 16 estafetas, homens e mulheres de origem brasileira, que frequentavam cotidianamente o espaço

The Hood, no UBBO. Para além dos brasileiros, identificaram-se dois portugueses, um homem e uma mulher, e dois paquistaneses. O grupo pertencente ao “pedaço” se caracterizava, em especial, por estafetas de origem brasileira que haviam chegado ao país recentemente. Nesse sentido, ao avaliar a situação laboral dos dezesseis estafetas, notou-se que onze atuam de modo “irregular”, com o arrendamento de contas de terceiros e não detêm o título de residência. Nesse perfil também estão os dois estafetas paquistaneses. Dos que atuam de modo “regular”, foram identificados cinco brasileiros que estão em Portugal há mais de dois anos e detêm o título de residência. Do grupo, apenas ER3 atua como estafeta em meio período, como complemento de renda. Averigua-se uma concentração de residências em Amadora, seguida por Odivelas e Sintra. (Figura 9).

Figura 9: Caracterização dos estafetas no “pedaço”

Estafeta	Faixa etária	Nacionalidade	Residência	Situação laboral	
EM1	Entre 40-50 anos	Brasileira	Amadora	Regular	Integral
ET1	Entre 30-40 anos	Brasileira	Amadora	Irregular	Integral
ED1	Entre 20-30 anos	Brasileira	Amadora	Irregular	Integral
ER3	Entre 30-40 anos	Brasileira	Amadora	Irregular	Meio período
EJ3	Entre 35-45 anos	Brasileira	Amadora	Irregular	Integral
EA1	Entre 25-35 anos	Portuguesa	Amadora	Regular	Integral
EJ1	Entre 40-50 anos	Brasileiro	Odivelas	Regular	Integral
ER1	Entre 40-50 anos	Brasileiro	Sintra	Regular	Integral
ER2	Entre 30-40 anos	Brasileiro	Sintra	Irregular	Integral
ES1	Entre 25-35 anos	Brasileiro	Amadora	Irregular	Integral
EL4	Entre 20-30 anos	Brasileiro	Odivelas	Irregular	Integral
EL3	Entre 25-35 anos	Brasileiro	Amadora	Irregular	Integral
EL2	Entre 25-35 anos	Brasileiro	Odivelas	Irregular	Integral
EL1	Entre 30-40 anos	Brasileiro	Amadora	Regular	Integral
EV1	Entre 18-25 anos	Brasileiro	Sintra	Irregular	Integral
EJ2	Entre 30-40 anos	Brasileiro	Loures	Irregular	Integral
EM2	Entre 35-45 anos	Brasileiro	Sintra	Regular	Integral
EP1	Entre 30-40 anos	Português	Amadora	Regular	Integral
EF1	Entre 30-40 anos	Paquistanês	Odivelas	Irregular	Integral
EK1	Entre 30-40 anos	Paquistanês	Odivelas	Irregular	Integral

Fonte: Diário de Campo, 2019 – 2021

A recolha de informações ocorreu de modo orgânico, com os estafetas que interagiam no “pedaço” com regularidade. A partir do reconhecimento de um grupo não houve a intencionalidade de um levantamento extensivo que abrangesse os estafetas “passageiros”, que transitavam por outros espaços. Com o decorrer da pandemia, realizaram-se conversas informais que ofereceram um direcionamento acerca do perfil dos novos estafetas.

Em relação à quantidade de estafetas, o único dado foi disponibilizado em campo, a partir de uma conversa informal com o segurança do centro comercial, que aponta o registro de 3,914 estafetas que frequentaram o UBBO até abril do ano de 2022. O dado, mesmo que não apresente desdobramento, como a nacionalidade e o sexo dos estafetas, indica a relevância do centro comercial ao concentrar serviços e, assim, atrair trabalhadores estafetas. Este contexto demonstra o segundo momento da pesquisa em campo, após a criação de um espaço destinado aos estafetas, o elevado número de trabalhadores que transitam pelos espaços e a “mobilidade” dos antigos estafetas que imigraram e/ou mudaram de emprego. Há uma fragmentação na estrutura do grupo de estafetas brasileiros que concebiam o “pedaço”, no The Hood.

Nesse segundo momento, foi possível acompanhar duas mulheres, três homens e dois casais de brasileiros (Figura 10). Inclusive, observou-se a transição de emprego do casal EE1 e EF1 que atuavam como terceirizados, na jardinagem do centro comercial, para os empregos uberizados, primeiro como estafeta e, depois, como motorista. Apenas dois estafetas apresentam situação laboral “irregular” e são recém-chegados, com menos de dois anos em Portugal. Os outros estafetas estão regularizados nas plataformas, com contas próprias, e detêm o título de residência. Exceto o caso de EE1 que, não detêm conta nas plataformas e carta de condução, apenas acompanha o marido na rotina de entregas. Neste grupo EC1, EE1 e EF1 atuam como os estafetas, como atividade extra, no intuito de complementar a renda.

Figura 10: Caracterização dos estafetas após a reestruturação do “pedaço”

Estafeta	Faixa etária	Nacionalidade	Residência	Situação laboral	
EA2	Entre 30-40 anos	Brasileira	Amadora	Irregular	Integral
EA3	Entre 30-40 anos	Brasileira	Sem informação	Regular	Integral
EE1	Entre 40-50 anos	Brasileira	Sintra	Acompanh ante	Meio período
EK2	Entre 40-50 anos	Brasileira	Odivelas	Regular	Integral
EF1	Entre 40-50 anos	Brasileiro	Sintra	Regular	Meio período
ER4	Entre 40-50 anos	Brasileiro	Odivelas	Regular	Integral
ER5	Entre 20-30 anos	Brasileiro	Amadora	Regular	Integral
EG1	Entre 25-35 anos	Brasileiro	Odivelas	Irregular	Integral
EC1	Entre 30-40 anos	Brasileiro	Sem informação	Regular	Meio período

Fonte: Diário de Campo, 2022 - 2023

Neste grupo, há maior individualização entre os estafetas (exceto quando há vínculos familiares e afetivos), as relações de sociabilidade construídas são familiares e concentra-se a faixa etária dos trinta a cinquenta anos. Destaca-se que a amostra ressaltada não corresponde

ao perfil geral dos “novos” estafetas, para tanto seria necessária uma catalogação extensiva dos estafetas. Contudo, os registros e observações estabelecem um contraponto de observação que revela as experiências individuais e a diversidade de situações vivenciadas pelos estafetas brasileiros que atuaram em fases distintas no centro comercial. Por fim, destaca-se a relevância do ER1 que trouxe à pesquisa a abordagem autobiográfica. As entrevistas e conversas informais que ocorreram entre 2019 e 2024 revelam sua história de vida no Brasil, a imigração, a adaptação em Portugal, as redes de sociabilidade e as situações laborais.

4.2. Redes e Conexões: primeiros passos do imigrante

A chegada do imigrante ao país coincide com a rápida e necessária adaptação, desde a escolha da moradia e a atualização dos documentos até a inserção no mercado de trabalho. As redes de apoio pré-estabelecidas, com familiares e amigos, dão o suporte para que os imigrantes realizem os primeiros passos no país, a partir do breve acolhimento em suas casas. No entanto, outras redes, como as redes estabelecidas pelas plataformas digitais, são importantes canais de conexão para os que chegaram a pouco tempo. Os atores que vivem há mais tempo, auxiliam com questões burocráticas, como dicas de quais agências bancárias são mais flexíveis para imigrantes, facilitam com a assinatura (quando válida, a dele ou a de vizinhos portugueses) para o atestado de residência emitido pela junta de freguesia, entre outras ações. Apesar do apoio oferecido por essas conexões, os atores imigrantes se deparam com o burocrático sistema administrativo e com a crescente demanda de habitações que dificulta a renda de imóveis na Área Metropolitana de Lisboa, como observa-se a alta nos preços das habitações em toda a região metropolitana.

Ao observar os estafetas imigrantes que trabalham nas imediações do UBBO, verifica-se que as conexões territoriais estabelecidas nas imediações são resultados de conexões sociais entre os estafetas e outros atores, como familiares e amigos. Esse tipo de relação foi evidenciado por Carolino (2023), que ao observar a realidade de migrantes e suas relações com o Bairro da Cova, destaca que as casas abrigam não apenas o agregado familiar e, assim, recebem os atores que estão em “trânsitos”. O bairro assume, portanto, não apenas os recursos para os atores, mas as ligações afetivas que conectam “num mesmo universo de sentidos e de práticas, diferentes geografias” (Carolino, 2023, p. 09). Percebe-se que, apesar de experiências individualizadas vivenciadas pelos atores, suas histórias apresentam semelhanças quanto às conexões sociais estabelecidas e à permanência em casas localizadas nas imediações dos concelhos de Amadora, Odivelas e Sintra.

ER2, homem, 35 anos, atualmente empregado de mesa no estrangeiro

Em Portugal desde 2019. Natural de São Paulo. ER2 se mudou no intuito de auxiliar na rotina do irmão, que começou o tratamento de um câncer. Seu irmão vive na AML, há quase dez anos. Começou a trabalhar, desde o início, como estafeta. Após dois anos começa a atuar como empregado de mesa. A experiência na restauração foi breve e voltou a fazer entregas para um restaurante, em Casal de Cambra. O processo de experiências profissionais levou cerca de três anos, tempo correspondente para adquirir o título de residência. Após a regularização em Portugal, migra para Bélgica. Atualmente trabalha para uma cafeteria de um português, no país estrangeiro (Diário de Campo, 2020 a 2024).

ER1, homem, 51 anos, atualmente estafeta no UBBO

Cearense, chegou em Lisboa em 2017. O intuito era conviver com os filhos que moravam com a mãe na AML, há cerca de quatro anos. A atuação laboral deu início em um restaurante no UBBO, por três anos. Após a experiência passou a trabalhar como estafeta. Nos primeiros meses de sua chegada morou com a ex esposa e os filhos, após o período, partilhou uma casa com demais imigrantes. Atualmente vive num T1, “sozinho” (Diário de Campo, 2020 a 2024).

ER3, mulher, 38 anos, atualmente auxiliar de enfermagem

Acompanhada do filho de 15 anos, ER3 chegou em Lisboa no início da pandemia, em 2020. Imigrar significa, naquele momento, estar junto do marido que morava em Portugal há alguns anos. O casamento acabou no primeiro ano desde sua chegada. A estafeta vive em uma casa compartilhada na Amadora, apenas ela e o filho. Com o ápice da pandemia, viu uma possibilidade de ampliar sua renda, conciliou a rotina de trabalho no hospital (às noites) com o trabalho de entregadora (às tardes). Exerceu a dupla jornada durante, aproximadamente, um ano (Diário de Campo, 2020 a 2022).

As conexões estabelecidas, quando por familiares, foram determinantes para o ato de imigrar e estabelecer-se na Área Metropolitana de Lisboa. No caso da ER3, ER1 e ER2, o objetivo se relaciona com os laços familiares, sendo marido, filhos e irmão respectivamente. Apesar do objetivo inicial, as trajetórias dos atores tomaram caminhos diferentes. No caso da ER3, se separou do marido após um ano desde a chegada. A imigração, condicionada pelo ex-marido, trouxe novos desafios. ER3 deixou o emprego estável no Brasil e, ao mesmo tempo, perdeu a rede de apoio (dos familiares) para cuidar do filho portador do transtorno do espectro do autismo. Por outro lado, apesar da reviravolta, há uma recusa de ER3 no que se refere a volta para o Brasil, justifica que perdeu muito com a mudança. E aponta que, finalmente, após as dificuldades enfrentadas, o filho apresenta um comportamento de maior independência, o que facilita sua rotina.

No caso do ER1, a saudade e a depressão de um dos filhos pesaram na decisão da imigração. Segundo o estafeta, a ex-mulher se mudou para Portugal enquanto ele ficou com os meninos no

Brasil. Após alguns anos, a mãe trouxe os filhos. Três anos após a mudança dos filhos, ER1 decidiu se mudar. Atualmente, não mora na mesma casa dos filhos, apesar de manter a convivência. Os laços estabelecidos com os filhos oferecem um relevante papel para a permanência do ER1 na AML. Nesse sentido, espera os filhos atingirem a maioridade. Nesse tempo, faz investimentos no Brasil e aguarda a cidadania portuguesa, para voltar ao Brasil e viver a “aposentadoria”.

A decisão de imigrar, para ER2 veio da necessidade em apoiar um familiar doente. Imigrou para ajudar o irmão nas tarefas diárias enquanto realizava um tratamento de câncer. Após três anos e meio, com o título de residência temporário e a recuperação do irmão, mudou-se novamente, agora para a Bélgica. A mudança para um novo país se deu a partir do incentivo dos amigos que conheceu durante a estadia em Portugal.

Dentre os estafetas imigrantes destaca-se que diferentes histórias conduzem à imigração. Como no caso dos atores que imigraram sozinhos, em busca de novas experiências e melhorias na qualidade de vida. Nesses casos, os atores estabelecem vínculos de amizade e/ou relacionamentos amorosos. As redes sociais e o trabalho se apresentam como fatores determinantes para estabelecer os novos vínculos.

EA2, mulher, 38 anos, atualmente estafeta no UBBO

Em Portugal desde 2022. Natural de Goiás. Não tem familiares e amigos no país, se mudou em busca de novas oportunidades. Trabalha há um ano como estafeta no UBBO, a conta e a moto são arrendados, trabalhou alguns meses em restaurante e não se adaptou. Conheceu o namorado que também é estafeta no *shopping*, enquanto trabalhava. Vive em quarto que encontrou na Internet, em uma casa compartilhada com demais moradores em Brandoa, no concelho da Amadora (Diário de Campo, 2023 a 2024).

ED1, mulher, 27 anos, atualmente estafeta para empresa privada

Chegou no ano de 2020. Natural de Recife. Não tem familiares no país, apenas uma amiga que também atua como estafeta. Compartilha uma casa com sua amiga e o parceiro. Se mudou com o objetivo das oportunidades financeiras e de novas experiências. Trabalhou durante três anos como estafeta no UBBO, com conta e moto arrendados. Atualmente atua como estafeta para uma empresa privada, no centro de Lisboa. Vive em Brandoa, no concelho da Amadora (Diário de Campo, 2020 a 2023).

A estafeta EA2 representa a crescente parcela de mulheres que imigraram sozinhas, sem a companhia de familiares, para a Área Metropolitana de Lisboa. Tanto a escolha do quarto quanto da profissão, como entregadora, foram determinadas a partir das plataformas digitais, com o acesso nos grupos em redes sociais e sites de compra e venda. A estafeta aponta que,

como estava sozinha e sem recursos financeiros, o trabalho uberizado apresentou-se como a forma mais rápida de obter retorno financeiro. Desse modo, evitou passar pelos tradicionais processos seletivos, com a distribuição de currículos e a realização de entrevistas de emprego. No que se refere à socialização, apontou não manter amizades com os demais brasileiros, nem no trabalho e nem em casa, evita o contato mais íntimo por desconfiar dos interesses de cada pessoa. Ao mesmo tempo que apresenta desconfiança nos demais atores imigrantes, conheceu seu parceiro amoroso na rotina de trabalho. Assim, convive com o namorado, um estafeta brasileiro, nos momentos de trabalho e lazer.

No caso da ED1, observa-se um posicionamento de maior abertura aos colegas de profissão. Desde sua chegada, mora com uma amiga que também é estafeta. Para além da amiga que compartilha a casa, mantém vínculos de sociabilização com outras estafetas na rotina de trabalho e nos momentos de lazer. Com o passar dos anos, suas amigas estafetas deixaram de frequentar o UBBO. A própria amiga com quem dividiu a casa ficou grávida e se afastou das atividades laborais. Em meados de 2022, era a única estafeta remanescente do grupo das mulheres que se formara nos anos anteriores. Outra possibilidade laboral surge, como *part-time* no centro de Lisboa. As mudanças, adicionadas à questão salarial e de trabalho regularizado, impulsionaram a saída definitiva de ED1 das atividades como estafeta no centro comercial.

Identificou-se outro perfil de trabalhadores imigrantes, os estafetas que trabalham em família. Observa-se casais de estafetas que compartilham a mesma moto ou carro durante o dia de trabalho. Do mesmo modo, de casais que trabalham juntos, em veículos e contas separadas. Os dois casos destacados a seguir são de famílias que vieram para Portugal e que cursaram um perfil profissional semelhante.

EE1 e EF1, mulher e homem, 45 e 43 anos, atualmente desempregada e motorista do Uber Drive

Naturais de Espírito Santo. O casal e os dois filhos chegaram em Portugal há cinco anos. A terceira filha, enteada de EE1, chegou um ano depois. Tiveram diferentes empregos sem vínculos contratuais, como auxiliar de obra, em lava jato, em limpeza e no comércio. Prestes a completar um ano de contrato deu-se início a pandemia e EF1 foi demitido da empresa que trabalhava. Ambos começaram a trabalhar como auxiliar de limpeza no *shopping* durante a pandemia, depois “optaram” pelo trabalho uberizado como estafeta, como segundo emprego, atuaram aproximadamente por oito a doze meses com conta e carro próprios. Atualmente o marido trabalha no Uber Drive. A esposa trabalhava como auxiliar administrativo e no momento está desempregada. Há três anos, os filhos mais velhos, de 20 anos e 18 anos, iniciaram a vida profissional no *shopping*, no setor da restauração. A família vive em uma casa afastada do centro urbano, um T2, em Almargem do Bispo, no Concelho de Sintra (Diário de Campo, 2021 a 2024).

EK2 e ER4, mulher e homem, 40 e 45 anos, estafetas no UBBO

Com dois filhos, de 16 anos e 11 anos, se mudaram para Portugal em 2019. O casal possui duas contas e duas motos para trabalhar. O filho mais velho, aos 18 anos, também começou a trabalhar na restauração, no UBBO. As folgas do casal são realizadas nas terças-feiras, a família optou por manter um dia de folga, reservado para a família. O casal continua como estafetas e o filho mais velho voltou para o Brasil no último ano. Vivem no Concelho de Odivelas (Diário de Campo, 2022 a 2023).

As situações apresentadas destacam dois casais que têm filhos adolescentes e que entram na vida profissional. O fato de morarem próximos ao centro comercial, dos pais assumirem uma vida profissional que estabelece vínculos com o centro comercial e do fácil acesso ao mercado de trabalho no setor da restauração, proporcionaram condições suficientes para os três jovens iniciarem a vida profissional no centro comercial UBBO.

Os vínculos cotidianos estabelecidos no *shopping* vão além das relações familiares, EK2 destacou que sua permanência no centro comercial ocorre devido às amizades que se consolidaram e por uma questão de hábito. E que, apesar de ser um ambiente de convívio entre os familiares, todas as terças, considerando o dia da folga do filho no restaurante, ela e o marido reservam um tempo para estar com a família, em casa. Apesar do convívio familiar, após um ano de trabalho, no início do ano de 2023, o filho volta a morar no Brasil por falta de adaptação e por estar longe dos amigos e da namorada.

A convivência no UBBO, para EE1 e a família, iniciou-se pelo trabalho. Não pelo trabalho uberizado, mas o terceirizado. Resultado de uma indicação do sobrinho dos amigos que os recebeu em Porto Alegre (Portugal), chegaram assim: “nós dois, dois filhos e duas malas” (EE1. Entrevista, setembro de 2024). A família ficou na casa dos amigos por uma semana e se mudou para dois quartos em Lisboa, moraram por sete meses nos quartos compartilhados, quando deram início à vida profissional. Após esse período, encontraram uma casa de dois quartos em Almargem do Bispo, com uma renda de setecentos euros e um calção de igual valor. Poucos meses depois, com o começo da pandemia, ficaram todos desempregados, o senhorio insistiu que o pagamento continuasse a ser realizado da mesma forma. O relato sobre a preocupação financeira em pagar a renda está de acordo com as dificuldades dos agregados familiares associados às habitações em tempos de pandemia, que tiveram reflexos em duas dimensões: “por um lado, as condições de habitabilidade que condicionaram a forma como diferentes agregados experienciaram o confinamento; e, por outro lado, a capacidade financeira de fazer face aos custos da habitação” (Drago, 2020, p. 101).

As atividades laborais, desempenhadas na informalidade por EF1 e EE1, seguraram as necessidades da família até que EF1 conseguiu um emprego por indicação de conhecidos: “Foi até engraçado, a nossa colega que nos recebeu lá em Porto Alegre pediu ajuda para um sobrinho dela que estava aqui, em Lisboa, que tinha chegado e se a gente soubesse de algum trabalho para indicar, alguma coisa assim. Aí acabando que o EF1 ligou para ele, e ele indicou pro EF1 um trabalho e foi aqui, foi esse” (EE1. Entrevista, setembro de 2024). Com a indicação de trabalho, em serviços gerais, o casal se restabeleceu financeiramente. Os serviços prestados na modalidade autônoma, com recibos verdes, para a empresa responsável pela manutenção dos canteiros do centro comercial, como limpeza e jardinagem. Pouco tempo depois, o marido indicou a EF1 para o trabalho. O casal trabalhou por cerca de dois anos quando decidiu assumir um novo perfil laboral.

O casal adquiriu um carro e com o documento de residência temporário disponível, quando EF1 com o apoio da esposa, se registrou nas plataformas de entrega. Foram aproximadamente oito a doze meses de trabalho como estafetas. Na época, EE1 não conduzia, apenas acompanhava o marido nas entregas (após o expediente, ambos tinham outro emprego e viam nos aplicativos uma forma de complementar a renda). Nesse período de trabalho, as vidas profissionais do casal e dos filhos estavam alinhadas no mesmo espaço, apesar de relações distintas de trabalho. A filha mudou de emprego, de atendente de mesa para vendedora de uma loja de cosméticos, e o filho, após um ano de trabalho na restauração, assumiu um cargo de subgerente. Atualmente¹³, os filhos não estão a trabalhar no *shopping*. EE1 conseguiu um trabalho como vendedora de ouro e, logo depois, de auxiliar administrativa, atualmente está desempregada. Nesse tempo, uma vez que não encontrou emprego, foi para a escola de condução e conseguiu a habilitação. No que se refere à qualificação, o casal está a ter aulas de inglês com o filho, pois pretende mudar para outro país assim que conseguir a documentação de nacionalidade portuguesa.

Assim, estamos batalhando pelo documento né, o B.I., a gente conseguindo os documentos vindo do Brasil já pode dar entrada por conta do tempo, na manifestação de interesse. Mas, eu tenho vontade, sim, de imigrar para outro país. Claro que os Estados Unidos, por exemplo, você não consegue o visto com facilidade, mas, só de ter o passaporte vermelho já tem um acesso mais rápido. Mas eu já pensei em Bélgica, Suíça, como era o outro que seu colega estava? Na Bélgica né. Até a Irlanda, também, onde a [amiga] está. E tem a questão do Canadá. Vamos ver o que o futuro prepara para gente (EE1. Entrevista, 2024)

¹³ Os filhos deixaram de trabalhar no UBBO no início do ano de 2023.

Percebe-se a influência das experiências de imigração dos conhecidos e amigos para os planos futuros da família. Destaca-se que os amigos citados foram colegas de trabalho do filho e que se conheceram no UBBO. Enquanto planejam o futuro e se organizam para conseguir o passaporte português, a família se mantém no trabalho informal. O marido manteve-se no modelo uberizado, agora como motorista. No que se refere o projeto profissional imediato, o casal pretende financiar um novo carro, no intuito de colocar “um outro motorista para rodar”, ou seja, no intuito de abrir uma frota a partir de sua conta.

4.3. A casa: entre o privado ou partilhado

Encontrar uma casa adequada para habitar pode revelar uma árdua trajetória para o imigrante, isso ocorre uma vez que a Área Metropolitana de Lisboa apresenta vertiginoso aumento dos preços referentes à habitação. Para além dos preços, a última década é marcada por relevantes proporções de privação habitacional, sobrelotação e agregados que vivem em habitações precárias e degradadas (Drago, 2020). Em termos de disponibilidade e valores, a escolha da casa equivale à opção de um espaço compartilhado.

A habitação, nessa conjuntura, apresenta os interesses do mercado imobiliário e se torna um objeto – dimensionado no espaço de um quarto – para mais um habitante/consumidor. O quarto apresenta-se como único espaço privado – embora, em recorrentes situações, se apresente como uma opção de compartilhamento – e, na casa, se estendem as relações de vizinhança para o contexto mais íntimo. A partir desse recorte, nota-se que as transformações no âmbito do mercado afetam as dimensões da vida privada, com a consequente degradação da vida cotidiana, inclusive do âmbito privado. Porém, destaca-se que esta narrativa não é recente.

Ao evidenciar as transformações dos bairros e como eles aplicam-se na reprodução dos espaços metropolitanos, Carlos (2017), ao analisar as transformações de bairros em São Paulo, aponta que esses ganharam uma nova funcionalidade que produz a degradação da vida cotidiana. De acordo com a autora, diante da degradação, cada vez mais, a vida cotidiana assume-se na esfera privada, diante das necessidades da reprodução da vida, tem-se a cidade enquanto produto e a instauração do cotidiano. É, nesse sentido, que o bairro se apresenta como “lugar onde se lê os reconhecimentos”, é uma dimensão ampliada dos espaços da casa e da rua, em que se estabelecem relações de habitar e de vizinhança, de encontros e trocas (Carlos, 2017). A partir dessa alusão, verifica-se que o próprio contexto do habitar – diante da constante troca de casas, da vizinhança e de seus habitantes/consumidores – é impactado com as transformações

que ocorrem na metrópole e, por consequência, afeta as concepções de pertencimento e de vizinhança desses atores.

Para os atores que imigram, a procura por pertencimento, diante das diferentes esferas do cotidiano, se torna uma tarefa espinhosa que decorre dessas transformações. Dos estágios desse percurso, enfatiza-se a busca por habitação, ou seja, os quartos e casas. Os atores se deparam com um mercado imobiliário concorrido, que privilegia determinados padrões/consumidores. A falta de redes e conexões sociais coloca esses consumidores ao final da fileira. Embora não seja uma métrica apresentada em todos os anúncios, foi possível observar que nos sites de arrendamento a disponibilidade de casas e quartos é pré-determinada nos anúncios, para “estudantes”, “mulheres solteiras”, “pessoas sem animais de estimação” ou “casais sem filhos”. É possível identificar, ainda, as restrições que estão nas entrelinhas, outras vezes expostas nos discursos dos senhorios que não arrendam para imigrantes de determinadas origens, “brasileiros, angolanos, ucranianos e, também, ciganos”. Tais falas são associadas às justificativas depreciativas como: “eles se mudam e depois vão colocando mais pessoas para morar na casa”, “atrasam e/ou deixam de pagar a renda”, “não cuidam da casa”, “são barulhentos”. Nesses casos, embora os proprietários/senhorios esbocem falas que expressam preconceitos, a pouca credibilidade que os atores imigrantes vivenciam advém da falta de conexões na cidade, das relações de vizinhança, causando a constante desconfiança.

Dessa forma, conseguem efetivar um contrato de arrendamento de uma casa quando indicados por conhecidos, por membros da vizinhança, de preferência de origem portuguesa. Para os que chegam por conta própria, sem a influência de grupos religiosos, acadêmicos e/ou familiares, as possibilidades de encontrar uma casa se restringem à disponibilidade financeira. A partir de pagamentos prévios, diante do descontrolado mercado de arrendamentos *online*, são verificados casos de dois meses até um ano de renda que devem ser pagas antecipadamente, no ato do contrato.

Os atores imigrantes que estão estabelecidos no país atuam como uma rede de apoio inicial ao hospedar os conhecidos que chegam, mesmo que por poucos dias. Os que não têm rede de apoio costumam alojar em hotéis ou *hostels* até encontrarem um local para viver. A partir do acolhimento inicial, como notou-se na maioria dos casos dos estafetas, inicia-se a tarefa de encontrar um quarto e/ou casa, bem como o emprego e os documentos.

Igual a mãe dos meus meninos, lá no Brasil eu não batia muito com ela, pensa numa experiência boa? É separar da mulher e viver aqui e morar aqui (junto) ou então morar vizinho. Primeiro mês, segundo mês pressão, trabalho, aí consegui. Daí a pouco eu saí da casa dela, “ah cê tem que sair”. Quando tava bem, já... “ah é pra voltar”. Eu

digio nem se (...), não. Já era separado dela, até hoje ela é indignada com isso. E vivia nesse vínculo, aí é aniversário do filho: “ah vem pra cá”. Aí eu chegava e ela falava mal de mim pros meninos, aquilo me fazia mal. Eu vi que tava, você tá doido, hoje é aniversário do meu menino eu fiz um churrasco lá em casa e digio pra ela, de mim mesmo assim: “é, sabe o que é bom pra gente? Você não vem mais aqui em casa e eu não vou mais na sua casa”. (...) dos meus planos, das minhas coisas, tudo que eu queria fazer não dava certo, quer saber... pronto. Desde fevereiro, (março, abril, maio, junho) lá vai pra cinco meses. Vou lá e falo com meus meninos lá em baixo, o apartamento está no meu nome, (...), eu vejo que não... tem que se isolar mesmo (ER1. Entrevista, 2024).

A experiência do acolhimento inicial é seguida da necessidade de ter de encontrar um emprego, uma casa e fazer os documentos. A pressão ocorre por uma questão financeira, os recursos dos atores que imigram são reduzidos (geralmente, são suficientes apenas para o primeiro mês) e outrora por falta de compatibilidade entre os moradores, a convivência pode ser afetada por falta de espaço na casa, muitos compartilham o próprio quarto, ou mesmo pelos diferentes hábitos. No caso exemplificado, ER1 foi acolhido pela ex-esposa e os conflitos de convivência já eram manifestos no Brasil. Após encontrar o primeiro emprego, o imigrante encontra uma casa para viver e, logo a seguir, passa a compartilhar com amigos que chegaram do Brasil:

- Também morei quatro anos na Brandoa. Quarto compartilhado, apartamento compartilhado. Quatro anos. Não é que é chato, é as pessoas que você coloca pra morar com você. E eu já tava aqui, e eu recebi essas pessoas... no começo oh, tudo é flores. É igual casamento. Depois, a convivência, e as pessoas aqui, já percebi, confunde muito amizade com liberdade. Se sou amigo, posso tudo! Não, nem tudo eu posso. Mas já passou, graças a Deus (ER1. Entrevista, 2024).

Enfatiza-se aqui no papel de influência da ex-esposa, que auxiliou com o contrato da nova casa. No que tange à localização, não houve mudanças, com a permanência no bairro da Brandoa. ER1 aponta a insatisfação diante da convivência e a dificuldade de estabelecer limites aos companheiros de casa, assim aponta “confunde muito amizade com liberdade”. A situação provisória de dividir uma casa torna-se, diante dos altos valores da renda, uma constância no decorrer dos anos destes. Nos casos dos imigrantes que se estabeleceram em casas com rendas mais acessíveis, nota-se um ciclo que limita os espaços da casa e que, ao mesmo tempo, fortalece ou mesmo cria laços de sociabilidade.

Os atores que residem em Portugal, em específico na AML, estão inclinados a acolher os conhecidos recém-chegados ou a acolher outros imigrantes que passam por demais situações

de vulnerabilidade, como despejo, doenças e desemprego. A história de ER1 resume essa recorrência, após quatro anos compartilhando a casa, no bairro próximo, encontrou uma casa (T1) e passou a viver sozinho. No entanto, mesmo com uma trajetória de incompatibilidade em compartilhar a casa, o estafeta se viu, novamente, inclinado a auxiliar um colega de profissão que está com sinais de depressão.

- Pedi muito a Deus e arrumei essa casinha aí. Tem uns perrengue vêi lá, com a filha da dona, chata pra caramba a filha dos donos lá, mas eu pago barato lá. Quer dizer, barato, trezentos e vinte, barato morando sozinho né!
- Agora tem um colega meu morando lá comigo. Porque ele tava..., se desestabilizou tudo, levei ele lá pra casa. O cara tá doente lá, tá o maior perrengue lá. Aí trouxe ele pra ajudar lá né, aí tamo lá né, na luta lá.
- (É Caneças né?) Não, Casal de Cambra. Lá embaixo, depois da PSP.
- (Vive esse tempo todo lá?) Não, tem três anos lá (ER1. Entrevista, 2024).

Apesar de acolher o colega há pouco tempo, o estafeta destaca que a filha dos proprietários e a vizinha estão sempre a observar suas movimentações, inclusive o questionando sobre a permanência do colega em sua casa. Ao longo dos anos, o ator vivenciou uma constante pressão em que se refere à casa. Primeiro, refere-se à necessidade de conseguir uma casa para viver e sair da casa da ex-esposa que o acolheu provisoriamente. No segundo momento, apresenta-se a partilha da casa com amigos que chegavam do Brasil. Apesar das divisões das despesas, conflitos surgiram. No terceiro momento, após a conquista de morar sozinho em uma casa T1, passa novamente pela necessidade de hospedar um colega que passa por problemas de saúde.

Nesse momento, acumula-se outro ponto de tensão, lidar com a pressão feita pelos responsáveis (senhorios) sobre sua decisão, mesmo que provisória. A indignação do estafeta se segue ao fazer a comparação com o Brasil, ao mesmo tempo, propõem uma solução: comprar uma caravana. A modalidade proposta narrada pelo estafeta sugere um estilo de vida que tensiona por liberdade, apresenta-se como uma fuga do “cotidiano”, ao mesmo tempo, a caravana o livraria da convivência com a vizinhança e não haveria uma relação de dependência dos proprietários, como o mesmo sugere que as relações estabelecidas não são imparciais, há cobrança, como se estivesse “morando de graça” ou em uma relação de “favor”.

- Eu, vou dizer, eu tô num projeto aí, que eu vou comprar uma caravana pra mim. Vou sair desse negócio de renda (...). Esse enchimento de saco, esse enchimento de saco, esse negócio de senhoria que vem encher o saco, tô de saco cheio já. Não, é a filha. Não, é vizinhança, (...) aqui eles querem mandar né? Acha que você tá morando de graça, tá fazendo favor. Vou arrendar essa casa aí, mas aí é... chato pra caramba.

- Totalmente diferente do Brasil, no Brasil cê aluga uma casa lá o dono não vai nem lá. Entregar do jeito que é, não tem esse negócio de encher o saco, de quem é esse fulano que entrou na sua casa, quem é ele? Ah, saí fora, meu. Ah, já tô de saco cheio disso e meu projeto é esse.
- Não, e os brasileiros tão fazendo isso lá. O povo tá saindo do cotidiano pra morar dentro de uma (van). O fulano de tal é advogado e encheu o saco daquilo ali e se projetou, dois anos, vou viajar. Viver meu! a vida não é só... aprendi isso aqui também, é só trabalho, trabalho, trabalho... Mas, infelizmente, a gente vive só pra isso, trabalho, trabalho.
- Como é que enrica? Ganhando oitocentos euros? Pagando renda de quatrocentos? Se somar tudo aí, não sobra nada! Não é? (ER1. Entrevista, 2024).

Percebe-se que as relações cotidianas que se estabeleceram nos espaços da casa e da vizinhança são conflituosas. A mobilidade, o constante movimento, é apresentada como um recurso que afasta o ator imigrante das diferenças culturais e dificuldades financeiras apresentadas no decorrer de sua trajetória, ao mesmo tempo, o distancia de um sentimento de pertencimento, de um processo de (re)territorialização.

- (Eu passei três anos só para me organizar. Adaptar). Entender o que eles tão falando. Morar com os outros, compartilhar quarto, morar compartilhado, conhecer como é que é um ser humano, porque lá no Brasil é diferente. Aqui é, lá no Brasil não, porque cada um vive no seu quadrado né. Aí aqui começa se misturar e, aí tem uns mais espertos que o outro, tem uns que quer ser mais esperto, quer aproveitar. Tem muito que aproveita do outro aqui, entendeu?
- Por isso tem que tá esperto. Nem todo mundo é igual você, e outra, saber as pessoas que você tá lidando e ajudando (ER1. Entrevista, 2024).

O processo de pertencimento é afetado pela falta dos espaços íntimos, da vida privada, a constante exposição e convívio leva o ator a reconhecer a importância e o impacto desses espaços na sua vida, destacando a diferença entre os países: “no Brasil é diferente [...] porque cada um vive no seu quadrado”. Inclusive, o ato de compartilhar esses espaços o afasta de outros brasileiros. Esses são considerados, por sua vez, como “espertos” e que querem “aproveitar”. Há, dessa forma, uma desconfiança na figura do outro: “nem todo mundo é igual a você”.

4.4. O processo de regularização dos brasileiros como intersecção da precarização e imigração

O cotidiano dos atores imigrantes, especialmente nos três primeiros anos, acumula uma série de implicações que levam à constante informalidade. A questão burocrática implica no

arrastado processo de aquisição da documentação, como o título de residência temporário. A falta de documentação conflui, por sua vez, em trabalhos temporários e informais. Por outro lado, a falta de trabalhos com contratos ou qualquer vínculo com a empresa os impede de acessar as tradicionais agências bancárias e de realizar acordos comerciais, como o arrendamento de um imóvel, uma vez que se faz necessário uma série de documentações, como os últimos recibos e declaração de imposto de renda. Por outro lado, os trabalhos disponíveis não proporcionam os recursos financeiros necessários para o arrendamento de um imóvel, especialmente quando se leva em consideração as cauções, além da renda. Portanto, as casas e, até mesmo, os quartos compartilhados evidenciam a informalidade em todas as dimensões do cotidiano do emigrante recém-chegado.

O processo de regularização no país, para a aquisição do título de residência, é burocrático e requer tempo para ser efetuado. Primeiro, é necessária a emissão do comprovante de morada no país que pode ser solicitada na junta de freguesia (esse documento é exigido para que o ator dê entrada na Manifestação de Interesse e é necessário que dois vizinhos com cidadania portuguesa atestem a morada na junta de freguesia), com contrato de renda ou a partir da emissão de contas endereçadas à morada (telefônica, de água, entre outras). Após a comprovação de morada, inscrevem-se nas Finanças para adquirir o número de contribuinte e, depois, na Segurança Social para adquirir o número de seguridade social, geralmente abrem um registro de atividade, como profissional autônomo, para inscrever-se nas finanças é necessário que um residente em Portugal seja o responsável fiscal até a emissão de um comprovativo de renda e morada (contrato de trabalho e manifestação de interesse).

O próximo passo, abrir uma conta bancária no país, as agências físicas são mais burocráticas e exigem toda a documentação, inclusive contrato de trabalho. As contas em plataformas digitais são as mais flexíveis, dessa forma, os imigrantes recorrem as tais contas (Revolut, Wize, entre outras), outra questão que favorece a utilização dessas contas é a possibilidade de transferir para países estrangeiros, com taxas mais acessíveis na conversão de moedas, como euro para o real. Todos esses documentos, adicionado o contrato de trabalho ou registro de atividade autônoma, são necessários para dar entrada no pedido de residência com autorização para o trabalho, a chamada Manifestação de Interesse.

Nos processos referentes à Manifestação de Interesse, desde o período de 2019, observou-se que os pedidos podem levar até três anos para serem concluídos, caso faça o requerimento ao órgão responsável nos primeiros meses, contando a data de entrada no país. Enquanto aguardam o documento de residência, os trabalhadores brasileiros que necessitam da carta de condução, como os estafetas, utilizam a carta do país de origem, que é válida nos primeiros três

meses e renovável por igual período, equivalente ao tempo do visto para os visitantes brasileiros. Após esse período, no caso dos trabalhadores que deram entrada na manifestação de interesse, precisam do documento de residência para transferir e validar o documento de habilitação. O processo, que pode levar anos, os leva uma vez mais à informalidade e os estafetas passam a conduzir sem a documentação válida no país. Por outro lado, as cartas de condução são válidas aos imigrantes que optaram pelo acordo CPLP.

A questão da documentação válida inviabiliza, desse modo, a inscrição nas plataformas de entregas. Como é possível verificar na Figura 11, as condições exigidas pelas empresas-plataforma acabam por coincidir com a burocrática situação de regularização dos documentos pessoais a que os estafetas, nos primeiros anos desde a chegada, são expostos. Dentre os aspectos burocráticos devido à falta de residência no país, está a necessidade de um cidadão português ou que tenha nacionalidade, no caso de estrangeiros, para ser representante fiscal do imigrante. Em resumo, o processo de inscrição no Portal das Finanças é simples. Apesar dos poucos documentos exigidos, a necessidade de um terceiro para representá-lo se torna um desafio encontrado. Nesse caso, a falta de uma rede de apoio faz o ator recorrer aos cidadãos que atuam irregularmente e oferecem sua representação em troca de algum valor.

Diante da burocracia, grupos atuam ilegalmente e oferecem todo o tipo de serviço (atestado de morada, marcações nos órgãos governamentais, documentos para abrir conta bancária, representação fiscal, entre outros) para a regularização dos imigrantes no país. Esses tipos de serviços são encontrados nas redes sociais, em grupos de imigrantes e através da recomendação de terceiros que recorreram aos serviços. Esse tipo de contato manifesta, de certa forma, as primeiras relações de informalidade vivenciadas pelos estafetas.

Figura 11: Requisitos para o cadastro de estafetas nas plataformas

Requisitos principais		Passos necessários para os imigrantes
Identificação pessoal	Passaporte, autorização de residência temporária ou título de residência	Passaporte desde que apresentado a Manifestação de Interesse (AIMA)
	Fotografia de perfil	Fotografia
	Certificado de registro criminal	Acesso em site “justiça.gov.pt”
Identificação fiscal	Código de atividade económica (CAE) ¹⁴ Atividade aberta nas Finanças com o CIRS 1519 OU CAE 53200	Número de Identificação Fiscal (NIF) e Número de Identificação Segurança Social (NISS) – documento de identificação ou passaporte, ter um representante fiscal com residência em território nacional, declaração de morada (em país estrangeiro ou em território português)
	Certificado de Dívida e Não Dívida	O Certificado de Dívida e Não Dívida terá que ser emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira e estar dentro do prazo de validade – ter registro no Portal das Finanças.
Bancário	Extrato bancário	Conta em Agência Bancária (modalidade tradicional): Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão ou Passaporte; Cartão de Contribuinte; Recibo (água, telefone, eletricidade, gás, correspondência de seguradoras, bancos ou escolas), ou. Recibo de Vencimento; Carteira Profissional, emitida por Organismo Oficial; Cartão Profissional
		Conta em Agência Bancária (modalidade digital): Um documento de identificação com a data de validade adequada (pode ser RG, RNE, CNH, e Passaporte com visto válido); comprovativo de residência (pode ser qualquer conta de casa, conta de telefone, ou conta-corrente da sua conta bancária).
Equipamentos de trabalho	Motocicleta* (bicicleta ou carro)	Carta de condução (A ou B) – válidas com o acordo CPLP Motocicleta (bicicleta ou carro) com licenças e seguros válidos – arrendados ou próprio
	Smartfone	Cartão SIM português – passaporte
	Mochila**	Regra geral a todos os utilizadores da plataforma. Requisitos de segurança alimentar exigem que possua e transporte os pedidos utilizando uma mochila térmica.
		“Caso já possua uma mochila térmica: ao submeter a fotografia da sua mochila, por favor garanta que 1) a mochila está aberta para que seja visível o seu isolamento térmico, 2) o seu documento de identificação está visível e é possível ver o nome e fotografia com nitidez, 3) a mochila está limpa e sem danos, 4) a mochila cumpre os requisitos mínimos de 44cm largura x 35cm profundidade x 40cm altura, 5) a totalidade da mochila e documento de identificação é visível” (Uber Eats, 2024).
*Renda entre 50,00 e 110 euros/semanais + caução proporcional ao valor da renda (OLX)		
**Preço por plataforma: 24,90 euros (Glovo); 41,90 euros ou 13,97/semana (Uber Eats); 27,99 euros (Bolt Food)		

Fontes: Eportugal, Novo Banco, Revolut, Uber Eats, Glovo, Bolt Food, OLX (2024)

¹⁴ “É o código numérico atribuído às diversas atividades económicas que constam da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE). Estes códigos constam no site do Instituto Nacional de Estatística (INE) e numa base de dados única (SICAE). Esta base de dados integra toda a informação sobre os códigos CAE das pessoas coletivas e entidades equiparadas” (Portal das Finanças, 2024).

As plataformas digitais são, por sua vez, utilizadas em diferentes âmbitos pelos imigrantes, são capazes de dar acesso aos serviços referentes à documentação, como a inscrição em agências bancárias na modalidade digital. Percebe-se que, ao contrário das agências plataformizadas, as agências físicas exigem uma série de documentações que dificultam a inscrição. São capazes, ainda, de facilitar o acesso ao material de trabalho, como a compra e renda de motocicleta, dos equipamentos de segurança, da mochila térmica, que podem ser adquiridos nas plataformas de *delivery*, nas plataformas paralelas que oferecem os materiais, como anúncio e venda ou nas redes sociais. E, por fim, o próprio acesso e inscrição nas plataformas.

Verifica-se o encontro dos imigrantes recém-chegados, outro domínio da informalidade. Para o cadastro como estafeta, sem os documentos previstos, é necessário recorrer aos indivíduos que estão aptos para o trabalho e que arrendam suas contas. Geralmente, esses não trabalham como estafetas. Foram verificados nas plataformas de anúncio e venda (OLX) e redes sociais (Facebook) diferentes perfis, os quais oferecem contas aos trabalhadores que apresentam algum tipo de restrição para o cadastro na plataforma, como a falta de documento de residência e/ou habilitação válidos. Nos grupos de estafetas, é possível verificar valores entre 30 e 40 euros por conta (Facebook, 2024). No caso das plataformas de anúncio de venda (OLX, 2024), identificam-se empresas que oferecem todos os serviços aos estafetas. Um perfil identificado como “oficina mecânica de motos” oferece, assim, aluguel de motos com os equipamentos (rastreador, suporte de telefone, seguro, corrente), venda de capacete, venda de motos, ativação de contas nas plataformas e a oficina mecânica para as motos.

Apesar de as plataformas utilizarem recursos para evitar a prática da terceirização, como o reconhecimento facial em alguns momentos do dia, os estafetas desenvolvem táticas para utilizarem contas arrendadas que são compartilhadas no “boca-a-boca” cotidiano e nos grupos de apoio nas redes sociais. Conforme a publicação de um utilizador no grupo de estafetas (9.5 mil membros), em Lisboa:

[Membro 1] As pessoas que alugam conta (Glovo), o aplicativo pede reconhecimento facial após o segundo pedido. O que fazem para esse reconhecimento?

[Membro 2] - Fecha e limpa os apps abertos inclusive a glovo depois abre a app de novo e pronto

[Membro 1] - entendi, obrigado!

[Membro 3] - cara eu estava fazendo isso... deu certo várias vezes... mas semana passada bloqueou a conta...recebi um email a pedir a foto novamente...fiz a foto e

desbloqueou...aconselho a tirar a foto...se a conta for sua...pois vai ter uma hora que vai bloquear e não vão desbloquear mais...abraço (Facebook, 2024).

O auxílio dos colegas ocorre nas redes sociais e no contato diário no que tange às atividades relacionadas ao cotidiano dos estafetas. Esse contato torna-se a principal rede de apoio para os estafetas imigrantes, sobretudo aos recém-chegados que não possuem familiares e amigos no país. No entanto, apesar de a mensagem de um dos membros sugerir uma alternativa para solucionar o problema enfrentado pelo estafeta, logo apresenta-se a preocupação de um outro membro, ao alegar que a solução é provisória. Apesar da divergência, nota-se que o contato entre eles é amistoso e buscam, em conjunto, solucionar os possíveis problemas apresentados cotidianamente. As condições de informalidade são superadas a partir dessas trocas de informações e dicas que dão praticidade ao trabalho diário.

Por outro lado, conforme o relato do estafeta, a instabilidade financeira da profissão e as contas extras pagas pelo estafeta imigrante, que está inserido no processo de adaptação, podem induzir a desistência destes atores quanto aos planos de imigração.

- (...) chega aqui, vou trabalhar de estafeta. Eita! hoje fiz cinquenta euros, amanhã faz vinte, e aí no outro dia faz trinta, aí no outro dia não faz nada. Aí o cara tá todo desprojetado, trouxe o dinheiro e gastou o dinheiro, vivendo com a moto alugada, conta alugada, e aí? Tá errado. Aí vai embora, não aguenta, não aguenta o processo. Vem com o propósito e não aguenta o processo, mas quer viver o propósito. Pra viver o propósito tem que passar pelo processo. Isso não quer (ER1. Entrevista, 2024).

O estafeta sugere que a desistência está relacionada, ainda, à pouca vontade de ER1 em passar pelos “perrengues” vivenciados na profissão. O ator utiliza diversas vezes o termo *perrengue*¹⁵ para designar situações de difícil resolução que estão relacionadas à vivência dos imigrantes diante da precariedade laboral e da vida privada, principalmente aos recém-chegados no país.

¹⁵ O substantivo masculino, popularmente difundido entre os brasileiros, refere-se a um problema, uma situação de difícil solução, uma situação complicada (Estraviz, 2024).

Capítulo 5 - O “pedaço” dos estafetas imigrantes: o centro comercial como território de sociabilidade

As práticas de sociabilidade vivenciadas pelos estafetas imigrantes decorrem a partir das relações cotidianas, diante do contexto laboral uberizado, de informalidade e flexibilidade, e da situação de fronteira vivenciada, de adaptação e de inserção em novos grupos sociais. Nesse sentido, a partir das reflexões de Augé (2005), observa-se que as relações que são estabelecidas nas práticas cotidianas no espaço, no tempo e na própria compreensão de si, de sua individualidade, são determinantes para definição dos lugares antropológicos. Ao evidenciar a atividade laboral de um estafeta, percebe-se que parte considerável do dia, cerca de dez horas diárias, o trabalhador permanece nos espaços públicos.

Verifica-se que as interações nos espaços públicos, de acordo com a condição pós-moderna, estão a caminho de “um inevitável obituário”, conforme aponta Leite (2009, p. 192):

Some-se a isso relativa perda de importância dos espaços públicos urbanos tradicionais (praças, ruas, parques, galerias) para os emergentes espaços virtuais de comunicabilidade em rede (chats, blogs, reality shows, TVs interativas); acrescidos dos processos contemporâneos de higienização estética dos espaços urbanos históricos (*gentrification*, disneyficação, patrimonialização) e a crescente proliferação de espaços fechados de moradia, consumo e lazer (condomínios fechados, *shopping malls*, parques temáticos) e temos em todos esses processos uma visível atitude defensiva em relação ao outro, ao estranho.

No âmbito dos espaços públicos, o centro comercial surge como um espaço dual. Remete-se, em princípio, ao “não-lugar” que pode ser definido como um espaço que não é compreendido como histórico, relacional e identitário (Augé, 2005). Em síntese, o centro comercial é um espaço de passagem, direcionado para as atividades comerciais e que apresenta um diversificado fluxo de clientes que, em princípio, não interagem entre si. Como um espaço que reflete os interesses comerciais, com a colaboração dos apelos publicitários, tenta-se incutir uma imagem “familiar” e de “pertencimento”. A associação do consumo ao sentimento de familiaridade remete à característica de uma adaptação dos moldes econômicos que, por sua vez, comercializa os sentimentos e o tempo dos consumidores, em níveis espaciais e mentais (Illouz, 2018). Essa característica se reflete no espaço de consumo, no centro comercial, ressaltando a presença de atores que consomem e, ao mesmo tempo, são produtos.

As plataformas atuam para a consolidação desse modelo econômico. As redes sociais, por exemplo, permitem que o consumidor publique e avalie suas experiências em tempo real. Desse modo, as conexões digitais com outros atores são intermediadas pelas experiências de consumo em espaços públicos. Essa dinâmica apresenta formas de sociabilização pautadas a partir das experiências de consumo e que, portanto, não narram as dinâmicas históricas e identitárias dos atores que se inserem nesse contexto.

Embora o centro comercial se apresente como um espaço de consumo a partir das dinâmicas comerciais, físicas e digitais, percebe-se relações que estabelecem “consciências”, individuais e coletivas, no espaço. Os “territórios” e as “consciências” que dão sentido antropológico ao terreno (Augé, 2005). Tais relações são estabelecidas entre os frequentadores que permanecem no espaço cotidianamente e sobressaem à posição de espectador/consumidor/produto. Estes atores, os trabalhadores imigrantes, atendem aos interesses de mercado enquanto mão de obra necessária. Ao passo que, também, são consumidores e produtos nas pausas e nos tempos livres. São lojistas, equipes de seguranças e manutenção, que trabalham nas configurações tradicionais, e estafetas, que representam uma parcela dos trabalhadores uberizados. Neste palco, as relações cotidianas estabelecidas vão além da experiência individualizada e anônima do consumidor que percorre pelo centro comercial.

Há uma complexa dinâmica que marca a disputa pelo território entre os interesses comerciais e do grupo de trabalhadores. Os atores, estafetas imigrantes, vivenciam o espaço de consumo enquanto trabalhadores e consumidores. Estabelecem, ainda, formas de sociabilidade. Ao mesmo tempo, conflitos se estabelecem e criam um “pedaço”, o qual pode ser identificado a partir do aspecto simbólico e espacial (Magnani, 1992). Os espaços e as aspirações comerciais se ressignificam à medida que “outros” atores, para além dos consumidores, vivenciam o cotidiano laboral nos espaços de consumo. O cotidiano do estafeta se estabelece a partir das relações vivenciadas nos espaços públicos que remetem aos rituais vivenciados no país de origem, de seus “torrões natais” (Augé, 2005). A situação de precariedade laboral e invisibilidade une um grupo de estafetas imigrantes que se reconhecem no espaço. As conexões estabelecidas nos “pedaços” e nos “trajetos” cotidianos são evidenciados nos espaços da vida privada.

5.1. Do “bairro artístico” a “pedaço” dos estafetas imigrantes: um território em disputa

Como um anexo, localizado na parte exterior e central do UBBO, o The Hood foi inaugurado em novembro de 2019. Apresenta-se como um espaço interativo para os clientes vivenciarem o comércio de modo lúdico, formado por um conjunto de contentores, aproximadamente 25 lojas. A estrutura física foge das dinâmicas tradicionais que constituem os centros comerciais, como o alinhamento das lojas em grandes quadras e vitrines para exposição com bastante iluminação.

A 29 de novembro abre as portas o The Hood, um espaço ideal para os amantes de arte urbana e que pretende criar uma comunidade em torno da cultura alternativa. Um espaço situado na Avenida José Garcês (Praça Central UBBO), Amadora, que estabelece um vínculo real entre visitantes e moradores da região (TV Europa, novembro de 2019).

A disposição dos contentores, com suas diferentes formas, cores e iluminação que fogem à estrutura tradicional, evidenciada, inclusive, no interior do espaço do UBBO, propõe um convite aos usuários do shopping que passem mais tempo a descobrir o espaço. Percebe-se que a iniciativa comercial busca prender a atenção do usuário diante da crescente do comércio em plataformas digitais. Ao mesmo tempo, o modelo comercial propõe um ambiente “instagramável” para que as experiências vivenciadas no espaço físico se transportem para as dinâmicas digitais. Ao constatar as publicações e notas referentes à inauguração do novo espaço, percebe-se a estratégia de mercado ao evidenciar o espaço comercial dissociado do centro comercial. As publicações associam o espaço comercial às demais dinâmicas urbanas, como a “cultura alternativa”, a “comunidade”, a “vizinhança” e ao “bairro artístico”. das dinâmicas urbanas.

Ainda que esteja situado na praça central do UBBO, antigo Dolce Vita Tejo, assume-se como “anti centro-comercial”. Pode ser confuso, à primeira leitura, mas o The Hood, o novo bairro artístico da Grande Lisboa, situa-se nesta praça com entrada pela rua, sem ter que passar pelo estabelecimento referido. Trata-se de um aglomerado cultural que pretende trazer uma dinâmica de bairro, comunidade e partilha, nas suas diversas vertentes, espalhados pelos contentores coloridos que agora povoam esta que é a maior praça coberta do país, na Amadora (Evasões, janeiro de 2020).

Entre os contentores há mesas para refeições coletivas, mesas de jogos – ping-pong e futebol de mesa, sofás e cadeiras, fontes de energia em USB, balanços, pista de skate, cesta de

basketball e intervenções artísticas (com exposições permanentes e temporárias), banheiros e bebedouros. Nesse contexto, cria-se um espaço lúdico, com atividades diversificadas, que objetiva concentrar possíveis consumidores (Figura 12).



Figura 12: The Hood: as lojas em contentores e as esplanadas (2023 e 2024)

No que se refere aos usos do espaço, no período que se seguiu à inauguração não houve significativa adesão do público consumidor. Entre dezembro de 2019 e o final do período pandêmico, poucos consumidores e alguns curiosos percorriam o espaço e frequentavam as lojas dispostas. No primeiro ano, desde a inauguração, observou-se o pouco movimento de consumidores durante os dias de semana, entretanto, notou-se a presença de artistas que instalavam suas obras (a primeira imagem refere-se à intervenção realizada em janeiro, a segunda instalação ocorreu em dezembro de 2020) e dos estafetas que aguardavam no espaço. Conforme verificou-se em campo e em conversas com os comerciantes, essa dinâmica de um movimento enfraquecido trouxe insatisfação dos comerciantes que aderiram à proposta do *shopping* (ao se instalarem no espaço), uma vez que se planejaram a partir da perspectiva de uma intensa circulação de clientes e, por consequente, de maior consumo.





Figura 13: The Hood: instalações artísticas (2020)

Pode-se pontuar que a modalidade de entrega em domicílio auxiliou na receita desses restaurantes nesse primeiro momento, porém, com a eclosão da pandemia, a modalidade de entregas em domicílio foi determinante para a manutenção dos restaurantes no espaço. O trabalho uberizado foi essencial para a manutenção dos restaurantes no espaço recém-inaugurado. Para além dos interesses econômicos que envolvem os atores, comerciantes e estafetas, o espaço concebeu interações específicas que marcam um pedaço de interações dos atores a partir da dimensão espacial. Com a presença intensificada dos estafetas no The Hood, que aguardavam para recolha de pedidos, o espaço público fica marcado pelas interações entre os trabalhadores e na presença dos objetos utilizados. De imediato, ao transitar pelo espaço, é possível evidenciar os estafetas a partir dos objetos utilizados no contexto de trabalho, como as mochilas, as roupas adequadas para proteção da chuva, sol e vento, as toucas e o capacete, o celular à mão, que os caracteriza em um modo específico de vida a partir da questão laboral. Percebe-se que o uso dos objetos marca um modo de vida semelhante, que remete ao campo simbólico de um pedaço dos estafetas, de modo que os frequentadores podem não se conhecer e se reconhecerem pelos mesmos símbolos (Magnani, 1992). Assim, a partir dessa concepção, percebe-se o The Hood como um "pedaço" que se constitui a partir da dimensão espacial e simbólica.

A rotina dos estafetas é pautada por um cotidiano de “trajetos” locais, de encontros e desencontros. Nesse caso, as áreas de alimentação são pontos de referência para a circulação e permanência dos estafetas e demais frequentadores. Para essa relação, de práticas predominantes ou determinadas atividades de uma área do espaço urbano (com seus equipamentos), Magnani designa o termo “mancha”. Descreve que “numa mancha caracterizada pelo lazer [...], os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros etc. que se complementam ou competem entre si, mas que no conjunto concorrem para o mesmo efeito” (1992, p.196). A partir da perspectiva proposta pelo autor, vê-se que uma “mancha” abriga “pedaços” e é capaz de ser recortada por “trajetos”. É possível constatar que os estafetas, entre outros atores, que realizam curtos “trajetos” no centro comercial UBBO, constituem um grupo que pertence ao “pedaço” inserido no interior de uma “mancha” comercial. A partir dessa perspectiva, ao observar o cotidiano dos estafetas imigrantes, notou-se que o centro comercial se apresenta como uma mancha na cidade, que oferece determinados serviços. Enfatizam-se as atividades de lazer, que atraem um público diversificado (de usuários que experienciam o espaço como espectadores, ou seja, como consumidores) e, ao mesmo tempo, abriga grupos, os quais vivenciam outras formas de sociabilidade.

Embora o espaço público apresente multiplicidade de atores, as perspectivas e experiências dos frequentadores expõem as divergências das interações nos espaços dos corredores, das lojas e restaurantes, dos espaços verdes e de lazer. O contexto espacial revela, por sua vez, as especificidades de interações sociais. No que tange aos centros comerciais em Portugal, estudos advertem que os usos dos espaços de lazer e entretenimento, criados para as práticas de consumo, podem não corresponder à expectativa dos gestores quanto à utilização dos atores. A abordagem voltada ao consumo não corresponde às práticas de parte de atores que buscam os espaços públicos para a sociabilização, como foi apresentado no centro comercial Vasco da Gama e Colombo (Pereira, 2017; Bustamante, 2007). No centro comercial UBBO foi possível verificar que as relações de sociabilidade sem intenção de consumo ocorrem com diferentes atores, como os jovens, principalmente, os que utilizam a pista de skate e o espaço de basketball; os lojistas que, nos dias de folga e após os turnos de trabalho, utilizam os espaços livres para confraternizar; grupos de familiares e amigos que comemoram aniversários e levam o bolo confeitado, os salgados e as bebidas para comemorar; piqueniques organizados por escolas e/ou entre amigos.

As divergentes dinâmicas de sociabilização, entre diferentes atores, no espaço The Hood (Figura 14). Ao fundo ocorre a transmissão de um evento esportivo (Eurocopa, 2024) com jogos e atividades voltadas ao público, essas atividades são promovidas pelo *shopping*; logo à frente

observa-se uma comemoração de aniversário dedicada a uma criança, o evento, particular, é promovido por familiares e amigos, embora ocorra no espaço público; no primeiro ponto da imagem está um estafeta que, sozinho, aguarda uma chamada de trabalho enquanto assiste, à distância, à partida de futebol. O centro comercial reflete um espaço que permite múltiplas interações dos atores e incorpora as práticas de lazer ao comércio, como destinado aos “seus vizinhos”.

Quando se atenta para o posicionamento geográfico do empreendimento, verifica-se que está localizado entre estradas e bairros habitacionais, inclusive de habitação social. Há a vizinhança mais próxima configurada pelo bairro social e os bairros de origem irregular, a Brandoa e Casal da Mira. Numa escala ampliada, percebe-se uma vizinhança que está entre as freguesias de Amadora, Sintra e Odivelas. E que, em termos habitacionais, abrange parte expressiva da população imigrante que procura por habitações e trabalho. O espaço, dessa forma, abrange a população do seu entorno, tanto nas relações de lazer, quanto nas relações de trabalho.

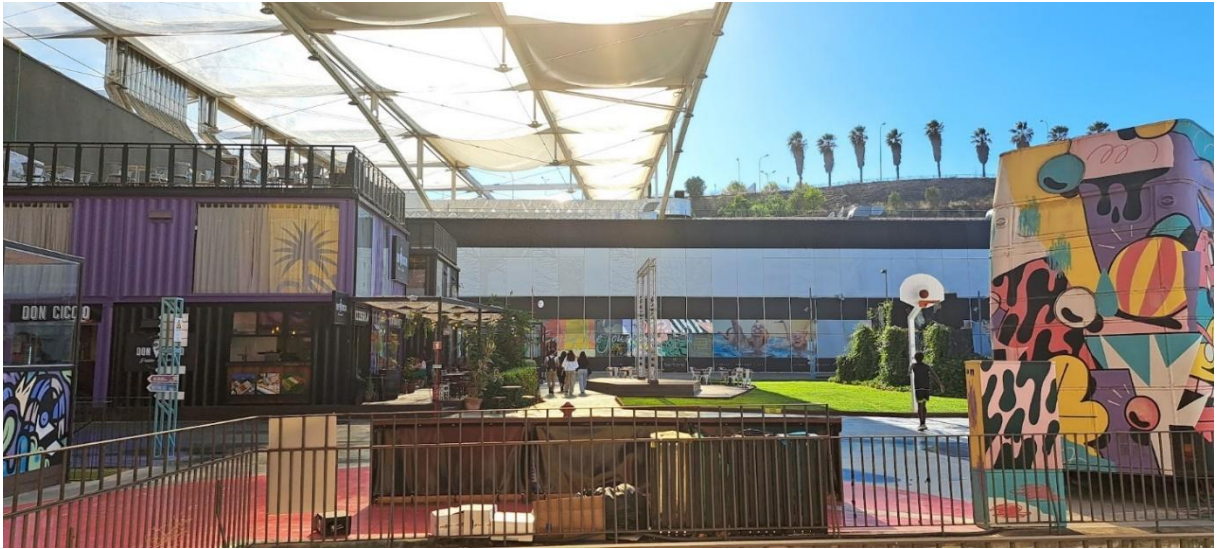


Figura 14: Diferentes interações no The Hood (2024)

A concentração de serviços oferecidos pelo empreendimento comercial diante de uma vizinhança com perfil residencial é capaz de manter os trabalhadores vizinhos no mesmo espaço, mesmo que em diferentes atuações profissionais. Nota-se, portanto, o caso do estafeta ER1 que, em 2017, iniciou o trabalho na área de alimentação do *shopping* e atuou nos três restaurantes do grupo empregador. O trabalhador, que contava com contrato de trabalho, atuou na restauração por dois anos. Sua rotina expõe o perfil de trabalhadores precarizados, que mesmo em regime contratual atuam com uma escala de horários rotativos, carga horária extra, perfil bipartido e folgas vendidas. Desse modo, o trabalhador passa mais tempo no espaço do trabalho do que em casa.

A intensa rotina vivenciada pelo trabalhador expõe um ritmo de vida marcado pelo tempo do trabalho e os vínculos de amizade são estabelecidos a partir desse tempo. A identidade do trabalhador imigrante é marcada pela união da vida privada e profissional que estabelece, como assinala Carmo e Matias (2019), de “dimensão invisível”. Enquanto trabalhava na restauração, conheceu os estafetas que ali permaneciam e, dessa forma, se organizou diante da possibilidade de ser “seu próprio patrão” a partir do trabalho uberizado. Com isso, enquanto frequentava os espaços do centro comercial nos tempos de restauração, o trabalhador que aguardava a emissão do título de residência estabeleceu contatos com outros trabalhadores e a partir das trocas de experiências com os demais estafetas que ali atuavam, se arranhou financeiramente para comprar uma moto e iniciar o trabalho uberizado, com veículo e conta próprios. As relações estabelecidas no cotidiano laboral do seu primeiro emprego permitiram que ER1 continuasse a atuar no espaço do UBBO, a partir de meados de 2019, como estafeta.

Do mesmo modo, outro caso evidencia a transição profissional no espaço do centro comercial: o casal de ex-estafetas EF1 e EE1 atuou para uma empresa de manutenção, como trabalhadores terceirizados, em regime *part-time*. Atuaram cerca de um ano e meio quando começaram a complementar a renda como estafetas. Da mesma forma que ER1, o casal comprou um veículo de segunda mão para o trabalho. Nos oito meses em que atuaram como estafetas, desempenharam atividades laborais em outros pontos da cidade e, nos turnos do jantar, se encontravam no UBBO para o trabalho extra. A renda do casal, por cerca de três anos, é resultado de pequenos trabalhos realizados, sem vínculos empregatícios. Mesmo desempenhando outros trabalhos, o centro comercial apresenta impacto nas relações cotidianas do casal, o que acarretou a seguinte transição laboral, do emprego terceirizado para o uberizado, primeiro na modalidade de entregas e, depois, como motorista.

No que manifesta os usos dos espaços do UBBO pelos estafetas, tem-se o fato de pertencerem à vizinhança, a concentração de serviços oferecidos e as trocas de informações

entre os atores (como os estafetas e os lojistas) que frequentam o espaço. Verifica-se que a prática profissional do estafeta é determinada pelas plataformas e suas ferramentas, como os algoritmos. O “estar” nos espaços comerciais apresenta-se, na prática, como uma obrigação que determina mais corridas ao trabalhador. Ao mesmo tempo, a permanência nesses espaços estabelece relações casuais com outros estafetas e com outros trabalhadores, laços de reconhecimento se estabelecem a partir de então. Os dois casos exemplificados marcam, portanto, dois períodos distintos que apresentam alterações nas percepções vivenciadas pelos trabalhadores imigrantes no espaço, uma como trabalhador por conta de outrora e outra como autônomo.

Para tanto, os “pedaços” constituídos pelos estafetas imigrantes não são definidos apenas por pertencerem ao mesmo contexto laboral ou apenas por frequentarem o centro comercial, são a partir de relações cotidianas, de interesses em comum (em diferentes âmbitos, como financeiros, políticos, amorosos e familiares), a partir de questões como a nacionalidade e, ainda, do posicionamento sobre as práticas laborais realizadas que são capazes de determinar as interações que ocorrem entre si. Essas relações expressam e constituem os diferentes arranjos, as “manchas”, os “pedaços” e os “trajetos”, que são estabelecidos a partir do posicionamento dos diferentes atores em relação aos outros e a eles (Magnani, 2010). Nesse sentido, os “trajetos” são realizados entre os “pedaços” no próprio centro comercial, entre diferentes grupos no contexto que envolve o perfil laboral dos imigrantes, numa dimensão local, no interior da mancha.

Ao observar determinado “pedaço” e os “trajetos” realizados pelos estafetas, no contexto espacial e laboral, constata-se as expressões de violência e conflitos inseridos no contexto. Um dos aspectos demonstrados no “pedaço”, que caracteriza o contexto da uberização, relaciona-se à constante rotatividade dos atores. Embora o período observado não demonstre dados estatísticos que verifiquem uma média de permanência dos imigrantes na prática laboral, percebeu-se que, dentre os atores pertencentes ao “pedaço”, apenas ER1 se manteve como estafeta durante os quatro anos (2019-2024). Há, portanto, uma constante rotatividade dos trabalhadores no mercado laboral pautado pela precarização. Em campo, tanto na uberização quanto na restauração, foi possível verificar que os trabalhadores imigrantes são os mais vulneráveis.

5.1.1. Sociabilidade em Rede: A Formação do Grupo de Estafetas Brasileiros

A mudança de trabalho vivenciada por ER1 coincidiu com a inauguração do espaço The Hood. Nesse período, para além do acesso ao FUBBO (a área de alimentação), os estafetas que

frequentavam o centro comercial aderiram ao The Hood para o convívio cotidiano. O espaço pode ser considerado como um “pedaço” dos estafetas no centro comercial UBBO. Dentre os estafetas mais antigos está a EM1 que, segundo a própria, seguiu os passos de sua cunhada, a primeira mulher a atuar como estafeta em Lisboa. Percebeu-se que EM1 e EJ1, ambos na faixa etária entre 40 e 50 anos, são os mais articulados do grupo, tanto no convívio com os demais estafetas quanto na atuação nos direcionamentos do grupo. Foi possível identificar um grupo com quinze estafetas brasileiros que interagiam cotidianamente, por cerca de dois anos, no “pedaço”. No entanto, o número não corresponde ao total de estafetas que frequentavam o espaço e interagiam com o grupo. Nota-se que alguns dos estafetas circulam por outros espaços da cidade.

Figura 15: Grupo de estafetas que frequentam o pedaço The Hood (2019 a 2021)

O gráfico demonstra a estrutura do grupo dos estafetas pertencentes ao “pedaço”, The Hood, no final de 2019 até meados de 2021 (Figura 15). Dessa forma, percebeu-se que EM1 exerce maior influência entre as mulheres. Alguns dos estafetas criaram redes de amizade fora do espaço de trabalho, como ED1 que conheceu ET1 na casa que compartilham e, assim, passaram a conviver em tempo integral. Thaís conheceu no UBBO, por sua vez, o EL1 e iniciaram um relacionamento amoroso. A estafeta ER3 chegou alguns meses após, março de

2020, já em tempos de pandemia. Do outro lado estão os estafetas EJ1, ER1, ER2 e EM2 (entre 35 e 50 anos), como parte de um grupo que compartilha entre si o tempo de trabalho e o de lazer, com os cafés e as cervejas cotidianas e, em menor frequência, os churrascos e pagodes em outros pontos da cidade. Os laços com os demais estafetas foram construídos à medida que começavam a atividade profissional, contudo, os novos estafetas são mais jovens e, apesar de compartilhar momentos no espaço, são mais “soltos” do grupo. Foram identificados dois portugueses, a EA1, que atuava em *part-time* para auxiliar nas despesas do curso de mestrado. Apesar da constante atuação no pedaço por alguns meses, as relações com os demais do grupo se limitavam aos cumprimentos. Ao contrário de EP1, exercia uma participação mais intensa entre os estafetas, inclusive articulando aluguéis de contas e veículos para os novos usuários.

No final do ano de 2020, foi possível identificar dois estafetas paquistaneses no pedaço, EF1 e EK1. Eles estavam há menos de um ano em Lisboa e não falavam português. Ambos compartilhavam a casa em que viviam e, diferente do grupo restante, atuavam com bicicletas elétricas. Contudo, frequentaram por poucos meses o pedaço. No que se refere à moradia, percebeu-se que os estafetas do grupo residiam próximos ao centro comercial (Figuras 15 e 16), em Amadora (Verde), Odivelas (Vermelho), Sintra (Laranja) e Loures (Azul), destacando-se os bairros vizinhos de Brandoa, Casal de Cambra, Caneças e Pontinha, todos parte da AML.

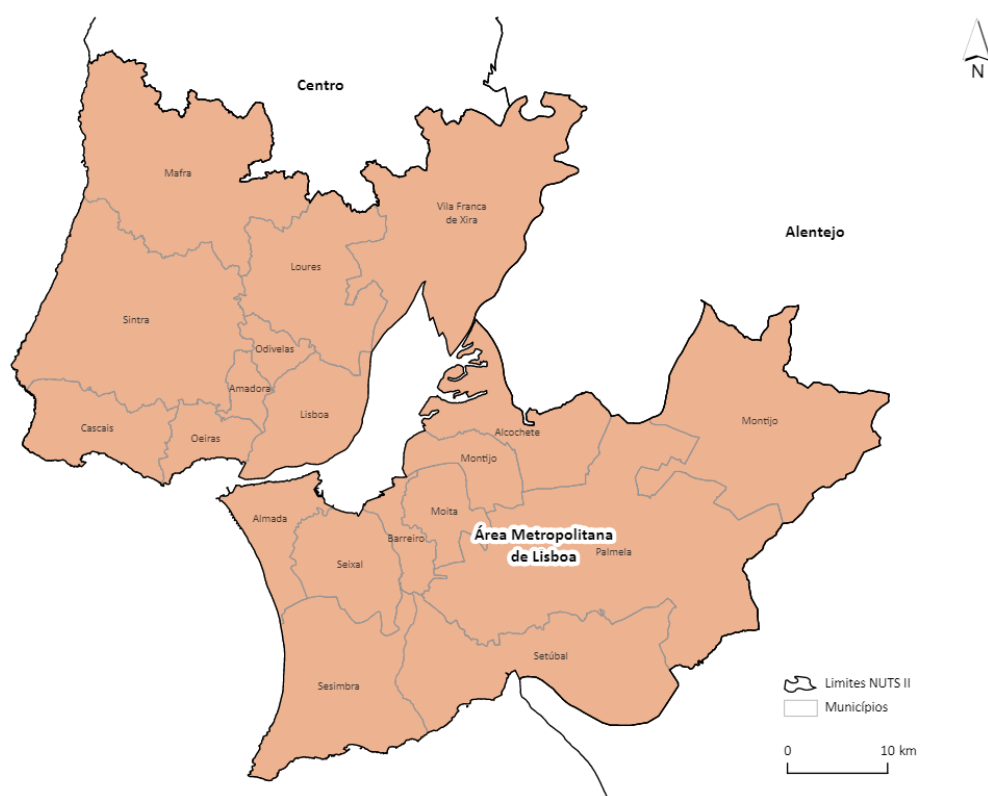


Figura 16: Municípios pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (INE, 2022)

Os estafetas mais próximos de ER1 se identificavam por apelidos referentes às cidades/estados de que vieram, sendo o Mauá, o Ceará e o Mineiro os mais próximos. A conexão a partir dos apelidos remete ao sentimento identitário dos estafetas que apontam os laços referentes às origens. Outro aspecto que ressalta suas origens é a confraternização cotidiana. Esses estafetas eram os que mais frequentavam a pizzaria. Para além das conversas cotidianas e dos cafês compartilhados, outros negócios eram tratados, como a organização de consórcios. Destaca-se que o consórcio é uma relação financeira informal que se estabelece na confiança mútua entre os participantes, organizada por um grupo de pessoas que desejam poupar determinado valor, ao passo que evitam pagar empréstimos a juros para quitar alguns investimentos, como o caso da motocicleta. Cada participante contribui com prestações mensais e, a cada mês, um participante recebe o total valor, define-se por sorteio ou por ordem pré-estabelecida.

Para além da organização financeira, os modos da organização do trabalho constituíram um importante fator na inserção e permanência de integrantes no grupo que frequentava o pedaço.

Nas antigas, os caras antigos, a gente tinha uma hierarquia, era fudido, não podia andar com duas contas aqui, não podia botar robozinho, tinha uma turma que era chegada. Se chegasse um cara de fora, a gente: “oh, você não pode fazer isso, não pode fazer cancelamento”, o cara via que tinha uma hierarquia e seguia, tinha uns que saía fora. Agora virou bagunça, pronto. Virou bagunça, todo mundo chega aí, faz o que quer aí, eu fico só vendo. Eles tá errado, quem sou eu para ir lá e falar com o cara, eu não vou, aí o cara vai dizer: “ah, quer ser o dono daqui” (ER1. Entrevista, 2024).

Nesse período, o grupo formado pelos primeiros estafetas que frequentavam o UBBO era responsável por transmitir as regras criadas aos novos integrantes, como não ter duas contas ao mesmo tempo; não colocar o “robozinho”; havia uma política de cancelamento entre eles, o cancelamento só deveria ser realizado se os demais concordassem. A organização do grupo obedecia à hierarquia formada e, ao mesmo tempo, os conectava para as práticas de sociabilização no pedaço The Hood e imediações. Havia outro grupo, que pertencia ao grupo originário, formado por mulheres estafetas. No ano de 2020, eram cinco mulheres que pertenciam ao pedaço e tinham grande interação com os demais estafetas do pedaço. Os momentos de confraternização ocorriam com o grupo e, ainda, apenas entre as mulheres. Era comum observar que, nas tardes de calor, costumavam frequentar a esplanada dos 100 Montaditos. Verificou-se que as trocas cotidianas entre elas iam além do tempo de trabalho. Organizavam saídas noturnas e viagens, cerca de uma vez por mês, frequentavam festas, como

os pagodes no Cais de Sodré e, também, fizeram uma viagem de três dias para França (ET1, ED1 e EM1). Contudo, com o fim da pandemia, essas interações foram se perdendo. O grupo feminino se desfez tendo em consideração que a vida de cada uma tomou um caminho diferente.

- É porque todo mundo migrou né. Era uma turma boa, turma antiga, os cara do começo, raiz aqui, e hoje só tem eu aqui. Tem eu, acho que eu e o rapaz (...) que vem faz umas corridinhas aqui e vai embora. Mas, das antiga mesmo só tem eu e dois indianos depois da pandemia.

- Aí virou um circo, como tô te falando, chega aqui pensando que vai ganhar dinheiro e não sei o quê, que “eu vou enriquecer”, aí quando começa a passar os perrengues, aí não dá não, aí volta pro Brasil. E fica um ciclo (ER1. Entrevista, 2024).

Foi possível verificar a saída contínua dos trabalhadores que pertenciam ao grupo, verificase que a estafeta EM1 imigrou para Londres. A estafeta ET1 se afastou das atividades por conta da gravidez, após o nascimento do filho passou a atuar como diarista. O marido EL1 imigrou para a Holanda após o nascimento do filho. ET1 e o filho se mudaram quando EL1 estava estabelecido no país estrangeiro. O caso de ER2 apresentou desfecho parecido, o estafeta permaneceu no The Hood como empregado de mesa, após alguns meses viu a possibilidade de iniciar uma nova jornada na Bélgica. Com a partida da amiga, ED1 continuou no UBBO até o final de 2022, quando iniciou o trabalho como entregadora para uma empresa particular, no centro de Lisboa. A estafeta EJ3, após a recuperação do acidente, também no final do ano de 2022, retornou para o Brasil. Os estafetas EM2 e ES1 passaram a atuar na modalidade Uber Driver, entre os anos de 2022 e 2023. Assim, até o início de 2024, continuaram a frequentar o UBBO, com eventuais encontros para os almoços e cafés (Darema). Esses encontros são evidenciados em outros espaços da vizinhança, como os restaurantes (As Mineirinhas e o The Big B.) e na casa do ER1, com churrascos em datas comemorativas. O estafeta ER1 e o EL4 são os únicos que permanecem na modalidade de entregas, contudo, EL4 tem maior atuação em outros pontos da cidade.

5.1.2. Práticas e rituais: o Cotidiano dos Estafetas no Pedaco

A inauguração do The Hood deu aos estafetas maior liberdade no que se refere aos usos dos equipamentos do espaço comercial. Percebe-se que as interações dos estafetas na praça de alimentação são efêmeras, a atuação dos estafetas nesse espaço é pontual e destinada à recolha dos produtos nos restaurantes. Ainda assim, em menor proporção, a presença dos estafetas é notada no compartilhamento das mesas para refeições quando eles se apresentam como clientes

dos restaurantes, uma prática pouco recorrente. Entretanto, mesmo com a rápida circulação no espaço, os estafetas mantêm conversas com os demais trabalhadores dos restaurantes.

No caso de ER1, sempre que possível, principalmente nas tardes de movimento enfraquecido, passa pelos restaurantes em que trabalhou para cumprimentar os ex-colegas de trabalho. Percebe-se que na praça de alimentação há maior controle por parte da administração local, ou seja, a liberdade dos trabalhadores é restrita, uma vez que há maior controle no que se refere aos usos dos equipamentos oferecidos. Por outro lado, nos primeiros anos, o novo espaço em local “aberto” proporciona a possibilidade de permanecer no espaço sem uma constante vigilância por parte da administração.

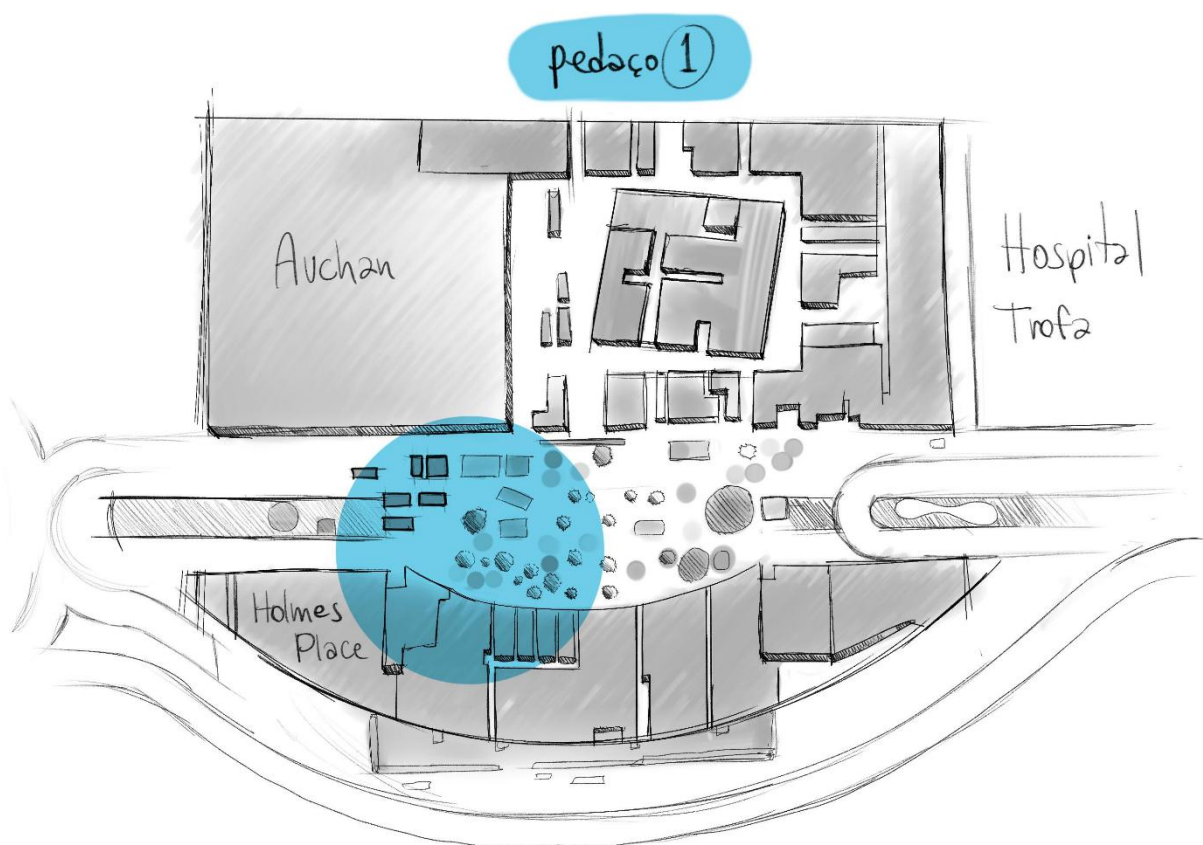


Figura 17: O “pedaço” do grupo de estafetas brasileiros (2019 a 2021)

Pode-se definir, em termos espaciais, o espaço The Hood como o “pedaço” do grupo de estafetas brasileiros, os mais antigos – que se localiza na área da saída no sentido Leroy Merlin – o qual foi compartilhado pelos estafetas, aproximadamente, desde o final de 2019 até 2021 (Figura 17). Nota-se que a disposição de entrada e saída dos veículos desse lado é limitada pela administração do *shopping* e não há grande fluxo de estafetas, como ocorre do lado contrário. Por outro lado, apesar de não terem aval administrativo para estarem na área, nessa

saída os estafetas estão mais próximos dos equipamentos oferecidos pelo espaço. Nesse pedaço, pontua-se uma área arborizada que os estafetas utilizam para estacionar as motocicletas, mesmo que não seja uma área permitida (Figura 18).

No que tange à rotina desses trabalhadores no espaço The Hood, percebe-se a presença constante dos estafetas, todos os dias da semana, das onze horas da manhã às onze horas da noite, quando as cozinhas dos restaurantes se encerram. Alguns, que iniciam o turno mais tarde, estendem o trabalho para o turno da madrugada, atendendo os pedidos em restaurantes 24 horas em outros pontos da cidade. Entre os estafetas do grupo, a média geral de trabalho corresponde a cerca de 10 horas diárias. No que se refere às folgas, não há consenso, alguns preferem tirar um dia da semana, em dias de pouco trabalho, como a segunda-feira e a terça-feira, para o descanso. No entanto, parte considerável dos estafetas alega tirar um dia de folga apenas quando necessário, quando estão muito cansados ou mesmo para resolver alguma questão pessoal.

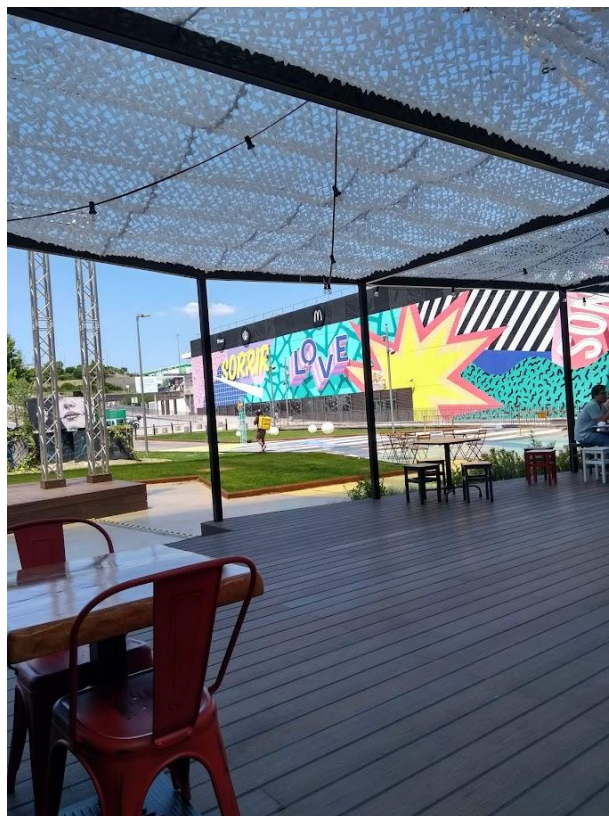


Figura 18: The Hood: acesso aos veículos, sentido Leroy Merlin

A alimentação dos estafetas é realizada nos períodos da tarde, geralmente entre quinze horas e dezessete horas. Parte dos estafetas vive em bairros próximos, portanto, almoçam em

casa. Outros, na tentativa de dinamizar o tempo, levam suas refeições. Nesses casos, com diferentes atores, as mesas compartilhadas do The Hood são utilizadas (Figura 19). Entretanto, para além dos locais específicos para a refeição, verificaram-se outros locais não habituais, como sentar-se ao chão (Figura 19), na paragem de ônibus e no próprio veículo, carro ou moto.



Figura 19: Pausas para as refeições no The Hood (2020)

A espera por trabalho corresponde a parte significativa do dia de um estafeta, nesse sentido, buscam diferentes formas de passar o tempo. A movimentação dos estafetas é de constante chegada e saída, a permanência nos locais é indeterminada, pode levar uma média de quinze

minutos, trinta minutos, uma hora ou mais, nos horários entre as principais refeições (almoços e jantares) e em dias de semana, principalmente nas segundas-feiras. A principal atividade realizada são as interações com outros estafetas, passam o dia a conversar em grupo ou em pares. Dos espaços mais utilizados estão os corredores entre as lojas, que oferecem discrição em relação aos demais utilizadores do espaço e, ao mesmo tempo, permitem a possibilidade de se sentar na base dos contentores que estão próximos ao chão (Figura 20).

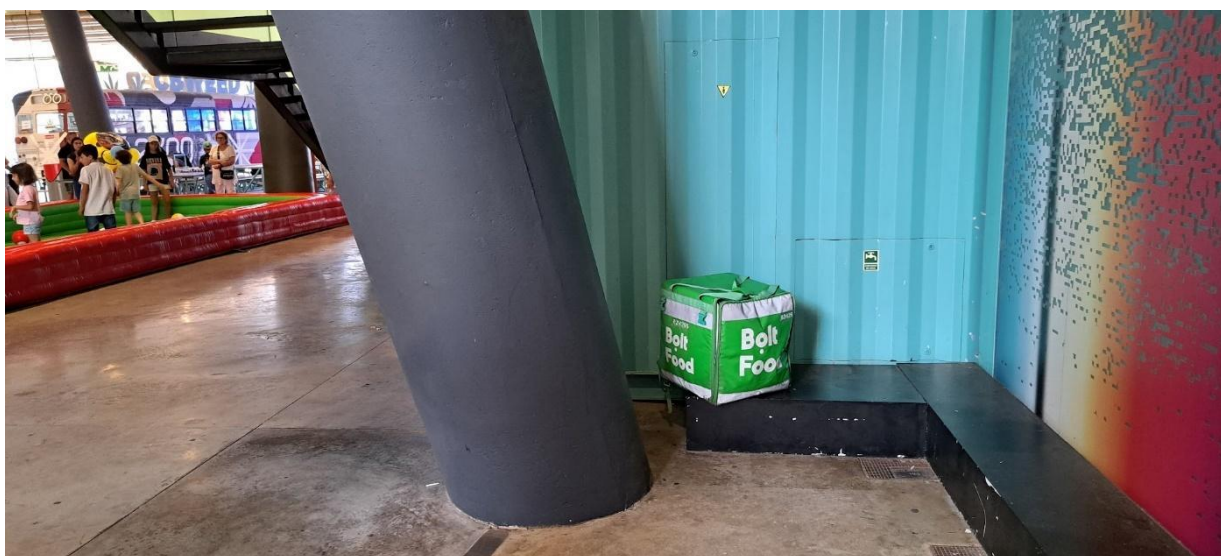
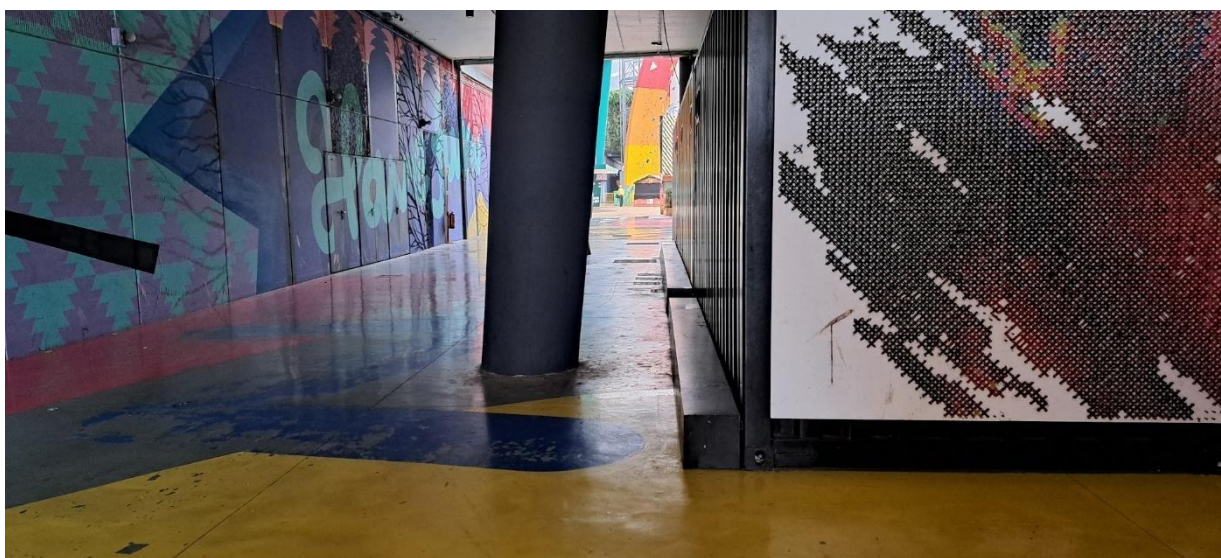
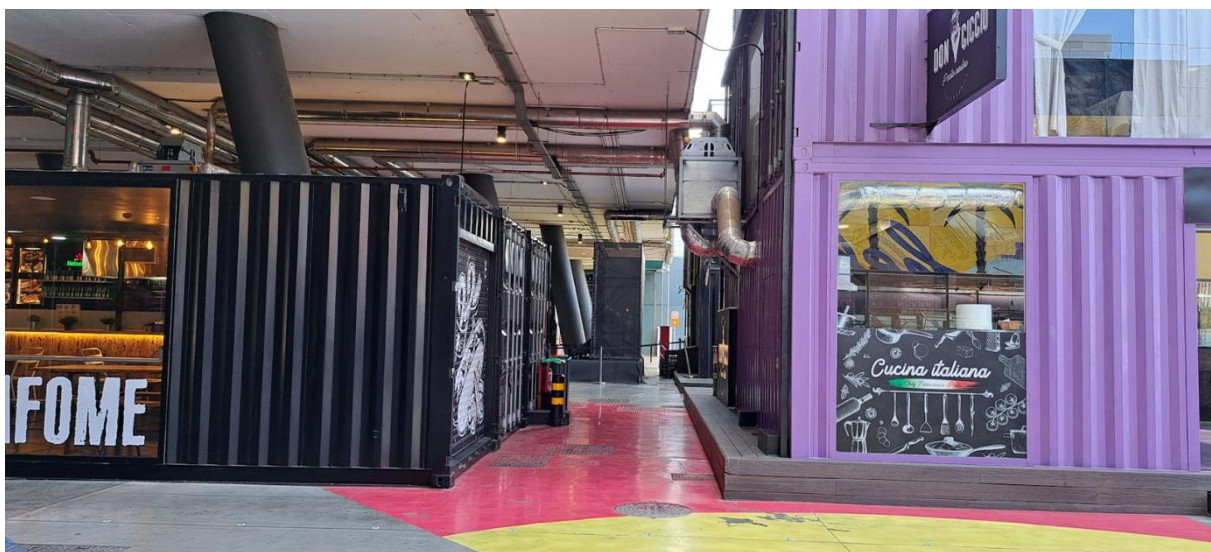


Figura 20: Entre contentores, os espaços discretos (2024)

Nesses espaços, entre os contentores, é possível notar que os trabalhadores dos restaurantes e os estafetas ficam à volta para descansar, tirar um cochilo, fumar um cigarro, utilizar o smartphone ou conversar com algum colega, nos pequenos intervalos do trabalho. Verificou-se que o hábito dos estafetas no que se refere ao uso desses espaços permaneceu durante todo o período de observação, de final de 2019 ao início de 2024. Nota-se que não são espaços criados para uso dos utilizadores e que, no entanto, promovem um recurso de introspecção aos trabalhadores, uma vez que são discretos em relação aos olhos dos outros atores.

Na quarta-feira fiz o horário seguido, das 13 horas às 23 horas. Era, aproximadamente, três da tarde, quando eu e um colega do trabalho fizemos uma pausa de quinze minutos. Fizemos dois cafés e fomos para fora, sentamo-nos no tablado que fica nos fundos do restaurante vizinho. Meu colega acende o cigarro e, assim, conversávamos sobre algo do trabalho, ali já estava um estafeta que logo se levantou para recolher um pedido. Em poucos minutos duas estafetas [a ET1 e a EM1], que estavam em um diálogo sobre questões pessoais, chegaram e se sentaram ao nosso lado. Não chegamos a conversar porque precisava voltar ao trabalho (Diário de campo, 16 de junho de 2020).

A constante movimentação dos estafetas favorece, para além dos usos dos “corredores”, a utilização de outros espaços não frequentados pelos demais atores. Ao contrário do que ocorreu com os usos dos “corredores”, apresentando um período datado até meados de 2021, pode-se grifar o uso dos gramados. A parte gramada, localizada nas duas extremidades do The Hood, aos olhos de quem observa, pode oferecer um suposto conforto aos trabalhadores que buscam se deitar e tomar um sol. Contudo, ao conversar com os estafetas, logo percebe-se o real motivo da permanência dos estafetas no espaço verde estar na mira dos algoritmos. Segundo os próprios estafetas, os algoritmos estão programados para chamar os trabalhadores que estão em determinados pontos da cidade. Nesse caso, os estafetas perceberam que para quem está localizado na parte do gramado há maior quantidade de chamadas (Figura 21).



Figura 21: Estafetas à espera de entregas, locais estratégicos (2020)

Para evitar ficar ao sol, alguns deixavam o celular no gramado enquanto ficam nas proximidades, sentam-se nas esplanadas dos restaurantes próximos enquanto bebem um café ou uma cerveja ou mesmo ficam em pé à sombra a conversar com algum colega. Por outro lado, as longas pausas no restaurante italiano ocorriam sempre entre os horários das refeições, entre 15 e 17 horas e/ou após o expediente, das 23 horas ao fecho do restaurante, na segunda imagem é possível identificar o encontro de dois estafetas que bebiam uma cerveja e a chegada de uma terceira estafeta. Sem clientes, o dono do restaurante, um simpático e acolhedor senhor italiano, cultivava o hábito de conversar com os estafetas enquanto consomem no restaurante.

Assim se constituía parte da semana no “pedaço”, em tardes de pouco movimento de clientes, geralmente, apenas os estafetas circulavam pelo espaço. Para além dos estafetas, a esplanada do restaurante era constituída por um espaço familiar, o senhor italiano contava com a companhia da filha, do genro e do neto, os quais estavam sempre a visitá-lo, o genro tinha um estúdio de tatuagem no mesmo espaço e permaneceu até final da pandemia. A criança de aproximadamente quatro anos, apesar da pouca idade, circulava pelo espaço com muita segurança.

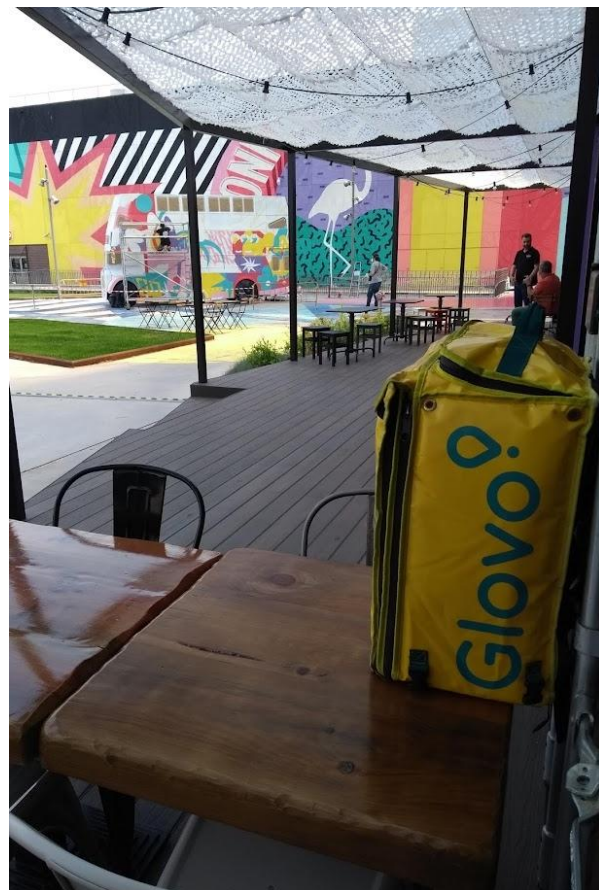


Figura 22: Estafetas “aguardam” nas esplanadas (2020)

As relações concebidas no “pequeno espaço” do The Hood, entre 2019 e 2021, eram de trocas entre os atores. O “pedaço” se constituía em pequenos ritos cotidianos entre os estafetas, como as pausas em conjunto para as refeições, os cafés e as cervejas, as conversas cotidianas entre lojas, esplanadas e nos gramados, na prática laboral pautada no reconhecimento hierárquico entre os estafetas, na organização laboral com a definição de regras e em estratégias financeiras elaboradas em conjunto. Desse modo, os espaços de sociabilização dos estafetas são definidos a partir dos elementos que os conectam, o que caracteriza um “pedaço”. Portanto, nota-se que são elementos simbólicos que evidenciam o “ser” estafeta, sua rotina e as interações que ocorrem entre si e com os outros, em determinados espaços.

Vêm-se aqui as dinâmicas que marcam os rituais entre os estafetas. Segundo Han (2020), os rituais se apresentam como elementos estabilizadores da vida cotidiana e, portanto, assumem o “tempo habitável”. O ato de consumir estava associado às longas pausas nas chamadas/trabalho das plataformas, eram pausas para os cafés e, principalmente, no fim do turno, para as cervejas (os copos). Nesses dias, em que os estafetas chegavam no fim do turno, o fechamento do restaurante italiano era mais tarde do que o do restaurante ao lado. As luzes do espaço The Hood apagavam-se, à meia-luz, os estafetas continuavam a beber cervejas enquanto os funcionários faziam a limpeza do restaurante.

- Tinha uma turma legal, não era? Lá no Ribs né. A gente se juntava ali, era eu e o ER2, gerentes tudinho, os estafetas se misturava com a galera ali, nas mesas né. Vixe!! E ficava até três horas da manhã... tinha uma turma legal, mano (ER1. Entrevista, 2024).

Algumas vezes, após os restaurantes fechados, os funcionários compravam bebidas e se juntavam a eles. Era apenas uma cerveja para aliviar o cansaço e, nesse meio tempo, com o centro comercial fechado, surgia algum segurança os alertando que não deveriam se estender por ali. Assim, fechavam-se os dias de trabalho e todos se adiantavam para suas casas. O preço dos cafés e cervejas era mais acessível na pizzaria, a partir disto eles pouco consumiam no restaurante ao lado, apesar de utilizarem a esplanada e serem próximos aos trabalhadores do restaurante, com muitas conversas e brincadeiras no decorrer do dia. Havia uma boa relação com os estafetas, mesmo em período de pandemia, com o alto número de entregas, não houve casos de conflitos (exceto as cobranças pelos atrasos de uma parte ou outra que ocorrem em momentos de grande demanda). Os estafetas que frequentavam o The Hood se posicionaram contra no que se refere aos estafetas intrusos e aos possíveis golpes que poderiam ser aplicados.

A principal estratégia utilizada consistia em alertar os funcionários dos restaurantes sobre os novos “estafetas”. Esse tipo de relação criava maior vínculo entre os atores e apontava para a certa credibilidade dos estafetas que frequentavam esse pedaço com os restaurantes que ali estavam. Ao mesmo tempo, o alerta era uma forma de manter o controle dos estafetas no pedaço, entre os que seguiam as regras e eram bem-vindos (pertencentes ao grupo) ou não. De alguma forma, faziam questão de manter a política de boa vizinhança e de estarem presentes, de se fazerem visíveis naquele espaço.

O espaço era acolhedor em relação aos trabalhadores. Com a observação em outros restaurantes, no *shopping* (no restaurante de “rede fast food”, localizado na praça de alimentação) e em Odivelas (em um restaurante de rua), foi possível identificar um ambiente de hostilidade entre os restaurantes e os estafetas. No caso do restaurante de rua, em Odivelas, o uso dos banheiros dos restaurantes não era permitido aos estafetas e, ao contrário da dinâmica apresentada no The Hood, os estafetas não eram vistos como possíveis consumidores (Diário de Campo, 22 de junho de 2020). A troca evidenciada entre os dois restaurantes e os estafetas no espaço The Hood era uma exceção, percebeu-se que a comunicação em outros restaurantes era direcionada à entrega do pedido, às vezes, restrita à apresentação do código do pedido visível na tela do celular do estafeta. Mesmo em restaurantes em que os estafetas consumiam no The Hood, houve situações de desentendimento entre trabalhadores, relacionadas à dinâmica de entrega de pedidos. Em um dos casos observados, o estafeta ER1 recebeu uma baixa avaliação na plataforma, pois havia uma falha no sistema. O trabalhador não tinha controle sobre o erro e, ainda assim, ao ser indagado por uma funcionária sobre o motivo da baixa avaliação, o responsável do restaurante afirmou que “ele merecia” e complementou com a seguinte generalização: “não se pode confiar nos estafetas” (Diário de Campo, 14 de abril de 2023). Esse caso específico apresenta a desconfiança dos funcionários, principalmente dos supervisores, no que orientam os demais funcionários a ficarem espertos ao entregar os pedidos aos estafetas.

Destaca-se que, entre os anos de 2021 e 2023, foram verificadas situações de possíveis golpes aplicados por “estafetas”, um dos golpes consiste em utilizar um aplicativo que duplica as chamadas e, quando o estafeta chega para realizar a recolha, outro já o fez. Nesses casos, é comum, ainda, que os “estafetas” tirem um *print* da tela para apresentar ao restaurante e levem o pedido sem a intenção de entregar ao cliente. Uma estratégia utilizada pelos restaurantes é a conferência dos passos apresentados na plataforma, assim: “o restaurante, na aplicação, aceita o pedido realizado pelo cliente e confirma a finalização da preparação” > “o estafeta apresenta o número do pedido ao restaurante” > “confirma que recebe o produto na aplicação” > “a

viagem inicia para o estafeta”. A verificação dos passos na plataforma evita que outros se passem pelos estafetas e levem os pedidos.

Contudo, apesar de os golpes serem aplicados por “estafetas” desconhecidos, as suspeitas de golpes estão alinhadas à generalização, uma vez que os estafetas conhecidos, pertencentes ao “pedaço”, são colocados no mesmo lugar de estranheza. Portanto, o fato de levantarem cotidianamente os pedidos nos restaurantes e, ainda, frequentarem o restaurante como clientes não dá visibilidade aos estafetas a partir de suas especificidades. Percebeu-se, portanto, que apesar de aguardarem sempre próximos aos restaurantes e, inclusive, avisarem aos funcionários sobre os possíveis “golpistas”, sobressai a impessoalidade nas relações que evidenciam o contexto laboral entre restaurante/estafeta e restaurante/cliente (estafeta).

Os laços de sociabilização no “pedaço” são ambíguos, com a impessoalidade apresentada em alguns restaurantes e o reconhecimento profissional em outros. No “pedaço”, foi possível observar que as conexões cotidianas estabelecidas entre estafetas e lojistas promoveram um novo vínculo profissional para ER1. As relações estabelecidas no The Hood proporcionaram a transição da situação profissional de ER2, que deixou sua rotina de entregador e tornou-se empregado de mesa na pizzeria.

Antes de entrar no turno das 13 às 21 horas, numa quarta-feira, fui treinar. Ao chegar no ginásio, alguém me abordou, era o ER2. Conversávamos bastante nos meses em que trabalhei no Ribs, ele já frequentava o ginásio desde aquela época. Desde que me mudei para o outro restaurante, não o via com frequência, um ano havia se passado. Estava matriculada há pouco tempo no ginásio e, nesse dia, descobri que ele havia deixado de ser estafeta. Me disse que agora estava trabalhando na pizzeria e que preferia a nova rotina. Ao me atualizar sobre os caminhos que havia tomado, disse que iria almoçar para começar o turno. E terminou a conversa como os brasileiros sempre fazem, vamos marcar qualquer coisa um dia desses (Diário de campo, 19 de outubro de 2022).

O único do grupo a frequentar o ginásio era o ER2. O ginásio oferece certa praticidade aos utilizadores, como os chuveiros, secadores e pranchas de cabelo, banheira de hidromassagem, piscina, equipamentos de treinos, aulas de yoga, pilates, zumba, entre outras. Apesar da série de benefícios oferecidos aos utilizadores, principalmente aos que estão inseridos naquele pedaço durante longas horas diárias, como os estafetas e demais trabalhadores do *shopping*, o ginásio oferece um serviço reservado aos que estão dispostos a comprometer parte considerável do salário, um compromisso que se estende com um contrato de fidelização anual. Verifica-se que os preços das mensalidades para os sócios estão acima da média das mensalidades de outros ginásios, de rede ou de bairro. Os valores da mensalidade apresentam valores de 78,00 a 99,00

euros mensais (valores aproximados atuais), um fator que determina o pouco interesse de parte considerável dos estafetas que frequentam o *shopping* cotidianamente. Por outro lado, evidencia-se uma frequência dos demais trabalhadores que estão vinculados às empresas por contrato laboral ou aos recibos verdes que possuem maior estabilidade salarial. O próprio ginásio incentiva a utilização desses trabalhadores, oferece cerca de desconto de 10% aos lojistas do centro comercial. Nota-se que a inserção dos estafetas no pedaço não está, necessariamente, vinculada aos usos de estabelecimentos como o ginásio, para além de alguns restaurantes que apresentam preços acima da média comercial.

Após a breve experiência na restauração, por cerca de seis meses, ao conseguir o título de residência, ER2 migrou novamente. Mesmo com a experiência em outro país, agora na Bélgica, o contato permanece com o amigo que continua atuando no pedaço.

- Tem um colega meu que tá morando na Bélgica, o ER2, tu sabe quem é, o ER2, negão, careca, ele tá na Bélgica. Ele tava trabalhando na (DHL) lá, chegou uma fiscalização lá rapaz, pegou todo mundo lá de surpresa, deu uma multa na empresa que tava trabalhando pra DHL (terceirizada*) ele teve que sair fora, ele tá trabalhando no café português, o cara é português, com contrato português, por isso que ele tá lá ainda (...). E essa empresa que ele tava lá, pra DHL, tinha um monte de gente lá, sem documento, sem porra nenhuma, levou uma multa de 100 mil. Fechou, fechou mano. Teve que fechar. Ele trabalhava pra DHL lá. O negócio é sério.
- Pois é meu, a vida de imigrante é isso né meu (ER1. Entrevista, 2024).

Mesmo com a distância, o contato permaneceu. Inclusive, mantém-se como uma provável rede de apoio para a nova imigração dos que ficaram. O estafeta ER1, que aguarda a documentação, o título de nacionalidade, destaca a possibilidade de trabalhar em outro país e menciona, inclusive, alguns dos antigos estafetas que migraram: a EM1, o ER1, a ET1 e o marido. As experiências cotidianas entre os estafetas possibilitaram vínculos para novas experiências e possibilidades que surgiram.

5.2. Rupturas e Continuidades: O “Pedaço” em Tempos de Pandemia

A pandemia eclodiu logo após a inauguração do espaço The Hood (que ocorreu em 2019) e, por conseguinte, o impacto das restrições sanitárias repercutiu nos usos dos espaços públicos. Do primeiro momento, desde as restrições da circulação pública pelos espaços até as últimas sanções de restrição, os estafetas, trabalhadores dos restaurantes (em escala reduzida) e os seguranças mantiveram autorização para frequentar o espaço. O período pandêmico não interferiu na manutenção das relações de sociabilidade entre os estafetas do “pedaço”. Notou-

se, inclusive, maior liberdade dos trabalhadores, tanto ao nível dos trajetos cotidianos (vias urbanas e as áreas de estacionamento), quanto na utilização dos equipamentos dispostos no espaço público (como as esplanadas do The Hood, mesmo não assumindo a posição de consumidor).

Em janeiro de 2020, o cenário do *shopping* passava pelas primeiras alterações, com as medidas de prevenção – máscaras, mesas alternadas para o atendimento, uso de álcool em gel após cada atendimento. Os estafetas, valendo-se dos próprios recursos, passaram a utilizar os meios de prevenção recomendados. Com o avançar das contaminações, em março de 2020, o confinamento obrigatório foi decretado. Nesse momento, muitos dos funcionários foram afastados das atividades laborais, alguns com o regime de teletrabalho ou de *layoff* assegurado pela segurança social e outros, em situação de maior vulnerabilidade, apenas foram afastados das atividades. Como ocorreu no restaurante em que trabalhava, cerca de 80% dos funcionários foram demitidos nesse período. Nota-se que os funcionários estavam em regime de contrato a termo certo e que, devido à recente contratação (desde a inauguração do espaço), parte considerável dos funcionários estava sob regime de experiência. Esse fato permitiu que os responsáveis pelo restaurante se desvinculassem de qualquer custo adicional no período da pandemia. Outros trabalhadores, de setores diversos, também sofreram com as demissões no período.

Para parte relevante dos trabalhadores precários (nas suas múltiplas figuras e modalidades) os contratos não foram renovados ou, no caso das situações mais vulneráveis, as pessoas foram pura e simplesmente descartadas das suas atividades profissionais pelo facto de não deterem, na altura em que deflagrou a crise pandémica, contratos permanentes (Carmo, Caleiras, Roque e Assis, 2021, p. 23)

Esse ponto foi um fator decisivo para que as atividades informais crescessem no período da pandemia, tanto de profissionais que migraram de uma atividade informal para a outra (nos casos de trabalhadores falsos recibos verdes e/ou sem contratos), quanto de profissionais que tiveram uma rescisão de contrato. A inserção de trabalhadores vulnerabilizados no mercado informal foi observada no The Hood, com o acréscimo de trabalhadores uberizados em meados de 2020. Espacialmente, a presença dos novos estafetas se localizava na direção contrária dos restaurantes e lojas do espaço The Hood, ou seja, do “pedaço” dos estafetas mais antigos.

Neste lado, próximo à saída do hospital, existe uma entrada para a passagem de veículos, para os taxistas, veículos de aplicativos e os pessoais, no intuito de carga e descarga. Não há restaurantes e lojas, apenas canteiros com gramados e plantas. Os veículos de passageiros e os

motociclistas dividem a rua, como um estacionamento provisório, enquanto aguardam as chamadas. Os estafetas passam as horas a aguardar sentados nas motos e nas proximidades. Outros utilizam os canteiros e gramados à volta da rua para sentar-se.

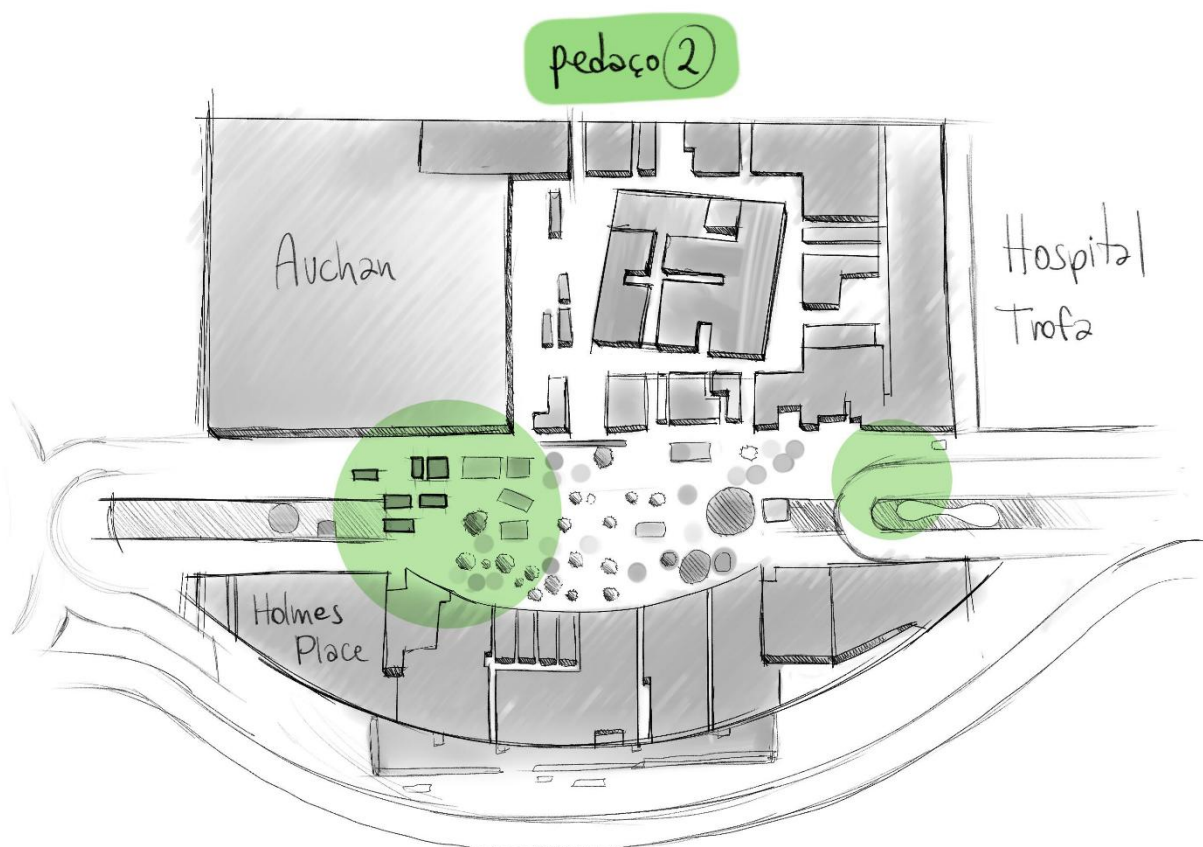


Figura 23: Do lado oposto: os estafetas “da rua”

Apesar de frequentarem o *shopping*, conversarem e terem trocas cotidianas com os colegas, esses estafetas não se sentiam vinculados ao espaço físico. Assim, entre eles, havia maior mobilidade cotidiana, principalmente nos trajetos feitos pela cidade. Durante conversas com estafetas no centro comercial, no período de lockdown, foi possível verificar cerca de quarenta estafetas no decorrer de um dia. Nas proximidades do hospital, ao abordar um grupo de aproximadamente vinte cinco estafetas, constatei que todos iniciaram as atividades no decorrer da pandemia. O motivo para desempenhar a função é complementar ou ter algum acesso à renda familiar. Nota-se que as consequências do processo pandêmico ocorreram de forma imediata e a longo prazo.

Para os atores, sem rede de apoio pré-estabelecida, tornar-se estafeta surge como a opção de rápido retorno financeiro. Em tempos de crise e desemprego, formas de trabalho precarizadas são visualizadas como uma viável estratégia. Como ocorreu com o ER5, sua situação de

desemprego ocorreu após o período da pandemia, era operador de câmera para uma TV angolana. No entanto, o motivo do desligamento da empresa decorreu da pandemia, uma vez que, segundo o estafeta, a empresa faliu e fechou as portas. Mesmo com as experiências anteriores na área profissional e do vínculo estabelecido de um contrato de trabalho, o trabalho uberizado se apresentou como uma forma de sanar as contas pendentes e a ausência de oportunidades laborais para o ator imigrante (Diário de Campo, 04 de maio de 2022). Durante o período pandêmico, observou-se que a vulnerabilidade laboral não afeta apenas os recém-estabelecidos no país.

Em diálogo com EG1, que cumpre uma jornada de aproximadamente cinquenta horas semanais e sem folgas fixas, foi possível observar que a perspectiva sobre a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores uberizados, entre os próprios estafetas, é incongruente. Assim, EG1 apresentava bastante conhecimento acerca dos estudos sociológicos sobre a precariedade laboral vivenciada pelos estafetas e, ainda, destacou a importância de os trabalhadores terem consciência de classe para que mudanças sejam efetivadas. O posicionamento do estafeta que abrange a consciência de classe em frente à precarização vivenciada é incomum nos discursos dos demais estafetas.

Tal fato reflete a marginalização vivenciada pelos trabalhadores uberizados, o que afeta a própria consciência (Ianni, 1996). Enquanto EG1 manifestava sua insatisfação no que se refere às dinâmicas estabelecidas pelo capital, EC1 interrompeu a conversa. O trabalhador manifestou profundo descontentamento com o posicionamento do colega, afirmando que os novos imigrantes não querem trabalhar e que reclamam muito. Apontou que a vida do imigrante não é ruim se o imigrante não tiver medo de trabalhar, que existem empregos mais difíceis do que ser estafeta. Usou o seu próprio exemplo ao complementar que já trabalhou “de tudo” e, de forma contínua, “está habituado a trabalhar sempre com muita carga horária” (Diário de Campo, 04 de maio de 2022). A trajetória de vida relatada demonstra a resistência do trabalhador que vivenciou quinze anos de empregos precarizados. Seu exemplo assinala a situação de vulnerabilidade do ator que, desde os dezessete anos, não teve opções a não ser enfrentar o que viesse. Nesse sentido, o discurso do estafeta remete à frustração no que tange ao posicionamento crítico dos novos imigrantes, no que se refere aceitação da realidade vivenciada.

Outros grupos se formavam, como os ciganos e os paquistaneses. Verificou-se que as relações cotidianas existentes entre os estafetas eram constituídas a partir de fatores linguísticos e de proximidade cultural. Contudo, o fato não representa uma total exclusão entre os grupos de estafetas, uma vez que no decorrer do dia de trabalho há constante movimentação dos trabalhadores, o que lhes permite interações diversas, ou seja, entre grupos. No caso dos atores

recém-chegados e/ou dos iniciantes de profissão, como se observou e exemplificou no caso do EV1, há maior interação, uma vez que sempre procuram informações sobre a rotina e compartilham histórias de vida com diferentes atores.

No período observado, a ocupação do espaço se deu durante a pandemia, perceberam-se diferentes perfis de trabalhadores que utilizam o espaço. Identificou-se um grupo de jovens brasileiros/as, que não tinham o UBBO como lugar exclusivo de espera. Parte considerável desses estafetas não frequentava o pedaço dos estafetas que permaneciam do lado dos restaurantes. No entanto, dentre os trajetos realizados no centro comercial, foi possível identificar que alguns desses estafetas circulavam entre outros espaços, inclusive no pedaço.

Conheci o EV1 próximo ao restaurante em que trabalho, um rapaz de 19 anos que havia começado a trabalhar como estafeta há três semanas. Durante uma conversa amistosa, disse que havia chegado do Brasil há um mês e que veio morar com o pai e a madrasta. Disse que seus pais pretendem voltar ao Brasil e que seu sonho é migrar para os Estados Unidos. Nessa conversa, apontou que era o primeiro emprego e que não tinha carta de condução. E que, apesar disso, não tinha medo de trabalhar sem o documento. Sua conta é arrendada, pois não tem os documentos necessários. EV1 estava no UBBO, porém não tinha um ponto fixo. Disse, ainda, que no *shopping* costumava ficar com alguns colegas do outro lado e, nesse momento, me pediu para o acompanhar que me apresentaria seus colegas (Diário de Campo, janeiro de 2021).

A pandemia possibilitou a incidência de novos atores utilizando os espaços do centro comercial. O impacto desses novos atores, atuando como estafetas, no decorrer da crise pandêmica, rompeu gradualmente com a configuração laboral dos estafetas proposta pelo grupo concebido no espaço. Essa ruptura trouxe novos conflitos ao centro comercial que envolvem estafetas, a insatisfação dos antigos estafetas, lojistas e seguranças. E foi capaz de alterar a configuração e os usos do espaço a partir de uma delimitação da administração central.

Em maio de 2020, o regime de restrição se mantém, com a alteração nos horários de funcionamento da restauração e a circulação de pessoas entre concelhos. Nesse período, fui chamada para trabalhar no restaurante novamente. Em dias de trabalho, pude observar que, durante o período de restrição, os equipamentos dispostos pelo The Hood estiveram interditados, bancos e sofás envoltos em plásticos, as mesas empoeiradas devido à falta de manutenção – o espaço já não tinha a mesma operacionalidade. Ainda assim, para além dos momentos de tensão causados pelas notícias do agravamento da pandemia, os estafetas mantiveram atividades comuns ao grupo, fortalecendo financeiramente os colegas que estavam afastados da atividade devido à contaminação e/ou por acidentes sofridos. Diante de um panorama hostil, a rotina de trabalho esteve no contraste de um espaço que oferece liberdade

ao estafeta mesmo com as limitações físicas, sem um lugar apropriado/seguro para aguardar as chamadas, além do maior ritmo das entregas.

Ao chegar no restaurante, percebi que a rotina de trabalho havia sido alterada, todo o serviço nesse momento está voltado para atender à demanda das plataformas de entrega. Sendo um funcionário para aceitar e registrar os pedidos no sistema. Outro, para conferir os pedidos que saíam da cozinha com a comanda do pedido emitida pela plataforma. Outro, para confirmar quando o pedido estivesse pronto e, por fim, entregar aos estafetas (Diário de Campo, 19 de maio de 2020).

Ao longo dos primeiros dias de trabalho, desde a volta ao restaurante, chamava a atenção o ritmo intenso de entregas realizadas. Com o trabalho intenso e a promessa de uma possível abertura aos clientes, o restaurante precisou recontratar outros funcionários que haviam sido dispensados ao longo do mês seguinte.

O lodo acontecia durante as principais refeições, almoço e jantar, a intensidade de pedidos nas plataformas era impressionante, trabalhávamos sem parar, adicionávamos cargas de grampos dos grampeadores várias vezes, para fechar os pacotes. Sempre havia fila de estafetas que aguardavam os pedidos, alguns impacientes porque os atrasos afetam a quantidade de entregas a realizar, principalmente nos casos dos estafetas que atendem mais de uma conta ou dos que atendem duas chamadas ao mesmo tempo, nesses casos eram dois atrasos (Diário de Campo, 24 de maio de 2020).

Para além do ritmo de trabalho intensificado, outro aspecto chama a atenção: a manutenção das práticas de sociabilidade no “pedaço”, mesmo em período de pandemia. Com o ambiente empoeirado e com fitas de restrição ao piso superior, a permissão de acesso ocorre apenas para as recolhidas dos pedidos, não há outros atores no espaço, apenas os trabalhadores que almoçam ou passam um tempo juntos. A realização de atividades lazer nos equipamentos disponíveis no The Hood, como a prática de ping-pong ou de futebol de mesa, ocasionam momentos de descontração (Figura 24).

Vê-se a restrição dos usos dos espaços públicos para a população em tempos de pandemia, de acordo com as orientações governamentais que delimitaram as normas em combate à propagação do vírus. Por outro lado, mesmo em momentos de ápice nos casos de contaminação, os trabalhadores do setor da restauração e entregas obtiveram a permissão para permanecer no centro comercial e a circular entre os concelhos. Desse modo, houve a manutenção das práticas anteriores à pandemia no “pedaço”. No The Hood, as interações cotidianas, como as pausas para o almoço nas mesas compartilhadas e os usos das esplanadas para conversas cotidianas e os cafés, se mantiveram no decorrer do período pandêmico. Destaca-se que, sem a presença dos

clientes, as esplanadas ficavam dispostas aos usos dos estafetas, mesmo para os que não pretendiam consumir no estabelecimento.

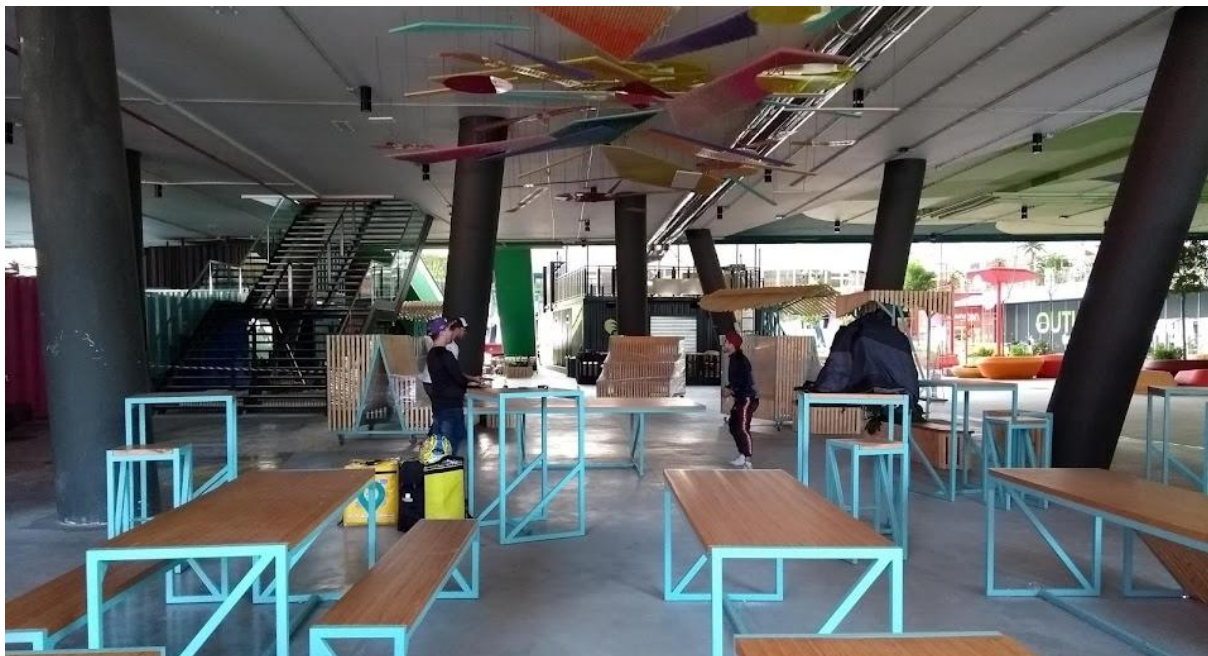


Figura 24: Uma partida de ping-pong no The Hood, em tempos de pandemia (2020)

Aos poucos, após as primeiras doses das vacinas, houve o fim da restrição de circulação imposta pelo contexto da pandemia. Em abril de 2021, com o fim do estado de emergência, dava-se início à terceira fase de desconfinamento, o espaço voltou a ser utilizado pelo público geral. Entretanto, ainda com ressalvas, como o uso de máscaras em espaços públicos, a restrição de circulação nos finais de semana na AML, apresentação do certificado digital de vacinação ou teste negativo de Covid-19 em restaurantes e afins.

5.3. Fim do pedaço: dinâmicas territoriais pós-pandemia

Com o fim das medidas restritivas, o UBBO voltou a receber os consumidores, que gradualmente foram sentindo-se mais confiantes em compartilhar os espaços públicos. Desde então, para além da zona das lojas, o fluxo de consumidores se concentra na parte central do The Hood, no qual está localizado um ecrã de 130m que transmite partidas de futebol, nos principais jogos do campeonato português, europeu e mundial (Figura 25). Essa concentração de pessoas ocorre, ainda, devido aos trajetos que ligam o interior do *shopping*, onde está a maior parte das lojas, aos restaurantes franquizados e suas esplanadas que estão no The Hood, como os 100 Montaditos, TGB, A100 Burger e Cucurico/Chiquinho, os quais promovem um movimento mais acentuado de consumidores. As lojas Worten e El Corte Inglés também estão localizadas

na parte central do The Hood. Na parte central, há as conexões entre o estacionamento e o FUBBO, que está localizado no piso superior. Conecta, assim, os usuários de transporte uberizado e privado (estacionamento) com os serviços oferecidos no espaço, como o ginásio, os restaurantes, entre outras lojas.

Na parte central ocorrem os eventos proporcionados pelo *shopping*, competições de cães, dos bombeiros, de hip hop e outras danças, apresentações diversas e outras atividades como a pista de gelo, no inverno, e a piscina de bolinhas, no verão. No que se refere aos equipamentos dispostos no espaço, há pequenos *lounges* e um parque infantil. As atividades para as crianças estão direcionadas na parte central com sentido à saída dos veículos de passageiros. Nesse ponto, no canteiro central, há um minicampo de golfe. Além do espaço de escorregadores, há um carrossel, uma parede para escalar, zona de tiros, loja de boliche, camas elásticas, entre outras atividades direcionadas ao entretenimento e lazer.



Figura 25: Transmissão de uma partida de futebol e as atividades de lazer

Dentre os equipamentos e atividades de lazer oferecidos no The Hood (5.12), destaca-se que o minicampo de golfe, a loja da Marvel, Sould Park Jump e o Neon foram inaugurados após o período da pandemia, no final do ano de 2023. Verificou-se que, após o período pandêmico, houve maior investimento na disposição de atividades de lazer no The Hood. Até então, na saída sentido hospital, não havia lojas e a movimentação de outros usuários restringia-se ao acesso ao transporte plataformizado e, por conseguinte, aos estafetas. Destaca-se que há um investimento para que o espaço The Hood ofereça a experiência do consumo aliada às emoções do consumidor. Primeiro, com o apelo à perspectiva do “bairro”, como uma extensão da “vizinhança”; das conexões digitais, como um espaço interativo e “instagramável” e, por fim, com as atividades de lazer propostas a partir de novos espaços interativos, mesmo que excludentes para os estafetas.

A sociedade do consumo, como salienta Illouz (2018, p. 16), apresenta apropriação das emoções incorporado o consumo ao bem-estar, a intimidade e, até mesmo, a saúde mental: “That is, emotions are not only marketed and commodified, they are also shaped and created in the context of specific acts of consumption”. Do início ao fim da restrição imposta pelo período pandêmico, notou-se significativa transformação no que se refere aos usos do espaço. Primeiro, no decorrer de 2020 a 2021, com as atividades restritas, nota-se um espaço pouco comercial e com a presença de um grupo de estafetas que vivenciam práticas de sociabilidade no cotidiano laboral. E, entre os anos de 2022 e 2024, a expansão de atividades lúdicas, com a rearticulação dos usos dos espaços, privilegiando os acessos dos consumidores e restringindo os usos dos equipamentos de lazer para os estafetas.



Figura 26: Estafeta aguarda o pedido no The Hood (2024)

A Figura 26 detalha as preparações do centro comercial para as festividades natalinas, com a instalação da pista de gelo. Na sequência vê-se um estafeta que aguarda o pedido nos limites do restaurante e a mochila é deixada de fora. A cena registrada no último período de observação resume um hábito comum entre os estafetas, resultado dos processos vivenciados. As mochilas são deixadas nas saídas para facilitar os curtos trajetos no interior do centro comercial. Assim, a presença dos estafetas no The Hood ocorre de forma pontual, como trajetos realizados de um ponto a outro, como do estacionamento ao restaurante ou do supermercado ao cais. O período pós-pandemia foi determinante para a consolidação dos “trajetos rápidos” no The Hood, uma vez que os estafetas foram convidados a aguardarem os pedidos no local indicado pelo centro comercial, o cais de carga e descarga. A presença dos estafetas no The Hood, desde a inauguração, motivou a administração a restringir determinados “acessos” cotidianos. A solução proposta, dessa forma, foi a criação de um espaço para que esses trabalhadores aguardassem os pedidos. No primeiro momento, houve insatisfação, uma vez que, de imediato, proibiu-se a circulação dos estafetas com suas mochilas no The Hood.

O “pedaço” construído a partir das interações cotidianas dos estafetas rompeu-se com a determinação. A proposta do centro comercial não correspondia aos limites espaciais determinados nas interações cotidianas entre os estafetas antigos, pertencentes ao grupo, e os novos, os que vinham da “rua”. Os trabalhadores se viram todos obrigados a permanecer no mesmo espaço. Por outro lado, para além de passarem mais tempo do dia no espaço determinado, os antigos estafetas já não conseguiam praticar os ritos cotidianos da mesma forma. Para tomar o café ou a cerveja no restaurante habitual, os estafetas deveriam deixar as mochilas “de lado”, na supervisão de algum colega ou em suas motocicletas. Tal medida, que restringe o uso das mochilas nos “trajetos” habituais realizados no The Hood, surge como um empecilho nas relações construídas entre os estafetas do “pedaço” e os coloca diante da convivência com os “outros” estafetas.

Os estafetas do “pedaço”, que se sentiram incomodados com a restrição, organizaram-se espontaneamente para cobrar explicações por parte dos administradores do centro comercial. Três estafetas foram para a reunião com a administração central, dentre eles EJ1. De acordo com EJ1, os responsáveis do centro comercial argumentaram que os conflitos haviam crescido, como brigas e pessoas que utilizavam as mochilas para fazer atividades “suspeitas”, por isso a medida de restrição. Diante da explicação, os estafetas compreenderam a medida. Nesse período, dentre os conflitos, houve um caso de agressão física que envolveu um estafeta e seguranças do *shopping*. Segundo os estafetas, o conflito iniciou-se pela recusa do trabalhador em sair do elevador diante da seguinte alegação do segurança: o uso do elevador é restrito aos

clientes (Diário de Campo, outubro de 2020). Atribuíram a responsabilidade aos estafetas da “rua” que, segundo os próprios estafetas do “pedaço”, não respeitam as normas determinadas pelo centro comercial.

O novo espaço redireciona os trabalhadores para os fundos do centro comercial, em um dos portões de carga e descarga.

Transformou-se o cais em uma espécie de sala de espera. Com um grande portão, o espaço dá acesso direto à rua lateral do centro comercial. O espaço conta com bancos de madeira na extensão da parede lateral, algumas pequenas mesas, redondas e altas, com bancos soltos, ficam dispostas no meio do salão. Há um micro-ondas e uma máquina para a venda de suprimentos básicos como água, bolachas e chocolates. A rua que dá acesso à portaria não tem grande movimento, há uma tenda para que os trabalhadores deixem suas motos, assim, alguns dos estafetas permanecem em suas motos enquanto utilizam os telemóveis, conversam ou descansam (Diário de campo, 02 de junho de 2022).

A medida tomada pelo centro comercial, ao mesmo tempo que limita os “trajetos” e “usos” do The Hood pelos estafetas, a partir da mochila como objeto de identificação, dá maior controle à administração local, com o cadastramento diário de entrada/saída dos estafetas que frequentam o espaço. Ao mesmo tempo que limita os “trajetos” e “usos” do The Hood pelos estafetas, dá maior controle à administração local, com o cadastramento diário de entrada/saída dos estafetas que frequentam o espaço. De acordo com a segurança responsável pelo credenciamento dos estafetas e registros de entrada e saída diários, em maio de 2022, estavam registrados 3.914 estafetas no cais.

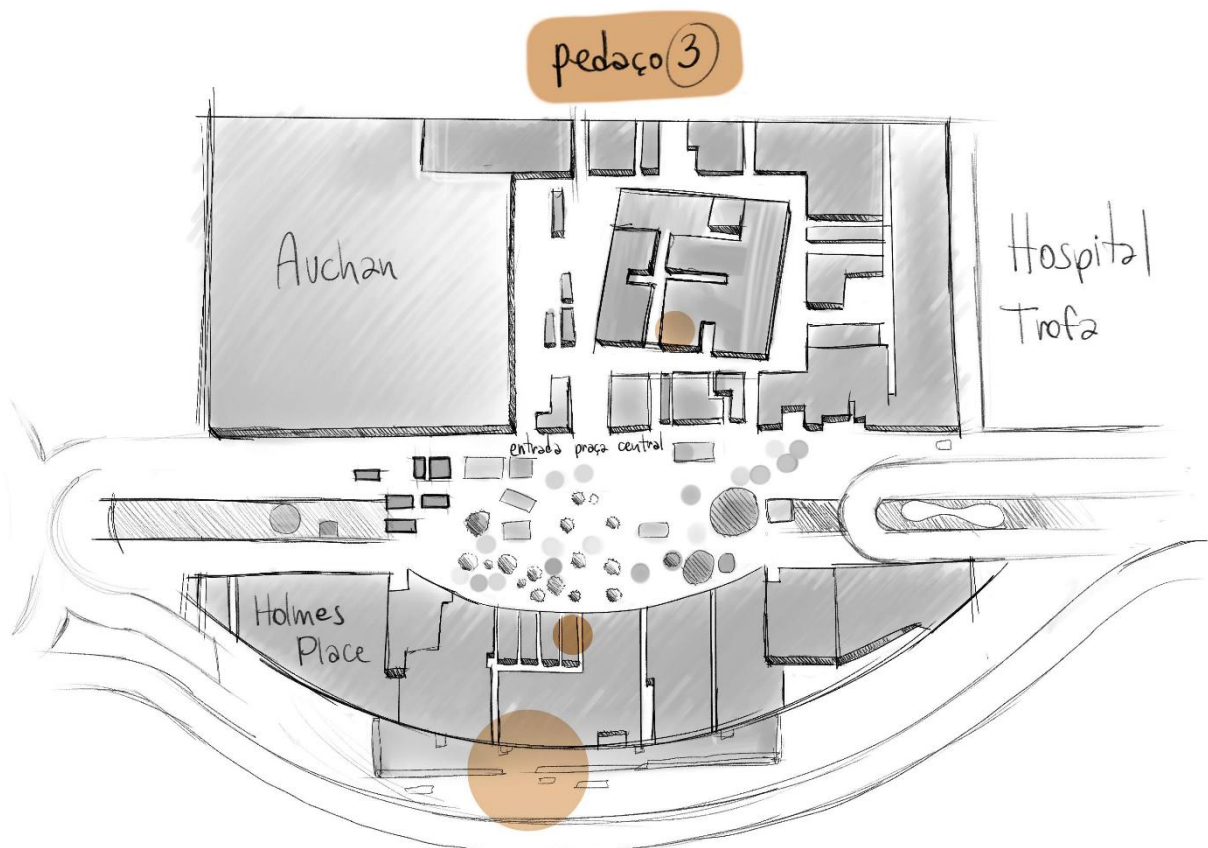


Figura 27: Transformações no pedaço, pós pandemia

Com a concentração dos estafetas no terminal de carga e descarga, o The Hood deixou de ter a característica de um espaço de sociabilidade entre estafetas. Verificou-se que apenas a cervejaria, localizada na praça central, manteve-se como lugar de encontro no período de 2021 a 2023. Por outro lado, no decorrer do ano de 2022, a lanchonete no interior do centro comercial ganha destaque entre os estafetas pertencentes ao antigo grupo. Essa nova configuração permite que o cotidiano laboral dos estafetas tenha ênfase nos “trajetos” realizados nos espaços frequentados. Para além dos caminhos cotidianos impostos pelo aparato administrativo, do centro comercial e da plataforma, os estafetas realizam determinados “trajetos”, no centro comercial e na própria cidade, como um modo de evitar trocas cotidianas com os demais colegas.



Figura 28: Acessos ao cais de carga e descarga, portão dos estafetas (2023)

Dos “novos” acessos propostos pela administração, as motos e carros ficam estacionados na rua (Figura 28), há uma tenda para a proteção das motos. Nos fins de semana, a rua fica mais movimentada que o habitual, com a presença de inúmeros estafetas que chegam e saem a todo instante. Em dias ensolarados, costumam aguardar na própria rua enquanto conversam com algum colega.

Na portaria de entrada, os estafetas apresentam a numeração de registro e adentram o FUBBO a partir dos corredores internos. A entrada dos estafetas dá acesso imediato ao banheiro disposto na praça de alimentação e aos principais restaurantes de rede, como o Mc Donald’s, Pizza Hut e Burger King, segunda fotografia. Para acessar o The Hood, os estafetas precisam descer as escadas, conforme a terceira fotografia da Figura 29.



Figura 29: Do cais ao The Hood, o novo trajeto dos estafetas (2023)

Apesar de ser um espaço destinado aos estafetas, percebe-se que nem todos se sentem pertencentes ao lugar. Alguns estafetas, remanescentes do antigo pedaço, evitam permanecer ali, uma vez que não há vínculos entre os demais trabalhadores. De forma que, entre os anos de 2022 e 2023, houve significativa mudança na configuração dos grupos que permaneciam nos espaços do UBBO. Percebe-se a evasão dos estafetas que pertenciam ao grupo inicial, seja para trabalhar em outras áreas, migração para outros países, retorno ao Brasil, entre outros motivos. Ao mesmo tempo que o grupo inicial se perdia, as práticas laborais dos novos estafetas brasileiros que passaram a utilizar o *shopping* como ponto de espera, após a criação do cais, não correspondem ao pacto de trabalho proposto pelo antigo grupo.

Para complementar as transformações, há crescente adesão de estafetas de outras nacionalidades, como Bangladesh, Paquistão e Índia. A adesão dos novos trabalhadores contribuiu para uma maior competitividade laboral e, por outro lado, existe a dificuldade de integração com os estafetas brasileiros pela questão do idioma. Percebe-se a existência de trocas de informações, dicas e sugestões da rotina de trabalho e algumas brincadeiras esporádicas. No entanto, não se verificam laços de intimidade entre os trabalhadores que se fundem na vida privada.

Com o novo espaço destinado aos estafetas, a convivência entre grupos se tornou mais evidente no decorrer dos dias. Dentre as relações que se estabeleceram, apresenta-se o estranhamento entre os que chegaram e os que estão há mais tempo, mesmo com os imigrantes da mesma origem. Para o estafeta ER1, que vivenciou toda a transformação do espaço e de seus usos, algumas das mudanças nas práticas cotidianas são aceitáveis, uma vez que não se pode lutar, não se tem voz contra o sistema. Ao contrário das relações estabelecidas quando inserido no antigo grupo – a organização laboral dos estafetas permitia estabelecer regras entre eles, conexões com os comerciantes do espaço e o grupo se organizava na própria comunicação/ na administração de conflitos com a administração local – o ator aqui tem uma descrença em relação aos novos atores e a falta de articulação entre eles, nota-se que a falta da coletividade torna esses trabalhadores mais solitários na dinâmica laboral e nos espaços de convivência.

No entanto, ao apontar as transformações impostas pela administração, o estafeta justifica a dificuldade em se relacionar com os outros estafetas, uma vez que não aceitam as regras.

- É porque tinha uma turma aqui que não aceitava muita coisa né. Mas, assim, não pode mais entrar com a mala pra cá, tem que entrar com a mala só pra pegar pedido. O acesso é aquele lá. Não pode entrar lá sem mala. Lá no cais, pra pegar pedido e voltar.
- Eles fizeram isso... e tá certo mesmo.

- Andou uma galera aí querendo brigar, não aceitando isso.
- E veio querer falar comigo: - “oh ER1...”.
- “Não mano, eu não tenho nada a ver com isso aí não. Isso aí é coisa deles aí e tem que seguir a regra, mano. Vocês chegaram agora e tem que seguir a regra”.
- “Não... esses seguranças chato, aí!”
- Eu digo: “Mano, eles tão fazendo o trabalho dele!”
- Mas só que os cara vem chegando agora e acha que isso aqui é Brasil, não é meu, tem que engolir seco. É o que eu faço, finjo de doido. Eu vivo no meu mundo, vivo no meu mundo, tô nem aí pra problema de ninguém... não, eu vou... não meu, eu vou ficar quebrando cabeça com ser humano, com gente. Cara barbudo véio, cara cheio de (incompreensível), doido pra arrumar confusão... eu digo: “mano, vai trabalhar, meu”.
- Mano os caras tão fazendo os serviços deles, “ah, não pode deixar a moto aí”, o cara vai lá e bota... o cara acabou de falar, mano (ER1. Entrevista, 2024).

Ao seguir com o desabafo, o estafeta aponta que os “novos” não aceitam as regras e, assim, seguem com os conflitos entre os seguranças e os estafetas. O estacionamento improvisado pelos estafetas nos canteiros que dão acesso ao The Hood, por sua vez, apresenta-se como um ponto de conflito. O estacionamento “irregular” nos canteiros laterais justificaram, inclusive, a criação do cais. Assim, os motociclistas teriam espaço para estacionar na rua que dá acesso ao cais, mesmo que isto resulte em um trajeto maior. No entanto, mesmo após as alterações propostas pelo centro comercial, alguns estafetas confrontam as imposições e mantêm as dinâmicas que resultam um rápido acesso. Os registros da Figura 30 destacam o acesso de um estafeta à rua bloqueada por um alambrado, que impede a passagem dos veículos, e a motos estacionadas nos principais acessos ao The Hood. Algumas motos estão acompanhadas das mochilas, o que evidencia a intencionalidade de uma pausa breve.

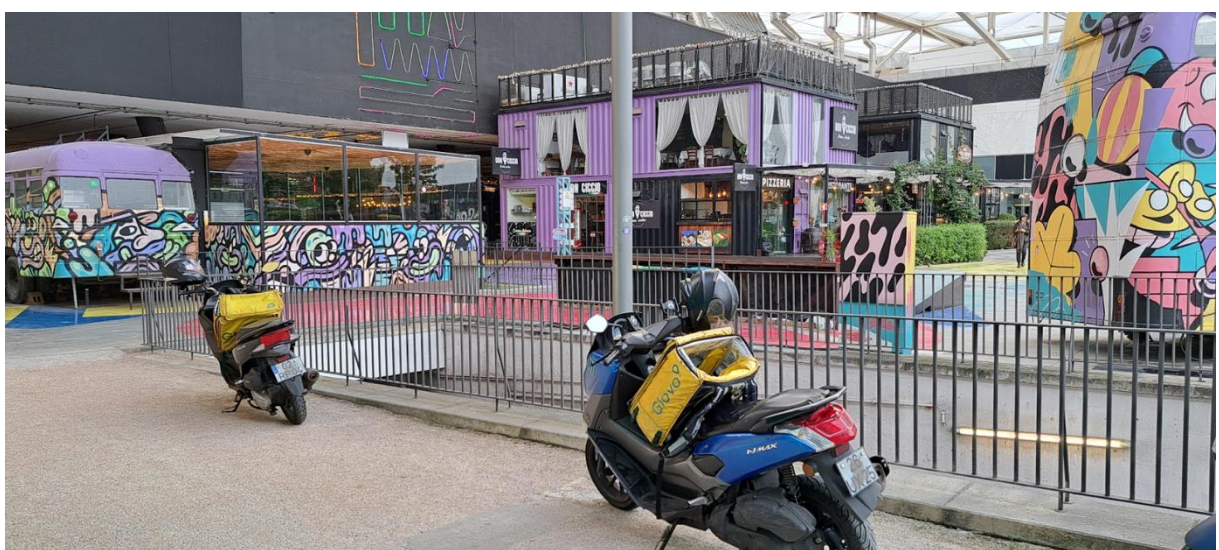
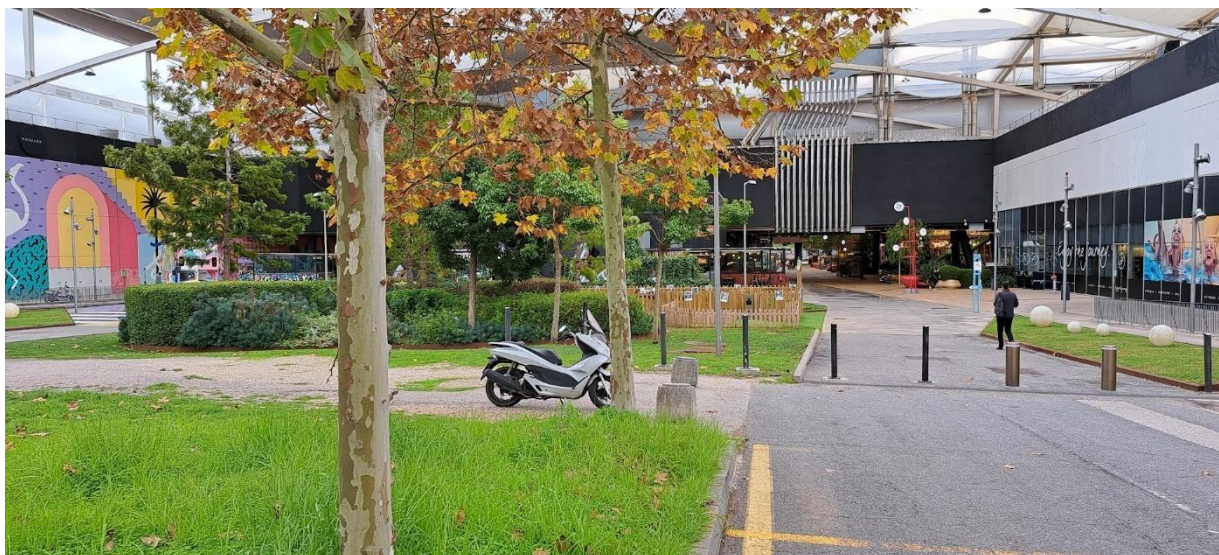


Figura 30: O The Hood, por caminhos proibidos (2023)

Diante dos conflitos que presencia cotidianamente, o estafeta justifica que não adianta o trabalhador imigrante manter a imponente manifestada no país de origem, “aqui tem que

engolir seco”. Enfatiza, ainda, que os seguranças também são trabalhadores que estão seguindo as regras. Atribuí aos colegas estafetas a desorganização do espaço laboral, uma vez que não cuidam da sala de espera, ou seja, do próprio espaço. Esse fato, segundo ER1, acaba por corresponder a conflitos entre os seguranças e os estafetas.

- E eu vejo as coisas erradas, estafeta fazendo coisa errada, (...) eu fecho os olhos mano, “pô tá fazendo coisa errada aí”, depois os seguranças vai lá falar comigo.
- Porque lá atrás, lá no cais, botaram as mesinhas, as cadeirinhas, aqueles cabeção pra carregar celular, não os caras chegam lá pra tomar café, tem uma maquininha de café, tem a maquininha de pegar lanche, botar a moedinha e tal, aí os caras bagunça. Aqui no final do expediente o Scartezini tem coisa de pizza né, rodízio, aí sobra. Deixa lá pra comer e os caras faz maior bagunça. Aí eu vejo... e o segurança fala: - “nem posso falar nada, porque eles vão tudo se revoltar contra mim”. E os cara deixa. Deixa a bagunça lá, depois vem os arranca rabo da segurança.
- Meu, os caras fizeram aquele espaço(zinho) ali, mantém o espaço limpinho galera, é nosso e tal. A questão é que a galera não quer seguir regra, entendeu? Quer ser o... vou pegar o negócio aqui e jogar no chão: - “Ah tô nem aí”. Pô, tá cheio de lixeira lá (ER1. Entrevista, 2024).

Ao final da entrevista, realizada em 2024, o estafeta relatou que evita ficar muito tempo no cais direcionado aos estafetas, porque já não são os mesmos estafetas de antes, e que tem aproveitado o tempo no *shopping* para conhecer as outras realidades. Contou que tem procurado conversar e aprender novas culturas com os “chineses” da loja de eletrônicos e os estafetas “indianos” e que nas conversas percebeu que eles respeitam mais a natureza, as mulheres e que os relacionamentos são estáveis. Nesse sentido, o estafeta percorre por outros espaços do *shopping* os quais são permitidos, como a área de alimentação, o piso 0 com acesso ao supermercado, lojas de telefone e acessórios e algumas padarias, lanchonetes e quiosques e, ainda, o The Hood, embora o estafeta não frequente com a mesma intensidade que antes.

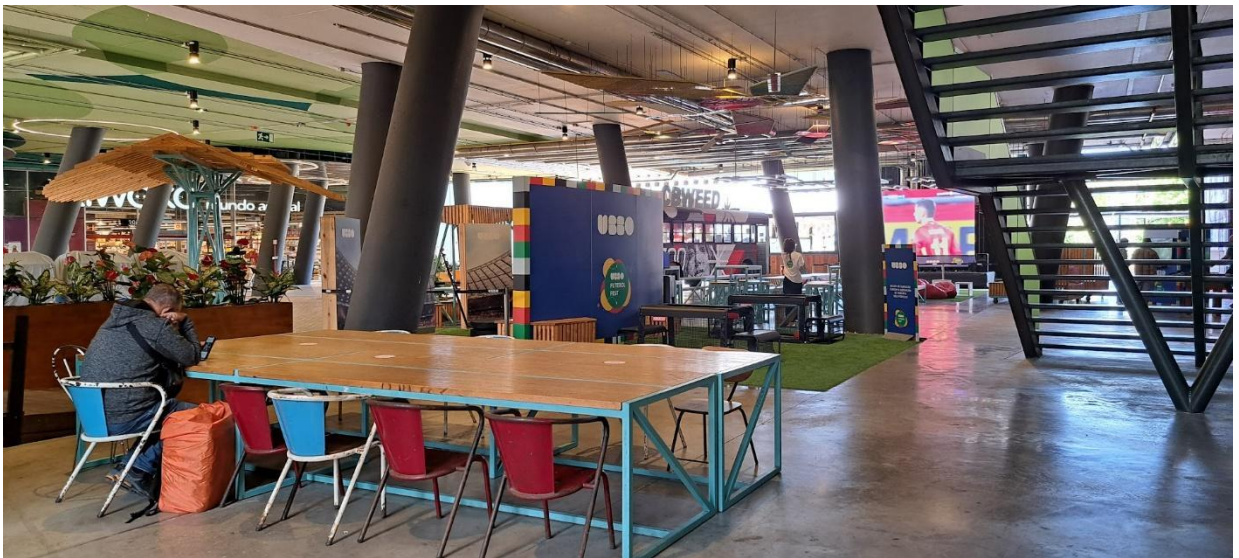


Figura 31: O The Hood para clientes, sem clientes e estafetas isolados (2023 a 2024)

No decorrer dos últimos dois anos, a restrição do *shopping*, no que se refere ao acesso com as mochilas, foi abrandada. De modo que se tornou novamente comum a presença de estafetas circulando com suas mochilas pelos espaços do The Hood. Apesar da abertura referente aos usos dos espaços do The Hood, percebeu-se que não há concentração de grupos de estafetas. Os usos desses espaços acabam por demonstrar um novo significado, afastados dos demais, ganha-se privacidade para aguardar uma chamada ou para conversar com algum colega. O estafeta EF1, que tem a companhia da esposa durante as horas trabalhadas, destaca que é preferível ficar circulando pelo *shopping* ou aguardar no The Hood, pois os outros estafetas são cheios de truques e querem ser espertos, por isso evitam estar no cais (Diário de campo, maio de 2022). As práticas de utilização de estratégias irregulares, dos chamados “truques”, são comuns entre os estafetas. No entanto, evidenciou-se que alguns dos estafetas não concordam com sua utilização. Justificam, portanto, que tais práticas são arriscadas, uma vez que as plataformas se posicionam com punições, como o bloqueio temporário e a própria exclusão da conta, quando identificada qualquer irregularidade realizada.

Observa-se que, para além do discurso da legalidade, existe uma preocupação desses trabalhadores em relação aos bloqueios das contas, pois sem trabalho não há remuneração. Apesar de o estafeta EF1 não pertencer ao grupo dos primeiros estafetas (que se organizavam contra a utilização dessas práticas), não concorda com os estafetas que se arriscam e utilizam os truques, segundo ele, essa atitude promove uma concorrência desleal. Percebeu-se que a questão referente à utilização de “robosinhos” e até mesmo de contas arrendadas interfere nas relações de sociabilidade entre os estafetas, com o consequente afastamento dos espaços cotidianos comuns. Ao considerar tais práticas, os discursos dos estafetas remetem à desconfiança dos demais colegas de trabalho. O sentimento de desconfiança prevalece entre estafetas que vivenciaram ou que vivenciam distintos períodos no centro comercial, como ER1 que iniciou em 2019, o EF1 que trabalhou entre 2022-2023 e a EA2 que iniciou em 2023. O sentimento de desconfiança entre os estafetas interfere nos usos dos espaços no próprio centro comercial:

E você vê cenas, igual eu vi, foi até do outro lado ali, eu esperando pedido e veio um rapaz para perto de mim, brasileiro também. Começou a conversar comigo e aí falou: aí cara você consegue pegar alguns pedidos aí pra mim? não caiu nada pra mim até agora. Eu falei: cara, você tava onde? Ele falou: tava ali, assim e assim. Eu falei: perto daqueles caras ali? Ele: É! Eu falei: sai dali, mano. Aqui já tá difícil, ali vai ficar pior ainda. [...] Aí o cara falou pra mim, desde manhã eu fiz cinco euros. Isso já era de tarde, eu já tinha acabado o trabalho aqui e tinha começado e tinha feito vinte e cinco euros eu, honestamente, fazendo certinho e tal, e ele, parado, conseguiu fazer cinco

euros. Eu falei, cara, saí fora desses caras. Aí ele falou: pô cara, os caras faz isso e eu tô com uma filha em casa, só eu trabalhando, minha esposa não tá e a menina é pequena e eu tenho que comprar o leite dela. Eu falei isso que é fodido mesmo, é isso que eu fico chateado, entendeu? (EF1. Entrevista, 2024)

Para os estafetas que não utilizam os recursos do “robozinho”, ficar parado em determinados lugares representam uma longa espera por pedidos, enquanto os que optam pelo recurso recebem muitas chamadas, mesmo fisicamente presentes em lugares não favoráveis. Transitar pelo *shopping* garante uma maior visibilidade para o algoritmo e, ao mesmo tempo, evita o contato com os estafetas que não são “amigáveis”. Ao justificar o porquê de não passar muito tempo no cais, parado ao aguardar, o estafeta ER1 remanescente do antigo pedaço destaca: “O problema (da concorrência) começou quando os “indianos” aprenderam com os brasileiros esses truques de alteração (do GPS)”. Para além disso, apontou que “eles utilizam várias contas de uma vez só, então fazem mais entregas ao mesmo tempo” (Diário de campo, novembro de 2023). Os relatos de inconformismo diante da irregularidade estão relacionados à concorrência desigual e à “esperteza” dos estafetas que se beneficiam dos “robosinhos”.

É muito relativo, assim, ainda mais quando você tá num lugar e você tá concorrendo com a situação diferente, covarde, vamos botar assim, na minha opinião. E aí você fica assim, muito ligado, concentrado e tal, porque mesmo que é uma renda complementar é um trabalho, né. Eu fiz o documento, eu fiz minha conta, tudo certinho, fica muito tempo esperando, é cansativo, dois empregos praticamente. E você vê, às vezes, pessoas chegar e alugar conta. Eu não tenho problema com outra pessoa trabalhar, só que assim, eu acho que as coisas têm que ser justa, mais justa. Vamos supor, eu vou falar de nós, os brasileiros, quantos brasileiros que estão aí, até hoje, eu já vi gente, conversar com alguns e o cara falar assim: ah, mas eu vou trabalhar naquilo ali e tal, porque, era fácil. E fazia vários esquemas para poder se favorecer, alugando conta, que não é permitido. É proibido. E você que tem o documento não pode andar certo. Ou você anda errado igual os outros e aí se torna mais, eu acho muito injusto o que a Uber e a Bolt faz porque, querendo ou não, ela deixa eles a vontade, para eles fazerem. Tem como inibir, isso é muito fácil, eles não fazem porque não querem (EF1. Entrevista, 2024).

Ao contrário do estafeta ER1, que não se posicionou contrário aos trabalhadores recém-chegados assumirem contas terceirizadas, arrendadas, pois, alega que o trabalho na irregularidade faz “parte do processo” vivenciado pelo imigrante. O trabalhador uberizado, agora motorista, ao partir de sua experiência, destaca que esse é o caminho mais fácil para o recém-chegado. E que, ao mesmo tempo, impede os imigrantes já documentados de

desempenharem tais atividades uberizadas (entregadores e motoristas) com retorno financeiro pretendido.

Eu vou falar à minha maneira de ver, porque eu trabalhei de várias coisas aqui, jardinagem, ajudante de pedreiro e já vi gente de tudo que você pensar, aí vem chegar pessoas e falar que, ah não, eu quero nesse aqui que esse daqui é assim, assim, assado e tal. O jeito mais fácil. E poxa, a gente sai lá do Brasil para começar a dar jeitinho aqui? Entendeu? E assim, eu discordo completamente, eu falo, não sou santo, mas eu procuro sei lá, fazer o mais certo possível, para não criar problema para mim. E é isso, a questão do Uber das entregas, foi mais isso que me desanimou. E eu preferi sair porque eu vi que era algo injusto. Entendeu? Era e é ainda (EF1. Entrevista, 2024).

O estafeta vê no trabalho uberizado uma forma fácil de ganhar dinheiro e, portanto, assume que os imigrantes recém-chegados não querem trabalhar em serviços pesados, como nas obras e jardinagem. Assim, de acordo com o estafeta, a concorrência é ampliada por trabalhadores que não detêm documentação e que não se importam em “dar jeitinho”. Destaca-se que EF1 sempre esteve em situação laboral vulnerável, sem contratos e com cargas horárias irregulares, fazia serviços complementares para complementar a renda. O vínculo de contrato estabelecido com o empregador não garantiu a estabilidade laboral, com a eclosão da pandemia, foi demitido quando estava prestes a completar um ano de contrato. Desde então, prestou serviços como recibo verde para empresa terceirizada e desempenha trabalhos sem vínculos contratuais, dentre eles os serviços uberizados.

A regularização no país foi concretizada no segundo ano de estadia, contudo, o título de residência não significou a saída do trabalhador da situação de emprego informal. Nesse sentido, o trabalhador se viu perante a oportunidade de empreender e até mesmo criar a própria frota de carros, no Uber Driver. O contexto de precarização vivenciado pelo trabalhador, de trabalhos mal remunerados e sem vínculos contratuais, impacta em suas percepções do que seria o trabalho mais fácil. Ao mesmo tempo, exclui a responsabilidade das plataformas de entrega no que se refere aos baixos salários e longas esperas por pedidos. Atribuí os problemas vivenciados cotidianamente aos colegas que estão em situação irregular e à falta de um posicionamento efetivo das plataformas no que tange às fiscalizações e punições.

As interferências laborais refletem nas práticas cotidianas e nos usos dos espaços, assim, se manifestam as relações hierarquizadas que partem das delimitações da plataforma, condicionadas pelo algoritmo. E, ainda, notam-se outras interferências que são resultados da dinâmica de consumo, com a atuação administrativa do centro comercial que delimita os acessos e usos dos espaços para determinados atores. Destaca-se, conforme expressa Han

(2020), que o contexto neoliberal leva à exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, de toda a pessoa, explora-se a emoção e a liberdade. Um contexto que leva, portanto, à “perda do sentimento coletivo” desses trabalhadores. Que são, por sua vez, substituídos por “sentimentos passageiros e paixões transitórias” (Han, 2020). Dessa forma, percebe-se que as experiências cotidianas no espaço do *shopping* correspondem às percepções dos estafetas em relação aos conflitos que envolvem a dinâmica do trabalho. Os estafetas, portanto, diante da perda da organização social estabelecida pelo grupo antigo, assumem novas práticas cotidianas no espaço. Verificou-se que a mobilidade (ao nível internacional, para um novo país e/ou volta para o Brasil; no contexto laboral, a procura por trabalhos de contrato ou em outras configurações de plataformas, como a Uber Driver; e ao nível local, o convívio mais transitório em novos espaços e atores) assumiu o principal eixo para as novas práticas.

5.4. Um fragmento do “pedaço”? Para os mais chegados: a toca da Shakira

Na lanchonete, enquanto combinava um encontro com o colega, que atua como motorista para a Uber Driver, o estafeta fala em uma chamada telefônica: “tô aqui na toca da Shakira”. A referência de apelidar os colegas mais íntimos e seus espaços de sociabilização corroboram para a proximidade do grupo e a formação de um “pedaço”, como um espaço que manifesta laços de identidade. O estabelecimento referido, o Darema, é uma lanchonete, no estilo brasileiro, que foi aberta no período pós-pandemia no interior do *shopping*.

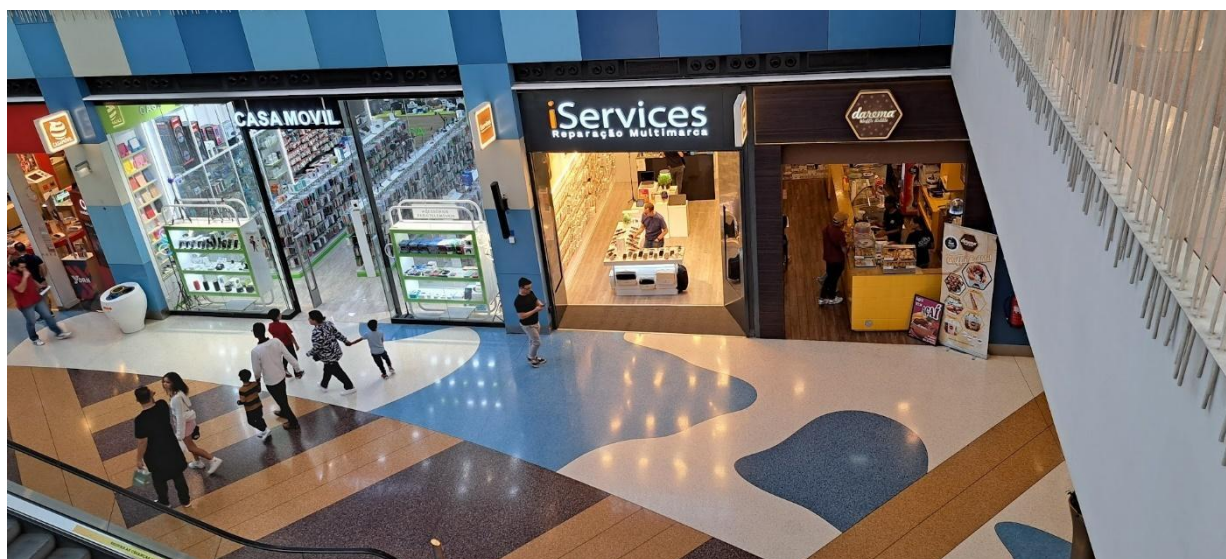


Figura 32: A lanchonete, um “pedaço” para os (ex)estafetas brasileiros (2024)

O diferencial do “pedaço” é que não está localizado na área de alimentação ou no próprio The Hood. A lanchonete atraiu alguns dos estafetas brasileiros, remanescentes do grupo que perderam seu espaço no entorno da pizzeria. Os estafetas estão sempre a tomar café nesse espaço. Percebe-se que o grupo se identifica com a questão gastronômica, com os salgados brasileiros (pamonha, coxinha, pão de queijo, empadinhas e esfirras à moda brasileira), açaí e tapiocas. Para além da questão gastronômica, estabeleceu-se uma relação de cordialidade entre o proprietário do estabelecimento, como ocorria no restaurante italiano, e os estafetas brasileiros.

Ao realizar a entrevista com ER1, o dono do estabelecimento nos levou uma pamonha. Sugeriu que provássemos a novidade que ele iria oferecer na lanchonete. Agradecemos e ER1, satisfeito, disse que aquela era de primeira qualidade. Após alguns minutos um amigo do estafeta chega: - Olha quem chegou aqui! É a colega minha, amiga minha. Teacher! Professora! Senta aí, olha tem até o tira gosto... oh. Isso aqui é pamonha. O Araújo tá fabricando, o bicho é desenrolado (Diário de Campo, setembro de 2024).

Essa conexão estabelecida remete a um sentimento de pertencimento em frente à invisibilidade vivenciada em outros espaços do centro comercial. Dessa forma, tornou-se um refúgio ao antigo estafeta ER1 e aos estafetas que são mais próximos a ele, inclusive aos antigos estafetas, que pertenciam ao “pedaço” e que migraram para a modalidade Uber Driver. O local tornou-se um ponto de encontro. Para além dos cafés, o tempo no estabelecimento manifesta conversas sobre questões cotidianas, trocas de experiências de viagens e profissionais. No campo profissional, em conjunto, os trabalhadores imigrantes analisam a situação econômica e de investimentos locais:

Encontrei ER1 e mais dois estafetas tomando café, no Darema. Estavam a conversar com o dono da lanchonete, que também é um brasileiro, eles têm uma relação de amizade. Ao cumprimentar todos, disse ao ER1 que há muito tempo não o via. Seus amigos logo se prontificaram, brincando que era para segurar a carteira já que iria conversar com ele. Durante a conversa, disse que nada havia mudado, que ele e os amigos que ali estavam pesquisaram modelos de negócio e que nada parecia viável, uma vez que são muitas taxas e demandam muito investimento. E usou o exemplo do dono do estabelecimento: “O cara trabalha aqui dia e noite e tu não vê resultados”. Demonstrou um profundo desânimo sobre a continuidade em Lisboa (Diário de Campo, outubro de 2023).

Apesar de realizar recorrentes análises de possíveis investimentos, o estafeta chegou à conclusão de que o país não oferece as oportunidades para pequenos empreendedores e utiliza o exemplo do colega: “tu não vê resultados”.

Embora se manifeste como ponto de encontro para os amigos mais próximos do estafeta ER1, o local evidencia o distanciamento entre os remanescentes do grupo brasileiro e dos estafetas que permanecem no cais. ER1 destaca que os lugares que costumava frequentar já não são os mesmos, que muita gente saiu e o cais tornou-se lugar de passagem e que prefere não interagir muito. Nota-se que os trajetos entre um ponto e outro se tornam mais habituais, e que as pausas nos “pedaços”, como a lanchonete, a praça de alimentação e a portaria, são mais rápidas que o habitual.

- (O amigo do estafeta chega na lanchonete) Oh desculpe interromper, ontem fui jantar nas Mineirinhas.

- Oh rapaz, top heim.

- As mineirinhas, conhece? (não)

- Lá na avenida lá.

- (Volta a conversar com o amigo) A gente tem que marcar pra ir lá mano, as coisas já estão a melhorar já (ER1. Entrevista, 2024).

Por outro lado, a falta de familiaridade e proximidade com os demais estafetas promove uma expansão dos trajetos a outros espaços da vizinhança, como a permanência do estafeta nos períodos da manhã no supermercado Continente, em Caneças, que fica localizado próximo à sua residência. E os encontros/jantares organizados entre os amigos, como no restaurante Mineirinhas.

Capítulo 6 - Cotidianos em Movimento: invisibilidade, conflito e resistência

A observação mais detalhada do cotidiano vivenciado pelos estafetas imigrantes nos permite destacar algumas das subjetividades inseridas nesse contexto e que, por sua vez, particularizam as experiências desses atores. Diante a precarização nas diferentes esferas da vida, procura-se dimensionar a consciência de si e do próprio cotidiano expressas nos relatos e nas trocas dos atores observados. Verifica-se que, inicialmente, os trabalhadores encontram na imigração a esperança de romper com ciclos, como os de violência e dos baixos salários. Representa, portanto, a busca por melhores condições de vida.

Se as primeiras experiências dos atores imigrantes são contrastadas com as expectativas iniciais, os ciclos de violência e precarização de trabalho são, agora, manifestados a partir de uma nova perspectiva. No geral, a leitura do próprio cotidiano expressa frustração. Os atores que vivenciam situações precarizadas tendem a se distrair “do próprio sentido do tempo” (Carmo; Caleiras; Roque e Assis, 2021, p. 31). Ao mesmo tempo que vivenciam a frustração, sem perspectivas de mudanças, procuram formas de se adaptar e resistir no que se refere o contexto vivenciado.

As frustrações iniciais são amenizadas pelo poder de consumo, logo parte dos trabalhadores associam o consumo à qualidade de vida desejada. Os desgastes corriqueiros que levam os estafetas aos problemas de saúde são, nesse sentido, suavizados quando eles encontram uma rede de apoio. A invisibilidade, por sua vez, contrasta-se pela presença e circulação nos espaços públicos e nos trajetos. A constante presença e as interações decorrentes entre os estafetas imigrantes tornam o espaço público em um pedaço, em que os momentos de “lazer” se constituem como estratégias de pertencimento.

6.1. Em busca da qualidade de vida na metrópole

Dentre os relatos dos estafetas sobre as motivações que justificaram a imigração as seguintes frases, “o Brasil está muito violento” e “aqui tenho mais qualidade de vida”, são recorrentes. A justificativa que aponta a fuga da violência é comum entre os brasileiros, como Di Spirito (2021) bem salienta. Observa-se nos relatos que o ato de imigrar está associado a procura por determinado “estilo de vida” (Velho, 2004), que procura fugir das estruturas da violência das

grandes cidades brasileiras e, ao mesmo tempo, proporciona maior acesso ao consumo. Destaca-se que a qualidade de vida apontada pelos atores está associada ao consumo e aos produtos de marca, para além de outras características que são apontadas como complementares para a qualidade de vida em Lisboa como a língua, o clima e as pessoas, principalmente as comunidades/famíliares que oferecem uma rede de apoio inicial.

EA2, Goiânia, 38 anos, estafeta.

Há dois anos em Lisboa, um ano como estafeta. Chegou no inverno e iniciou como estafeta porque era a opção mais rápida para ganhar dinheiro. Se mudou em busca de oportunidades financeiras, “vim em busca do que todo mundo veio fazer, ganhar dinheiro”. E logo a seguir destacou que, “ao chegar aqui, percebi que não era como esperava”. Apesar do descontentamento, não pretende voltar ao Brasil, porque aqui tem mais qualidade de vida. No Brasil, trabalhava como feirante e atendia em domicílio, vendia enxoval de bebês, era profissional autônoma (no mercado informal). Devido ao frio, não se adaptou à rotina de estafeta, trabalhou em um restaurante por seis meses. No entanto, não gostou da experiência e preferiu voltar às plataformas, “aqui não tem o mesmo sufoco e tenho maior liberdade para trabalhar, sem patrão” (Diário de campo, maio de 2024).

O relato da estafeta demonstra o interesse financeiro como o principal objetivo de imigrar, inclusive sugere que “todo mundo” veio com o mesmo intuito. No entanto, apesar da expectativa de ganhar dinheiro, ao se deparar com a rotina de trabalho, logo evidenciou uma frustração: “[aqui] não era como esperava”. O projeto de imigração da estafeta se aproxima do casal que imigrou com toda a família no intuito de obter qualidade de vida, “acho que a maioria dos brasileiros vem para cá com esse intuito, né? Cada um com um sonho, né? Com algo a conquistar e a gente veio com esse de buscar uma qualidade de vida” (EF1. Entrevista, setembro de 2024). Após cinco anos vivendo na AML, a esposa destaca o mesmo descontentamento evidenciado pelas outras estafetas: “A gente esperava mais, né? Porque, ah, a gente vê, tipo assim, diferença no supermercado, nas compras, nas coisas assim, em relação ao salário, acho que está muito desproporcional os aumentos dos itens. Aí tudo é culpa de guerra, de pandemia, de tudo” (EE1. Entrevista, setembro de 2024, verifica-se que o fator poder de consumo associa-se à qualidade de vida ambicionada pela família).

Os relatos se aproximam da história de EA3 que, além do interesse financeiro, destacou a busca por segurança no novo país. Os relatos apresentam a frustração em não ganhar dinheiro e não ser como o planejado. Apesar da frustração, a estafeta enfatiza preferir morar em Portugal por ter maior acesso ao consumo.

EA3 (sem informações), estafeta.

Há dois anos em Lisboa, já abriu o próprio negócio e não deu certo, depois estava em um negócio irregular (não disse qual) e agora está como estafeta. “Era a patroa, agora estou do outro lado”. Disse preferir trabalhar como estafeta por fazer o próprio horário, que não pretende procurar outro trabalho por enquanto. Outra questão, imigrou à procura de segurança e poder de compra. Disse que, mesmo não dando certo as coisas, aqui consegue ter isso. Disse que tudo aconteceu muito rápido e que ainda está processando tudo que aconteceu em sua vida, por isso ainda não está preparada para falar sobre tudo isso (Diário de campo, novembro de 2023).

Os relatos apresentados demonstram que as relações sociais, como a mudança de país, são determinadas por questões financeiras, as quais ocasionam o acesso aos bens de consumo. Como salienta Velho (2004), a modernização alterou os sistemas de valores e as relações sociais. Desse modo, a imigração, a própria expansão dos recursos tecnológicos e da economia de plataforma dão espaço para a difusão do que o autor destaca como “ideologias individualistas”. Esse contexto, diante da desigualdade social, direciona transformações que afetam a sociabilidade e, assim, a violência e o desejo por bens de consumo expandem-se nas metrópoles. “O consumismo da modernidade metropolitana agrava as frustrações, estimulando aspirações e desejos que concorrem, por sua vez, para piorar ainda mais o sentimento e percepção da desigualdade” (Velho, 2004, p. 07). As formas de individualização são apresentadas diante do sentimento de ameaça que estigmatiza as periferias e favelas brasileiras e cria uma cultura do medo. A imigração se apresenta em contrapartida à violência e à desigualdade. Ao mesmo tempo que jovens sem perspectivas e esperança deixam-se cooptar pelo crime na busca por visibilidade social e reconhecimento (Soares e Guindani, 2007), outros (que detêm as condições financeiras necessárias para migrar) procuram um novo país com objetivos de serem reconhecidos através de uma alternativa distinta.

A procura por um determinado “estilo de vida” a partir da imigração não corresponde às expectativas iniciais, principalmente no que se refere ao rápido retorno dos investimentos aplicados para a mudança de país e a conquista da independência financeira. As vagas de trabalho no mercado plataformizado constituem a opção mais rápida de obter renda para dos recém-chegados, do mesmo modo que as atividades nos setores da restauração e construção civil. Esse contexto insere-se na problemática da flexibilização do trabalho e da marginalização de grupos imigrantes, tese defendida por (Wacquant, 2001; Harvey, 2009). Dessa forma, os/as estafetas imigrantes vivenciam a marginalidade no âmbito estendido, agora vivenciada na Área Metropolitana de Lisboa, com problemáticas referentes ao contexto laboral precarizado (a partir

da dinâmica da uberização), adicionado à falta de documentação no caso dos recém-chegados, um contexto que amplifica a precariedade pré-estabelecida.

Para além da problemática econômica, observa-se que os conflitos são vivenciados em outras esferas do cotidiano, uma vez que tal marginalidade se estende a parte considerável das experiências vivenciadas pelo trabalhador. O espaço público, por sua vez, se apresenta como lugares que manifestam as interações de grupos e diferentes atores (Lefebvre, 2013). O espaço público é importante palco dessas dinâmicas, uma vez que os estafetas permanecem nesses espaços por cerca de dez a doze horas diárias. Observa-se que o tempo de trabalho diário é estabelecido de acordo com a meta diária estabelecida por cada trabalhador (essa dinâmica é comum aos estafetas que trabalham apenas com as plataformas de entrega).

As longas jornadas de trabalho que ocorrem no espaço público evidenciam as dinâmicas de conflitos, dinâmicas estas que são específicas de um “espaço mercadoria” criado a partir dos interesses do capital (Lefebvre, 2013). Nesse sentido, no espaço público, nomeadamente no UBBO, os estafetas criam vínculos com diferentes atores, ao passo que, diante de um espaço de conflitos, ocorrem situações de invisibilidade. O que Levy (2013) destaca como parte de um paradoxo, parte de uma aglomeração urbana, esses atores sentem-se isolados. O contexto de trabalho afeta, ainda, a liberdade do trabalhador.

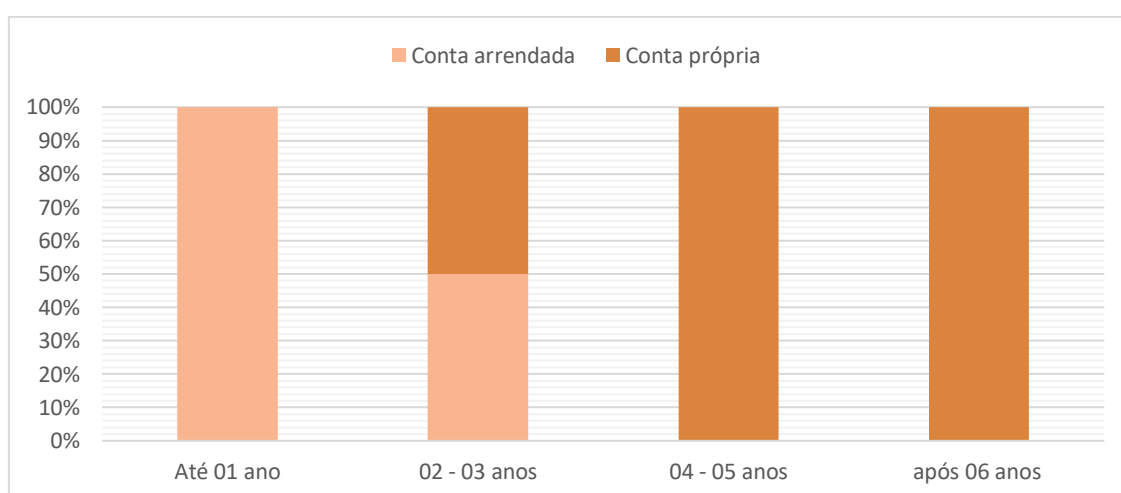
Liberdade compreendida como uma libertação da vida do ator em relação ao capital, no entanto, as práticas de consumo idealizadas pelos trabalhadores correspondem justamente à falta de liberdade, como “uma coerção que corresponde a essa falta de liberdade do trabalho” (Han, 2018, p. 73). Compreende-se o que Illouz (2018) aponta como a interligação entre os objetos de consumo e as emoções que propõem resoluções diante dos problemas cotidianos e potencializa o capital erótico, estético ou emocional. Nota-se que esses espaços são ambíguos e resultam de um conjunto de tentativas dos atores que buscam se inserir na sociedade que privilegia o tempo livre do trabalhador e as práticas de consumo impostas a partir de então, enquanto experiências idealizadas.

6.2. Precariedade e perrengues cotidianos

Em conversas cotidianas, foi possível identificar que todos os estafetas que estavam em processo de regularização, no primeiro ano de estadia no país, arrendavam contas para trabalhar. Após conversas com vinte e seis estafetas no centro comercial, nota-se que todos os que residiam no país há mais de quatro anos estavam com os documentos regularizados e atuavam com suas contas próprias nas plataformas. Nos casos dos oito estafetas que residiam em

Portugal entre o segundo e terceiro ano, metade trabalhava com contas alheias (Figura 33). Observa-se que os trabalhadores deixaram de atuar na informalidade à medida que adquiriram os documentos necessários. Nesse ambiente, predominantemente aos recém-chegados (nove estafetas entrevistados, no primeiro ano, e quatro estafetas, no segundo e terceiro ano), impera uma situação de extrema vulnerabilidade de trabalhadores que dispensam custos adicionais para utilizarem a plataforma e para a locação do meio de condução (geralmente, da motocicleta). Para além da questão financeira, a falta de um registro como profissional autônomo na Segurança Social deixa esses trabalhadores expostos aos riscos de acidentes e doenças, sem a devida proteção oferecida pelo órgão de seguridade.

Figura 33: Estafetas com contas arrendadas e próprias



Fonte: Entrevistas informais com vinte e seis estafetas brasileiros(as), entre 2020 e 2024

Para além da constante preocupação em transitar pelas vias urbanas de modo irregular, sempre atentos às fiscalizações policiais (com o apoio de plataformas de mapeamento, como o aplicativo Waze, para transitar cotidianamente) e aos valores pagos pelo aluguel do equipamento de trabalho (o veículo e as contas), a preocupação dos estafetas se estende à interrupção do trabalho quando estão doentes e em casos de acidentes. Destaca-se que nos dias não trabalhados não há remuneração, por essa razão os trabalhadores evitam tirar folgas ou férias. Nos casos de afastamento por doenças e/ou acidentes, quando não vinculados à segurança social, ficam desamparados financeiramente. A falta de vínculos empregatícios, de documentação e de redes de apoio/suporte afetivo corroboram para que o trabalho uberizado exercido pelos recém-chegados seja, ainda mais, precarizado e, conseqüentemente, inserido no processo de vulnerabilização. Convém ressaltar que esse processo não vulnerabiliza apenas os recém-chegados, os atores imigrantes que vivem sozinhos, submetidos à discriminação e ao

isolamento social no trabalho, estão mais dispostos à desestabilização psíquica (Seligmann-Silva, 2011).

Os casos de EJ3 e de ES1 são exemplos de trabalhadores que, nos primeiros meses desde a chegada ao país, sofreram acidentes de trabalho. Observa-se que os estafetas imigrantes acidentados estão diante de uma ineficaz assistência dos órgãos de apoio, uma vez que não dimensionam as necessidades dos trabalhadores precarizados, e a burocrática regulamentação dos imigrantes, o que os impede de aderir à rede de assistência governamental. Esse conjunto de fragilidades expõe a importância das relações sociais estabelecidas entre trabalhadores no cotidiano vivenciado. Dentre os grupos de estafetas, é possível evidenciar que a rede de apoio está para além de dicas e sugestões de trabalho. Nos dois casos apresentados, outros estafetas se organizaram para auxiliar financeiramente os colegas que ficaram impossibilitados de trabalhar.

ES1, entre 25 e 30 anos, motorista TVDE

Nos primeiros meses de trabalho, no ano de 2020, ainda com a conta alugada, acidentou-se. ES1 fraturou a perna e ficou impedido de trabalhar. Dessa forma, não tinha como recorrer aos auxílios da segurança social. Os colegas estafetas fizeram uma “vaquinha” para o auxiliar nos meses em que ficou em recuperação e sem trabalho. Recebia cerca de 80 euros por semana de seus companheiros, por transferência bancária (Diário de campo, novembro de 2023).

EJ3, entre 35 e 40 anos, voltou para o Brasil

Fraturou o joelho no ano de 2020, foi impedida de trabalhar por cerca de sete meses, período em que realizou duas cirurgias. Sem qualquer vínculo profissional na época do acidente, não recebeu apoio financeiro da seguridade social e ficou a depender do auxílio de amigos e colegas de trabalho. Segundo EJ3, o tempo de recuperação não foi suficiente. Precisou voltar ao trabalho para manter as despesas. Dessa forma, não pôde dar continuidade às sessões de fisioterapia, o que resultou em uma recuperação lenta e dolorosa. Destacou a dificuldade de adaptar a rotina de trabalho com os ferros no joelho e com o apoio da muleta (Diário de campo, maio de 2022).

A volta ao trabalho, mesmo sem as condições físicas ideais, é comum entre trabalhadores que dependem financeiramente do seu trabalho para custear as despesas básicas, principalmente aos trabalhadores imigrantes que não detêm familiares e amigos no país. A cena descrita por EJ3 se repete com outros estafetas nas mesmas condições. Durante a observação de campo, para além dos relatos de acidentes, notou-se a presença de estafetas que se recuperavam de acidentes, com muletas e/ou curativos, pelo centro comercial. A estafeta, que imigrou sem uma rede de apoio, contou com a ajuda de colegas de trabalho nos meses de recuperação. No entanto, após longos sete meses afastada, sentiu a necessidade de voltar ao trabalho.

EJ3 apontou que não podia subir as escadas para fazer as entregas e que pedia para os clientes descerem, descreveu que foram tempos difíceis e que certa vez, o cliente a chamou de preguiçosa, entre outros xingamentos, porque ela não subiu ao apartamento com o pacote. Continuou a descrever a cena: “subi a calça até a altura da coxa e mostrei o joelho com os ferros para o homem e, mesmo assim, ele me destratou ao dizer que esse era um problema meu, que eu não deveria trabalhar já que não conseguia” (Diário de campo, maio de 2022).

O relato do episódio ocorreu em 2022, nessa época EJ3 residia há dois anos e quatro meses na Área Metropolitana de Lisboa, nas proximidades do UBBO. Ao relatar o episódio, EJ1 lamentava a falta de empatia, a grosseria dos clientes e as dificuldades financeiras que passou. Ao mesmo tempo, mostrava entusiasmo com a volta para o Brasil. Dizia, com empolgação, que já havia comprado a passagem e que lá poderia retomar sua vida, sem humilhações. O caso do ES1, que está em Lisboa desde junho de 2019, quando começou a trabalhar como estafeta, teve um desfecho diferente. Deixou de ser estafeta no ano de 2023, no entanto, permaneceu no modelo de trabalho uberizado, agora como motorista para a Uber Driver.

Os casos exemplificados evidenciam um contexto laboral informal e de vulnerabilização dos estafetas. O contexto em que se inserem os trabalhadores imigrantes e uberizados amplia os riscos à saúde, fisicamente e psicologicamente. Estudos apontam para as situações de precariedade do trabalho e sua correlação com alterações funcionais e metabólicas. Desse modo, vê-se que “não existe dúvida de que o estresse laboral prolongado vulnerabiliza o indivíduo, facilitando a eclosão de diferentes distúrbios orgânicos e psíquicos, inclusive das depressões” (Seligmann-Silva, 2011, p. 128). Nesse âmbito, o conceito apresentado, de “desgaste mental”, contempla os diferentes contextos de trabalho, de modo que se percebe que o “desgaste da esperança em relação ao próprio projeto de vida caminha em paralelo à deterioração da autoimagem e da autoestima” (Seligmann-Silva, 2011, p. 137).

Apresentado por Laurell; Noriega (1989) o conceito de desgaste permite registrar as “transformações negativas”, a partir das interações das cargas, no que refere aos processos biopsíquicos. Define, portanto, como “a perda de capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos” (1989, p. 115). A partir do entendimento do desgaste, verifica-se a possibilidade de integrar aos outros modelos associados ao trabalho, como o estresse. Aponta, ainda, as subjetividades e a própria concepção de identidade desses trabalhadores. Dessa forma, veem-se as seguintes interações:

- a) os “fatores” ambientais e psicossociais objetivados pelos estudos do *work-stress*;
- b) o mundo subjetivo e a identidade [...]; c) as diferentes esferas da vida social onde se desenvolvem relações de poder – que, quando desvantajosas para a integridade e estabilidade mental do trabalhador, acarretarão o desgaste (2011, p. 137).

Ao considerar as diferentes esferas que impactam a vida do trabalhador, apontam-se algumas questões, como: a falta de vínculos laborais (empregador/empregado); falta de autonomia e controle financeiro; o tempo “livre” não remunerado, como folgas, férias e até afastamento por doença; cobrança por metas diárias; conflitos nos usos de espaços públicos e interações sociais com demais atores (clientes, condutores de trânsito, seguranças); conflitos nos espaços da vida privada, com o compartilhamento de casas e quartos; rede familiar e de amizades fragmentada. Para complementar, o trabalhador se depara com limitado acesso à saúde, com a demora no atendimento do sistema público de saúde.

- Porquê assim, meu, começa a levar queda, pegar aqueles friozões fudido, porque agora tá bom, e chuva e não sei o quê. E você não pode ficar doente, entendeu? É fudido, é como tô te falando. O menino que tá morando lá em casa, lá, tem dois carro. Ah, tem dois carro e tá trabalhando no carro mais velho, adoeceu ele. Ele tava fazendo é..., ele é religioso, ele é crente e evangélico, e ele faz umas coisas aí (que mandam), passou duas semanas fazendo, fazendo jejum. Jejuando, adoeceu mano. Tá doente. Quando é fé dá uns (pirolho) na cabeça dele e ele tem que voltar pra casa, tem duas semanas que ele não trabalha. Aí ele, puta merda mano, aí tá juntando isso com o quê? Com os afazeres de casa, que é o quê? (a garganta que ele tem que tomar cuidado) e pagar os carro. E pra completar o carro quebrou, aí ele consertou, ele mandou consertar o carro. Na outra semana quebrou de novo. Tá só com um carro rodando. Ele já tá doidinho lá, tá vendo? E ele já falou: “mano, ficar nesses perrengues aqui cumpadê, eu pego minhas coisas aqui e vazo” (ER1. Entrevista, 2024).

O estafeta destaca que o trabalhador “não pode ficar doente”, uma vez que não há auxílios e recursos nesses casos. Contudo, os trabalhadores não têm controle sobre a situação aponta que, para além do frio, as quedas são recorrentes em tempos de chuva. Outro estafeta relata que, em tempos de chuva, são expostos às “corridinhas”, ou seja, refere-se às campanhas promocionais oferecidas pelas aplicações, que sujeitam os trabalhadores às metas diárias (mais corridas, em menos tempo) em troca de premiações. No entanto, a situação de vulnerabilidade não se restringe aos uberizados que utilizam as motocicletas. Exemplifica com o caso de um amigo que é trabalhador uberizado, como motorista, que vivencia situação semelhante de vulnerabilidade laboral.

O trabalhador, que já foi estafeta, está com sintomas de depressão e frequenta a igreja na tentativa de se reestabelecer. No entanto, o estafeta justifica que as práticas de jejum impostas

pela igreja o deixaram ainda mais vulnerável, quando adoeceu. O trabalhador que manifesta problemas mentais tem outras questões adicionadas, como os problemas de garganta e a falta de recursos financeiros, uma vez que não pôde trabalhar para sustentar a própria casa e os gastos adicionais dos carros, seu material de trabalho. Nesse sentido, o trabalhador se sente impossibilitado de encontrar alternativas à situação, enfatizando que, se ficar nesses “perrengues”, voltará para o Brasil, “pego minhas coisas e vou”.

O estafeta, ao confrontar os modelos de uberização, afirma que não encontrou vantagens em ser motorista em comparação a ser estafeta.

- (...) Eu trabalhei em fevereiro, em janeiro, num carro de um colega meu. Trabalhei duas semanas, não aguentei. Não vale a pena não. Combustível é caro, a renda do carro é caro. Imagina só, ganha mil euros por semana, menos 23%, duzentos e setenta né? Menos trezentos de combustível, menos duzentos e trinta do carro. Aí tu pega esse que tu ganhou e divide pelas horas que tu trabalhou. Se é doze horas é doze horas, se é quatorze horas é quatorze horas. É isso. Galera não soma meu. Ah, tá no carrinho, massa meu. As pernas doem, a mente dói, a coluna. Tem um colega nosso aí que tá doente aí, dos rins e não sei o quê, não sei o quê, o tempo passando e não sei o quê, e só dentro do carro e não se cuida. Por isso que tô te falando. Meu, é difícil (ER1. Entrevista, 2024).

Duas semanas foram o suficiente para o estafeta perceber que na dinâmica laboral, no TVDE, “gasta-se o que se ganha”. Para além da questão financeira, com as longas horas sentado no carro, apontam as dores na coluna, nas pernas e na mente, um desgaste físico e mental cotidiano que a profissão impõe ao trabalhador. E, mais uma vez, aponta o exemplo de outro colega que apresenta sintomas nos rins e “não se cuida”. Não tarda, o estafeta aponta o exemplo de outro colega: “E o cara passar vinte anos aqui, ah não mano, tem dias que ele tá de saco cheio disso aqui, cansativo, porque é o dia a dia, o cotidiano, o perrengue. Aí ele tem que fazer uma cirurgia, faz tempo que ele está esperando essa cirurgia”. Relata que as dificuldades encontradas no cotidiano não mudam mesmo para os trabalhadores imigrantes que estão há mais tempo. E que, em questão de saúde, o colega aguarda há tempos para fazer uma cirurgia.

Destaca, portanto, a diferença na percepção de quem observa e de quem vivencia a imigração. E na tentativa de proteger os amigos e familiares, esclarece os dilemas enfrentados por um ator imigrante no âmbito do trabalho, do clima e da necessidade de se criar vínculos que consolidam determinado suporte emocional:

Ah, a Europa não sei o quê, (...) olha que coisa linda e o povo não vê o que a gente passa por trás. Acha que tudo é belo, não é nada. Eu falo mesmo a verdade. Eu falo: “Aqui é assim, assim, assim, meu irmão. Escreveu, não leu, é analfabeto mano”.

- “É mesmo, bicho?”
- “É meu, (pensando o quê)”
- “É mesmo?”
- Eu digo: “é mano! A internet é ilusão pro povo que não tem o quê fazer”.
- É o que eu digo lá, tipo os meus meninos querem morar (...) eu penso nos caras lá em Londres de moto, quando eu vim pra cá conheci uns caras que foram pra Londres e que vieram pra cá (...) Londres lá é fudido mano. Lá cê ganha dinheiro. Ele disse que a maioria do povo lá se suicida. Porque não aguenta, meu. [...] Depressão meu, foi pra igreja, mano (refere-se ao amigo que estava em Londres e adoeceu). Lá você tem que ir pra igreja, porque se você não for pra igreja se tá... porquê não tem dia né, mano. Aquelas nuvens escuras, quando é fé aquela tora de chuva, aqui já é. No inverno já fica deprimido aqui. Aquela friagem, e eu que ando de moto?
- (...) Eu levo isso aí hoje como aprendizado na minha vida, meu. Dizer pros meus netos: “oh, foi assim, assado, olha não faz, não vai por ali não, fica aqui mesmo!”, entendeu?.
- Quando eu falo isso pra minha mãe, ela fala: “rapaz cê tá fazendo o quê aí, ainda? Tem uma casa aqui pra você morar, saí desse negócio aí”. É mãe da gente, né (ER1. Entrevista, 2024).

A preocupação exteriorizada por ER1 estende-se aos filhos e aos futuros netos, seus conselhos têm forte ligação com sua experiência pessoal, “fica como aprendizado na minha vida”. A narrativa do ator demonstra que as relações familiares consolidam uma rede de apoio contrária à imigração estabelecida de forma precária, que sugere a possibilidade de “voltar” ou o “ficar” em casa.

No caso dos amigos, dois dos trabalhadores uberizados estão com problemas de saúde. Um deles, ex-estafeta, lida com questões de saúde mental. Precisou mudar-se para a casa de ER1 por não conseguir trabalhar o suficiente para cobrir todos os gastos mensais. O outro apresenta sintomas nos rins e posterga o tratamento por conta da rotina. Sem a devida assistência, estipulada nos vínculos laborais tradicionais entre trabalhadores, empresa e seguridade social, os trabalhadores evitam se afastar do trabalho mesmo manifestando sintomas físicos e/ou psicológicos. Por outro lado, quando é preciso o afastamento das atividades laborais, os estafetas ficam a depender do suporte, tanto o financeiro quanto o emocional, da rede de apoio mais próxima, ou seja, de outros estafetas imigrantes.

Os vínculos de apoio, no contexto familiar, de vizinhança e de trabalho, se complementam como fatores determinantes na permanência dos trabalhadores imigrantes que passam por questões de saúde. Como foi apresentado pelo estafeta ES1, com o afastamento laboral e sem condições para pagar o arrendamento, apesar da contribuição dos colegas de trabalho, o senhorio permitiu que os valores da renda fossem parcelados nos meses seguintes.

No período da recuperação foi necessário renegociar o pagamento da renda uma vez que não conseguia pagar todo o valor. Ainda, segundo o relato, a renegociação seria impossível se não fosse o proprietário do imóvel um antigo imigrante, que fez negócios na África e, assim, conseguiu seu patrimônio. De acordo com ES1, os negócios da renda eram tratados diretamente com o filho do proprietário e que, por este nunca ter migrado, não teve nenhuma solidariedade com o seu caso. Portanto, diante da negativa, ele insistiu e foi conversar com o proprietário que aceitou a negociação e que, ainda, solidarizou-se sobre as dificuldades encontradas por um imigrante (Diário de campo, novembro de 2023).

De acordo com o relato do estafeta, ao insistir com o filho do proprietário, nada foi feito. O senhor português, quando abordado pelo estafeta, compartilhou sobre suas experiências e as dificuldades vivenciadas na época em que migrou e, por isso, entendia a situação. O estafeta, que manifestava certo respeito pelo senhor, destacou que a experiência vivenciada pelo proprietário o possibilitou comprar muitos imóveis no bairro em que vive atualmente. A proximidade entre atores de diferentes culturas, como portugueses e brasileiros, ocorre a partir da convivência intensificada, o que pode reduzir os estereótipos e preconceitos manifestados por ambos.

Ao conversar com outro colega estafeta, ES1 concordava sobre a percepção que se tem quando se atende um cidadão português que viveu fora do país. Sente, assim, que são mais compreensíveis e têm uma mente mais aberta do que a população em geral. Por fim, expressou certa aversão aos lisboetas, ressaltando que prefere lidar com os nortenhos por serem mais comunicativos, amistosos e humildes (Diário de campo, novembro de 2023).

No entanto, diante de um ritmo de vida que parte da premissa de longas jornadas trabalhadas, os estafetas imigrantes pouco convivem com outros atores no contexto de sociabilizar. Na dinâmica do trabalho, é comum relatarem a vivência do distanciamento e falta de empatia dos outros. O ponto de proximidade se manifesta nas experiências vivenciadas e compartilhadas entre si, como o ato de imigrar.

6.3. A capa da invisibilidade: a mochila como fronteira simbólica no cotidiano laboral

Ao conversar com jovens estafetas sobre as percepções que tinham em estar no *shopping*, foi externalizado certo inconformismo com a realidade vivenciada. Naquele dia, não houve nenhuma opinião favorável sobre ser um estafeta. De imediato, destacaram-se os problemas que estabelecem a precariedade da profissão, como a carga horária elevada, a problemática do

rendimento mensal não ser fixo, a falta de tempo para lazer (folgas) e o tempo aguardado entre uma chamada e outra. Ao serem indagados sobre como aproveitam os espaços, um dos meninos logo me disse: “andar no *shopping* com a mochila é a mesma coisa que andar com uma capa da invisibilidade”, complementou, ainda, que ao passar pelos corredores sentia um certo desprezo, uma vez que as pessoas o evitavam, era como se ele não fosse ninguém. Os colegas logo concordaram com aquele desabafo.

Após o desabafo, destacou que a sensação era totalmente diferente de quando ele percorria os mesmos espaços sem a mochila. A partir desse relato, foi possível observar as dinâmicas que envolvem a mochila no cotidiano dos estafetas. A mochila é necessária para atuação do estafeta, portanto, representa um elemento comum que identifica os estafetas. Isso possibilita criar laços imediatos, de pertencimento à mesma situação, entre os trabalhadores. No entanto, não garante que o estafeta esteja realmente inserido nas práticas de sociabilidade que vão além do profissional. Ao mesmo tempo, a mochila é capaz de invisibilizar os estafetas diante de outros frequentadores do espaço (do *shopping*). Essa característica pode ser evidenciada nos estudos de Magnani (1992), que destacam os encontros entre diferentes grupos no mesmo espaço físico, quando inevitáveis, são marcados pela distância e invisibilidade social.

A principal função da mochila é o armazenamento térmico do produto/mercadoria durante o transporte do restaurante/supermercado até a residência do cliente, o que evoca a necessidade de o trabalhador portar a mochila durante o dia de trabalho. Apesar da função prioritária, inclusive as mochilas atendem o padrão das plataformas de entregas (a partir de questões sanitárias), o uso da mochila na rotina dos estafetas assume diversificados papéis. Os estafetas utilizam a mochila para armazenar a própria refeição (a marmita, a água, bebidas energéticas, refrigerantes) nos bolsos externos e internos da mochila. Utilizam, ainda, para armazenar as próprias compras feitas no supermercado ou em outras lojas. Nesse sentido, os acessos às lojas do *shopping* se dão no intuito do trabalho e do próprio consumo. Apesar da dupla função, conflitos foram estabelecidos.

Os acessos aos elevadores e aos corredores de lojas comuns, que se situam fora da área de alimentação, estavam restritos durante a pandemia. Os seguranças eram encarregados de alertar sobre a restrição sempre que viam algum estafeta que estivesse com a mochila. Em uma ocasião distinta, no ano de 2022, e que permanece atualmente (Figura 34), uma loja de roupas colocou um aviso na sua vitrine.



Figura 34: Proibição de entrada com mochilas (2023)

O cartaz enfatiza a restrição do acesso à loja ao portar a mochila, dentre outras proibições. Outro caso semelhante, na tentativa de limitar o acesso dos estafetas que portavam mochilas, ocorreu no supermercado.

Estava trabalhando no período da manhã quando um estafeta entrou na loja para recolher o pedido. Como o movimento da loja estava fraco, conversamos um pouco enquanto o pedido estava sendo preparado. Dias anteriores, havia escutado uma conversa em que o estafeta estava indignado com a questão da restrição da mochila no interior do supermercado. Naquele momento, me veio uma dúvida: como é que os estafetas fazem as compras, uma vez que não tinham lugar para deixar as mochilas? Trouxe logo a questão para a conversa e o estafeta me disse que aquilo não tinha lógica, que “eles” inventam essas coisas e que isso não iria durar por muito tempo, porque não tinha sentido (Diário de campo, 18 de maio de 2022).

De fato, no caso do supermercado, a tentativa de restringir a circulação não se cumpriu. Na imagem a seguir (Figura 35), os estafetas percorrem pelo interior dos supermercados, acompanhados ou sozinhos, em busca de fazer compras para si ou mesmo pegar alguma encomenda para atender à demanda da plataforma.

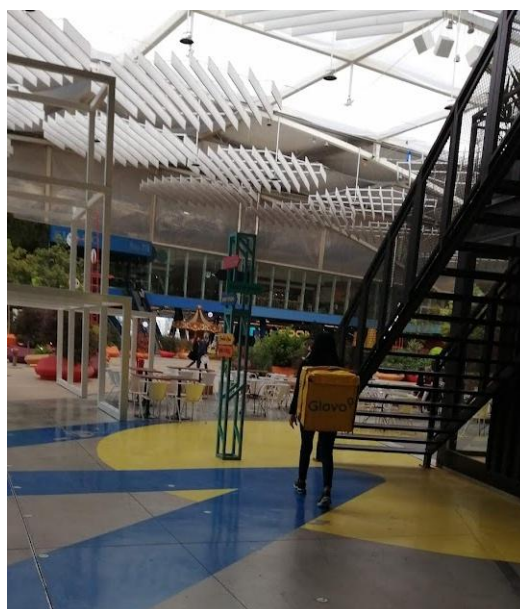


Figura 35: Os usos das mochilas térmicas no shopping (2023)

Entre os anos de 2023 e 2024, foi possível verificar que a utilização da mochila é permitida na praça de alimentação, no The Hood e no piso 0. No piso 0 estão localizadas as lojas de manutenção de *smartphones*, as operadoras telefônicas e de Internet, os terminais eletrônicos, a loteria e o jornaleiro, farmácias, os quiosques de alimentação, as panificadoras e o supermercado. Todas essas lojas são essenciais para a manutenção da atividade laboral do estafeta. As mochilas, frequentemente, são deixadas nas portas ou em cantos dos interiores das lojas enquanto o estafeta está a resolver alguma questão (Figura 36).

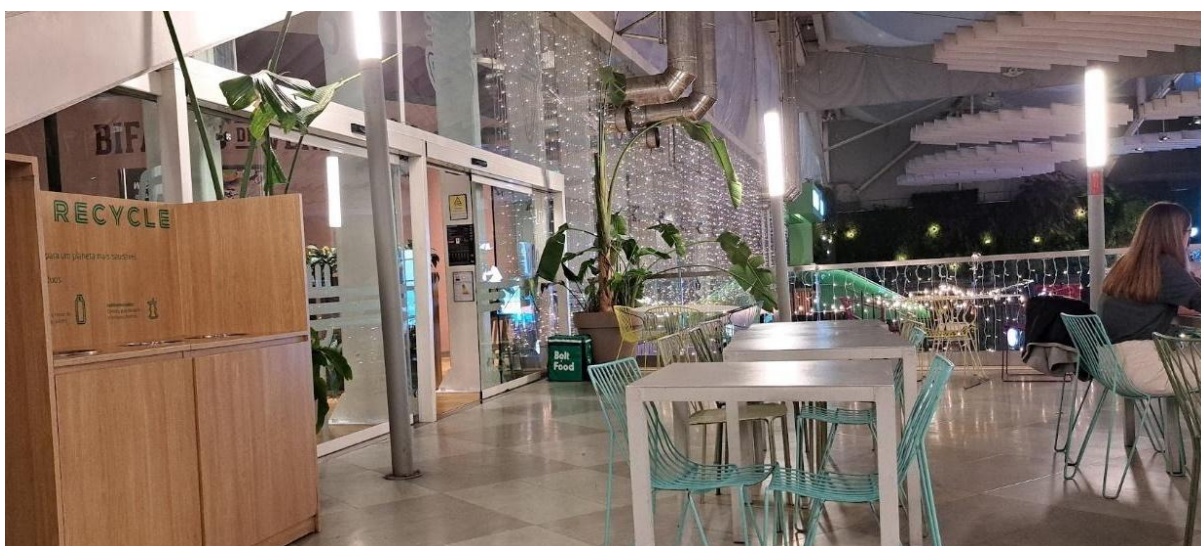


Figura 36: Mochilas térmicas “aguardam” (2022 e 2023)

Embora a mochila evidencie a invisibilidade do trabalhador plataformizado nos espaços do cotidiano, seu uso pode se apresentar como ato de resistência, como um espaço de manifestações. O ato de manter, no dia a dia, a mochila nas costas e circular pelo *shopping* (mesmo nos momentos em que o aconselhamento era evitar a circulação por determinados espaços) proporcionou ao estafeta uma forma de se fazer presente no espaço. De tal forma, mesmo com o espaço criado para a entrada/saída dos estafetas, outros espaços se apresentam como necessários para a manutenção de sua rotina, uma vez que os estafetas também assumem papel de consumidores dos restaurantes, supermercado, lojas de manutenção/venda de smartphones e outros produtos de tecnologia, dentre outros serviços. E, em outros momentos, apenas atuam frequentadores que passam o tempo “livre”, enquanto aguardam uma chamada, nos espaços de descanso e lazer oferecidos pelo *shopping*.



Figura 37: Estafeta com mochila térmica em loja (2023)

A customização das mochilas no intuito de promover críticas sociais e outras manifestações. O uso da mochila se apresenta como uma forma de expressão. Nesse caso, foram evidenciadas expressões referentes ao posicionamento político (com mensagens que exaltavam o candidato ou hostilizavam o adversário) diante das eleições presidenciais brasileiras, que ocorreram no ano de 2022. Além disso, foram identificadas customizações que são direcionadas ao trânsito, com mensagens que cobram respeito às leis e aos trabalhadores motociclistas.

No ano de 2021, durante a tarde, a estafeta chegou no restaurante pedindo uma fita adesiva, pois seu recado estava se descolando da mochila. Tínhamos uma fita e ela começou a colar o papel. Eram duas folhas, uma tinha o desenho feito pelo filho (uma casa com ele e sua mãe, com um grande sol acima) e, em outra, um papel A4 com uma frase que se referia a atenção e respeito dos motoristas com os trabalhadores motociclistas. Destacava que o filho a esperava em casa no fim do dia. Segundo a estafeta, era necessário colocar o aviso, porque sentia que não havia respeito dos motoristas com os estafetas (Diário de campo, junho de 2021).

Outros tipos de expressões, como a ornamentação, foram testemunhados. Algumas mochilas têm acessórios como chaveiros e adesivos diversos. Ainda, no sentido do lazer, as mochilas também são utilizadas.

Ao sair do restaurante, às 23:30, aguardava na parada o ônibus para Pontinha. Quando vi o estafeta ER1, o ER2 e outro estafeta entrando no *shopping*, era perceptível que haviam bebido, no entanto, era um movimento incomum, uma vez que não tinham o hábito de frequentar esse lado. No outro dia, tive a oportunidade de perguntar o que faziam daquele lado, me disseram que haviam feito um piquenique no parque, em

frente ao UBBO. E que, apesar do horário, voltaram para o *shopping* para pegar suas motocicletas. Era uma noite fria, estavam todos agasalhados e com suas mochilas, pois tinham comprado comida e bebidas no supermercado (Diário de campo, fevereiro de 2020).

Por apresentar o fator térmico, as mochilas são utilizadas para armazenamento de bebidas durante momentos de lazer, como praia e piqueniques. Como foi verificado, no verão de 2022, três estafetas levavam seus pertences para a praia, em Oeiras. No mesmo dia, outro estafeta estava na estação de trem no Cais de Sodré em direção à praia (Figura 38).

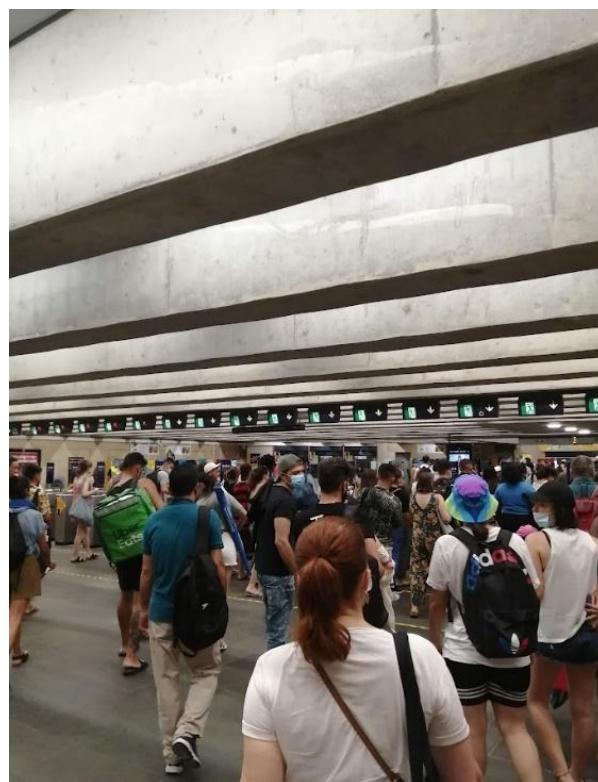


Figura 38: Os usos das mochilas térmicas em atividades de lazer (2022)

6.4. Tempos de lazer como estratégias para pertencer?

Desde a inauguração da cervejaria, em julho de 2020, na praça central do espaço The Hood, os momentos de confraternização dos estafetas ganharam um espaço consumível. O ambiente tem uma esplanada e preços acessíveis de cervejas e aperitivos. Em dias de promoção, como nas quartas-feiras e domingos, concentra-se um grande público à procura de duas canecas de cerveja no preço de uma (por um euro e meio) e aperitivos com valores a partir de um euro. A popularidade do restaurante é ampla entre o público brasileiro. Tanto de grupos pertencentes à vizinhança, como de trabalhadores que atuam no próprio espaço do *shopping*.

As práticas cotidianas dos atores observados se aproximam da constatação levantada por Seligmann-Silva (2011), em que aponta que a prática de beber em conjunto aos fins das jornadas de trabalho ou nos finais de semana, nas imediações do ambiente de trabalho, é uma prática corriqueira entre trabalhadores das áreas industriais e comerciais. Esses encontros induzem, portanto, a “integração que faz cada um se sentir fazendo parte de determinado grupo” (Seligmann-Silva, 2011, p. 541). Ainda, descreve que o ato de beber conjuntamente em trabalhos difíceis apresenta-se como uma forma de descansar e relaxar, obter alegria, ou, ainda, se livrar de questões desgastantes relacionadas à jornada de trabalho, como os perigos e humilhações.

Os encontros entre os estafetas reúnem um número maior que o habitual de participantes a confraternizar nos dias corridos. Embora represente menor recorrência, os encontros ocorrem quando os estafetas organizam sorteios de consórcio ou em épocas comemorativas, como em aniversários, nas comemorações de final de ano e nos dias de jogos de futebol. Nesses dias, outros atores são incluídos nas interações, como amigos e familiares.

No caso das reuniões relacionadas aos consórcios, notou-se a participação dos estafetas pertencentes ao “antigo” grupo, integrantes do pedaço The Hood. O grupo interagiu com regras acerca do cotidiano e, ainda, buscava meios de organização financeira. As atividades ocorreram até o início do ano 2021, quando o grupo começou a dispersar-se. Após esse período, os encontros na cervejaria estiveram relacionados às comemorações, tiveram menor recorrência e, nos últimos tempos, apresentavam maior individualização, em pares ou grupos menores.

Parte dos encontros cotidianos não são planejados, com a participação de grupos pequenos de três a cinco estafetas que se reúnem no final da tarde para tomar canecas. Dessa forma, notou-se que os encontros se associam aos momentos de descanso e, ainda, como uma forma de fortalecer uma rede de apoio e organização laboral. Percebeu-se que, nos dias de reuniões, acompanhados de suas mochilas e com as aplicações ligadas, embora o fluxo de trabalho abrande por causa da localização do GPS, o movimento de estafetas nas esplanadas é de constante chegada e saída. Os encontros não representam a interrupção (total) do tempo de trabalho. Significa, para alguns, aproveitar para compartilhar com os “seus” entre um pedido e outro.

O período observado nos espaços da cervejaria contempla de 2021 a 2023. Nesse período, foi possível evidenciar um movimento que concentra trabalhadores na esplanada e que compreende a presença de estafetas que não interagem entre si. Existe a participação dos estafetas antigos e novos, em momentos díspares. Assim, nos três anos trabalhados na cervejaria, atentou-se para a constante presença de trabalhadores precarizados. A prática de

consumo de álcool no estabelecimento representa um impacto considerável nas interações cotidianas entre os trabalhadores. De modo que não é uma prática exclusiva dos uberizados. As seguintes situações de precariedade laboral, nesses grupos, foram observadas: carga horária diária que ultrapassa às oito horas seguidas (da abertura ao fecho, com uma pausa de descanso de duas a três horas durante as tardes que são utilizadas para o consumo de álcool); trabalhadores em situação de falsos recibos verdes¹⁶; Trabalhadores que vendem as folgas semanais consequentemente (alguns alegam ficar um mês inteiro sem uma folga inteira); trabalhadores que vivem em situação de coabitação nas casas que são oferecidas pelas empresas, estes vivenciam as dinâmicas de grupo na empresa e na vida “privada”.

O perfil de trabalhadores precários, estafetas e lojistas é composto por maioria imigrante. Os trabalhadores precarizados (lojistas) são os que frequentavam com maior assiduidade o estabelecimento (a cervejaria), inclusive mais do que os estafetas. Entretanto, apesar de os estafetas vivenciarem situações de precariedade similares, alguns fatores interferem nos hábitos associados ao consumo de álcool. O fato de conduzir veículos pode estar associado ao menor consumo de bebidas alcoólicas durante os tempos de serviço. Por outro lado, os trabalhadores evitam ficar parados em determinados lugares, devido à determinação de localidade definida por algoritmo. Tal prática pode resultar em menos entregas no dia. Verifica-se que os estafetas se reúnem em tempos estratégicos, principalmente nos finais de turno.

Para além das confraternizações em dias de trabalho, a cervejaria recebe estafetas que estão de folga e que levam a família, namoradas(os) e/ou amigos.

Com frequência de aproximadamente uma vez por mês, no fim de semana, EL4 e sua namorada vão aos 100 Montaditos. O pedido sempre o mesmo, dois copos de Coca-Cola, duas doses de crocantes de queijo e alguns pãezinhos (Diário de campo, agosto de 2022).

¹⁶ “Um recibo verde é considerado falso quando um colaborador cumpre os requisitos definidos no artigo 12º do código do trabalho, mas não tem vínculo ou contrato com a entidade a quem presta serviços e, ao mesmo tempo, o seu salário é justificado por meio da apresentação de um recibo, como se tratasse de um trabalhador independente. Estas são as condições de um trabalhador independente, que pode estar numa situação de falsos recibos verdes: **a)** Apesar de ter de responder perante uma entidade hierarquicamente superior, um trabalhador independente goza de autonomia para o desenvolvimento do serviço; **b)** Não tem horário de trabalho fixo para cumprir; **c)** Não é obrigado a cumprir as tarefas laborais nas instalações da empresa ou local por esta indicado. Pode trabalhar virtualmente onde preferir. Se isto não acontecer é sinal de falso recibo verde; **d)** A nível de vencimento, se este for fixo mensalmente, poderá ser considerado um salário e não um pagamento por prestação de serviços. Mais um indício de falso recibo verde; **e)** Os trabalhadores independentes são responsáveis por terem as suas próprias ferramentas de trabalho, salvo em casos específicos, quando o empregador tem de interferir” (ACIAB, 2017).

O trabalhador pertence ao “pedaço” dos antigos estafetas. Sua interação com os estafetas que estavam à volta se limita às práticas laborais e às conversas cotidianas. EL4 não frequenta as esplanadas (a pizzaria e, depois, a cervejaria) com os demais estafetas. Acompanhado sempre por um ou dois energéticos na mochila, ao chegar no restaurante para recolher o pedido, referia-se à quantidade de trabalho e seu objetivo, juntar dinheiro. Segundo EL4, no ano de 2020, com a ajuda da namorada, mobiliou toda a casa que, juntos, conseguiram arrendar. Os momentos de lazer do estafeta são realizados com a namorada nos dias de folga. Dentre 2021 e 2023, aproximadamente uma vez por mês, costumam frequentar a cervejaria.

As dinâmicas de sociabilização entre os diferentes grupos de trabalhadores que frequentam as esplanadas não foram afetadas no período pós-pandemia, com a dispersão do grupo antigo e a criação do cais, como ocorreu no caso das confraternizações que ocorriam na pizzaria. As práticas de sociabilização continuaram a ocorrer cotidianamente na esplanada da cervejaria e, mais recentemente, a partir do ano de 2023, na hamburgueria da mesma rede, localizada ao lado da cervejaria. Nos anos que se seguiram, desde a inauguração da cervejaria, foi possível evidenciar casos de conflitos entre os diferentes atores que utilizam o espaço. E em dias festivos, com maior concentração de pessoas, os conflitos se intensificavam. Verifica-se que a Copa do Mundo de 2022 foi um evento que proporcionou uma grande concentração de pessoas no pátio central do The Hood, em que os jogos foram transmitidos. Apesar da grande movimentação causada pelo evento, os jogos das seleções de Portugal e do Brasil foram os que mais tiveram concentração de torcedores.



Figura 39: Concentração da torcida brasileira, The Hood (2022)

As esplanadas que estão dispostas à frente do monitor em que foram transmitidos os jogos ficaram extremamente cheias, assim como todo o pátio central (Figura 39). Sentia-se naquele espaço uma intensa vibração dos torcedores, principalmente dos brasileiros que ali estavam. O

ambiente festivo, com bastante bebida alcoólica, trouxe ao *shopping* (especificamente ao The Hood) outra característica da exaltação dos torcedores, com manifestações de violência. No restaurante que se situa em frente ao monitor, em todos os três jogos da seleção brasileira no campeonato, ocorreram episódios de violência. Casos isolados e generalizados de brigas que envolvem homens e mulheres. Os dois primeiros conflitos ocorreram no fim do turno, momentos antes do fechamento do restaurante. Eram conflitos de nível pessoal (um caso, entre pessoas que se conheciam e, no outro, entre duas mulheres que se desentenderam), ambos foram necessários à intervenção dos seguranças e policiais. No entanto, o terceiro conflito chamou a atenção devido à generalização e desfecho. Esse ocorreu no dia em que o Brasil foi desclassificado.

Já ao anoitecer, cerca de umas 18 horas, o jogo já havia acabado. Com a derrota do Brasil para a Croácia e a consequente eliminação do campeonato, os torcedores continuaram a confraternizar, apesar do clima de tristeza. Com o movimento do restaurante controlado, o ritmo de vendas havia diminuído. Pensei que seria um bom momento para fazer uma pausa para jantar. Fui para a esplanada encontrar alguns dos colegas de trabalho que ficaram ali para assistir ao jogo. Antes mesmo de iniciar a refeição, percebi uma movimentação estranha que vinha no interior do restaurante, logo me dei conta de que se tratava de alguma briga. Corri para o restaurante, alguns homens que estavam na esplanada também correram, eram policiais disfarçados que estavam na esplanada assistindo à partida. Ao entrar no restaurante, me deparei com uma briga generalizada, um ambiente caótico. Minha única reação foi pedir aos funcionários que entrassem para a cozinha (o lugar mais seguro) e, ao mesmo tempo, fechei as portas do restaurante como uma tentativa de afastar os clientes que estavam na esplanada a entrar na loja para gravar a confusão, com o auxílio de seus smartphones. Nesse tempo, mais policiais chegaram, nesse dia havia uma equipe reforçada, uma vez que a administração previa o movimento atípico. Assim, conseguiram dispersar as pessoas que estavam envolvidas na confusão. Alguns dos envolvidos estavam exaltados e, pela primeira vez, presenciei uma atitude de maior violência física – tanto de resistência à abordagem quanto da própria abordagem policial. Um dos rapazes que estava no restaurante durante o conflito foi duramente imobilizado enquanto resistia à abordagem. Nesse momento, os policiais haviam retirado todos os clientes do restaurante e, do lado de fora, estava o rapaz, o único que foi levado à esquadra. Quando o movimento foi totalmente disperso, notei que havia uma mochila e um capacete, era do rapaz que foi apreendido. O fato se faz curioso, uma vez que o rapaz não iniciou a briga e nem parecia conhecer os envolvidos. Por algum motivo, talvez na tentativa de separar ou por estar demasiado alcoolizado, ele entrou na confusão. O fato é que, ao invés de se dispersar, como os outros fizeram (até mesmo seus amigos), ele resistiu à abordagem policial. E a última cena gravada pelo público curioso em seus smartphones foi do rapaz no chão com cerca de três policiais o segurando de forma agressiva (Diário de Campo, 09 de dezembro de 2022).

Após a dispersão dos clientes, naquela noite, o restaurante foi fechado. Não havia a possibilidade de reabrir dado a amplitude do acontecimento e, por recomendação da equipe de segurança. O ambiente estava todo revirado e deu-se início a organização geral. Enquanto Realizavam-se as atividades do fecho, ao processar o ocorrido, dois rapazes chegaram para buscar os objetos deixados pelo rapaz apreendido, a mochila e o capacete.

O impacto de um grande evento esportivo no espaço do shopping determinou a concentração de diferentes atores em um dueto de emoções, com a empolgação e a frustração após a derrota. Nesse sentido, o espaço em que se manifestam rotinas específicas para os trabalhadores se tornou imprevisível. Nesse contexto, para alguns estafetas, o espaço representa o encontro familiar. Para a EE1 e EF1, os jogos da seleção foram dias de reunir a família. Assim, no dia da derrota, o casal de folga levou a filha mais jovem ao UBBO. O objetivo é reunir com os outros filhos após o expediente. Nota-se que o casal, que frequenta a igreja evangélica, não associa o consumo de álcool ao lazer, mas procuraram uma mesa na esplanada da cervejaria. Como o espaço estava cheio, permaneceram de pé nas proximidades da esplanada enquanto assistiam à partida de futebol. Apesar de fazerem atividades de lazer em conjunto, a rotina de trabalho os impede de manter a frequência de encontros familiares. O jogo da seleção foi um momento que proporcionou o encontro.

Em dias de folga, no decorrer dos anos de 2021 e 2022, o casal frequentava a cervejaria em que o filho trabalhava. Com os vínculos profissionais desfeitos, o casal (como estafetas e terceirizados) e os filhos (lojista) que deixaram os empregos que prestavam no shopping, a frequência dos usos do espaço comercial entre os integrantes da família diminuiu. Nos últimos tempos, a família não tem utilizado o espaço para o consumo ou para os encontros¹⁷.

6.5. A rua e o digital

Os laços de sociabilidade entre os estafetas imigrantes são evidenciados no “pedaço”, no domínio do espaço público, uma vez que o cotidiano laboral determina a permanência dos trabalhadores nesses espaços. Contudo, verifica-se que as conexões estabelecidas no “pedaço” se estendem para as dinâmicas da vida privada, desde o compartilhamento da moradia em momentos de dificuldade financeira até as confraternizações de aniversário com a família e amigos. No domínio digital, nas redes sociais, as conexões se mantêm e possibilitam vínculos com os colegas que já não atuam no “pedaço”.

¹⁷ A família deixou de frequentar o centro comercial no início do ano de 2023, quando os integrantes passaram a trabalhar em outros espaços da cidade.

Entretanto, apesar de constatar que as redes atuam na manutenção dos vínculos criados nos espaços laborais, destaca-se o papel das redes sociais na inserção dos atores imigrantes em determinada profissão. Os perfis e páginas da Internet direcionam as vagas de emprego disponíveis e oferecem “suporte” de informações, com o compartilhamento de direções nas questões referentes à imigração e trabalho. Nesse ponto, as relações estabelecidas nas redes possibilitam trocas de informações sobre a atividade laboral a partir das conexões com colegas de profissão. Essas relações são evidenciadas numa sociedade em que as comunidades virtuais apresentam importância no estabelecimento de vínculos cotidianos, como salienta Castells: “tanto off-line quanto on-line, os laços fracos facilitam a ligação de pessoas com diversas características sociais, expandindo-se assim a sociabilidade para além dos limites socialmente definidos do autorreconhecimento” (2002, p. 445). As redes de sociabilidade, criadas a partir do *online*, são apresentadas por Castells (2002) como uma dinâmica caracterizada por transcender a distância, ter baixos custos, ter natureza assíncrona, rápida comunicação em massa e pessoal, com aflições múltiplas em comunidades parciais.

Ao observar as dinâmicas de sociabilidade no espaço do Parque das Nações, Pereira (2017) enfatiza que os encontros, realizados para práticas desportivas e de lazer, ocorrem a partir das comunidades virtuais ou de face a face. Afirma, ainda, que “as redes sociais e as sociabilidades virtuais em rede ganham frequentemente dimensão espacial face a face através de encontros e eventos” (2017, p. 173). Nessa perspectiva, outros estudos sugerem que as formas de sociabilidade e de vizinhança são mediadas entre as relações digitais e face a face. Ao abordar os códigos da rua, Lane (2019) destaca que os jovens recorrem à cultura popular, mas vivem a vida real nas ruas através dos meios de comunicação que consomem e produzem, transitando entre a interação presencial e digital para gerir as situações da sua própria vizinhança, inclusive as situações de violência.

Verificou-se que os estafetas utilizam de grupos e comunidades virtuais para a solução de problemas enfrentados cotidianamente, para se organizar e posicionar diante dos poucos direitos laborais adquiridos ou mesmo para se afastar das possíveis interações com outros atores, impostas na permanência de determinados espaços (Figura 40).



Figura 40: Posicionamento contra condições precárias (Instagram)

Destacam-se aqui dois perfis da rede social Instagram, que apresentam essas interações. O primeiro grupo é destinado a uma organização dos trabalhadores estafetas, o “Estafetas em Luta”. O segundo perfil identificado promove conteúdos distintos que se referem às atividades cotidianas laborais, o “Estafeta Sincero”. O primeiro grupo utiliza as redes sociais como um meio de conexão com os demais estafetas e de divulgação dos atos e paralisações realizados. Apesar das poucas interações em likes, comentários e compartilhamentos, conforme a imagem demonstra, o impacto das manifestações abrange trabalhadores de todo o país.



Figura 41: Mobilizações nas redes sociais (Instagram)

As chamadas de greve resultaram em paralisações gerais, com a adesão de trabalhadores de todo o país, inclusive dos estafetas que frequentam o UBBO. Destaca-se que a atuação do grupo, Estafetas em Luta, tem representado significativa articulação nas batalhas que buscam por melhores condições de trabalho, como os ajustes nos preços das corridas, reconhecimento profissional e estabelecimento de vínculo laboral entre plataformas e estafetas. Para além da página na Internet, o grupo deu origem à Associação dos Imigrantes e Trabalho por Aplicação, a Asitrap.

Dentre as comunidades que oferecem conteúdos diversos para estafetas, identificou-se uma página com cerca de mil e duzentos seguidores, mais que o dobro de seguidores se comparada à página dos Estafetas em Luta. Na página, se compartilham, dentre os problemas cotidianos (como atos de xenofobia e vias interditadas na cidade), piadas e memes sobre as questões enfrentadas. Nessas publicações, os comentários são diversos, desde emojis descontraídos até perguntas referentes ao trabalho. O meme, um vídeo com um rapaz caminhando como se estivesse desfilando em direção a uma moto, faz referência negativa sobre a experiência de trabalho na restauração (Figura 42).

O primeiro seguidor lamenta a situação vivenciada. Outro seguidor adiciona o fato de ter que mudar de país e, ainda, “voltar pros motos”. Após trinta e oito semanas da publicação do post, um seguidor questiona sobre uma possível indicação para obter uma conta, ou seja, um contato que ofereça o aluguel de uma conta. Os grupos, mesmo não direcionados para divulgar contas e outros negócios associados, como a renda ou venda de motocicletas, acabam por exercer esse papel, uma vez que conectam os seguidores com interesses em comum.



Figura 42: Publicações e interações nas redes sociais (Instagram)

Outro *post* ironiza a paz que os estafetas têm no cotidiano laboral, o vídeo postado é um trecho de uma gravação feita por um trabalhador enquanto uma mulher esbraveja com os trabalhadores, indicando que eles voltem para seus países (Figura 43). No vídeo, os trabalhadores não têm qualquer reação enquanto a mulher os insulta. O vídeo postado conta com cento e vinte nove comentários, dentre eles muitos amenizam a atitude da mulher e justificam que os imigrantes não respeitam as regras do país. Por outro lado, outros reconhecem a necessidade de mão de obra no país. Outros ironizam: “Aí ela chega em casa e pede um ubereats, enfim a hipocrisia kkkkk”. Na imagem, é possível destacar um dos usuários que sugere que o Brasil tem mais problemas que Portugal, então a página não deveria publicar com a legenda “mais um dia normal em Portugal



Figura 43: Publicações e interações nas redes sociais (Instagram)

Percebe-se que as interações referentes às organizações políticas e laborais têm menor impacto nos usuários se comparadas às interações nas demais publicações. Esse fator representa o que Han (2018, p. 22) aponta como uma “democracia de espectadores”, na qual não há “uma demanda de um cidadão engajado, mas de um espectador passivo”. O smartfone surge como um aparato de subjetivação que envolve o controle de si e a vigilância atribui-se a cada um dos usuários.

As interações nas plataformas digitais estabelecem outras dinâmicas para além dos conteúdos que pontuam as conexões profissionais. O compartilhamento das memórias

cotidianas nas redes sociais procura fortalecer os vínculos sociais, a construção de identidade, a expressão do eu e a obtenção da atenção dos outros (Serafinelli, 2020). O uso das redes mantém as interações com familiares e amigos que estão distantes e, ao mesmo tempo, possibilita os novos vínculos, com as solicitações de amizades. Os usos dessas plataformas digitais complementam o cotidiano de espera do estafeta, no tempo disposto entre uma entrega e outra. Ao mesmo tempo, as publicações nas redes sociais permitem que o trabalhador imigrante compartilhe com os seguidores seus interesses pessoais e sua rotina. O perfil na rede social Instagram tem um perfil público, com novecentos e trinta seguidores. É denominada por ER1 como bloguista, que se refere a alguém que promove conteúdos e administra um blog. A página administrada pelo estafeta apresenta um conteúdo pessoal, sobre seu cotidiano, ou seja, o objetivo da conta é apresentar a rotina diária no contexto do trabalho (Figura 44).



Figura 44: A bandeira do time de futebol, a moto e o UBBO (Instagram, 2024)

O vídeo postado por ER1, em 2024, apresenta muitas camadas que remetem ao cotidiano do estafeta. Apesar de a localização se referir a Lisboa - Portugal, o vídeo foi realizado na AML,

em Amadora. Observa-se que o estafeta gravou o vídeo em uma estrada próxima ao centro comercial, que tem como plano de fundo o bairro Casal da Mira e o UBBO. Faz referência aos torcedores alvinegros, com o “Bom dia Nação Alvinegra”. Utiliza a moto, seu objeto de trabalho, como suporte para a bandeira do clube de futebol, o Ceará. Em complemento aos elementos visuais apresentados no vídeo, o estafeta dá ênfase às suas origens nordestinas ao adicionar a música “Norte Nordeste Me Veste, do grupo RAPadura Xique-Chico.

Atiro charques nas bases dos meus sotaques
Oxe!
Querem entupir nossos fones a repetirem nomes
Reproduzindo seus clones, se afastem dos microfones
Trazem um nível baixo, para singles fracos, astros de cadastros
Não sigo seus rastros, negados padraos
Cidade negada como madrasta, enteados já não arrasta
Esses órfãos com precatas, basta! Ninguém mais empata
Meto meu chapéu de palha, sigo pra batalha
Com força agarro a enxada, se crava em minhas mortalhas
Tive que correr mais que vocês pra alcançar minha vez
Garra com nitidez, rigidez me fez monstro camponês
Exerce influência, tendência, em vivência em crenças destinos
Se assumam, são clandestinos, se negam, não nordestinos
Vergonha do que são, produção sem expressão própria
Se afastem da criação, morrerão porque são cópias
Não vejo cabra da peste só carioca e paulista
Só frestyleiro em nordeste não querem ser repentistas
Rejeitam xilogravura, o cordel que é literatura
Quem não tem cultura jamais vai saber o que é rapadura
Foram nossas mãos que levantaram os concretos, os prédios
Os tetos os manifestos, não quero mais intermédios
Eu quero acesso direto às rádios, palcos abertos
Inovar em projetos protestos, arremesso fetos
Escuta! A cidade só existe porque viemos antes
Na dor desses retirantes com suor e sangue imigrante
Rapadura, eu venho do engenho, rasgo os canaviais
Mesmo o norte, o nordeste, o povo no topo dos festivais, toma!
(RAPadura Xique-Chico)

O trecho da música destaca os elementos culturais do povo nordestino e dá importância ao reconhecimento dos imigrantes do Norte e Nordeste, oriundos do campo, que formam a mão de obra essencial na construção da cidade: “A cidade só existe porque viemos antes”, no caso apresenta o contexto da imigração interna do Norte/Nordeste para o Sul/Sudeste do país. Nesse aspecto, com a publicação, o estafeta estabelece os elementos do seu cotidiano com os dados que evidenciam o orgulho do time de futebol e de suas origens. A exposição cotidiana da rotina

laboral apresenta uma forma de reivindicar visibilidade em uma sociedade em que a comunicação é coerente com o perfil da comercialização. Esse contexto é elaborado por Han (2018), que sugere que a comunicação social corresponde às dinâmicas impostas, portanto, que se insere na “lógica da gratificação por meio de ‘likes’, ‘amigos’ ou ‘seguidores’, a comunicação social também está submetida à modalidade do jogo” (Han, 2018, p. 70).

Os vídeos publicados (Figura 45) narram o cotidiano do trabalhador com os momentos de lazer no The Hood; os “trajetos” diários realizados, com locais habituais e as descobertas de novos lugares; os perrengues encontrados cotidianamente e as dinâmicas práticas da atividade, como os valores das corridas por quilômetros realizados: “Aí galera, agora vamos ver aqui, [...] vai dar uns 3,80, esse pedido aqui” (@ER1, março de 2024).

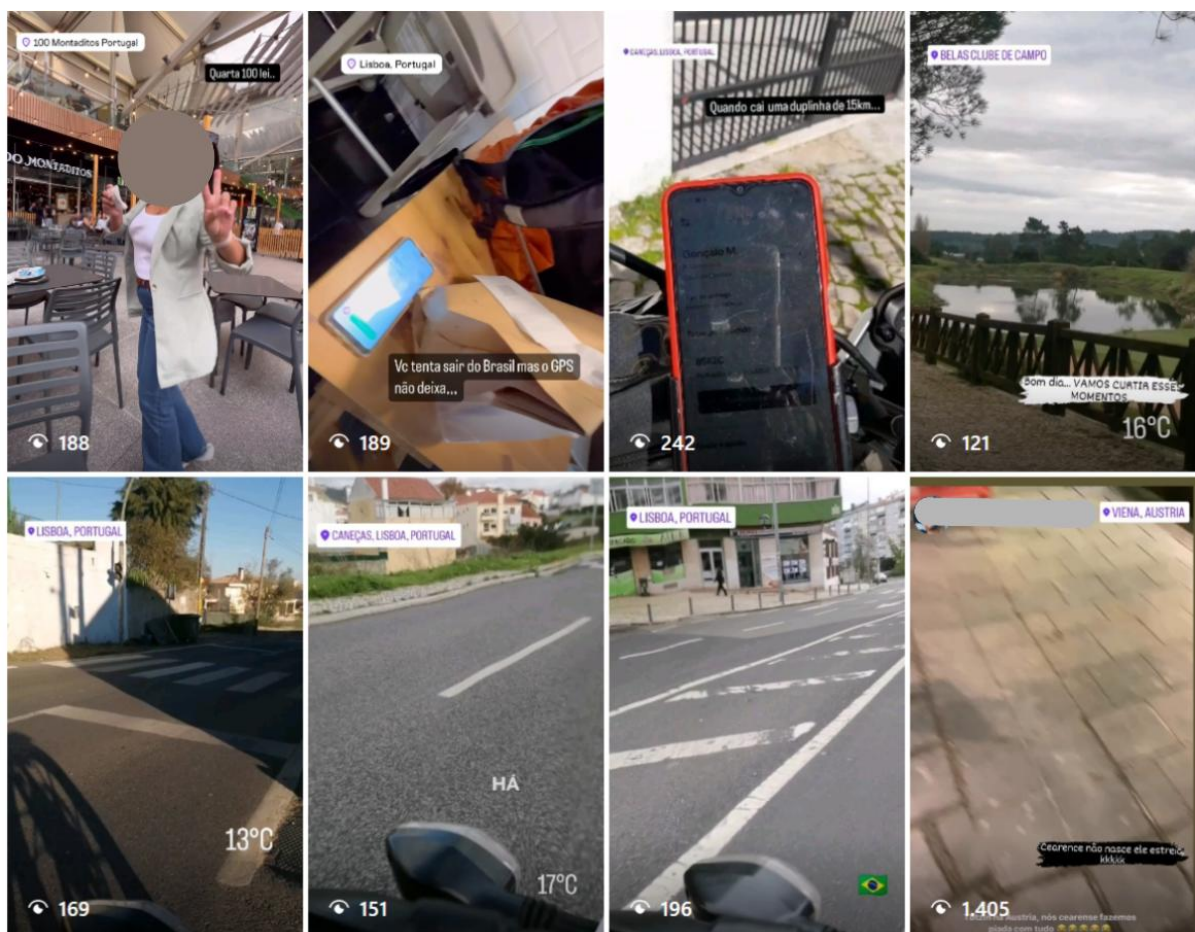


Figura 45: As publicações de um estafeta imigrante (Instagram, 2023 a 2024)

As publicações são acompanhadas por músicas de agradecimento e frases motivacionais, como: “uma frase certa é, tudo na base do esforço. Se depender de nós mesmos a gente vai conquistar o mundo pai” (@ER1, novembro de 2023). A atuação do estafeta nas comunidades digitais, gerida nos tempos livres do trabalhador, tem influência dos próprios filhos que atuam

profissionalmente em páginas das redes sociais. Segundo o relato do estafeta, em entrevista, os filhos trabalham com Internet: “Um deles é influencer, o mais velho, e voltou para o Brasil porque aqui não se ganha dinheiro com isso”. A página do filho conta com aproximadamente treze mil seguidores, com vídeos que relatam o cotidiano, principalmente no formato de sátiras (alguns dos vídeos com mais de 700 mil visualizações). O outro filho segue o caminho do irmão, com uma página no Instagram com sessenta e cinco mil seguidores, denomina-se um “Perfil destinado a mostrar Portugal” e oferece conteúdo de “rolês/dia a dia/dicas”. As interações em páginas da Internet e as próprias representações apresentam a influência das conexões digitais no cotidiano do estafeta. Os usos do tempo “livre” do trabalhador ganham uma dimensão virtual, no “espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares” (Castells, 2002, p. 462). Não obstante, Han (2018) aponta que o tempo livre, o tempo do ócio do trabalhador, é possuído pelo capital. Nesse caso, esse trabalhador com tempo livre é mais valorizado, pois detém mais força produtiva do que o trabalhador que apenas exerce a função laboral

Capítulo 7 - A Vida em Duas Rodas: uma reflexão sobre uberização e formas de pertencimento

A partir do contexto da uberização e da imigração, a informalidade vivenciada pelos trabalhadores imigrantes reflete nas dinâmicas urbanas, desde os “trajetos” até os usos dos espaços públicos. Os caminhos da informalidade, manifestos na casa/quarto compartilhados, na mobilidade reduzida, nas dívidas realizadas, nos trabalhos precarizados, direcionam a trajetória vivenciada por um estafeta imigrante. A realidade vivenciada é capaz de (re)definir, portanto, os interesses pessoais, os projetos futuros, as novas migrações, as relações familiares, de amizade e de vizinhança e, ainda, a própria compreensão de si.

O encontro dos estafetas no “pedaço” se estabelece a partir de laços de reconhecimento diante de um contexto de precarização laboral e com o decorrer da pandemia Covid-19. Os encontros e as interações cotidianas entre os atores estabelecem uma dinâmica de familiaridade que reafirma os traços de sociabilidade vivenciados no país de origem e, ainda, resgatam os interesses pessoais com o compartilhamento dos projetos. Para os estafetas imigrantes, as relações no “pedaço” ultrapassaram o contexto laboral, mesmo com a distância espacial. Após as trajetórias de imigrações e os novos trabalhos, as conexões permanecem.

As dinâmicas urbanas contemporâneas obedecem às interações decorrentes das práticas digitais e espaciais. As plataformas, em decorrência dos algoritmos, determinam os espaços urbanos a serem frequentados pelos trabalhadores. A concentração de trabalhadores, os “não-consumidores”, nestes espaços de consumo e lazer incita o incômodo, muitas vezes velado socialmente com o tratamento de invisibilidade e silenciamento dos trabalhadores. O “fim do pedaço” exemplifica o conflito velado entre os interesses de mercado em detrimento dos trabalhadores. Prioriza-se o espaço para o consumo. Novas lojas são abertas. Os estafetas aguardam no espaço “exclusivo”. Nesse espaço, ocupado por muitos “outros” estafetas, o sentimento de pertencimento não ocupa as dinâmicas de sociabilização nos espaços da vida privada. As relações cotidianas restringem-se às dinâmicas laborais. Assim, a (re)colocação dos trabalhadores promovida pelo centro comercial propõe novas articulações sociais no território.

As práticas de sociabilidade cotidianas entre estafetas são cada vez mais espaçadas à medida que o território vivenciado, The Hood, assume as características de consumo. No âmbito do trabalho, a individualização do estafeta imigrante é observada, de modo geral, nos “antigos e novos” trabalhadores. Aos estafetas que pertencem ao grupo do “pedaço”, a individualização

surge com o distanciamento dos colegas pertencentes ao grupo que transitam por outros empregos e países. A rede de sociabilidade do espaço físico passa para as conexões nas redes sociais (Internet). No cais, o estranhamento em relação aos estafetas “da rua” é consolidado na quebra dos ritmos laborais impostos. Os conflitos surgem na divergência do posicionamento laboral, o que interfere nas interações sociais cotidianas do estafeta pertencente ao antigo grupo.

O ritmo imposto, “do cada um por si”, marca a individualização do estafeta no espaço de atuação laboral. Esse ritmo interfere nas práticas dos “antigos” e “novos” estafetas que não concordam com as estratégias irregulares, como o “robozinho” e na aquisição de várias contas. Há, portanto, um sentimento de desconfiança do “outro” no âmbito laboral. O sentimento de desconfiança perpassa o “outro” que também vivencia, em tal conjuntura, como imigrante, nos espaços laborais e da vida privada. Com as limitações nos espaços da vida privada, com o compartilhamento dos quartos e casas, os atores buscam formas de pertencimento nos espaços da rua e nas conexões digitais.

O cotidiano laboral, diante das transformações, adquire o ritmo dos “trajetos” entre os espaços urbanos, realizados com a moto ou a pé. Os “trajetos” realizados fazem parte do cotidiano do estafeta como uma função laboral evidente. No entanto, os “trajetos” apresentam uma particularidade no cotidiano do estafeta que descreve o sentimento de “estar no meu mundo”. Esse sentimento evidencia sua identidade e história de vida, como motociclista, e, ao mesmo tempo, oferece ao estafeta o afastamento de um determinado grupo ou conflito, mesmo que de forma provisória.

A Internet, no mesmo ritmo, apresenta um espaço que possibilita o “escape” do ator. As plataformas sociais permitem conexões com os amigos e familiares distantes, a partir dos “laços fracos”. Para os atores sem rede de apoio, as plataformas atuam como facilitadores para a inserção no mercado de trabalho, inclusive como ferramenta condescendente de acesso aos grupos que oferecem serviços, de modo irregular, para a aquisição de documentos e contas nas aplicações de entrega. Ao mesmo tempo que conectam, as plataformas mantêm o ritmo das rápidas interações, refletem uma comunicação social a partir do contexto da “gratificação” e validação do “self” e atuam como ferramenta de construção identitária.

A partir das experiências vivenciadas, no “off-line” e “on-line” (Hine, 2015), o estafeta imigrante menciona a “vida do brasileiro” como diferente. O sentimento de pertencimento ao país de origem, às suas raízes, é evidenciado no cotidiano do estafeta na Área Metropolitana de Lisboa. O resgate dos elementos gastronômicos e as interações de sociabilidade conectam o estafeta às vivências experienciadas no Brasil. No UBBO, encontra o acolhimento nos restaurantes e esplanadas, com os hábitos dos cafés e das canecas, se conecta com outros

imigrantes, lojistas e estafetas. No “pedaço”, com os encontros nas esplanadas do The Hood. Na lanchonete, como um novo “pedaço” no centro comercial que resgata os laços de sociabilidade. Na vizinhança, entre o UBBO e sua casa, os encontros com os amigos e familiares em restaurantes brasileiros. Na casa, os churrascos partilhados com os familiares e amigos resgatam o ritmo do brasileiro.

7.1. A vida em duas rodas

As motocicletas e bicicletas sempre estiveram no cotidiano do ER1, desde a juventude, dos anos 90 até o momento em que imigrou, fazia parte de uma equipe de BMX (Bicycle Motocross), uma modalidade esportiva do ciclismo em pistas (Figura 46).

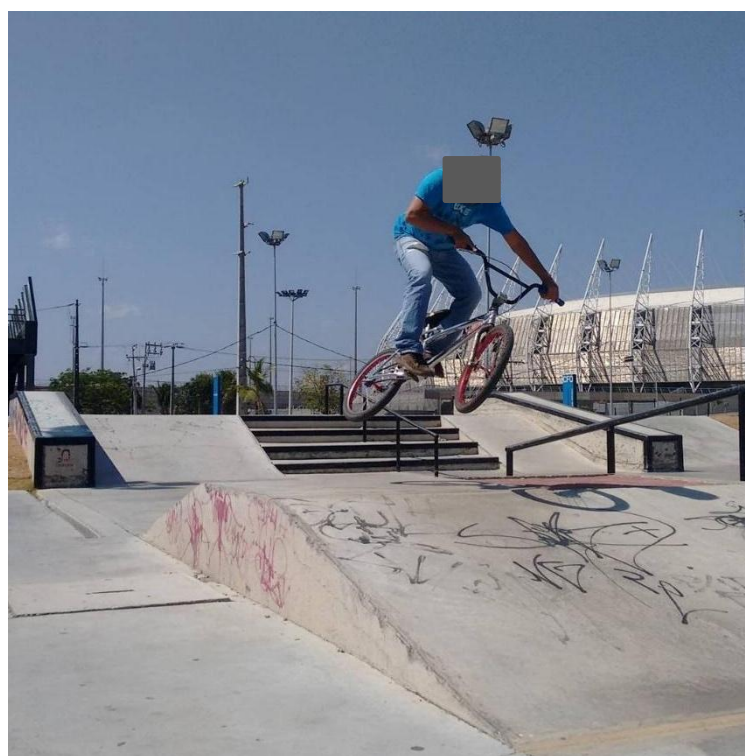


Figura 46: Prática do esporte BMX (Instagram, 2016)

Na vida profissional, com o apoio da motocicleta, atuava como o “faz tudo” de uma empresa de cosméticos, circulando entre as lojas dispostas na cidade de Fortaleza - CE. Quando optou pela imigração, estava em seus planos se manter em atividades profissionais que o levassem a conduzir uma moto, previa-se essa possibilidade com certa confiança. Apesar dos planos iniciais, ao chegar na AML, deparou-se com o emprego na restauração e com a mobilidade cotidiana restrita às caminhadas e ao transporte público.

- Eu cheguei aqui, vindo lá da Brandoa, por dentro ali, mano, eu olhava assim e dizia: “um dia vou andar isso daqui de moto”. E um friozão do caralho. (...) E ia a pé e voltava a pé, todo dia. Nem barriga eu tinha, mano. E porque eu pegava o autocarro, só faltava não chegar aqui, o autocarro. Pegava, quando chegava aqui, faltava quinze minutos, atrasado. Não, é... vivia a pé mesmo, era melhor. Aí eu vinha a pé e quando chegava aqui que vinha o autocarro, porque na época ele passava aqui no meio. Corri muito atrás desse autocarro, mano. A gente descia ali, tem uma escada ali pra pegar o autocarro, aí ali tinha uma paragem ali... tinha duas paragens né? Aí se você não conseguia pegar, tinha que correr pra outra, aqui (ER1. Entrevista, 2024).

Desde sua chegada, nos primeiros anos que se seguiram, ER1 se programou e juntou uma determinada quantia para comprar sua própria moto. Ter o próprio veículo proporcionou ao trabalhador a sensação de liberdade em circular pelos espaços da cidade, que logo se contrasta com a rotina do trabalhador uberizado. Destaca, por sua vez, que a dependência do transporte público, mesmo em trajetos realizados no mesmo bairro, da casa até o trabalho (UBBO), contribuiu para um processo de difícil adaptação. Apesar de reconhecer as dificuldades vivenciadas nos primeiros anos, sem uma motocicleta, o estafeta faz duras críticas aos colegas que assumem compromissos de financiamento de carros ou motocicletas nos primeiros meses desde a chegada, o que refere ser um período de adaptação. Os veículos, segundo a perspectiva do trabalhador, não garantem a plena adaptação do imigrante e a dívida contraída pode, assim, oferecer um problema a mais aos recém-chegados que, em trabalhos precarizados, não recebem salário suficiente para se manter.

- Ele mora vinte anos aqui. Ele é estafeta da empresa (de medicamento, trabalhador com contrato). Ele conhece a Europa todinha de moto. Ele vai viajar agora (...). O propósito dele aqui é esse. Aí eu já tenho um projeto desse também, já conheci ele né, para viajar. Agora não! Porque assim, assim, se eu quisesse comprar uma moto para mim, eu consigo comprar uma moto pra mim. Só que agora eu tô em outra caminhada, entendeu? Se não é o meu, como é que chama, não é que eu não posso, não é minha prioridade né. Minha prioridade é o que eu acabei de te falar aí. Lá no Brasil. Tô finalizando lá, entendeu? Tô finalizando lá primeiro para depois realizar esse sonho, de comprar minha moto. E outra, não quero me apegar a coisa pra ficar pagando. Ah, como é que chama? Eh dívida. Aí eu quero ir embora pro Brasil, pô mano.

- Tem um monte de brasileiro fazendo isso, chegou aqui com CPLP e comprou carro. Aí começa os perrengue. Porque não passou pelo processo que eu passei e você passou. A CPLP, ah me deu (legalidade), comprei isso daqui. Só que não sabe os perrengue que vai passar. Não aguenta os perrengue. O que que acontece? Desiste. O que que acontece? Ou fica, ou sai fora e fica com a porra da dívida aí e joga tudo pra cima. É isso que eu tô vendo aqui. Porque não passou pelo processo, como a gente passou e tamo aí, no processo. Aí, como é a história?, meteu os pés pela, pela... né. Dando um passo maior que é pra dar.

- Aí é isso que eu penso. Eu gosto de moto. Mas comprar uma moto? não, agora não. (...) Aí vou comprar um motão massa, aí vou pagar X, massa, mas... e daí pra frente, como é que vai ser? Tem que pensar daqui pra frente, porque eu não sei se daqui pra frente eu vou tá aqui, eu já falei pro meu filho: “mais dois anos aqui e vou dar entrada agora no... no meu B.I., eu tenho direitos iguais, para aproveitar como cidadão, direitos iguais, eu tenho. Só que só serve aqui. Mas, pra algumas empresas lá fora, serve, aceita. Eu já, tem empresa da França, tem empresa da Suíça. (...) já me falou, eu tenho uns contatos duns caras que tão lá fora.

- (...) Nossa história aqui é uma caminhada, então é isso. Aí é como tô te falando a pessoa chega aqui e mete as mãos pelos pés e começa a dar tudo errado. E depois, ah não tá dando certo, num sei o quê, é porque quer fazer as coisas nas presas, não pode ser. As coisas é tudo (inaudível). Eu gosto de moto, sou doido pra comprar um motão. Mas, agora, agora, agora, tudo, eu faço assim. Eu vejo muito brasileiro que, por exemplo, chegou aqui na CPLP e aí? (ER1. Entrevista, 2024)

O relato do estafeta aponta o exemplo do amigo, que vive em Lisboa há mais de vinte anos e que segue os projetos de vida, mantendo um estilo de vida viajante. O amigo, que vive em uma caravana e tem uma moto, projeta mudar-se para a Finlândia, com o objetivo de trabalhar numa estação de esqui e alcançar maiores salários. Ao mesmo tempo, outros amigos que conviveram com o estafeta na AML estão em países como Inglaterra, Suíça e Bélgica. As experiências dos amigos apontam para uma nova possibilidade: imigrar novamente à procura de melhores salários. No entanto, apesar de considerar a hipótese, o estafeta menciona seu desejo de concluir seu plano, pagar o terreno, construir uma casa e, assim, de voltar ao Brasil para viver seu plano de aposentadoria. De acordo com o estafeta, seu sonho era ter uma moto grande, de viagem, mas reconhece sua realidade, suas necessidades e prioridades.

Nesse sentido, o estafeta faz uma análise crítica aos contrerrâneos que chegam ao país e que, sem organização financeira prévia, adquirem dívidas. Em complemento, sua crítica estende-se aos colegas que obtiveram o documento de residência temporária na modalidade CPLP. Nota-se que essa modalidade facilitou o processo de residência aos recém-chegados. A ressalva feita pelo estafeta refere-se que o documento, por si, não facilita o processo de adaptação e de trabalho dos estafetas imigrantes e que, ao contrair uma dívida, o ator fica, ainda mais, vulnerável no país. O estafeta apresenta consciência no que se refere às dificuldades encontradas no processo de adaptação no novo país, no âmbito da vida privada, de mobilidade e das dinâmicas laborais. No decorrer da entrevista, ER1 aponta inúmeras vezes que a utilidade do documento de residência está na possibilidade de sair das situações vivenciadas em Portugal.

- Ontem o menino que fazia entrega lá no The Big, parou na operação stop perto da PSP de Caneças, e era GNR cara, foi quarta feira. Ai então, ontem, e eu não fui pra

aquele lado mano, oh, ainda bem... só desse lado aqui. Aí parou ele, mano. Olhou tudo e encontrou o que nele? Errado? O capacete desabotoado, cento e vinte pau, cento e vinte euros. E ainda queria ficar com a carteira dele, a carta. Aí ele disse: - “não vou entregar minha carta” (...). E tem que pagar na hora e ele disse que não tinha, aí fez o recibo lá.

- Eles tão fechando o círculo meu, por isso que eu quero sair disso aqui. Aqui é a caverna do dragão meu, é isso aqui, tem que ter paciência e conseguir arrumar documento e visar outro país, outro lugar. Entendeu? E é o que salva aqui, é isso (ER1. Entrevista, 2024).

A conquista do documento, tanto de residência provisória quanto o título de cidadania, não garante o sucesso financeiro e de adaptação do ator no país, embora seja o ápice da ambição dos imigrantes que estão em situação de irregularidade. Embora o estafeta manifeste que os documentos não solucionem todos os problemas dos atores, a partir da sua própria experiência e de seus colegas próximos, percebe-se que a vulnerabilidade dos imigrantes que não detêm tais documentos é ampliada. Dessa forma, o próprio estafeta recorre aos recursos do título de residência provisório, do documento que estabelece os direitos iguais e, por fim, do título de nacionalidade e o passaporte português. Em complemento a isso, ao referir a possibilidade de “visar outro país”, destaca que o “salva” no país é o acesso à documentação.

Diante da árdua rotina que manifesta as dificuldades vivenciadas por um estafeta imigrante, segue seu relato assinalando e, ao mesmo tempo, desdenhando que, ao conseguir o título de cidadania, o Bilhete de Identidade (B.I.), irá voltar ao Brasil.

- Mas tô esperando para pegar o B.I. mano. (...) Que é um direito meu né, não é “ele vai pegar o B.I., que não sei o quê, que quero ser, quero ser, como é o nome?, é... ainhannn”. Ah isso daí, pra mim, meu, eu falo que eu pegar esse negócio vermelho aí é... vou é passar na bunda. E vou embora pro Brasil.

- Ah, eu nasci e me criei lá, meu. Eu vou ficar aqui, quebrando cabeça com isso aqui, com esse povo mano.

- Pô mano, não me entra, mano. São mal-educados, povo sem educação. Nossa, não tem humildade e não aceita ajuda, ah. Então, assim, (eu sinto pena agora pra eles) é meu, eu não vou ficar... ahh! (ER1. Entrevista, 2024).

Diante do discurso, nota-se que o estafeta não atribuiu uma validação social ao documento. Adverte, portanto, não “ser alguém” apenas por estar com a posse do documento de cidadão português. Ao mesmo tempo, reafirma sua identidade como brasileiro, argumentando que “nasci e criei lá”. A importância do título de residência permanente apresenta-se, por muitas vezes, como um sinal de merecimento, de uma conquista que foi traçada por um longo e dificultado caminho. Para muitos atores, como ocorreu com EM1 que

migrou para a Inglaterra, o documento português apresenta uma oportunidade de migrar novamente e se estabelecer em outros países do continente europeu. Apresenta-se como uma possibilidade de mobilidade estendida. Embora não dispense o documento, para ER1, a utilidade do Bilhete de Identidade e de um passaporte europeu não será de grande valia, uma vez que planeja voltar ao país de origem. O desdém feito no que se refere à utilidade do documento se estende às suas experiências, com a convivência e as diferenças dos modos de vida dos portugueses em relação a suas origens.

7.2. A vida do brasileiro é diferente

- (...) é a vida do brasileiro é totalmente diferente. É totalmente diferente. No Brasil é totalmente diferente.
- (...) Olha eu vim gostar mais do Brasil, eu já gostava do Brasil, eu vim gostar mais do Brasil morando para esses lados aqui, oh. (...) Porque o Brasil é muito mais do que isso daqui, mano. Muito mais que isso (ER1. Entrevista, 2024).

O estafeta aponta que a vida do brasileiro é “muito mais do que isso daqui”. A falta de conexões com a vizinhança que se refere a “esse povo”, os conflitos concernentes às visitas que recebe em sua casa, as poucas folgas e o baixo salário dão ao brasileiro a percepção de ter um cotidiano direcionado apenas para o trabalho. Seus vínculos de amizade, as redes de sociabilidade, foram construídos no “pedaço” entre seus colegas de trabalho e outros atores que frequentam com regularidade o mesmo espaço. Ainda assim, mesmo as conexões estabelecidas no contexto do trabalho foram se fragilizando com as recorrentes transformações dos usos do espaço do *shopping*, nas disputas pelos espaços, e pela constante mobilidade dos colegas de profissão, um contexto que enfatiza a imigração para outros países e/ou para outros empregos.

Por outro lado, apesar de sentir falta da “vida do brasileiro”, o estafeta aponta com orgulho a relação familiar que estabeleceu com as namoradas portuguesas dos filhos, relações essas que remetem às experiências vivenciadas com a família no Brasil. Ao passo que se verifica certa rejeição das práticas e interações dos portugueses em seu cotidiano, manifestada nos relatos do estafeta, é possível observar que nas relações familiares o mesmo percebe e valoriza as diferenças entre gerações no que tange à influência da cultura brasileira. Na tentativa de manter um modo de vida brasileiro, de seus ritos familiares vivenciados, faz o resgate culinário e apresenta essa versão às noras portuguesas.

- “Ah, sou doida pra conhecer as comidas gostosas do Brasil”.

- E eu faço lá em casa, né. Tem uma lá, a mais nova, a do mais novo, a mais bonita, sem ser a loira, ela não comia feijão, aí comecei a fazer feijão, tipo feijão verde? Só que com ..., com queijo e creme de leite. Só falta a carne de sol, que aqui não tem, aí você bota a carne de sol desfiada. Aí eu faço lá em casa. Ela ama. Toda vez que ela vai lá, eu faço.
- “Ain, esse feijão do senhor tá uma delícia! Ai meu Deus!”. Te juro, ela come.
- Aprendeu ir lá pra casa, aprendeu a escovar o dente na hora de dormir, depois do almoço, a escovar o dente. (...)
- Ela: “seu pai tá falando aí”.
- Eu: “Bora escovar os dentes, os dois”.
- E é isso, meu. É isso. E ela é doida pra conhecer. Tudo que eu posto aí, ela fica viajando: “queria conhecer essas praias, comer essas comidas do Brasil”. Fora as maquiagens, ela ama as maquiagens, ela acompanha as blogueiras lá do Brasil. (...) Ainda cê ganha um dinheiro com isso, é diferente daqui. (...) A nova geração que tá vendo isso né? (...) É tipo a dona lá da onde eu moro, a filha da dona vai lá buscar o dinheiro lá, velho, a mulher parece que acabou de se acordar e chegar lá. Toda amarrotada, o cabelo... fogo. Às vezes eu vou deixar o dinheiro lá, no apartamento dela, desce de roupão, né. Diferente, a mulher brasileira parece que dorme maquiada e acorda maquiada, meu. Eu vejo isso, acompanho as cubanas, o pessoal lá do Brasil, cubana, argentina, venezuelana, eles mostram o antes e o depois, não tem nada a ver. Tudo bem cuidado já, pegando o ritmo. Come-se muita fruta. Acho que é isso. Bebe mais água. É a culinária, come carne, muita carne no Brasil, aí quando chega aqui, tudo industrializado. Se a gente for fazer, eu cozinho feijão, meu... eu trouxe uma panela de pressão. Eu trouxe do Brasil, panela de pressão, trouxe frigideira, minha mãe me deu. Eu trouxe uma mala cheia de coisa. Que não tem aqui, cuscuzeira. Cuscuzeira, eu faço cuscuz lá em casa. Faço tapioca, faço tapioca. Eu não fico comendo essas coisas, essas coisas industrializadas.
- Sabe o quê que eu achei aí, aqueles Arisco (tempero). Tô fazendo lá em casa com isso, se bem que eu gosto de pegar é o alho. Picar o alho né, tô doido pra trazer um bichinho daquele de alho, aquele que você bota o alho e fecha. (Meu irmão achou, não sei onde) É bem na loja brasileira, né? É! Picar dá um trabalho né.
- Aí eu gosto de fazer quando elas tão lá, eu faço. (...) Agora tô mexendo mais agora é churrasco. (...) churrasco lá em casa. Aí ela: “tá bom, senhor R.”. Agora ela me chama de R., de primeiro ela me chamava de senhor ER1. “E aí R.”, porque meu filho me chama de R.. Aprendeu.
- “Oi R.”.
- “Oh, minha princesa, minha filha”
- Aí come carne, come carne, come linguiça, aí diz: “não, já tô farta”
- “Pode comer, é pra comer mesmo”
- De suco, eu faço suco natural, mano. De laranja, não gosto daquele de caixa.
- Se você for na casa da minha mãe e não comer as comidas que ela botar pra você... o café da manhã lá (...) disso que eu sinto falta, casa de mãe né. A casa de mãe, eu sinto muita falta disso (ER1. Entrevista, 2024)

As relações familiares, com os filhos e noras, permitem ao estafeta compartilhar seu modo de vida. “Aí eu gosto de fazer quando elas tão lá, eu faço. (...) Agora tô mexendo mais

agora é churrasco”. Assim, a culinária é responsável pelo resgate das interações sociais na comunidade, no âmbito familiar e das amizades. Ao viajar para o Brasil, nas férias, trouxe determinados utensílios domésticos que possibilitam esse resgate: “Eu trouxe do Brasil, panela de pressão, trouxe frigideira, minha mãe me deu. Eu trouxe uma mala cheia de coisa”. A culinária, dessa forma, permite que ER1 tenha um ponto de proximidade entre as relações familiares vivenciadas no Brasil e as relações com as noras portuguesas, que estão abertas a tais experiências. Nesse sentido, a comparação entre as gerações é evidente nos discursos do estafeta: “a nova geração que tá vendo isso né?”.

No geral, os comentários do estafeta referem-se aos portugueses como um povo de “espírito pouco empreendedor”, “cabeça dura” e “mal-educado”. Particulariza as críticas no que tange aos estereótipos de gênero, classifica e distingue as mulheres a partir da questão estética. Segue o argumento enfatizando que as mulheres portuguesas mais velhas não têm a mesma preocupação estética que as conterrâneas, que “parece que dorme maquiada e acorda maquiada”. Aponta, ainda, que as mulheres de outros países estão cada vez mais influenciadas pelas brasileiras. Percebe-se que os padrões comerciais no domínio digital determinam até mesmo as questões estéticas, cada vez mais nos limites do *self*.

O aparelho celular se apresenta como um espaço de refúgio da realidade, cria-se um espaço ideal baseado nas experiências individualizadas. Han (2018) destaca esse espaço como “um espaço narcísico”, de modo a apontar essas conexões digitais como “uma esfera do imaginário na qual eu me tranco e desaprendo a pensar de um modo complexo” (2018, p. 45). Os referenciais disseminados pelas redes sociais são acrescentados às percepções do estafeta brasileiro e se apresenta como uma forma de validar suas experiências que, cada vez mais, são afastadas dos rituais enquanto vivência a radicalização do trabalho na vida cotidiana.

No que segue as formas de confraternizações, exemplifica que as experiências vivenciadas entre colegas de trabalho portugueses são muito distantes de suas experiências passadas.

- Não, mano. Quando eu trabalhava no Bifanas, vamos terminar aqui e vamos pra um café, meu.
- “É vamos pra um café em tal canto”
- Aí: “é, vamo!”
- Aí sabe o quê que o gerente, o sub-gerente, o gerente não porque era doido, era o Tiago. Aí tinha os namorado, as namorada e as menina também, sabe o quê, que o cara pedia?
- “Olha vai querer café, café, café”
- “Meu irmão, sabe que horas é essa? Vai dar uma hora da manhã, mano. Eu vim pra tomar café? O cara tá ficando é doido mano! Oh meu amigo, que que tem pra beber aí?”

- “Ah tem caipirinha”
- Caipirinha ruim pra caramba.
- Aí eu digo: “Então me dê uma caipirinha aí!”.
- Sabe com é essas caipirinhas portuguesas?! Amarga, que só a porra!
- Eu fui ensinar o cara, aí eu fui ensinar o cara: “olha tem que tirar o gomo e tal”.
- “Não pá! Mas não sei o quê”.
- O jeito é isso e imperial, foda-se.
- Eu vejo aqui, vou pegar pedido lá na BP lá de Caneças, os caras tudo de motão, carrão, adivinha o que que eles ficam fazendo? Meia noite, uma hora da manhã, eu digo não meu amigo, não acredito não... o cara vir pra tomar café, mano.
- Outra vez eu tava pegando pedido lá na BP, lá em Caneças, lá em cima, perto do Pingo Doce, tocou lá em casa, aí peguei: “opa, vou buscar”. Era quase meia-noite e tô lá esperando o pedido lá dentro e chega uma brasileira, com a filha dela e um português velho. Eu vi que ela era brasileira, - “então pá”... eu vi que ela brasileira, sentaram: - “é cheio, é não sei o quê”, mano não acredito que esse povo vai pedir, pegou a mania do cara, mano, tomar café quase meia noite. Eu não acredito que esse povo vai tomar café. É por isso que não entrei no ritmo desse povo aqui (ER1. Entrevista, 2024).

Aponta indignação no que tange ao consumo de café nos momentos de confraternização. Uma consideração paradoxal, uma vez que os momentos de confraternização entre os estafetas no “pedaço” são realizados nas pausas para o café. Por outro lado, nota-se que a indignação se estende às formas como os brasileiros se adaptaram ao hábito. Faz uma crítica aos modos como alguns se adaptam, ao repetir a fala da brasileira no estabelecimento (que se localiza próximo a sua casa): “então pá”, o estafeta sugere que, apesar de a mulher falar com o sotaque predominante entre os portugueses, logo constatou que ela era brasileira. E se justifica: “não entrei no ritmo desse povo aqui”. Destaca-se, por sua vez, que não se inserir no “ritmo” ou nos “ritos” culturais do povo português está associado aos impactos que foram e que serão sentidos pelo ator. Quando referimos aos gestos ritualísticos, percebe-se que estes assumem “repercussões mentais” (Han, 2020). Ao seguir tal concepção, observa-se que a cultura da autenticidade apresenta desconfiança dos modos ritualizados, ao passo que valoriza o âmbito do trabalho. No caso dos atores imigrantes, essa desconfiança alia-se à falta de contato e conhecimento dos gestos ritualísticos.

- (Agora que está em época dos Santos, você vai?) Quando eu cheguei aqui eu ia, eu não conheço, era novidade. Depois eu fui ver, não vejo nada de... é só ficar batendo perna. Uma sardinhada velha, um fedor de sardinha (ER1. Entrevista, 2024).

Ao ser indagado sobre as festas dos Santos Populares, o ator destaca que frequentava quando era uma novidade, para conhecer, e que depois notou que era “só ficar batendo perna”.

A pouca identificação cultural não emite significado imediato nas experiências vivenciadas pelo ator, que percebe a manifestação popular como um ato de caminhar pelas ruas ao cheiro da sardinha. O mesmo ocorre quando apresenta dificuldade de inserir-se em outros momentos de confraternização, mesmo de atividades que se aproximam da cultura brasileira, como os churrascos.

- O subgerente, “bora lá pro meu apartamento?”

- Eu, “bora”.

- Moravam ali perto, bora fazer churrasco lá. As “lambenha” velha lá de... como é que chama? É entremeada né.

- Eu digo: “Mano, vai ver que tu me chamou pra comer isso daí não velho. Isso daí eu não como não, velho. Da próxima vez, se eu soubesse tinha trazido picanha, mano, isso daí”.

- Eu trabalhava no Bifanas eu tomava sopa, mas era de feijão que é muito parecida com a nossa, feijão. Mas, o resto? Eu via bifana, uma “bitela” velha de porco com pão. Tu sabe a história da Bifana? (Não) Na época eles passaram muita fome aqui, era a única coisa que eles tinha pra comer, pão e porco. Aí eles inventaram a bifana, que é alentejano. É lá do Alentejo. Na época que eles passavam muita fome, não tinha outra coisa pra comer. E a sopa, né? Na época da fome. É tanto que se for para casa de um português lá, comer lá, é uma batata... uma vez fui comer numa família portuguesa, é duas batatas cozida, negocinho dentro do molho, pão e azeite, e é isso. E eu disse: “o que que é isso daqui?” e ele disse: “Não, esse aqui vai ser nosso almoço”, meu deus do céu, nunca mais fui lá, deus me livre, mano (ER1. Entrevista, 2024).

O consumo de carne de porco é visto com recusa, “isso daí eu não como não, velho”. No Brasil, de acordo com cada região, os churrascos apresentam uma determinada diversidade de carnes. No geral, o destaque é a carne de vaca, sendo o corte da picanha o mais valorizado. Outras peças como asas de frango e linguças complementam o cardápio dos brasileiros, principalmente em famílias de baixa renda. O Brasil se mantém entre os maiores consumidores de carne bovina e o elevado consumo refere-se ao contexto produtivo de avanço da agropecuária (Embrapa, 2021). Por outro lado, o consumo de carne de vaca evidencia as desigualdades sociais no país, de modo que “quando comparados a indivíduos do estrato social de maior renda, aqueles com menores ganhos precisariam investir 17 vezes mais de seu rendimento mensal para comprar apenas 1 kg de carne bovina” (Sustentarea, 2023). Dessa forma, o informativo aponta para o acréscimo do consumo de outras carnes, como frango (+ 36%), porco (+ 78%) e processados (+ 23%) entre os brasileiros. Embora exista o acréscimo de outras carnes, o imaginário coletivo aponta para a substituição de carnes de porco e frango pela carne de gado, principalmente a “carne de primeira” que se refere aos cortes nobres, como um reflexo de maior

poder de consumo. A importância do consumo de determinado corte da carne é notada, inclusive, em debates de campanhas eleitorais. Logo, verifica-se que existe um padrão de consumo de determinados alimentos, como a adição das proteínas animais, em países pobres. De modo que tal característica implica na prosperidade (Mintz, 2001).

A questão da pobreza é levantada pelo estafeta, que logo relaciona o consumo da carne de porco e do pão, ingredientes principais para o típico prato português, a bifana. “Na época que eles passavam muita fome, não tinha outra coisa pra comer. E a sopa, né? Na época da fome”. Estudos apontam que, embora os abastecimentos de grãos em “ciclos de crises” fossem escassos, o consumo de pão esteve sempre à mesa dos portugueses. Inclusive como parte de “superstições, crenças e práticas religiosas”, de modo que “a presença de certos alimentos em certas ocasiões é um talismã contra fome e a pobreza” (Ribeiro; Guimarães, 2022, p. 159). Para além do pão, “nos finais do século XIX, batatas, legumes, leite, ovos, carne de vaca e bacalhau” eram consumidos pela pequena e média burguesia, os hábitos alimentares das classes pobres se baseavam no consumo de pão, carne de porco e ovino, vinho e dos caldos (Pires, 2022, p. 43). Verifica-se que o consumo de pão, carne de porco e as sopas sempre estiveram nos pratos dos lusitanos, principalmente das camadas populares. Vê-se, portanto, que as interações sociais também se aplicam nas trocas vivenciadas à mesa, no âmbito da alimentação. Embora o consumo de alimentos, no mercado global, evidencie uma crescente dos padrões alimentares proporcionados pelo modelo fast food em países em desenvolvimento (Mintz, 2001), que impacta nas percepções alimentares das gerações mais jovens, no caso do estafeta, o consumo de determinados alimentos se apresenta como uma reafirmação de identidade cultural, associada à terra natal.

Por fim, o estafeta destaca o sonho de abrir o próprio negócio, unindo o desejo de empreender e a gastronomia nordestina, com referência às origens. Apesar de destacar a falta de dinheiro para empreender, o estafeta destaca a interferência do governo nos negócios locais:

- Se eu tivesse dinheiro eu ia fazer, eu queria, negócio de comida, nordestino. Comida nordestina. Mas aí é que tá o governo aqui come a gente pelo pé, mano. Pra meter uma televisão é não sei quanto, meter uma cadeira... é fudido. (Tem que ter um capital inicial muito grande né) Não, não é capital, você tem que ter é sabedoria, é burlar o governo. É o que eu vejo aqui, os sobreviventes aqui burlam o sistema. Igual lá no bifana, ia vendendo e não registrava, vendia mil café e só tinha duzentos pra registrar, tinha cinco caixa dois. E é isso mano, porque, senão, não sobrevive. É isso. Ta entendendo?

- Infelizmente é isso. Enquanto o cara lá no Brasil, o cara é empreendedor, o cara empreende qualquer coisa né e vai embora. Acabou-se. Quando é fé, você tá vendendo em um “quiosque” e já está com uma loja, aqui você começa com uma loja e quando

é fê, não está nem com um “quiosque”. Por isso que eu, como diz, tô cagando para isso aqui meu. Depois que eu pegar esse documento véio aí, limpar minha bunda com ele, eu vou pro meu Brasil. Fazer o quê da minha vida aqui? Não, tô fora. O que eu tenho maior raiva, da coisa aqui, é de brasileiro que chegou e fica “e no Brasil, e no Brasil, que não sei o que”, eu digo, “deixa, daqui há dois anos nós conversa!” (ER1. Entrevista, 2024).

Novamente compara os dois países, “aqui você tem que ter é sabedoria, é burlar o governo” destacando que os negócios se mantêm apenas quando há sonegação de impostos. Enquanto destaca o desempenho favorável dos empreendedores no Brasil, “lá no Brasil, o cara é empreendedor, o cara empreende qualquer coisa né e vai embora”. Utiliza, portanto, essa justificativa para concluir sua percepção sobre seu futuro em Portugal: “Fazer o quê da minha vida aqui? Não, tô fora!”.

7.3. O fim do “pedaço” e a individualização do estafeta imigrante

Múltiplas são as dimensões que concebem o ator enquanto “ser” um(a) estafeta brasileiro(a) na Área Metropolitana de Lisboa, o que permite um amplo campo de investigação. Embora os atores apresentem especificidades no que tange às motivações de imigração, às relações de sociabilidade e aos modos de vida cotidianos, destaca-se que algumas dessas dimensões são transversais aos estafetas imigrantes.

Evidencia-se a dimensão que transita entre a regularização e a precariedade, nesse ponto vemos a relação desses atores com os meios burocráticos, os quais dão legitimidade ao imigrante no país. A instabilidade relacionada à falta da documentação reflete, de imediato, nas precárias experiências laborais desses atores. A documentação permite que o ator seja reconhecido a partir dos meios burocráticos e nos acessos à seguridade social, com a possibilidade de ter os direitos iguais ao cidadão português. Por outro lado, no que se refere às questões laborais, vê-se a ampla predominância do trabalho precarizado entre esses atores, como os “falsos recibos verdes” e do trabalho uberizado, mesmo após a aquisição da documentação (a regularização). No caso do trabalho uberizado, a documentação permite que o trabalhador tenha vínculo empregatício como autônomo, o que possibilita os acessos à assistência social. Tais fatores minimizam a vulnerabilidade dos estafetas imigrantes em casos de acidentes laborais, mas não excluem o contexto que perdura a precariedade laboral vivenciada pelos trabalhadores plataformizados.

Conforme as discussões nos primeiros capítulos, em Portugal, a falta de regularização resulta em um ineficiente cenário que se sobrepõem aos direitos laborais dos estafetas. Com a

fragilidade na legislação e fiscalização, mesmo os trabalhadores documentados ficam à disposição de uma sociedade que privilegia os setores econômicos. No contexto que parcamente se vislumbra a saída da situação de precariedade laboral, a expectativa de regularização do imigrante através da documentação adquire um outro sentido, a mobilidade estendida. Outros países europeus, como Bélgica, Holanda e Irlanda, e os Estados Unidos são os destinos procurados pelos trabalhadores que buscam de melhores oportunidades.

Uma segunda dimensão aponta para as experiências laborais e sociais dos estafetas imigrantes no espaço público. Verifica-se que as longas jornadas de trabalho, as localizações “sugeridas” pelos algoritmos, os baixos valores por corrida, dentre outros fatores, condicionam os trabalhadores estafetas a passarem longas jornadas diárias em determinados espaços urbanos, como o centro comercial. Ao mesmo tempo que se manifesta como um espaço laboral, os estafetas constroem relações de sociabilidade nesses espaços.

No “pedaço” constituído, laços de sociabilidade são manifestos em práticas cotidianas, como as pausas para os cafés e as trocas de experiências entre os brasileiros. Os “pedaços” exteriorizam conexões e reconhecimento, os imigrantes estendem os laços estabelecidos para outros espaços da vida, como a casa (nas confraternizações em dias festivos, no apoio financeiro e no compartilhamento da moradia) e a vizinhança (confraternizações realizadas em restaurantes, parques e bares). No The Hood, o “pedaço” se concretiza a partir da organização de um grupo de estafetas brasileiros(as). Entre os trabalhadores são acordadas regras acerca das práticas laborais que tornam o The Hood em um espaço de intimidade, de reconhecimento. Ou seja, o espaço comercial de um “não-lugar” assume características de dualidade, de disputas de interesses com a presença de diferentes atores. Ultrapassa a proposta comercial e, de fato, assume características de uma “vizinhança”, com as “trocas” e os “rituais” cotidianos vivenciados entre atores “não-consumidores”. Assim, as expressões de sociabilidade constituem-se como formas de resistir ao desgaste cotidiano vivenciado nos espaços públicos e, ao mesmo tempo, resgatam os modos de vida que se referem às origens desses atores.

Os vínculos estabelecidos entre os estafetas brasileiros constituem uma rede de apoio que oferece suporte emocional e financeiro aos integrantes do grupo. A organização estabelecida informalmente ameniza os impactos dos conflitos vivenciados nos espaços urbanos. Como evidenciado, ao passo que vivencia a invisibilidade diante os “outros” usuários do shopping, as práticas cotidianas do grupo possibilitam “se fazer” visível aos demais trabalhadores do centro comercial (lojistas, equipe de seguranças e demais uberizados). Nesta questão, o consumo nas esplanadas dos restaurantes e a constante comunicação com os funcionários reduzem os impactos da invisibilidade, embora não exclua situações de conflitos.

O estigma e a restrição do uso dos objetos de trabalho, como a mochila e a moto, constituem outra pauta de conflito. A mochila apresenta-se como um objeto de invisibilidade, estigmatiza o estafeta como um trabalhador periférico. O cotidiano do trabalhador que porta a mochila corresponde aos olhares desviados e a limitação dos acessos, mesmo os “públicos”. Os movimentos e articulações dos estafetas para transitar em determinados espaços confluem em atos de resistência e garantem determinados acessos, mesmo quando negados. Para além das movimentações em grupo, verifica-se situações individualizadas, como no caso da estafeta que coloca um cartaz na mochila exigindo respeito aos estafetas no trânsito.

As práticas de sociabilidade de um grupo não excluíram, portanto, os conflitos entre os estafetas. Com o acréscimo de estafetas no centro comercial, as dinâmicas do “pedaço” vivenciadas pelos antigos trabalhadores foram alteradas. A organização laboral do grupo de trabalhadores brasileiros assume características hierárquicas, há paridade na distribuição de corridas entre os trabalhadores e é proibida a utilização de “robozinhos” para a alteração nas distribuições determinadas pelos algoritmos. A organização do grupo se caracteriza nos princípios da “legalidade”, pois há o enquadramento nas normas estabelecidas pelas plataformas e pelo shopping. Entretanto, a “legalidade” assume certa parcialidade, destaca-se que a prática de adquirir contas de terceiros para trabalhar é comum entre os estafetas recém-chegados.

A constante inserção dos novos atores no decorrer do período pandêmico contribuiu para o fim do “pedaço”. A permanência dos novos estafetas nos espaços do centro comercial não depende da “autorização” do grupo e a organização laboral assume regras individualizadas, de acordo com cada estafeta. Nesse aspecto, pautas controversas como possuir mais de uma conta e utilizar o “robozinho” passaram a ser opcionais. Embora o uso da ferramenta irregular assuma o papel de transgressão, a partir de uma evidente vantagem sobre a falha do sistema algoritmo, vê-se que a mesma não tem a intencionalidade de enfrentar, de modo categórico, os domínios das plataformas e, ao mesmo tempo, fortalecer a classe trabalhadora. A utilização do “robozinho” revela a concorrência e individualização entre os estafetas. Aponta, portanto, uma característica recorrente de uma sociedade do consumo. Os trabalhadores são responsáveis por realizar a (auto) cobrança referente à própria produtividade diária. No ambiente de imprevisibilidades, tais condições remetem à insatisfação pessoal e desconfiança em relação aos “outros” estafetas, tanto dos antigos estafetas que permaneceram quanto dos que chegaram após a dispersão do grupo.

As atividades uberizadas apresentam-se como transitórias para os estafetas. Do grupo de brasileiros, nos últimos quatro anos, apenas ER1 atua como estafeta no centro comercial. A

transição para trabalhos com vínculos contratuais e para a modalidade do Uber Driver é evidenciada como uma prática recorrente. Outros, ao passo que se regularizam no país, assumem o projeto de imigração para outros países, uma tendência comum entre trabalhadores europeus que ultrapassam as fronteiras em busca de melhores salários. Outros estafetas voltam ao país de origem. Como o caso de EJ3, percebe-se a frustração no que se refere às condições de vida idealizadas.

As transformações referentes aos usos do espaço, desde o fim das restrições pandêmicas, orientam para a dinamização do consumo no The Hood, principalmente no setor de lazer. Esse fato contribui para o isolamento e ao afastamento social dos estafetas, mesmo nos tempos “livres”. Nesses tempos, em que se privilegia a individualização, os trabalhadores circulam pelos espaços do centro comercial à procura de um espaço “vazio”, afastado dos demais. Há uma resignificação dos usos do espaço, que antes era determinada pelos encontros de um grupo de trabalhadores e que, nos últimos tempos, apresenta-se como uma possibilidade introspecção. As redes sociais e das plataformas de vídeos complementam o refúgio para o trabalhador que emerge no campo digital.

Esse percurso é apresentado por ER1:

- (...) aqui é onde o filho chora e a mãe não vê. Mas é aquele negócio para chegar no propósito tem que passar pelo processo. (...) não deu certo aqui, vou para outra coisa. E outra coisa que eu aprendi aqui: sempre que eu venho aqui tem um colega que reclama muito e as coisas desandou para ele e tal, aí eu digo, meu, vou me isolar um pouco desse cara. Porque você atrai as coisas para ti. Eu já vi isso na Internet aqui, os estudiosos, então enquanto tô na minha moto, tô no meu mundo, nada vai me abalar, entra um carro na minha frente e eu deixo passar, o cliente reclama e dou uma de doido, aí vai fluindo, vai fluindo (ER1. Entrevista, 2024).

O estafeta resume as dificuldades enfrentadas pelo ator com o ditado popular, “aqui é onde o filho chora e a mãe não vê”. E complementa que é necessário vivenciar o processo, mesmo com as dificuldades, para alcançar o objetivo proposto inicialmente. A consciência das dificuldades enfrentadas por ER1 apresenta-se como uma sentença, de que o processo será assim. E, assim, o estafeta imigrante busca viver o processo sem reclamar. A resiliência surge na forma dos “trajetos”, como a principal ferramenta para lidar com as dificuldades. No tentar de uma forma ou de outra forma. Por um caminho ou por outro. Com a moto resgata-se sua identidade, o que ER1 descreve como estar “meu mundo”. Ao mesmo tempo, com os frágeis laços de sociabilidade e o ritmo imposto pelo trabalho, o contexto vivenciado apontam para

uma individualização e para a desarticulação dos trabalhadores imigrantes que vivenciam situações de precariedade.

Conclusão

A presente investigação permitiu compreender como o contexto da economia de plataformas e da uberização do trabalho impacta diretamente as práticas cotidianas dos trabalhadores imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa. Observou-se que a precarização laboral, mediada por algoritmos e plataformas digitais, transcende a esfera do trabalho e afeta múltiplas dimensões da vida desses atores sociais, desde suas formas de habitação até suas práticas de sociabilidade.

O centro comercial UBBO emergiu como um microcosmo privilegiado para a observação das dinâmicas que caracterizam a intersecção entre trabalho precarizado, processo migratório e espaço urbano. A análise evidenciou como os estafetas, mesmo diante das adversidades impostas pela lógica algorítmica, pela invisibilidade social e precariedade habitacional, são capazes de criar redes de pertencimento e ressignificar os espaços urbanos.

A formação do "pedaço" no espaço The Hood demonstrou como as práticas de sociabilidade podem constituir formas de resistência às dinâmicas excludentes do capitalismo de plataforma, que marcam instabilidade e informalidade. Os laços estabelecidos entre os estafetas brasileiros ultrapassaram a dimensão laboral, constituindo redes de apoio que amenizam os impactos da precariedade e do desenraizamento característicos da condição imigrante.

Contudo, as transformações observadas no período pós-pandêmico, com a criação do espaço exclusivo para os estafetas no cais de carga e descarga, evidenciaram como os interesses comerciais podem sobrepor-se às práticas de sociabilidade estabelecidas. O "fim do pedaço" simboliza não apenas uma reorganização espacial, mas também uma tendência à individualização das práticas laborais, reflexo de um modelo econômico que privilegia a fragmentação em detrimento da coletividade.

A investigação mostrou como as experiências dos estafetas imigrantes são marcadas por múltiplas fronteiras: documentais, espaciais e simbólicas. A irregularidade inicial da documentação, a mobilidade restrita pela lógica algorítmica e o estigma associado à profissão configuram barreiras que precisam ser constantemente negociadas no cotidiano desses trabalhadores.

Um outro aspecto significativo que emergiu durante a pesquisa foi o papel das redes sociais digitais na manutenção dos vínculos e na construção de identidades. As plataformas digitais

emergiram também como espaços de expressão e conexão, onde os estafetas compartilham suas experiências, frustrações e conquistas, estabelecendo pontes entre o país de origem e o contexto migratório.

A análise das trajetórias pessoais dos estafetas mostrou que o trabalho uberizado frequentemente se apresenta como uma estratégia transitória, seja para aguardar a regularização documental, seja como etapa para outros projetos migratórios. À procura de sair das situações precárias, a mobilidade emerge como uma característica central, manifestando-se tanto na constante circulação pela cidade quanto nos planos de migração para outros países europeus.

As transformações observadas no espaço do shopping correspondem a um processo mais amplo de mercantilização dos espaços públicos, onde as práticas de sociabilidade são progressivamente subordinadas à lógica do consumo. Este processo tem implicações diretas para o direito à cidade dos trabalhadores imigrantes, que se veem cada vez mais limitados em suas possibilidades de apropriação do espaço urbano.

Os resultados desta investigação contribuem para os debates sobre trabalho precarizado, imigração e urbanismo contemporâneo, mostrando como as dinâmicas da economia de plataforma reconfiguram as relações sociais e espaciais nas cidades. Aponta-se para a necessidade de políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos dos trabalhadores de plataforma, incluindo os que são imigrantes, considerando as especificidades de sua condição.

Por fim, esta tese demonstra que, apesar das tendências à individualização e precarização impostas pelo capitalismo de plataforma, os estafetas imigrantes são capazes de desenvolver estratégias de resistência e pertencimento que desafiam a lógica meramente instrumental do trabalho uberizado. Suas experiências revelam a importância de considerar as dimensões subjetivas e relacionais na análise dos fenômenos urbanos contemporâneos, indicando caminhos para uma compreensão mais complexa e humanizada das transformações em curso nas cidades.

Referências Bibliográficas

- Abilio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3). <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.
- Agier, M. (2001). Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 7(2), 7-33.
- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos*. Terceiro Nome.
- Agier, M. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade: O antropólogo, a margem e o centro. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 21(3), 483-498.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletário de serviços na era digital*. Boitempo.
- Antunes, R. (2013). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Almedina.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335-351.
- Antunes, R., & Filgueiras, V. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 39(1), 27-43.
- Allegretti, G., Holz, S., & Rodrigues, N. (2021). Platform economy in Lisbon during the pandemic emergency: Insights on the circulation of policy ideas, in spite of the absence of a specific policy. In O. O. Porto de (Ed.), *Policy diffusion, new constraints, new realities: Proceedings of the II International Conference on Policy Diffusion and Development*. Balão Editorial.
- Assis, G. O. (2017). Trânsitos contemporâneos: O ir e vir de emigrantes brasileiros(as) rumo à Europa. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, 8(1), 201-229.
- Augé, M. (2005). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Ed. 90 Graus.
- Barns, S. (2020). *Platform urbanism. Negotiating Platform Ecosystems in Connected Cities*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-32-9725-8_3.
- Baptista, L. V. (2020). Diversidade e continuidade das políticas públicas de habitação: Notas de investigação. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes, & A. M. N. Vasconcelos (Eds.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito* (Coleção Debater o Social, n. 52). Edições Húmus.

- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Edições 70.
- Bryman, A. (2004). *The disneyization of society*. SAGE Publishers.
- Bustamante, D. (2007). *Consumos y afirmación de identidad: Estudio de caso de jóvenes africanos en el centro comercial Colombo* [Dissertação de mestrado]. Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa.
- Cabannes, Y., & Raposo, I. (2013). Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and right to the city: Practices in Lisbon and London. *City*, 17(2), 235-250. <https://doi.org/10.1080/13604813.2013.765652>
- Cachado, R. Á. (2013). O programa especial de realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206(48), 134-152. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2013206.06>
- Campos, A., Ricardo, J. M., & Soeiro, J. (2021). O estranho caso das fábricas de unicórnios. In F. Ampudia de Haro & J. N. Matos (Eds.), *Os sujeitos do neoliberalismo*. Tigre de Papel.
- Carapinheiro, G. (2002). A globalização do risco social. In B. S. Santos (Ed.), *A globalização e as ciências sociais* (2nd ed.). Cortez.
- Cardoso, A. C., & Oliveira, M. C. (2020). E-economia e suas empresas-plataforma: Modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo. *Revista Brasileira de Estudos Turísticos*, 10, 1-17.
- Carlos, A. F. A. (2017). *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. Labur Edições.
- Carmo, R., & Matias, A. R. (2019). As dimensões existenciais da precariedade: Jovens trabalhadores e os seus modos de vida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 118, 53-78. <https://doi.org/10.4000/rccs.8502>
- Carmo, R., Caleiras, J., Roque, I., & Assis, R. V. (2021). *O trabalho aqui e agora: Crises, percursos e vulnerabilidades*. Edições tinta-da-china.
- Carolino, J. (2023). Viver (n)um "bairro precário": Problematização a partir de três trajetórias habitacionais. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 47. <https://doi.org/10.15847/cct.29247>
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede* (Vol. 1, 6th ed.). Editora Paz e Terra.
- Castel, R. (2000). As transformações da questão social. In L. Bógus, M. C. Yazbel, & M. Belfiore-Wanderley (Eds.), *Desigualdade e a questão social*. Educ.
- Carmo, R. M. (2020). Habitar o tempo: Uma política de reconstrução do simbólico. In R. M. Carmo, I. Tavares, & A. F. Cândido (Eds.), *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em Livro*. Observatório das Desigualdades, Cies-Iscte.

Cerqueira, A. M. S. S. (2020). *Reforma trabalhista pela Lei n.13.467 de 2017 e a mudança de paradigmas na resolução de conflitos: A polêmica da compatibilidade da arbitragem em conflitos individuais trabalhistas* [Dissertação de mestrado]. ISCTE.

Cordeiro, G. Í. (2012). De minoria étnica à maioria linguística: Metamorfoses do sentido de "português" em Massachusetts (século XX-XXI). *Antropolítica*, 32, 19-40.

Costa, M. N., & Pagani, M. (2019). Quarta revolução industrial e o futuro do trabalho. *Revista TST*, 85(4).

Costa, M. N., & Pagani, M. (2021). Necessidade de proteção social aos trabalhadores da gig economy. *Revista TST*, 87(1).

Coutinho, R. L. (2021). *A subordinação algorítmica no arquétipo uber: Desafios para a incorporação de um sistema de proteção constitucional trabalhista* [Tese de doutorado]. Universidade de Brasília.

Cunha, G. (1998). Migrantes e refugiados: Marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI. In P. S. Pinheiro & S. P. Guimarães (Eds.), *Direitos humanos no século XXI*. IPRI.

D'Andréa, C. (2020). *Pesquisando plataformas online: Conceitos e métodos*. Edufba.

D'Andréa, C. F., & Guerra, A. G. (2021). Dimensões algorítmicas do trabalho plataformizado: Cartografando o preço dinâmico da Uber. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 24, 1-21. <https://doi.org/10.30962/ec.2046>

Debord, G. (2003). *A sociedade do espetáculo*. Projeto Periferia.

Deleuze, G. (2002). A imanência: Uma vida... *Educação e Realidade*, 27(2), 10-18.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Coleção Trans.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.

Dias, J., Kovács, I., & Cerdeira, M. C. (2020). Mudanças recentes na estrutura de emprego em Portugal. *Sociologia Online*, 22, 112-137. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2020.22.6>

Di Spirito, O. (2021). Migração brasileira para a área metropolitana de Lisboa nos últimos dez anos. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 9(1), 68-91.

Drago, A. (2020). Habitação, pandemia, crise. In R. M. Carmo, I. Tavares, & A. F. Cândido (Eds.), *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em Livro*. Observatório das Desigualdades, Cies-Iscte.

Fernandes, D., Peixoto, J., & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: Uma história breve. *RELAP - Revista Latinoamericana de Población*, 15(29), 34-63. <https://doi.org/10.31406/relap2021.v15.i2.n29.2>

Ferreira, A. C. (2002). Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re)pensar o direito das relações laborais. In B. S. Santos (Ed.), *A globalização e as ciências sociais* (2nd ed.). Cortez.

Figueredo, C. (2019). Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: Novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. *Revista Eptic*, 21(1).

Franco, T. K. (2006). O trabalho entre a vida e a morte. *Caderno CRH*, 15(37).

França, T., & Padilla, B. (2020). Tecendo experiências migratórias: Brasileiras em Portugal – Entre o preconceito e a sexualização. In G. O. Assis, B. Padilla, & T. França (Eds.), *Gênero e mobilidades no tempo presente*. Todapalavra Editora.

Garcia-Parpet, M. F., & Bevilaqua, C. (2020). As novas economias digitais: Impacto sobre o trabalho e gig economy. *Estudos e Perspectivas para o Futuro da Indústria*, 1(1).

Gauriau, R. (2019). Precarização do trabalho: Quid novi. *Revista TST*, 85(4).

Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Zahar Editores.

Góis, P., Marques, J. C., Padilla, B., & Peixoto, J. (2009). Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações*, 5, 111-133.

Gonçalves, M. A. S., & Baquero, R. (2018). O contexto social da internet no processo de socialização juvenil. In R. Baquero (Ed.), *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil* (pp. 83-110). Escritos Editora.

Graça, M. S. (2013). Shopping (&) Center: O centro comercial como lugar de consumo e de centralidade urbana. In G. Í. Cordeiro, S. Santos, & R. Carmo (Eds.), *Public sociability and spatial forms: Meanings and relations* (Vol. 7). ISCTE: SICYurb.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Ed. Vozes.

Habermas, J. (1987). Tendências da juridicização (P. Guibentif, Trad.). *Sociologia*, 2.

Han, B. C. (2018a). *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Editora Âyiné.

Han, B. C. (2018b). *No enxame: Perspectivas do digital*. Vozes.

Han, B. C. (2020). *Do desaparecimento dos rituais: Uma topologia do presente*. Herder.

Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. Annablume.

Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (17th ed.). Edições Loyola.

Harvey, D. (2009). A liberdade da cidade. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 26, 9-17.

Hjorth, L., & Pink, S. (2014). New visualities and the digital wayfarer: Reconceptualizing camera phone photography and locative media. *Mobile Media & Communication*, 2.

- Hine, C. (2015). *Ethnography for the Internet. Embedded, Embodied and Everyday*. Routledge.
- Ianni, O. (1996). Globalização e diversidade. In N. L. Patarra (Ed.), *Migrações internacionais: Herança XX, agenda XXI*. FNUAP.
- Illouz, E. (2018). Emodities or the making of emotional commodities. In E. Illouz (Ed.), *Emotion as commodities: Capitalism, consumption and authenticity*. Routledge.
- Kovács, I. (2003). Reestruturação empresarial e emprego. *Perspectiva*, 21(2), 467-494.
- Lane, J. (2019). *The digital street: Adolescence, technology, and community in the inner city*. Oxford University Press.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário*. Hucitec.
- Lefebvre, H. (2008). *A revolução urbana*. Editora UFMG.
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. Capitán Swing Libros.
- Leite, R. P. (2009). Espaços públicos na pós-modernidade. In C. Fortuna & R. P. Leite (Eds.), *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Almedina.
- Levy, D. R. (2013). A Vila Olímpica e as novas formas de sociabilidade urbana. In G. Í. Cordeiro, S. Santos, & R. Carmo (Eds.), *Public sociability and spatial forms: Meanings and relations* (Vol. 7). ISCTE: SICYurb.
- Lewis, O. (1970). *Os filhos de Sanchez* (M. Cardoso, Trad.). Moraes Editores.
- Magnani, J. G. (1992). Da periferia ao centro: Pedacos e trajetos. *Revista de Antropologia*, 35, 191-203.
- Magnani, J. G. (2010). Os circuitos dos jovens urbanos. *Sociologia*, 20, 13-38.
- Magnani, J. G. (2009). Etnografia urbana. In C. Fortuna & R. P. Leite (Eds.), *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Almedina.
- Maricato, E. (2002). Dimensões da tragédia urbana. *Cidades*.
- Marques, J. C. (2011). Percepções sobre a imigração e o mercado de trabalho. In J. H. C. António & V. Policarpo (Eds.), *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses: Manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, J. S. (2002). *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Vozes.
- Martins, J. S. (2008). *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. Contexto.

- Mattern, S. (2017). A city is not a computer. *Places Journal*. <https://doi.org/10.22269/170207>
- Mendes, J. M. O. (2003). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: Algumas reflexões metodológicas*. CES-FEUC.
- Mintz, S. W. (2001). Comida e antropologia: Uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(47).
- Nahas, T. C. (2018). Novas modalidades de contratação. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, 84(3), 100-119.
- Omena, J. J. (2019). *Métodos digitais: Teoria-prática-crítica*. Livros ICNOVA.
- Padilla, B. (2009). As migrações latino-americanas para a Europa: Uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual. In B. Padilla & M. Xavier (Eds.), *Migrações entre Portugal e América Latina*. Observatório da Migração.
- Padilha, V. (2008). Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do shopping center. *ArtCultura*, 10(17), 103-119.
- Pereira, S. M. (2011). Cenários do quotidiano doméstico: Modos de habitar. In J. Mattoso (Ed.), *História da vida privada em Portugal: Os nossos dias*. Círculo de Leitores.
- Pereira, P. (2017). *O Parque das Nações em Lisboa: Uma montra da metrópole à beira-Tejo*. Mundos Sociais.
- Pine II, B. J., & Gilmore, J. H. (1998). Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, July-August.
- Pinto, T. C. (2020). Da crise da habitação à crise da habitação: Trajetória de um direito comprometido. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes, & A. M. N. Vasconcelos (Eds.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito* (Coleção Debater o Social, n. 52). Edições Húmus.
- Pires, L. A. (2022). Alimentação e abastecimento. In A. I. Queiroz, B. Direito, H. Da Silva, & L. C. Pinto (Eds.), *Pobreza e fome, uma história contemporânea: Temas, metodologias e estudos de caso*. Imprensa de História Contemporânea.
- Policarpo, V., & Pereira Da Costa, L. (2011). Imigração feminina: Contacto e percepções de realidades diversas. In J. H. C. António & V. Policarpo (Eds.), *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses: Manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Posch, P., & Cabecinhas, R. (2020). Estar presente na ausência: A construção da semiótica da imigração brasileira recente em Portugal nos média brasileiros. *Comunicação e Sociedade*, 38, 201-217. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2592](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2592)

Ribeiro, C. A., & Guimarães, A. P. (2022). Contos, provérbios e receitas tradicionais. In A. I. Queiroz, B. Direito, H. Da Silva, & L. C. Pinto (Eds.), *Pobreza e fome, uma história contemporânea: Temas, metodologias e estudos de caso*. Imprensa de História Contemporânea.

Continuando a conversão para APA 7th edition:

Rodrigues, N., & Costa, P. (2020). Práticas espaciais digitalmente mediadas: Conceptualização e problematização das práticas espaciais dos trabalhadores de plataformas de ride-sharing e food-delivery. In M. A. Gato & P. Guibentif (Eds.), *Entre transições: Retrospectivas – transversalidades – perspectivas*. DINÂMIA'CET-Iscte.

Rolnik, R., & Frúgoli Jr., H. (2001). Reestruturação urbana da metrópole paulistana: A Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole*, 6, 43-66.

Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão* (7th ed.). Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2001). *O tempo nas cidades*. Série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2.

Schor, J., Attwood-Charles, W., Cansoy, M., Ladegaard, I., & Wengronowitz, R. (2020). Dependence and precarity in the platform economy. *Theory and Society*, 49, 833-861. <https://doi.org/10.1007/s11186-020-09408-y>

Sebastião, A. F. (2023). *Impacto da precariedade laboral na vida profissional e pessoal dos jovens imigrantes qualificados em Portugal: Um estudo exploratório sobre a situação dos jovens angolanos*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE.

Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*. Cortez.

Seligmann-Silva, E. (2015). Desemprego e desgaste mental: Desafio às políticas públicas e aos sindicatos. *Revista Ciências do Trabalho*, 4.

Serafinelli, E. (2020). Networked remembrance in the time of Insta-memories. *Social Media + Society*, July-September.

Sundararajan, A. (2016). *The sharing economy: The end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. MIT Press.

Tarsi, E. (2020). Cidade informal em Portugal – As respostas da política de habitação. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes, & A. M. N. Vasconcelos (Eds.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito* (Coleção Debater o Social, n. 52). Edições Húmus.

Tavani, E. (2019). Das políticas de habitação ao espaço urbano: Trajetória espacial dos Afrodescendentes na Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38, 57-78. <https://doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.jun2019.038.art01>

van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The plataform society*. Oxford University Press.

van Doorn, N. (2017). Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. *Information, Communication & Society*, 20(6), 898–914. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1294194>

Velho, G. (1989). *A Utopia Urbana* (5th ed.). Jorge Zahar Editor Ltda.

Velho, G. (2004). Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas. In *A questão social no novo milênio*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais (CES).

Velho, G. (2013). *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Zahar.

Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Revan, FASE.

Wolf, A. (2022). City power in the age of Silicon Valley: Evaluating municipal regulatory response to the entry of Uber to the American city. *City and Community*, 21(4), 290-313.

Xavier, G. L. (2013). *Os assalariados rurais urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade - Goianésia, Goiás*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Fontes

Academia das Ciências de Lisboa (2024). “Dicionário da Língua Portuguesa”. Disponível em: <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=blogue>. Acesso em: agosto de 2024.

ACIAB (2017). “Falsos recibos verdes: o que deve saber”. Disponível em: https://aciab.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=5361:falsos-recibos-verdes-o-que-deve-saber&catid=37&Itemid=393&lang=fr Acesso em: novembro de 2023.

Agenda do Trabalho Digno (2023), “Saiba tudo o que vai mudar”. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=agenda-do-trabalho-digno-saiba-tudo-o-que-vai-mudar>. Acesso em: novembro de 2023.

Assembleia da República (1991), “Lei n. 44/91 de 02 de agosto, Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto”. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/44-1991-686608>. Acesso em: fevereiro de 2024.

Assembleia da República (2007), “Lei n. 23/2007, de 4 de julho”, Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2007-635814>

Assembleia da República (2014), “Lei n. 81, 19 de dezembro”, Estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação, revoga a Lei n. 21/2009, de 20 de maio, e os decretos-leis n. 608/73608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 07 de maio. Diário da República. Disponível em: diariodarepublica.pt. Acesso em: fevereiro de 2024.

Assembleia da República (2017), “Lei n.13.467, de 13 de junho”, Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: novembro de 2023.

Assembleia da República (2021), “Projeto de Lei 992/XIV/3, Regula as relações de trabalho em plataformas digitais (21ª alteração ao Código do Trabalho e 3ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro)”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=121194>. Acesso em: junho de 2023.

Bolt (2024), “Torna-te estafeta”. Disponível em: <https://bolt.eu/pt-pt/food/courier/>

Cavalcanti, L.; Oliveira, T. Silva, S. F. (2023). “Relatório anual 2023 - OBMigra 10 anos: pesquisas, dados e contribuições para políticas públicas”. *Série Migrações*, Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>

Câmara Municipal da Amadora (2024), “Parque Habitacional Municipal”. Disponível em: cm-amadora.pt

Câmara Municipal da Amadora (2024), “Parque Urbano do Rio da Costa”. Disponível em: <https://www.cm-amadora.pt/pt/desporto-lazer/parques-e-jardins/701-parque-urbano-do-rio-da-costa.html>

Concelho da Amadora (1983), “Bairros degradados e clandestinos”. Fundação Gulbenkian. Disponível em: <https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=285853&img=121838>

Diário de Notícias (2024), “14 milhões para recuperar bairro social da Amadora”, Habitação, 18/02/2024 às 09h27. Disponível em: dn.pt

Diário de Notícias (2024), “ACT está em 70 grandes empresas a verificar falsos recibos verdes”. Disponível em: <https://www.dn.pt/7154221792/act-esta-em-70-grandes-empresas-a-verificar-falsos-recibos-verdes/>.

EMBRAPA (2021), “Cadeia produtiva da carne bovina: contexto e desafios futuros”, *Documentos 291*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Estraviz (2024), *Dicionário*. “Perrengue”. Disponível em: <https://estraviz.org/perrengue>

EURES (2023), “Report on labour shortages and surpluses - 2022”. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <https://www.ela.europa.eu/sites/default/files/2023-03/eures-labour-shortages-report-2022.pdf>

Evasões (2020), “Um novo bairro na Grande Lisboa com lojas, comida, arte urbana e desporto”. Disponível em: <https://www.evasoes.pt/o-que-fazer/um-novo-bairro-na-grande-lisboa-com-lojas-comida-arte-urbana-e-desporto/856406/>

Glovo (2023), “Trabalhadores independentes e tributação de ganhos”. Disponível em: https://delivery.glovoapp.com/pt/faq/hc_earnings/trabalhadores-independentes-e-tributacao-de-ganhos/ Acesso em: 05/11/23

Glovo (2024), “Glovo: Queres ser estafeta na tua cidade Regista-te já!”. Disponível em: <https://couriers.glovoapp.com/pt/>

Idealista News (2023), “Dolce Vita Tejo “vira” Ubbo e transforma-se num shopping resort”. Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/empresas/2019/01/23/38543-dolce-vita-tejo-muda-de-nome-e-transforma-se-num-shopping-resort>

Jornal de Notícias (2005), “Centro comercial em leito de cheia”. Disponível em: <https://www.jn.pt/arquivo/2005/centro-comercial-em-leito-de-cheia-521668.html/>

Junta de Freguesia Encosta do Sol (2024), “Bairro do Casal da Mira”. Disponível em: <https://www.jf-encostadosol.pt/viver-a-freguesia/historia/bairro-casal-de-mira/>

Novo Banco (2024), “Abertura de conta” <https://www.novobanco.pt/content/dam/novobancopublicsites/docs/pdfs/abertura-conta/abertura%20conta.pdf>

Instituto Nacional de Estatística (2023), “Estatísticas da Construção e Habitação”, Portugal, ISSN 0377-2225. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=439502658&PUBLICACOESstema=55534&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística (2022), “Área Metropolitana De Lisboa em Números”. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=436992584&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística (2020), “Área Metropolitana De Lisboa em Números”. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=550104722&att_display=n&att_download=y

Instituto Nacional de Estatística (2019), “Área Metropolitana De Lisboa em Números”. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpubboui=481533898&PUBLICACOESmodo=2

Oliveria, C. R.; Gomes, N. (2019), “Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2019”, 1 ed. *Observatório das Migrações*, Lisboa.

OLX Portugal (2024), “Motociclos e Scooters”. Disponível em: <https://www.olx.pt/d/anuncio/moto-semana-100-IDliqpX.html#654714794>

Portal das Finanças (2024), “Questões frequentes”. Disponível em: https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/questoes_frequentes/Pages/faqs-00318.aspx

Público (2024), “Habitação: Número de famílias em casas sobrelotadas teve maior subida de sempre”. 29 de março. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/03/29/economia/noticia/numero-familias-portuguesas-viver-casas-sobrelotadas-maior-subida-2085278>

República Portuguesa (2024), “Como pedir o NIF e o NISS para pessoas estrangeiras em Portugal”. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/pt/migrantes-viver-e-trabalhar-em-portugal/migrantes-impostos-e-seguranca-social-em-portugal/como-pedir-o-nif-e-o-niss-para-cidadaos-estrangeiros-em-portugal>

Revista Fórum (2022), “Eleições 2022” - Lula no Ratinho: “Nós vamos voltar a comer picanha... É tudo que o povo quer”. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/9/22/lula-no-ratinho-nos-vamos-voltar-comer-picanha-tudo-que-povo-quer-123735.html>

Revolut (2024), “Open na account in minutes”. Disponível em: <https://help.revolut.com/pt-BR/help/profile-and-plan/signing-up-to-revolut/what-documents-are-needed-to-open-a-revolut-account/>

Segurança Social (2023), “Sou cidadão. Layoff”. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/layoff>

Segurança Social (2024), “Guia prático, subsídio de doença”. Disponível em: www.seg-social.pt/documents/10152/14993/5001_subsidio_doenca/7eefa38c-22f9-4552-b291-f97b99d39c0c

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2019), “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2020), “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2021), “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2022), “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2022.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2021), “População Estrangeira Residente em Portugal (nos anos 2019, 2020, 2021)”. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx> Acesso em: abril de 2024.

TV Europa (2019), “The Hood: Novo espaço cultural e multidisciplinar na Grande Lisboa”. Disponível em: <https://www.tveuropa.pt/noticias/the-hood-novo-espaco-cultural-e-multidisciplinar-na-grande-lisboa/>

UBBO (2023), “Filosofia”. Disponível em: <https://ubbo.pt/filosofia-ubbo-shopping-resort/>

UBBO (2023), “The Hood”. Disponível em: <https://www.livethehood.com/pt>

Uber (2024), “Faça entregas com o Uber Eats”. Disponível em: <https://www.uber.com/pt/pt-pt/deliver/>

Valente, F.; Teles, G. (2023). “Estafetas das plataformas digitais alertam que SEF também é responsável por situações de irregularidade”, *Rádio Notícias*. Disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/economia/estafetas-das-plataformas-digitais-responsabilizam-sef-por-situacoes-de-irregularidade-no-pais-16639255.html>